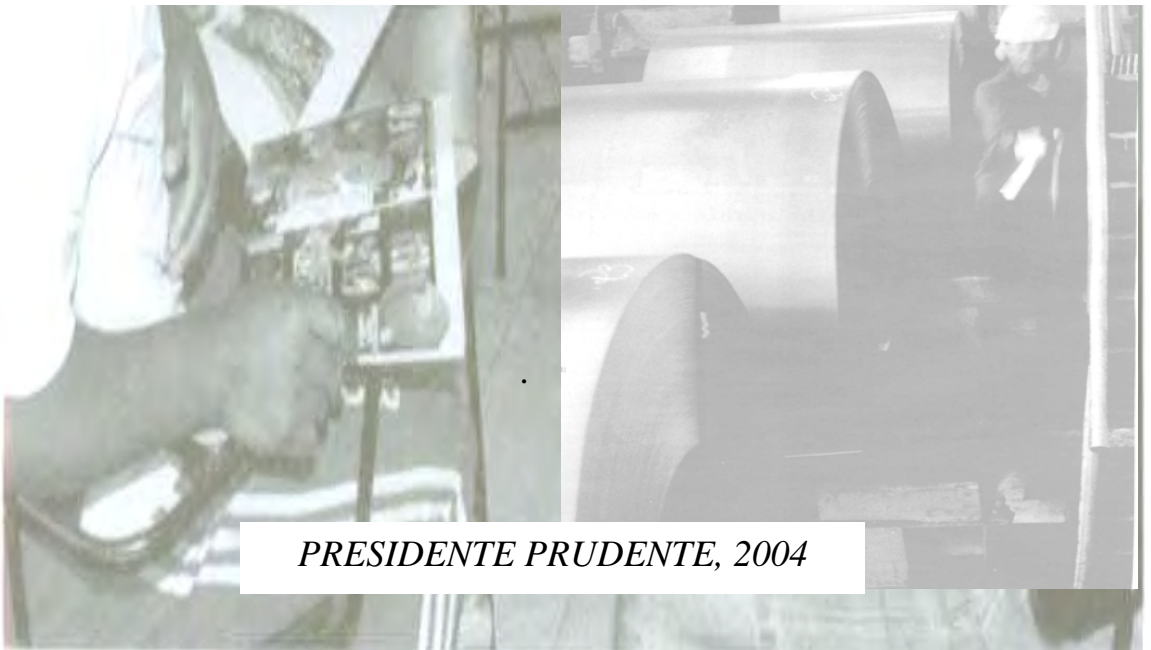


MARCELO DORNELIS CARVALHAL



**A Dimensão Territorializante
da Qualificação Profissional
em São Paulo:
a ação dos sindicatos**



PRESIDENTE PRUDENTE, 2004

*UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA*

Marcelo Dornelis Carvalho

A Dimensão Territorializante da
Qualificação Profissional em
São Paulo:
a ação dos sindicatos

*Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia – área de Concentração:
Desenvolvimento Regional e Planejamento
Ambiental, para a obtenção do título de
Doutor em Geografia.*

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

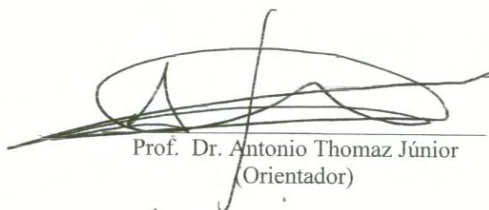
Presidente Prudente, Setembro de 2004.

FICHA CATALOGRÁFICA

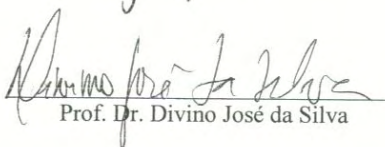
Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
FCT- UNESP - Campus de Presidente Prudente

C319q	<p>Carvalho, Marcelo Dornelis. A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos / Marcelo Dornelis Carvalho. – Presidente Prudente : [s.n.], 2004 347 f. : il.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia</p> <p>Orientador: Antonio Thomaz Júnior</p> <p>1. Geografia 2. Trabalho 3. Qualificação profissional 4. Sindicatos. 3. Formação do trabalhador e geografia. I. Carvalho, Marcelo Dornelis. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD (18.ed.) 910</p>
--------------	--

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior
(Orientador)



Prof. Dr. Divino José da Silva



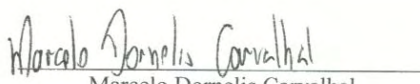
Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves (UNESP-Marília)



Prof. Dr. Ariovaldo Oliveira Santos (UEL)



Prof. Dr. Diamantino A.C. Pereira (PUC/SP)



Marcelo Dornelis Carvalho

Presidente Prudente (SP), 23 de setembro de 2004.

Resultado: Aprovado

DEDICATÓRIA

*Aos dois, que juntos numa vida de amor,
me formaram
E àquela, que juntos, formaremos também*

AGRADECIMENTOS

A finalização desta etapa importante na trajetória acadêmica é resultado de um conjunto muito amplo de colaboradores, e a eles meu agradecimento pela atenção e apoio necessários em várias etapas deste trabalho.

Ao CNPq pelo apoio através do Projeto “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr., vinculado à alínea universal.

Aos colegas do colegiado de Geografia da UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon pelo apoio ofertado na forma de minha liberação para conclusão do Doutorado.

Aos colegas do CEGeT e Cemosi.

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Jr. pelos anos de orientação e amizade.

Aos professores Divino José da Silva e Ariovaldo de Oliveira Santos pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Às Secretarias do Departamento de Geografia, Nair e Lúcia.

Às telefonistas da UNESP/Presidente Prudente, Cláudia, Fátima, Marisa e Raquel.

Na família Carvalhal aprendi muito a viver e aprender a viver, com as conversas no fundo do quintal da Rua Henrique e o contato fraterno até hoje, com irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas. Aprendi, sobretudo com meus pais, lições que servem muito para os tempos de hoje.

Na Família Brumatti encontrei uma nova família com quem desfruto momento de fraternidade e carinho, ganhando outra mãe, outros irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, que são parte desta empreitada também.

E um agradecimento especial à minha esposa Terezinha, pelos anos intensos de convivência e sabedoria que partilhamos em nossa trajetória.

RESUMO

A dimensão territorializante da qualificação profissional está subordinada às necessidades do capital, tendo como objetivo garantir em todos os recônditos do planeta as condições para a produção e reprodução do capital, tanto através da adequação da mão de obra às exigências técnicas do processo produtivo, quanto do estímulo ao comportamento produtivo.

A participação dos sindicatos na qualificação profissional está inicialmente vinculada a esses propósitos do capital, porém potencializam ações de resistência à redução da educação para o trabalho, que o capital procura evidenciar, assim é a formação do trabalhador que está em jogo, o que amplia o escopo da análise para o campo da luta de classes, revendo a qualificação e a formação profissional como portadores de lógica classista no âmbito do capital.

Essas questões nos estimularam ao estudo do PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), no período de 1995 a 2002, a partir da “leitura” geográfica, tendo-a como elemento mediatizada pelas diferentes práxis sindicais, já que o caráter desta ação sindical revela a dimensão territorializante da participação em seu aspecto contraditório, seja aceitando as prerrogativas de formação profissional do capital, condicionando a mão de obra ao novo caráter da formação profissional (formação contínua, flexibilidade de habilidades, polivalência do trabalhador, iniciativa, trabalho em equipe, identificação e solução de problemas, etc.), com isso ampliando as possibilidades da mobilidade do capital, seja através das resistências e alternativas ao modelo adotado no PLANFOR, incorporando práticas que tenham como objetivo a emancipação do trabalhador, expressadas através das opções que não reduzem a educação à preparação para o trabalho.

Palavras-chave: Território – Trabalho – Sindicato – Educação - Formação Profissional – Qualificação Profissional – PLANFOR.

SUMÁRIO

	Pág
Lista de gráficos	08
Lista de Tabelas	09
Lista de Mapas	10
Lista de Siglas	11
Introdução	17
1 O Contexto de Emergência do PLANFOR	28
1.1 O Neoliberalismo no Brasil e a Internalização da Reestruturação Produtiva	30
1.2 A Precarização do Emprego	45
1.3 O PLANFOR Como Resposta Para a Crise do Emprego no Brasil	67
1.4 A Emergência da Nova Formação Profissional	76
1.5 Os Problemas que a Formação Profissional de Novo Tipo Colocam Para o Mundo do Trabalho	94
2 O Contexto Sindical do PLANFOR	108
2.1 A Herança Corporativista	108
2.2 O Novo Sindicalismo e a Estrutura Sindical	113
2.3 As Centrais Sindicais no Cenário Sindical Brasileiro	128
2.4 O Sindicalismo Frente ao Novos Desafios do Mundo do Trabalho: a Conjuntura 90	146
3 O Modelo da Educação Para o Trabalho, Segundo o PLANFOR	165
3.1 Os Modelos do PLANFOR e as Novas Demandas por Qualificação Profissional	182
4 Território, Trabalho e Ser Social	205
4.1 A Lógica Própria do Modo de Produção Capitalista: A Destruição da Humanidade do Ser Social	209
4.1.1 A Crise Estrutural do Capital	219
4.1.2 Os Efeitos da Crise Estrutural do Capital Sobre o Mundo do Trabalho	226
4.2 O Capital e Sua Dinâmica Territorial Auto-Destrutiva	240
5 A Formação Para o Trabalho Sob o Capital	260
5.1 O Sentido Ontológico do Trabalho na Formação do Ser Social	265
5.1.1 O Indivíduo e a Alternativa	268
5.1.2 O Processo de Valoração Social	270
5.2 Educação e Luta de Classes na Formação Profissional	271
5.2.1 As Tendências da Formação Profissional com as Mudanças no Processo Produtivo	279
5.3 As Teses Sobre Educação Profissionalizante em Debate no Sindicalismo Brasileiro	295
6 Considerações Finais	309
Bibliografia	316
Anexo – Roteiro de entrevistas com os sindicalistas	346

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Repartição do PIB no Brasil	41
Gráfico 2	Taxa de Desemprego Total. Brasil	45
Gráfico 3	Taxa de Desemprego, por Faixa Etária. RMSP	48
Gráfico 4	Taxa de Desemprego Aberto e Oculto. RMSP	54
Gráfico 5	Taxa de Desemprego, Segundo a Escolaridade. RMSP	67
Gráfico 6	Evolução do Número de Sindicatos	117
Gráfico 7	Evolução do Número de Sindicatos de Trabalhadores, por Grandes Grupos Ocupacionais	118
Gráfico 8	Sindicatos de Trabalhadores por Classe de Associados	119
Gráfico 9	Taxa de Sindicalização, Segundo a População Economicamente Ativa e Segundo a População Ocupada	120
Gráfico 10	Taxa de Associação, por Grandes Grupos Ocupacionais	121
Gráfico 11	Serviços Prestados Pelos Sindicatos de Trabalhadores	123
Gráfico 12	Contribuição Sindical Obrigatória	126
Gráfico 13	Sindicatos Filiados às Centrais Sindicais	132
Gráfico 14	Média de Associados por Sindicato, Segundo a Filiação à Central Sindical	134
Gráfico 15	Participação dos Sindicatos nos CMEs/CEEs	142
Gráfico 16	Mandatos do Presidente no Cargo	149
Gráfico 17	Treinandos no Estado de São Paulo	202

LISTA DE TABELAS

	Pág.
01 Sindicatos Entrevistados	22
02 Os Sentidos da Qualificação Profissional, Segundo os Sindicalistas	24
03 Distribuição da População Economicamente Ativa, por Condição da Ocupação	46
04 Evolução do Trabalho Formal em Escolaridade Superior (Incompleta e Completa), por UFs.	65
05 Formação Profissional Fordista e os Novos Conteúdos da Formação	100
06 Média de Associados dos Sindicatos de Trabalhadores, Segundo os Tipos de Sindicatos	120
07 Sindicatos de Metalúrgicos. Intermediação das Centrais Sindicais na Participação dos Sindicatos Entrevistados no PLANFOR	133
08 PLANFOR – Carga Horária e Distribuição pelas Habilidades	168
09 Municípios Atendidos pelo PLANFOR. Brasil e São Paulo	175
10 Escolaridade no Mercado Formal de Trabalho	184
11 Trabalhadores Envolvidos nas Atividades do PLANFOR, em Relação à PEA	190
12 Público Alvo do PLANFOR	192
13 Recursos Destinados aos PEQs e Parcerias	194
14 Participação das Entidades Sindicais na Destinação de Recursos das Parcerias Nacionais e Regionais	196
15 Treinandos em São Paulo, por Regiões Administrativas	203
16 Requisitos de Contratação na Indústria Paulista	286
17 Empresas que Utilizam Técnicas de Produtividade/Qualidade, Automação de Manufatura e Automação de Processo	288
18 Abrangência do Programa Integração/CUT	300
19 Instituições Contratadas pela Força Sindical	305
20 Condição de Ocupação dos Trabalhadores Egressos	306

LISTA DOS MAPAS

MAPA 1	Média de Associados por Sindicato	127
MAPA 2	Sindicatos Filiados às Centrais Sindicais	135
MAPA 3	Índice de Municípios Atendidos pelo PLANFOR	177
MAPA 4	Treinandos do PLANFOR em Relação à PEA	179
MAPA 5	Comissões Municipais de Emprego, em relação ao total de municípios	195
MAPA 6	Variação do Emprego Formal: 1995-2002	255
MAPA 7	Remuneração Média do Emprego Formal	256

Lista de Siglas

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APDL	Associação Promoção do Desenvolvimento Local
APEOESP	Sindicato Oficial dos Professores do Estado de São Paulo
ARTSIND	Articulação Sindical
CAPE	Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CBTE	Central Brasileira de Trabalhadores e Empreendedores
CCP	Comissões de Conciliação Prévia
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CEE	Comissões Estaduais de Emprego
CEP	Controle Estatístico de Processo
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores no Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CME	Comissões Municipais de Emprego
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CQT	Controle de Qualidade Total
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
IBEPEC	Instituto Brasileiro de Educação, Cultura, Pesquisa, Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante e Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Instituto Paulista de Ensino e Cultura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDSS	Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLT	Organização nos Locais de Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PACTI	Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PAEP	Pesquisa da Atividade Econômica Paulista
PARCs	Parcerias Nacionais e Regionais
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCI	Programa de Competitividade Internacional
PE	Programas Estaduais
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa do Emprego e Desemprego
PEQ	Plano Estadual de Qualificação
PFL	Partido da Frente Liberal
PID	Programa Integrar para Formação de Dirigentes
PID	Programa Integrar para Trabalhadores Desempregados
PIE	Programa Integrar para Formação de Dirigentes

PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLENCUT	Plenária Nacional da CUT
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMQ	Plano Municipal de Qualificação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNQP	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PPP	Parcerias Público-Privada
PROEDUC	Programa de Educação Para a Competitividade
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROGER	Programa de Geração de Renda
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSS	Pessoal Security Survey
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relatório Annual de Informações Sociais
REP	Rede de Educação Profissional
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SDS	Social Democracia Sindical
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SEFOR	Secretaria de Formação Profissional
SEMTEC	Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do MEC
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes
SERT	Secretaria Estadual das Relações do Trabalho
SIGAE	Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento Estatístico
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNF	Secretaria Nacional de Formação
STIM	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
TELEBRÁS	Telecomunicações do Brasil S.A.
UFs	Unidades da Federação
UNIEMP	Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa
USI	União Sindical Independente

INTRODUÇÃO

O PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), implantado no período de 1995 a 2002 é um marco importante para a história da educação profissional no Brasil, principalmente em relação à participação dos sindicatos, pois estimulou a participação destes na formação profissional. Isso foi realizado garantindo-lhes recursos administrados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), que em grande parte foram redirecionados para entidades especializadas em cursos de formação técnica e profissional, como as escolas de informática, não ficando sob a responsabilidade direta dos sindicatos a formulação do conteúdo pedagógico.

O discurso que serviu de justificativa para a implementação do PLANFOR foi de alguma forma incorporado à ação sindical na formação profissional, principalmente na relação que procura estabelecer entre educação e emprego, sendo que os sindicatos que participaram destes cursos, como tivemos oportunidade de verificar através das entrevistas, ressaltaram a importância da qualificação profissional como instrumento para os trabalhadores conseguirem ou manterem o emprego.

A vinculação é explícita em sindicatos como o STIM¹ de Piracicaba, em que a qualificação profissional aparece associada ao emprego, e este à cidadania, enquanto oportunidade de participar da sociedade de consumo. Em outros sindicatos, a ênfase sobre a qualificação profissional é mediatizada pela importância da educação básica, expressa nos cursos supletivos que vários sindicatos mantêm, com ou sem os recursos do FAT (STIM Bauru, STIM Espírito Santo do Pinhal, STIM Itu, STIM Limeira, STIM Mogi das Cruzes, STIM Mogi Guaçu e STIM Salto).

Isso porque muitos sindicatos não tinham (antes do PLANFOR) nenhuma preocupação com a formação profissional do trabalhador, no sentido de assumir para si essa responsabilidade, e assim permaneceu para um conjunto muito amplo de entidades sindicais, já que mesmo a participação no PLANFOR deu-se de forma burocrática, garantindo apenas a intermediação entre o Ministério do Trabalho e do Emprego e as entidades executoras dos cursos.

Para alguns sindicatos, em grande parte vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a formação profissional foi vista como uma possibilidade de ampliação

¹ Para facilitar a menção dos sindicatos, utilizamos STIM para designar os Sindicatos de Metalúrgicos e SEEB para os Sindicatos de Bancários.

da ação sindical, incorporando nesta noção de educação profissional a formação integral dos trabalhadores².

Essa postura crítica em relação à educação profissional preconizada pelo PLANFOR pode contribuir em alguma medida para a compreensão dos trabalhadores sobre o papel da qualificação profissional na formação dos trabalhadores para o capital, o que potencializa ações de resistência à brutalização do processo produtivo capitalista, mesmo no momento em que a reestruturação produtiva é apresentada como uma humanização do processo de trabalho taylorizado, com ampliação da criatividade, iniciativa e trabalho em grupo que o toyotismo estimula.

Contudo, as demandas por qualificação do trabalhador que a reestruturação produtiva enseja são cercadas de polêmicas e inconsistências, pois requerem compreender de forma clara a própria concepção de qualificação profissional, se para movimentar máquinas e equipamentos automatizados significa reaprender a relação do homem com a máquina, isso não significa necessariamente maior qualificação, mas apenas uma re-qualificação, um novo treinamento em habilidades novas que se queiram, e não necessariamente um escopo mais amplo de habilidades e competências.

Porém, não está necessariamente no maquinário automatizado a chave para se compreender o papel que a re-qualificação profissional exerce sobre a classe trabalhadora, mas fundamentalmente na reorganização do trabalho que a reestruturação produtiva apresenta, sobretudo a partir da maior flexibilidade do trabalhador requerida pelas empresas, o que significa ampliar o uso desta força de trabalho para execução de tarefas variadas e para o trabalho em equipe, transferindo, sob o controle do capital, a responsabilidade por procedimentos para aumento da produtividade e da qualidade das mercadorias, eliminando quando possível os postos de controle do processo de trabalho.

A adoção seletiva de determinadas normas advindas com a reestruturação produtiva pelas empresas atende aos interesses da acumulação capitalista, assim no Brasil é mais intensa a adoção de novas formas de gestão do trabalho do que necessariamente a utilização de máquinas e equipamentos para aumento da produtividade e qualidade, isso tanto pelas dificuldades na importação destas máquinas, sobretudo a partir da desvalorização do Real em 1999, quanto pelo “constrangimento” que a oferta de mão de obra barata proporciona, já que a adoção de tecnologias poupadoras de mão de obra pode ser utilizada

² A CUT inicialmente através do Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), e posteriormente com o Programa Integração, da Secretaria Nacional de Formação, realizou vários projetos no âmbito do PLANFOR, em que a educação profissional está relacionada diretamente com o ensino fundamental e médio.

como trunfo do capital para chantagear os trabalhadores a aceitarem o congelamento salarial e rebaixamento das condições de trabalho³.

Tal estratégia do capital enseja a adoção prioritária de novas formas de gestão do trabalho, que também ampliam a exploração deste, com aumento da sua intensidade, e no caso brasileiro, com o aumento da precarização do emprego, através da terceirização e da informalização.

São essas características da conjuntura das últimas duas décadas no Brasil que reverteram a ascensão das lutas dos trabalhadores, cujo papel foi muito importante na redemocratização do país, e que a partir da década de 1990 deixa visível o crescimento do sindicalismo de resultados, como elemento inovador do sindicalismo oficial, simultaneamente às mudanças que abatem sobre a CUT e o novo sindicalismo⁴.

Ao participarem do PLANFOR e revelarem a compreensão sobre a formação profissional dos trabalhadores, o que em última instância alcança a própria compreensão sobre a formação do trabalhador, é que podemos vislumbrar a dimensão territorializante da participação sindical na formação profissional, pois funcionam como legitimadores ou não, das concepções de educação e de trabalho que permeiam os conceitos de empregabilidade e competências presentes no PLANFOR, como instrumentos da práxis do capital.

Ao ensinarem práticas colaboracionistas ou de resistência ao capital, os sindicatos contribuem decisivamente para a mobilidade do capital, pois ampliam ou restringem as possibilidades de realocação do capital, utilizando o território como instrumento de barganha no rebaixamento das condições de trabalho, estimulando a desigualdade e competição entre sindicatos de diferentes categorias e regiões, dessa forma, a dimensão territorializante da qualificação profissional está subsumida às necessidades do capital em prover o globo das condições para a melhor exploração do trabalho, portanto para a melhor produção e reprodução do capital.

São essas questões que nos fizeram propor o estudo da qualificação profissional como elemento intermediante de práticas políticas diferenciadas do movimento

³ Em alguns estudos sobre as negociações coletivas no Brasil, durante a década de 1990, ficaram explícitos os instrumentos de pressão do capital sobre os trabalhadores, utilizando-se do desemprego crescente como justificativa para o rebaixamento das condições de trabalho, mais detalhes podem ser conferidos em Oliveira, M.A. (2003) e Carvalho Neto (2001), para uma relação entre a mundialização do capital e os impactos sobre os trabalhadores e sindicatos, ver Alves (1999 e 2000), Harvey (1999) e Salama (1999).

⁴ O novo sindicalismo surgiu no final da década de 1970, contestando o modelo vigente de organização e estrutura sindical fundamentado na tutela estatal, dessa forma as greves deste período são organizadas paralelamente pelos trabalhadores que não faziam parte das direções sindicais, que posteriormente em alguns casos disputaram o aparelho sindical e lograram êxito.

sindical, pois o caráter desta ação sindical revela a dimensão territorializante dessa participação e a dinâmica territorial contraditória do capital e do trabalho, revelando-se em planos interescares, seja como portadores de um condicionamento adequado da mão de obra local para o investimento externo, e assim ampliando as possibilidades da mobilidade do capital, seja resistindo tanto quanto possível à mistificação do discurso da empregabilidade necessária para os trabalhadores, e por vezes apresentando alternativas, nem sempre tendo na luta de classes o referencial para a resistência, como atestam as estratégias de formação profissional da CUT⁵.

Portanto, verificar a atuação das lideranças sindicais em relação à participação no PLANFOR constitui o objetivo principal deste trabalho, cuja dimensão territorializante está na reação dos sindicatos quanto às necessidades de mobilidade do capital, em que a qualificação profissional (como aspecto importante da formação dos trabalhadores) é um dos instrumentos de adequação dos meios locais a essa mobilidade.

Interessa-nos, sobretudo, investigar a participação dos sindicatos nas propostas de educação do trabalhador em virtude das transformações ocorridas no plano da educação profissionalizante. Compreender essa participação em sua dimensão territorial requer compreender o próprio desenvolvimento diferenciado das transformações no capitalismo e as resistências e contradições expressas por esta expansão.

O desemprego e a precarização do trabalho têm-se tornado uma das questões mais frequentes no debate político. No âmbito dessa polêmica estão as alternativas reformistas do capitalismo em um extremo, e em outro a crítica radical, ela mesma rica na diversidade de proposições.

Sendo assim, a compreensão de sua dinâmica territorial poderia revelar-nos o caráter contraditoriamente homogeneizante e heterogeneizante do desenvolvimento capitalista, ao expressar-se diferenciadamente em sua dimensão quantitativa e qualitativa nas diversas porções do território, o que aponta para alternativas territorialmente diferenciadas para o trabalho, tanto em termos das lutas que se travam sobre o caráter despótico da propriedade fundiária, como no caso das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, ou de vários movimentos indígenas na Bolívia e no México, quanto em relação às lutas contra a superexploração do trabalho que alguns sindicatos procuram travar.

⁵ Neste sentido nossa Tese de Doutorado apresenta-se como continuidade dos esforços realizados na Dissertação de Mestrado (A comunicação Sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica) em que procuramos apreender a utilização da imprensa pelos sindicatos e como tais usos estão relacionados às estratégias políticas dos sindicalistas.

Instituída como uma das alternativas para a crise da “empregabilidade”, a qualificação profissional em suas diversas proposições, garante-nos o vislumbamento da adequação/inadequação desta alternativa para o que se propôs, pois a justificativa da baixa qualificação profissional do trabalhador brasileiro, como responsável pela crise do emprego nos últimos anos, deve ser também analisada, já que sua aplicação durante oito anos não foi capaz de reverter o crescimento do desemprego.

A estruturação do PLANFOR durante o governo FHC teve por objetivo implícito - no âmbito das políticas sociais compensatórias – o controle social dos trabalhadores, pois procurou inculcar a necessidade da qualificação profissional para os trabalhadores, como se ela fosse capaz de prover o emprego que esses trabalhadores procuravam, o que está relacionada à culpabilidade individual pelo fracasso na busca de emprego que tal estratégia procura inculcar nos trabalhadores.

O estudo dos documentos e manifestações dos sindicalistas frente à participação dos sindicatos na educação para o trabalho revela-se como importante instrumento metodológico para averiguação das propostas e dos dilemas enfrentados pelos sindicalistas e pelos trabalhadores em geral, sendo que o modelo de organização sindical no Brasil é pautado pela fragmentação categorial e territorial da representação, com a ação sindical sendo cada vez mais hegemônica pelos princípios do propositivismo como estratégia de luta.

Além disso, procuramos através de entrevistas com sindicalistas metalúrgicos e bancários, verificar a relação que os sindicatos mantiveram com o PLANFOR, para analisar quais os sentidos que a participação nos cursos de qualificação profissional tem para esses sindicatos, procurando constatar nestas entrevistas a compreensão que os sindicatos tem da qualificação profissional.

Os sindicatos entrevistados foram escolhidos em uma amostra aleatória, tendo como base os sindicatos existentes das duas categorias no estado de São Paulo, a partir de levantamento na Secretaria Estadual das Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, na Central Única dos Trabalhadores, na Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, no Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente, na Federação dos Bancários de Mato Grosso do Sul e São Paulo e na Federação dos Metalúrgicos de São Paulo.

A partir deste levantamento verificamos a existência de 34 Sindicatos de Bancários e 69 Sindicatos de Metalúrgicos no Estado de São Paulo, entrevistando oito Sindicatos de Bancários (23,5% do total) e 19 Sindicatos de Metalúrgicos (27,5% do total), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Sindicatos Entrevistados - São Paulo, 2004.

Sindicatos de Metalúrgicos		
01	STIM Bauru	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Bauru e região.
02	STIM Botucatu	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Botucatu e região.
03	STIM Espírito Santo do Pinhal	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Espírito Santo do Pinhal e região.
04	STIM Ferraz de Vasconcelos	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ferraz de Vasconcelos e região.
05	STIM Itatiba	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Itatiba e região.
06	STIM Itú	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Itú e região.
07	STIM Jaboticabal	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jaboticabal e região.
08	STIM Jaú	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Jaú e região.
09	STIM Limeira	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Limeira e região.
10	STIM Lins	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Lins
11	STIM Matão	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Matão e região.
12	STIM Mogi das Cruzes	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Mogi das Cruzes e região.
13	STIM Mogi Guaçu	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Mogi Guaçu e região.
14	STIM Monte Alto	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Monte Alto e região.
15	STIM Pederneiras	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Máquinas, Material Elétrico e de Construção Naval e Afins de Pederneiras e região.
16	STIM Piracicaba	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Rio das Pedras e região.
17	STIM Salto	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Salto e região.
18	STIM São Carlos	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos e região.
19	STIM Taubaté	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Taubaté e região.
Sindicatos de Bancários		
01	SEEB Bauru	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Bauru e região.
02	SEEB Guaratinguetá	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Guaratinguetá e região.
03	SEEB Limeira	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Limeira e região.
04	SEEB Marília	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Marília e região.
05	SEEB Presidente Prudente	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Presidente Prudente e região.
06	SEEB Santos	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos e região.
07	SEEB São José dos Campos	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São José dos Campos e região.
08	SEEB Sorocaba	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Sorocaba e região.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004.

Quando apostamos numa *Geografia do Trabalho* como contribuição, tanto para o avanço da Geografia, quanto para a compreensão dos novos sentidos do trabalho na sociedade contemporânea, pretendemos resgatar a compreensão da centralidade do trabalho na sociedade, em sua dimensão espacial.

Desta forma, no capítulo 1 procuramos evidenciar o contexto econômico e político do surgimento do PLANFOR, com a ofensiva neoliberal sobre os direitos sociais e ampliação da precarização do trabalho, tendo como corolário a intensificação do desemprego e da superexploração do trabalho.

Esse contexto analisado no capítulo 1 é o pano de fundo para a análise que realizamos no capítulo 2, cujo mote principal é o contexto sindical em que emerge o PLANFOR, com suas implicações na forma como as entidades sindicais, principalmente as centrais sindicais, participaram do PLANFOR, influenciando suas posições quanto à qualificação profissional.

No capítulo 3 procuramos demonstrar as teses principais sobre a educação profissional presentes no PLANFOR, sobretudo em relação aos impactos para o movimento sindical de tais preceitos, tecendo algumas considerações sobre os resultados alcançados por ele.

No capítulo 4 debatemos a lógica intrínseca do capital, a de produzir a destruição da própria humanidade, isso em virtude de seu caráter acumulativo, e em decorrência apresentar manifestações destrutivas em sua crise estrutural, o que provoca a ampliação da exploração do trabalho como forma de ampliação da acumulação de capital. Neste sentido a lógica própria do capital, ao ensejar a planetarização da acumulação capitalista, amplia a escala de seu poder destrutivo.

Enfim, no capítulo 5 buscamos evidenciar os fundamentos da formação profissional sob o capital, entendendo-o como componente intrínseco da forma de ser do trabalhador sob a ordem capitalista, ou seja, enquanto componente da formação do trabalhador para o capital, adequando tanto em termos de habilidades técnicas e profissionais ao processo produtivo capitalista, quanto na conformação ideológica que a exploração do trabalho requer. Para isso analisamos de forma mais detalhada as propostas de educação profissional presentes na CUT e na Força Sindical.

A partir das entrevistas pudemos constatar alguns padrões de respostas que nos permitiram elaborar a Tabela 2, em que agrupamos os sindicatos de acordo com a compreensão que tem sobre a qualificação profissional, independente da participação no PLANFOR.

**Tabela 2 – Os Sentidos da Qualificação Profissional Segundo os Sindicalistas.
São Paulo, 2004.**

Sentidos da Qualificação Profissional	Sindicatos	Participação no PLANFOR	Central Sindical
Colaboração com as empresas.	STIM Jaboticabal	SIM	FS
	STIM Mogi-Guaçu	SIM	
	STIM Pederneiras	SIM	
Qualificação Profissional é importante para os trabalhadores conseguirem/manterem o emprego.	SEEB Limeira	NÃO	CUT
	STIM Matão	NÃO	
	STIM Monte Alto	SIM	
	STIM Taubaté	SIM	
	SEEB Sorocaba	SIM	CAT
	STIM Lins	SIM	FS
	STIM Botucatu	SIM	
	STIM Ferraz de Vasconcelos	SIM	
	STIM Piracicaba	SIM	
	STIM São Carlos	SIM	CBTE
	STIM Itatiba	SIM	
Qualificação Profissional é importante, porém aliada à educação fundamental.	STIM Mogi das Cruzes	SIM	FS
	STIM Espírito Santo do Pinhal	NÃO	
	STIM Bauru	SIM	CUT
	STIM Itu	SIM	
	STIM Limeira	NÃO	
A Qualificação Profissional não resolve os problemas do desemprego.	SEEB Marília	SIM	Sem Filiação
	SEEB São José dos Campos	NÃO	
	STIM Jau	NÃO	
	SEEB Santos	NÃO	CUT
	STIM Salto	NÃO	
A Qualificação Profissional não resolve os problemas do desemprego e não é função dos sindicatos	SEEB Bauru	NÃO	ConLutas
	SEEB Guaratinguetá	NÃO	Sem Filiação
	SEEB Presidente Prudente	NÃO	CUT

Fonte: Pesquisa de Campo, 2004

No primeiro grupo, a qualificação profissional é vista não somente como importante para os trabalhadores, mas fundamentalmente como uma forma de atrair as empresas para se instalarem nas respectivas cidades, o que acabou acontecendo no caso destes

sindicatos, através de acordos com empresas em que os sindicatos ficaram responsáveis pela qualificação dos trabalhadores. Essa postura revela a visão utilitarista da qualificação profissional, voltada a atender as necessidades das empresas, tendo nos sindicatos um aliado para promover a qualificação profissional dos trabalhadores. Nesse grupo os três sindicatos são filiados à Força Sindical, portanto em consonância com a prática hegemônica nesta central de procurar a colaboração com o capital, como forma de promover o crescimento econômico e melhorar as condições de trabalho.

No segundo grupo, a qualificação profissional é vista como essencial para que os trabalhadores conquistem ou mantenham o emprego, sem que isso signifique uma colaboração aberta com o capital, as entrevistas revelaram que tais sindicatos procuram através da qualificação profissional dar alguma resposta (até mesmo esperança) para os trabalhadores em face das dificuldades na obtenção do emprego. Esse grupo apresenta-se heterogêneo quanto a filiação às centrais sindicais e apenas dois sindicatos não participaram do PLANFOR.

À semelhança do grupo anterior, o terceiro grupo compreende que a qualificação profissional é importante para a conquista/manutenção do emprego, porém essa qualificação precisa estar articulada à educação fundamental, pois só através desta educação geral os trabalhadores podem melhor se qualificar para o emprego, neste grupo verificamos a presença tanto dos sindicatos filiados à Força Sindical, quanto dos sindicatos filiados à CUT.

O quarto grupo caracteriza-se pela compreensão de que a qualificação profissional não resolve o problema do desemprego, e que não se justificam ações como as do PLANFOR, embora o SEEB de Marília tenha participado do PLANFOR em 2000, o que reforçou a convicção de que tais cursos são inócuos para o problema do desemprego que atinge a categoria dos bancários, que a despeito de escolaridade acima da média, como afirmaram vários sindicalistas, continuam sendo demitidos, reduzindo substancialmente o número de trabalhadores na base destes sindicatos⁶.

No quinto grupo encontramos posições que não se opõem explicitamente à compreensão de que a qualificação profissional seja importante para a conquista ou manutenção do emprego, porém ressaltam que essa não é uma ação que deva ser realizada

⁶ Somente para exemplificar a situação de desemprego nos bancários, alguns entrevistados informaram os empregos perdidos desde 1995: o SEEB de Presidente Prudente informou que em 1995 havia aproximadamente 3100 bancários na base, que foram reduzidos para 1150 bancários, redução de 62,9%, também nos casos do SEEB de Sorocaba (5000 bancários em 1995 e 3000 bancários em 2003, redução de 40%), SEEB de Guaratinguetá (1500 bancários em 1995 e 900 bancários em 2003, redução de 40%) e SEEB de Bauru (3500 bancários em 1995 e 2200 em 2003, redução de 37,1%).

pelos sindicatos, deixando a cargo das empresas a responsabilidade pela qualificação profissional dos trabalhadores.

Sendo assim, compreendemos a educação como um campo importante de disputa da luta de classes, e as mudanças engendradas na formação profissional com a reestruturação produtiva, como uma ofensiva do capital a para ampliação do controle social do trabalho.

As propostas de qualificação profissional do PLANFOR estão fundamentadas na compreensão de que a educação é um componente essencial para o aumento da produtividade do trabalho, e que a baixa escolaridade do trabalhador brasileiro interfere na competitividade das empresas no cenário de concorrência internacional, além disso, preconizam o aumento da qualificação que advém com a reestruturação produtiva, estabelecendo uma relação entre o aumento das exigências do emprego e a falta de empregabilidade do trabalhador brasileiro, pela baixa qualificação.

Embora a qualificação profissional exigida pela reestruturação produtiva requeira a ampliação da escolaridade básica do trabalhador, já que isso ampliaria a capacidade de adaptação e de aprendizagem do trabalhador, o PLANFOR não ataca diretamente o problema da baixa escolaridade, privilegiando os cursos de qualificação profissional de curta duração e de treinamento de habilidades.

Portanto os princípios do PLANFOR revitalizam a Teoria do Capital Humano⁷, reduzindo o trabalhador à condição de mero fator produtivo e a educação à condição de provedora das competências exigidas, tratando o problema do desemprego e da precarização como um problema de desequilíbrio entre a oferta de mão de obra desqualificada e a demanda por mão de obra qualificada.

A práxis sindical que se revela na reação ao PLANFOR, aceitando ou resistindo às suas formulações, demonstram de alguma forma a compreensão desses sindicalistas quanto à função da educação de uma forma geral. Lembrando que muitos desses sindicalistas não tinham experiência anterior com cursos de qualificação profissional, o que o PLANFOR acabou incentivando, mesmo que isso não tenha significado maior envolvimento na discussão sobre o caráter da educação.

Portanto o sentido da educação que os sindicalistas revelaram em suas entrevistas, permitiu-nos compreender as proximidades e conflitos entre as suas práticas e as propostas do PLANFOR, expressando nessa diversidade a colaboração efetiva com o capital ou resistência às formulações da educação para o trabalho, nos moldes previstos pelo Estado.

⁷ A Teoria do Capital Humano foi elaborada durante a década de 1960 por Theodore Schultz e em linhas gerais propõe a interpretação da educação como um investimento produtivo, em que a qualidade da mão de obra formada amplia a produtividade do trabalho.

CAPÍTULO 1

O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO PLANFOR

No Brasil dos anos 90, a combinação de políticas macroeconômicas de cunho neoliberal com a persistência de formas arcaicas de exploração do trabalho intensificou a precarização do emprego, que atingiu duramente o mundo do trabalho e suas instâncias de representações políticas.

O resultado para o mundo do trabalho não se restringiu às manifestações reconhecidamente precarizadas do emprego, com a manutenção e intensificação de formas de exploração do trabalho que ampliam as incertezas e o sofrimento dos trabalhadores, rompendo a perspectiva do emprego como condição intrínseca à condição de cidadão. As conseqüências para o mundo do trabalho também estão no plano da subjetividade, em que a concorrência individual rompe com os padrões de solidariedade social e inculca nos trabalhadores processos de valoração baseados na individualidade e no consumo como identidade social.

As organizações de trabalhadores, notadamente os sindicatos, demonstram dificuldades para enfrentarem a combinação de transformações econômicas, tanto no plano macro (decorrentes da mundialização do capital e da adoção de políticas econômicas neoliberais por parte do Estado brasileiro), quanto no plano das empresas, através da reestruturação produtiva, com as transformações na sociabilidade em termos da individualização e esvaziamento da política.

Emergem no cenário sindical brasileiro várias posturas de enfrentamento ao quadro recessivo e “regressivo” do mundo do trabalho, com relevância para as correntes propositivas que ganham força tanto à direita (Força Sindical), quanto à esquerda do sindicalismo (CUT/ARTSIND). As implicações destas posições serão brevemente analisadas à luz de uma breve contextualização histórica do sindicalismo brasileiro mais adiante.

O que vale ressaltar neste momento é que o Estado brasileiro adotou a partir de 1995 a perspectiva da educação do trabalhador como redenção para o desemprego crescente e construiu ao longo daquele ano a proposta do PLANFOR, como solução para baixa qualificação do trabalhador. Porém, ao longo do mandato de FHC o PLANFOR foi incapaz de atenuar a crise do emprego, pois mesmo que se tenha ampliado a qualificação do trabalhador (algo que teremos condições de discutir ao longo do texto), a economia brasileira não alcançou a capacidade de geração de postos de trabalho necessário para abrigar a crescente incorporação de trabalhadores jovens ou de trabalhadores egressos dos postos de trabalho encerrados pela reestruturação produtiva e pela crise econômica.

O ajuste econômico brasileiro foi gestado por diversas instituições multilaterais, como o FMI, Banco Mundial e OMC, cujo papel é determinante para o entendimento da expansão do capital pelo planeta, sobretudo o capital financeiro e oligopolista. Essa expansão está diretamente vinculada às necessidades de reordenamento da acumulação capitalista e está em consonância com tendências que incorporam progressivamente territórios até então “protegidos” das transformações em curso no capital, desde a década de 1960, com a reestruturação produtiva e financeirização da acumulação, e também tendências que ampliam a concentração e centralização de capitais nos grandes grupos transnacionais, tanto financeiros, como não-financeiros.

Esse movimento mais amplo do capital é uma resposta à crise superficialmente analisada como crise da era de ouro do capital, mas que na verdade é uma crise fecundada pelas suas próprias contradições, e que, portanto é uma crise estrutural, que desmonta o mito da possibilidade de controle de sua dinâmica destrutiva.

Nossa intenção, por ora, é ressaltar algumas características gerais do processo inaugurado no início da década de 1990 no Brasil, com a internalização da reestruturação produtiva através da abertura comercial e choque recessivo, com o ideário neoliberal hegemonizando a condução das políticas econômicas, contextualizando a instituição do PLANFOR.

Isso tudo provocou repercussões importantes no mundo do trabalho, particularmente com a precarização do emprego e emergência do neoliberalismo, isto é, como uma reação ideológica do capital, cujos rebatimentos no movimento sindical brasileiro, forneceu de um lado subsídios teóricos para setores do sindicalismo historicamente vinculados ao capital, como atesta o surgimento da Força Sindical no início da década de 1990, de outro lado redimensionou o papel do sindicalismo combativo, com o avanço do propositivismo.

Para compreender a precarização do emprego e a reação sindical no Brasil consideramos fundamental entender como foram internalizados os paradigmas da reestruturação produtiva e do neoliberalismo gestados no contexto da mundialização do capital.

A literatura pesquisada aponta para a combinação da necessidade de expansão planetária do capital com a fragilidade e aceitação por parte dos Estados nacionais destes preceitos. Essa combinação à luz da luta de classes, significou ampliar o poder de barganha do capital, extrapolando ainda mais o território nacional como fronteira de exploração do trabalho.

Desta forma, buscaremos articular neste item a história recente desta internalização com a dinâmica do capital, tendo em vista o aprofundamento realizado sobre a análise de sua crise e os rebatimentos para o mundo do trabalho, articulando sua expansão planetária com a singularidade e particularidade do espaço brasileiro.

1.1 O Neoliberalismo no Brasil e a Internalização da Reestruturação Produtiva

O ajuste macroeconômico ensejado no início da década de 1990, sob os auspícios de Fernando Collor de Melo e implementada com eficácia sob o governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizou-se pela abertura comercial, estabilização monetária baseada no dólar, desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, além da redução da participação direta do Estado na economia.

Tais medidas acompanharam as determinações do movimento globalizado do capital, que através de um conjunto de instituições multilaterais e da ascensão política de diversas lideranças comprometidas com os ajustes em seus respectivos países, protagonizaram a hegemonia do pensamento neoliberal na condução das políticas econômicas.

É certo que a adoção destas prerrogativas por parte dos Estados nacionais periféricos foi muito mais forte do que nos países centrais, dada a vulnerabilidade e subordinação destes espaços nacionais aos grandes grupos transnacionais, principalmente quando nos referimos a intervenção do Estado nas economias nacionais, através da pressão de instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, já que por mais que se tenha como perspectiva a diminuição, ou até mesmo a eliminação de algum papel diretamente relevante do Estado na economia, o fato é que nos países centrais continuam existindo sistemas sociais de proteção mais efetivos do que os existentes nos países periféricos, além da presença de políticas fundadas no keynesianismo, como por exemplo o endividamento público nos EUA, que funciona como estímulo para o aumento da demanda.

Isso ocorre em parte devido aos avanços pretéritos obtidos nestes países, como desdobramento da luta de classes e da própria expansão capitalista no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que a América Latina mantinha-se num patamar de desenvolvimento socioeconômico precário, sendo que em apenas alguns países como a Argentina, Uruguai e Chile a média desse desenvolvimento alcançou nível comparável aos países desenvolvidos, porém ainda marcadamente autoritários e desiguais. Além disso, toda a África e parte expressiva da Ásia e Oceania somente foram conhecer a

descolonização durante a década de 1950 e 1960, com alguns países tornando-se independentes somente nas duas últimas décadas.

O Consenso de Washington⁶, como são conhecidas as medidas anunciadas para solução dos problemas econômicos dos países periféricos, pressupõe a adoção do paradigma do mercado como componente determinante da estabilização e do crescimento econômico, reduzindo os gastos públicos e redirecionando-os para adequarem-se às necessidades de financiamento que a estabilidade monetária requer.

Componente de uma reorganização mais ampla do próprio capitalismo, o Consenso de Washington foi sendo construído como modelo de condução das políticas estatais, apresentando-se com argumentos técnicos para a solução da grave crise que vários países da América Latina vivenciaram nos anos 80, o que camufla a óbvia alternativa política que a adoção deste paradigma encerra.

Para autores como Batista (1994), a adoção do receituário neoliberal é decorrente de um conjunto de fatores que tornou possível a hegemonia do pensamento neoliberal nos setores responsáveis pela condução das políticas econômicas no Brasil, tais como a propaganda vigorosa proveniente do governo norte-americano, formação de quadros intelectuais em universidades como Harvard e Chicago que foram levados à condução das políticas econômicas, sob influência de fundações e organizações estrangeiras no debate acadêmico e no pensamento empresarial.

A crise econômica mundial dos anos 1970 marcou também a crise da hegemonia *keynesiana* na condução das políticas econômicas nacionais e nas diversas instituições multilaterais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, as críticas ao keynesianismo de inspiração liberal ganham força (críticas que se consolidaram na doutrina neoliberal desde meados dos anos 1950⁷).

Porém, somente a partir da ascensão de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no início da década de 1980, é que o neoliberalismo ganhou força política para hegemonizar-se no pensamento econômico capitalista, apontando as soluções para a crise de acumulação do capital, tendo como pressuposto fundamental a revalorização do mercado como instrumento de regulação econômica, inclusive com a minimização seletiva do Estado: redução da participação nas atividades produtivas e

⁶ Resultado de uma reunião realizada em Washington, no ano de 1989, o consenso é a sistematização de um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas pelos países latino-americanos para resolverem os graves problemas econômicos que assolavam os países do continente, desencadeados pela crise da dívida nos anos 1980.

⁷ O fordismo desde meados da década de 60, por outro lado, já apresentava alguns problemas que foram se intensificando à medida que a crise econômica avançava, cf. HARVEY (1999).

desregulação econômica, ao mesmo tempo ampliando a vigilância policialesca sobre os movimentos sociais.

Os gastos públicos foram alçados à mira das políticas econômicas de combate à inflação, num primeiro momento, culpando o desequilíbrio orçamentário pelas taxas crescentes de inflação, em outro momento o rigor orçamentário seria exigido como garantia dos empréstimos tomados pelos governos nacionais para rolagem da dívida, principalmente nos países da América Latina.

Nesta lógica de redução dos gastos públicos, mantidos pelos diversos governos da América Latina desde meados dos anos 1990, mesmo em situações de vitória da oposição, como no caso da Argentina (Eduardo Duhalde) ou Brasil (Luis Inácio Lula da Silva), os gastos sociais foram redimensionados como uma tentativa de priorizar as demandas dos setores mais pauperizados da sociedade, emergindo as propostas preconizadas pelo Banco Mundial de focalização dos gastos nos setores mais “desgraçados” da sociedade, como as políticas de renda mínima ou como o próprio PLANFOR/PNQ, que preconiza o gasto como investimento na formação de capital humano, através do qual o país trilharia o caminho do desenvolvimento econômico e social, priorizando o atendimento para os setores da sociedade mais fragilizados pelo cenário econômico da reestruturação produtiva.

No Brasil, outro componente importante desta contenção de gastos serão os salários dos servidores, tanto pelo congelamento salarial imposto, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal segundo percentuais arbitrários de acordo com a receita orçamentária, quanto pelo congelamento da contratação de servidores por concursos públicos, ampliando a contratação através de empresas terceirizadas, porém ainda assim abaixo das necessidades de reposição e ampliação do quadro funcional para o serviço público, o que caracteriza a precarização do emprego público, flexibilizando a estabilidade do funcionalismo público.

Também fica claro com as análises realizadas sobre a adoção do neoliberalismo nos EUA e na Grã-Bretanha, que para recuperação de seu lucro o capitalista procura atacar profundamente as relações de trabalho estabelecidas no Estado de Bem-Estar Social, procurando desta forma reduzir os custos salariais e o próprio poder que os sindicatos obtêm na barganhagem econômica com o capital e no controle do processo de trabalho, cuja vitória para o capitalista significou a possibilidade de consolidar a experiência japonesa de

organização fabril e a adoção de inovações tecnológicas. Como decorrência da necessidade de desregulamentação do mercado de trabalho, o neoliberalismo forjou uma ofensiva sobre o movimento sindical e a própria classe trabalhadora, desmontando a correlação da luta de classes existente, cujas expressões mais significativas foram as derrotas dos controladores de tráfego aéreo nos EUA e dos mineiros na Grã-Bretanha.

Diante do cenário de hiperinflação do final da década de 1980, no Brasil o aceno de uma estabilidade inflacionária soou como um alívio para trabalhadores cansados de correrem atrás dos aumentos generalizados de preços. O desgaste de lideranças políticas que estavam comprometidas com a Nova República, e a ameaça real de vitória de uma frente popular com Lula nas eleições de 1989, fizeram com que os setores conservadores apoiassem amplamente Fernando Collor de Melo, já àquela época com um discurso notadamente contrário ao funcionalismo público e à participação estatal na economia.

Com Collor eleito a economia brasileira sofre uma grande recessão, fruto da política de combate a inflação, baseada na retenção da poupança, além disso, a abertura comercial favorece o aumento das importações e a conseqüente falência de várias empresas no Brasil. O resultado para o mercado de trabalho é o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, jogando pesadamente contra o movimento sindical que havia garantido conquistas significativas na década anterior, algumas delas consolidadas na Constituição de 1988.

A partir daí, o aumento da produção industrial ocorre sem elevação do nível de emprego, já que os investimentos produtivos estão focados em plantas fabris de montagem e nessas o toyotismo é mais intenso, ou seja, são fábricas poupadoras de mão-de-obra.

Embora tenha sido importante a política econômica do governo Collor para a inserção do paradigma neoliberal, foi somente com a condução de Fernando Henrique Cardoso, inicialmente como Ministro da Fazenda em 1994, depois como Presidente da República a partir de 1995, que o Brasil acompanhará de perto as conseqüências da adoção do paradigma neoliberal.

O êxito fundamental de FHC foi a construção da governabilidade nos parâmetros da ordem neoliberal, postando o Estado como mero fiador dos investimentos privados, notadamente os investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo que mantendo políticas sociais minimalistas, baseadas na focalização das demandas dos segmentos mais miseráveis da sociedade.

Além disso, à semelhança do ocorrido na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a derrota de movimentos grevistas como os previdenciários, eletricitários,

aeroportuários, telefônicos e principalmente petroleiros em 1995, colocaram o movimento sindical na defensiva, fortalecendo posições propositivas no seio dos setores mais combativos do novo sindicalismo, como ficou patente no caso da greve dos petroleiros, tendo em vista que a direção da CUT posicionou-se contrária à radicalização do movimento diante da intransigência do governo brasileiro, e deixou os sindicatos isolados diante da massiva campanha na mídia que opunha os petroleiros contra a sociedade.

Tais fatos corroboram as análises que propugnam a função política das recessões, como instrumentos para quebrarem as resistências operárias ao avanço da reestruturação produtiva e o próprio neoliberalismo, que apresenta um conteúdo explicitamente antioperário por considerar os sindicatos como externalidades nefastas ao bom funcionamento do mercado.

Para aplicar os planos de ajuste neoliberais é preciso eliminar o poder reivindicativo dos sindicatos e a resistência destes à corrosão dos salários, ao aumento da produtividade, ao desemprego e ao sucateamento da rede estatal de serviços públicos (BIANCHI, 1997, p. 116).

Vale lembrar que neste período várias reformas constitucionais estavam sendo votadas no Congresso Nacional, e a sinalização da derrota sindical nestas greves proporcionou menores constrangimentos ao governo, já que inclusive as direções das centrais sindicais, inclusive a CUT apoiaram a Reforma Previdenciária, de cunho fiscalista, e regressiva quanto aos direitos dos trabalhadores.

Marcaram também estas greves a consolidação do pacto de governabilidade que permitiu a Fernando Henrique Cardoso promover várias reformas constitucionais, tendo amplo apoio no espectro parlamentar, inclusive aprovando a emenda que permitiu sua reeleição em 1998.

Essa governabilidade redimensionou o pacto oligárquico no país e permitiu sua adequação aos parâmetros estabelecidos pelo capital transnacionalizado. A arquitetura econômica que possibilitou a estabilidade inflacionária traz em seu corolário o aumento da vulnerabilidade externa, já que a manutenção de déficits comerciais a partir de 1995 e da paridade cambial Real-Dólar só foram possíveis com o ingresso maciço de recursos financeiros internacionais, principalmente através de investimentos, que em grande parte foram destinados à compra de empresas estatais e nacionais, mas que também foram destinados à compra de títulos públicos aumentando a dívida pública de forma explosiva durante a presidência de FHC.

Portanto, o Brasil insere-se na fase atual da mundialização do capital como país subordinado aos ditames neoliberais, com o alinhamento ideológico do Estado nacional ao que pronunciam os arautos da “nova ordem mundial”, tendo o mercado como central para o desenvolvimento econômico e social. Não é a toa que no país as experiências de desregulamentação do mercado de trabalho serão realizadas, já que sua vulnerabilidade coloca o país à mercê das crises financeiras recorrentes durante a década de 1990.

[...]o acirramento da concorrência desregulada entre indivíduos, empresas e nações ou blocos econômicos tenderia a tornar as políticas de desregulamentação dos mercados de trabalho, notadamente aquelas voltadas ao controle e redução dos custos salariais, a variável de ajuste fundamental (MATTOSO, 1996, p.31 – grifo do autor).

Essa desregulamentação ocorre em várias escalas, atingindo as diversas esferas governamentais, como por exemplo, a guerra fiscal no Brasil, em que os entes federados disputam entre si qual tem as melhores condições para receber os investimentos, como por exemplo, a instalação da fábrica transnacional da Ford na Bahia, que anteriormente havia estabelecido acordo com o governo gaúcho, mas que diante da recusa do novo governador eleito (Olívio Dutra) em aceitar as cláusulas acordadas, resolveu se instalar na Bahia com benefícios mais amplos do que aqueles acordados com Governo do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, também é importante ressaltar como os sindicatos interagem nesta disputa para atrair investidores “estrangeiros”⁸, alinhando-se muitas vezes com os interesses do capital na redução tributária e por vezes num certo pacto de não-reivindicação, esta é uma postura que se consolidará nas câmaras setoriais e nos diferentes conselhos regionais de desenvolvimento.

É, portanto, através desta concorrência pela desregulação, que muitos Estados nacionais e entidades federativas rebaixam os seus padrões legais de trabalho e de proteção ambiental, buscando atrair os investidores para o crescimento da atividade econômica, contando com o apoio dos sindicatos, que justificam essa adesão pela promessa de emprego que os novos investimentos podem gerar.

Neste sentido, as entrevistas que realizamos demonstram em alguns casos o sentido que a participação dos sindicatos assume na formação profissional, nos STIM de Mogi Guaçu e de Pederneiras os dirigentes entrevistados assumiram a defesa da participação dos sindicatos na formação profissional através da parceria com empresas, inclusive no caso

de Mogi Guaçu com um acordo para instalação de empresa em que o Sindicato se comprometeu a promover os cursos de qualificação profissional. Tal atitude é caracteristicamente marcada pelo corporativismo de suas ações, na perspectiva da colaboração com o capital, pois dessa forma compreendem esses sindicalistas o trabalhador pode receber benefícios, seja com a conquista dos empregos, seja com a melhoria da competitividade empresarial, que em algum momento pode reverter em ganhos para os trabalhadores.

Isso demonstra o papel que muitas vezes a qualificação profissional é utilizada como moeda de troca para garantia de acordos de investimentos, o que sinaliza para alguns desafios importantes para a classe trabalhadora, na medida em que parte do sindicalismo aceita passivamente a colaboração com o capital como estratégia de conquistas para os trabalhadores, rejuvenescendo o corporativismo do movimento sindical, tanto societal, pois voltado ao interesses exclusivos da categoria representada, mas também em sua dimensão territorializante, já que os sindicatos da mesma categoria podem disputar os investimentos em sua base de representação, ampliando a vantagem do capital na escolha de locais para instalação das empresas.

Atuando nas diversas escalas planetárias o capital se utiliza dos instrumentos da liberalização comercial como estratégia componente da mundialização do capital, e no Brasil tal liberalização ocorre como um processo de internalização da competição internacional, intensificando a modernização produtiva que já se instalara como perspectiva para as empresas desde a crise da dívida em 1981. Essa modernização do parque fabril no Brasil ocorre tanto pela instalação de fábricas construídas a partir dos princípios do toyotismo, como a fábrica da Volkswagen em Resende/RJ, ou através da remodelação de plantas fabris já existentes. Também é preciso considerar que tal modernização ultrapassa os limites da produção industrial, sendo encontrada nos mais diferentes setores da atividade econômica, como na agropecuária, com a intensificação da mecanização das lavouras ou de controles mais efetivos na produção pecuária.

Portanto, o objetivo desta liberalização é sintonizar o padrão de acumulação do capital no Brasil, com o padrão da mundialização do capital, elegendo o mercado como indutor das medidas modernizadoras a serem adotadas pelas empresas, para adequarem-se à concorrência internacional.

De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem

⁸ Neste caso o “estrangeiro” pode significar o capital proveniente de outras regiões do país.

exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (CHESNAIS, 1996, p. 25).

O papel que os acordos multilaterais de comércio, como o MERCOSUL e a ALCA, e principalmente as rodadas de negociações patrocinadas pela OMC são o de ampliar a concorrência internacional, quebrando barreiras alfandegárias para o livre comércio entre nações, porém tal retórica camufla o cenário de desigualdade em que estão inseridas as relações comerciais internacionais, já que grande parte das transações no comércio entre as nações é relativa às trocas intra-firmas das corporações transnacionais, e a redução tributária e alfandegária proporcionaria ganhos logísticos importantes ao permitir mais facilmente a realocação das plantas fabris. Também neste sentido é o esforço para adequação dos meios físicos voltados ao comércio internacional, cabendo aos Estados nacionais a responsabilidade pela construção e instalação de máquinas e equipamentos, tudo como esforço para ampliação das trocas internacionais, e recentemente este esforço tem significado, por exemplo, o aumento das monoculturas exportadoras com prejuízo para a agricultura voltada ao abastecimento interno⁹.

A abertura comercial, iniciada com o governo Collor, proporcionou condições para que as grandes empresas, sob repentina exposição à concorrência internacional, intensificassem sua modernização, sobretudo através de reorganização administrativa, principalmente pela redução do quadro de funcionários, graças ao ambiente fortemente recessivo dos anos 1990-1992. Neste primeiro momento da liberalização comercial, os constrangimentos externos e a insegurança no cenário econômico nacional desestimularam os investimentos do capital em inovações tecnológicas, disso decorre que o aumento de produtividade verificado será pautado pelas estratégias de redução de custos, através da diminuição de salários e das demissões.

De certa forma, essa é uma estratégia já praticada desde meados dos anos 80, mas com a liberalização comercial há uma difusão de métodos e técnicas de organização do trabalho, baseados no toyotismo – a terceirização, o *just-in-time/kanban*, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), o Controle Estatístico de Processo (CEP), o Controle de Qualidade Total (CQT). Essa dinâmica de expansão do toyotismo ocorre com a implantação

⁹ No Brasil, diante das dificuldades de financiamento de obras pelo Estado, que são responsáveis, por exemplo, pela crise de abastecimento de energia elétrica na maior parte do país em 2001, o governo Lula está procurando aprovar no Congresso Nacional a regulamentação das Parcerias Público-Privada (PPP) como forma de garantir os investimentos necessários para a infra-estrutura física da acumulação do capital.

de inovações tecnológicas e organizacionais de forma diferenciada, permitindo interpretações sobre a existência do toyotismo restrito e do toyotismo sistêmico¹⁰.

Com o Plano Real procurou-se dar solução à incapacidade da economia brasileira em financiar o balanço de pagamentos, já que este é um dos principais entraves à adequação do padrão de acumulação do capital no Brasil à mundialização do capital. Esta solução foi buscada através da atração de capitais voláteis disponibilizados pela financeirização da economia, desde meados dos anos 70. Porém, as condições impostas por estes capitais voláteis tornaram ainda mais vulnerável a economia brasileira, agravando a precarização do emprego. Tal fato ocorreu pela própria característica da mundialização financeirizada e a forma de inserção do Brasil nesta mundialização.

O capital monetário, obcecado pelo “fetichismo da liquidez”, tem comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos, de modo que a “busca de credibilidade” diante dos mercados tornou-se o “novo Graal” dos governos (CHESNAIS: 1996, p.15)

O relativo sucesso do Plano Real na estabilidade monetária e a montagem de um cenário favorável aos investimentos estrangeiros proporcionaram condições para que as grandes empresas ampliassem os recursos destinados à automação microeletrônica, principalmente no período pré-desvalorização (até 1999). Além disso, a recessão do início da década e a manutenção de elevadas taxas de desemprego condicionaram a ofensiva do capital sobre o trabalho, construindo condições para a imposição das medidas decorrentes da aplicação do paradigma toyotista.

A abertura comercial e a liberalização financeira proporcionaram, no decorrer do governo FHC e do governo Lula, a elevação da vulnerabilidade externa, já que a despeito dos esforços efusivos de atração de capitais externos para o equilíbrio do balanço de pagamentos, estes esforços tornaram-se inúteis com as crises financeiras em diversos países periféricos, resultando em vultosos volumes monetários esvaziados das reservas internacionais do Brasil. Além disso, o endividamento externo, tanto público quanto privado, ampliou-se consideravelmente.

Some-se a isso o retorno do capital investido na forma de remessa de lucros para as matrizes das empresas transnacionais, que aplicaram recursos em grande parte na

¹⁰ Alves (2000), procura distinguir duas fases de adoção do toyotismo no Brasil, e que estão relacionados à mediação entre o novo padrão produtivo (em pleno desenvolvimento nos países centrais) e sua internalização restrita na economia brasileira, durante os anos 1980, daí a denominação toyotismo restrito, que a partir dos anos 1990 ganha contornos sistêmicos, expandindo os métodos da organização do trabalho e as inovações tecnológicas concernentes (toyotismo sistêmico).

aquisição de empresas já instaladas em território nacional, para conferirmos o cenário de crescente vulnerabilidade externa, cujo combate era um dos objetivos dos planos de estabilização econômica, mas que não lograram efetivamente reduzi-lo no nível considerado seguro para garantir a atração de investidores estrangeiros.

Com o fim da paridade cambial no início de 1999 (logo após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso) o saldo comercial brasileiro passa a ser superavitário, porém ainda não de forma suficiente para garantir todos os recursos necessários para o pagamento dos compromissos internacionais assumidos com a emissão de títulos da dívida pública, ou dos compromissos de pagamentos assumidos com o FMI e o Banco Mundial, daí que durante os governos de FHC e de Lula tenha sido recorrente a necessidade de auxílio do FMI para obtenção de recursos¹¹.

A dependência de recursos destas instituições multilaterais teve um papel importante (porém não exclusivo), na modelagem de um conjunto de políticas adotadas pelo Estado brasileiro, enfocando não só a gestão da economia nacional, mas também as políticas sociais e a administração pública, ressaltando-se as políticas educacionais do Banco Mundial adotadas como modelo de educação pelos diferentes governos¹², inclusive a própria revitalização da Teoria do Capital Humano, com a adoção do mito da empregabilidade, como fator explicativo do desemprego no Brasil.

A manutenção da vulnerabilidade externa justifica um corolário de medidas para atrair capitais externos, seja através das instituições multilaterais, seja através das seguidas garantias exigidas pelos capitais privados transnacionais de reformas no ambiente econômico, entre outras, algumas já efetivadas como a Reforma Previdenciária de FHC, a desregulamentação do mercado de trabalho (tanto do ponto de vista legal, quanto do ponto de vista real com a ampliação do trabalho informal), a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reforma Previdenciária de Lula e a Lei de Falências, bem como outras que estão em tramitação, como a Reforma Trabalhista, a Reforma Sindical e a Reforma Tributária.

A chantagem explícita para que os investidores estrangeiros adotem o Brasil como país seguro para os investimentos, apresentam claramente um teor antioperário, já que procuram desmontar seletivamente o Estado, atingindo e restringindo a seguridade social,

¹¹ O saldo comercial brasileiro que era deficitário em US\$ 8,372 milhões no ano de 1997, em 2003 registrou superávit de US\$ 24,798 milhões, mesmo assim a necessidade de financiamento da dívida externa para o ano de 2004 alcança a cifra de US\$ 45,4 bilhões, considerando-se os empréstimos do FMI na ordem de US\$ 23,3 bilhões, cf. Lauro Veiga Filho “Brasil não tem como pagar a dívida” in: Brasil de Fato, ano 2, n. 73, 22 a 28/07/2004, p. 7 e Prates, Daniela e Carneiro, Ricardo “A conta não fecha” in: Carta Capital, n.298, 07/07/2004, p. 32-33.

¹² Neste sentido existem vários estudos sobre a influência do Banco Mundial nas reformas educacionais, cf. LEHER (1998 e 1999) e SILVA, M. A. (2002).

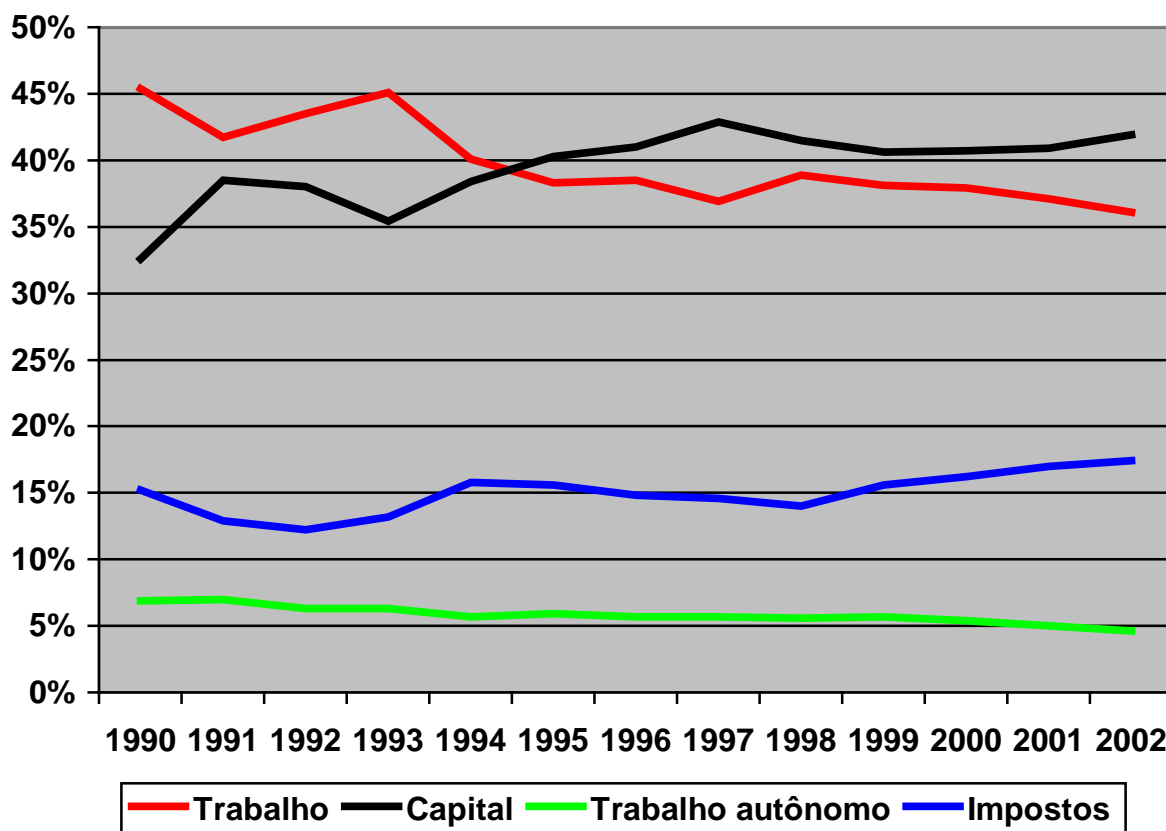
postando-a como fonte de déficits públicos incongruentes com a necessária restrição fiscal imposta para que o Estado tenha condições de ser superavitário em suas contas para pagamento dos compromissos assumidos.

Além disso, a própria internalização do toyotismo sistêmico significou maior precarização do emprego, já que tecnologias poupadoras de mão-de-obra e processos flexíveis de produção expulsaram do emprego formal milhões de trabalhadores que tiveram de se ocupar em postos de trabalho informais, ou assumir a condição de trabalhadores autônomos.

Os resultados para o mundo do trabalho das políticas econômicas implantadas na década de 1990 foram desastrosos, pois elevaram o desemprego a níveis permanentemente altos, sem que o Estado tivesse condições de garantir níveis mínimos de renda para os desocupados. O que ocorreu foi a expansão da economia informal como forma de controle e manutenção de um vigoroso exército industrial de reserva, que por sua vez possibilitou maior rebaixamento da renda – mesmo entre os trabalhadores empregados - e das condições de trabalho.

O reflexo dessa situação pode ser observado na distribuição da renda nacional, calculado pelo IBGE a partir da participação dos rendimentos do capital, dos salários, da renda do trabalho autônomo e dos impostos no Produto Interno Bruto (Gráfico 1). Verifica-se que os salários tiveram forte retração em 1994, com quedas sucessivas a partir de então (exceção de 1998), também os rendimento do trabalho autônomo perderam participação desde 1990.

Gráfico 1 - Repartição do PIB no Brasil



Fonte: IBGE. (www.ibge.gov.br, acesso em 15/04/2004)

As condições macroeconômicas criadas pela abertura comercial indiscriminada, pela desregulamentação econômica sob fortes pressões dos investidores estrangeiros, pelo baixo crescimento econômico, pela destruição de cadeias produtivas, enfim pela insuficiência do ajuste neoliberal para responder às demandas por crescimento e desenvolvimento, a continuidade do governo FHC, representada pelo candidato José Serra, foi derrotada nas eleições presidenciais de 2002. Porém, a eleição de Lula para presidência que poderia representar uma ruptura dos cânones neoliberais revelou-se incapaz de modificar substancialmente a política macroeconômica do Estado brasileiro, tanto pelas “amarras” contratuais e financeiras, como pelo relativo alinhamento ideológico do grupo no poder, às receitas formuladas e implementadas sob o crivo da doutrina neoliberal.

De qualquer forma, o balanço do governo FHC é extremamente negativo para os trabalhadores, pois representou a continuidade das perdas de renda decorrente da recessão implementada por Collor, a perda de postos de trabalho formais, contextualizando o fortalecimento do sindicalismo propositivo em suas diferentes nuances.

A partir de 1995 FHC subsaaria o Brasil, na medida em que se observa no país a ocorrência simultânea de cinco processos: desestabilização macroeconômica (crescimento medíocre da renda per capita de cerca de 1% ao ano, desemprego elevado, degradação das contas públicas, déficit crônico do balanço de pagamentos); desmonte do aparelho produtivo (taxas decrescentes e baixas de investimento, desnacionalização, desaparecimento do sistema nacional de inovações); esgarçamento do tecido social (miséria, pobreza, violência, aumento do consumo de drogas, tensão e desigualdade); deterioração política e institucional (meios de comunicação, polícia, forças armadas, judiciário, partidos); e perda de governança (incompetência, má gestão, perda de legitimidade e corrupção). (GONÇALVES, Reinaldo, 2002, p. 188).

O pacto de poder que permitiu a implementação e manutenção do Plano Real durante oito anos foi derrotado nas eleições de 2002, porém tal derrocada não levou a mudanças de rumo na condução do Estado brasileiro, pois o Partido dos Trabalhadores e a coalizão eleita em 2002 não pautam sua ação na promoção de rupturas no cenário de desenvolvimento econômico e social implantado a partir dos anos 1990, nem sequer apostando na construção de políticas de bem-estar social.

De qualquer forma, o que assistimos durante a década de 1990 foi a demonstração cabal de que as receitas preconizadas pela doutrina neoliberal não atendem sequer as condições de “regulação” necessárias para o desenvolvimento econômico e expansão capitalista, promovendo uma intensa concentração de capitais, notadamente as corporações transnacionais e grupos financeiros. Incapaz de deter o ímpeto destrutivo do capital, buscam-se fórmulas de contê-lo, garantindo toda a desregulamentação e flexibilidade necessária para o mercado capitalista, com a manutenção de condições sociais minimamente seguras para a acumulação capitalista.

A década neoliberal (Pochmann 2001), foi farta em apresentar diversos mitos explicativos sobre o funcionamento da economia, no caso brasileiro diferentes receitas foram elaboradas para tentar equalizar problemas estruturais da economia brasileira, como por exemplo, a baixa capacidade de investimento do Estado nacional, adotando como alternativa a privatização de serviços públicos através da venda de empresas estatais (EMBRATEL, TELEBRÁS, Companhias hidrelétricas, etc.) ou da venda de concessões públicas (como nos famigerados pedágios nas rodovias estaduais e federais). Pochmann (2001) elenca um conjunto significativo destes mitos explicativos concernentes ao mundo do trabalho:

1) A diminuição do Estado levaria ao crescimento e ampliação dos empregos, o que se viu foi o aumento do desemprego e o parco crescimento econômico;

2) A abertura comercial levaria à modernização do parque produtivo, no entanto, a mesma promoveu uma regressão qualitativa no mercado internacional (ou seja, reprimarização da pauta exportadora além dos déficits comerciais entre 1995 e 1999) e maior

desemprego industrial (tanto através da internalização do toyotismo, como pela destruição de cadeias produtivas expostas abruptamente à concorrência internacional);

3) O avanço da nova economia no país seria possível pela importação de pacotes tecnológicos, abandonando políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico. O que ocorreu foi que tal política proporcionou maior dependência tecnológica do país e a despeito da destruição dos empregos com a introdução de novas tecnologias na produção, não houve criação de emprego consistente nos setores voltados à produção científica e tecnológica;

4) O fim de políticas regionais de desenvolvimento (exemplificadas na SUDENE, SUDAM, SUDECO e SUDESUL) promoveria maior equalização territorial, pois o mercado teria condições de promover o desenvolvimento regional, graças à própria expansão capitalista. O que ocorreu foi a intensificação da guerra fiscal e a ampliação da desigualdade regional, com as regiões mais desenvolvidas sendo favorecidas pelas “vantagens comparativas” existentes;

5) A estabilidade monetária promoveria *per si* a desconcentração de renda, porém tal fato só ocorreu nos primeiros meses do Plano Real, pois a renda continuou concentrada, já que as condições de remuneração do trabalho foram aviltadas, não ocorrendo mudanças estruturais;

6) A competitividade das empresas brasileiras estaria sendo prejudicada pelo custo do trabalho no Brasil. O que ocorreu é que mesmo com a flexibilização e desregulamentação do trabalho, as empresas não se tornaram competitivas, a não ser em decorrência do câmbio desvalorizado, de qualquer forma o resultado foi a precarização generalizada do emprego e estagnação do mercado interno;

7) O afastamento do Estado da responsabilidade pelo salário mínimo levaria à maior igualdade salarial e elevação dos salários de acordo com a produtividade, porém, isso significou um reforço da característica de baixos salários na economia brasileira com um salário mínimo em nível muito baixo, sendo que o salário médio não aumentou significativamente¹³;

8) O projeto neoliberal propunha por fim à Era Vargas, no entanto, o que assistimos foi a uma revitalização do pacto político oligárquico, arejando os setores mais retrógrados da burguesia nacional com o latifúndio, prejudicando tanto os trabalhadores

¹³ A comparação que Pochmann (2001) estabelece entre o salário mínimo e a renda per capita no Brasil, permite verificar a queda acentuada do salário mínimo durante a década de 1990, se em 1989 o salário mínimo representava 44% da renda per capita, em 1999 esse índice atingiu 28,6% da renda per capita.

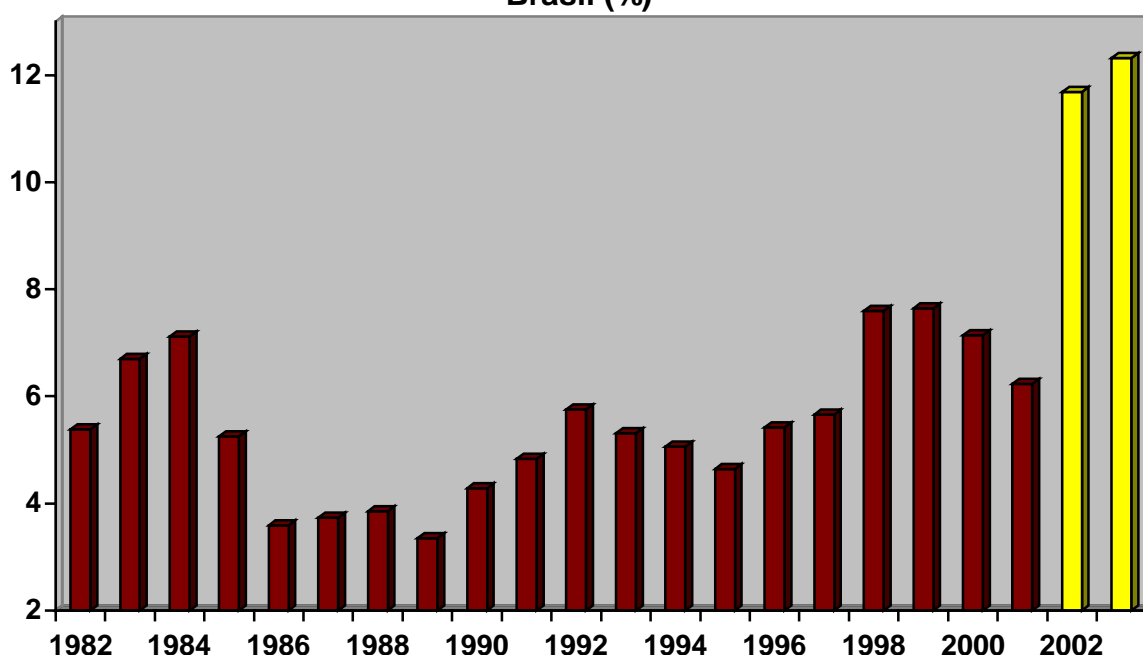
urbanos, quanto aos trabalhadores no campo (assalariados, agricultores familiares e sem terra);

Portanto o neoliberalismo não foi capaz de prover o crescimento econômico que se preconizava no início da década de 1990 com a “modernização” da economia brasileira, o resultado direto para o mundo do trabalho pode ser evidenciada com a precarização generalizada do emprego, que teremos condições de analisar adiante.

1.2 A Precarização do Emprego

O período iniciado com a abertura comercial no Brasil marca a escalada dos índices de desemprego, conforme podemos verificar por meio da taxa de desemprego medida pelo IBGE, que sai de um patamar de 3,35 % no ano de 1989, até atingir 6,23 % em 2001, demonstrado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Taxa de Desemprego Total
Brasil (%)**



Fonte: IBGE. www.ibge.gov.br. Acesso em 15/05/2004.

Observação: em amarelo a série nova da Pesquisa Mensal de Emprego, que alterou a metodologia utilizada pelo IBGE para medição do desemprego, incorporando além do desemprego aberto o desemprego oculto.

Além da ampliação generalizada do desemprego aberto – ou seja, decorrente da procura efetiva por emprego da população desocupada – ocorre um intenso crescimento de desemprego oculto¹⁴, tanto pelas subocupações que tantos trabalhadores precisam se “conformar”, quanto pela desistência da procura por emprego, medidos pelas taxas de desemprego oculto por empregos precários e pelo desalento.

Isto é, o desemprego embora seja um índice importante para aferir a condição do mercado de trabalho, em termos da incapacidade de atendimento à demanda dos

¹⁴ O desemprego oculto é composto pelo desemprego oculto pelo trabalho precário, em que estão incluídas as pessoas que procuraram emprego mesmo estando ocupadas em atividades inconstantes, e pelo desemprego oculto por desalento, em que as pessoas apesar de não estarem procurando emprego gostariam de exercer alguma atividade no mercado de trabalho.

trabalhadores por postos de emprego, ele implica em um leque mais amplo de situações do trabalhador, que em comparação com situações mais ou menos seguras do emprego assalariado formal, encontram-se precarizado.

De uso corrente na literatura especializada, a precarização é usada como indicativo da deterioração das relações de trabalho, tendo como parâmetro as relações formais de assalariamento, que asseguram a inclusão do trabalhador na rede mínima de seguridade social instituída pela CLT na década de 1930 e ampliada desde então pela pressão dos movimentos organizados dos trabalhadores, por exemplo, com as tímidas conquistas da Constituição de 1988¹⁵.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2001, realizada pelo IBGE, revelam o grau de precariedade das relações de trabalho no Brasil, com os empregados sem carteira assinada alcançando 21,9% da População Economicamente Ativa (Tabela 03), porém mais do que restrito ao universo dos trabalhadores sem carteira assinada a precarização atinge todos os trabalhadores, pois como veremos o contingente crescente de desempregados e subempregados exercem papel importante na regulação do preço da força de trabalho.

Tabela 03**Distribuição da População Economicamente Ativa, por Condição da Ocupação.**

Condição da Ocupação	Ocupados	(%)
Empregados com carteira assinada	23.714.901	28,5
Funcionários Públicos	4.869.990	5,8
Empregadores	3.183.746	3,8
Setor estruturado	31.768.637	38,1
Empregados sem carteira assinada	18.229.514	21,9
Autônomos	16.832.995	20,3
Não remunerados	5.584.228	6,7
Trabalhadores no setor de subsistência	3.030.068	3,6
Setor não-estruturado	43.676.805	52,5
Desempregados	7.785.067	9,4
População Economicamente Ativa	83.242.239	100

Fonte: IBGE, PNAD 2001. www.ibge.gov.br, acesso em 15/02/2003

* Excluído os Sem Declaração.

¹⁵ A Constituição de 1988 ampliou alguns direitos trabalhistas e estipulou novos: Limitação da jornada semanal a 44 horas, criação do seguro-desemprego, ampliação da licença-maternidade para 120 dias e criação da licença-paternidade, proíbe a ingerência do Estado nos sindicatos, assegura a liberdade de organização sindical para os funcionários públicos e estipula a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as demissões sem justa causa.

Esse é o contexto em que o governo brasileiro instituirá o PLANFOR, como resposta aos crescentes índices de deterioração do emprego, apontando a baixa qualificação profissional como principal problema da pouca “empregabilidade” do trabalhador, isso porque as mudanças no mundo do trabalho, gestadas pela reestruturação produtiva nos países desenvolvidos desde a década de 1960, foram internalizadas de forma seletiva no país, mas de qualquer forma foram utilizadas como justificativa para a necessidade de maior qualificação da mão de obra.

O que ocorreu durante a década de 1990 foi a internalização do toyotismo como parâmetro de organização do trabalho, concomitante à desestruturação das empresas pela concorrência internacional. Isso provocou um aumento generalizado do desemprego, que mesmo em períodos de recuperação econômica não teve seus índices reduzidos aos patamares anteriores à abertura comercial.

Isso se explica pelo fato de que a recessão econômica favorece a adoção da reestruturação produtiva pelas empresas, já que a capacidade de aplicar medidas refratárias aos trabalhadores é facilitada pelo contexto de diminuição dos postos de trabalho, tendo à sua disposição a possibilidade de implantar as medidas poupadoras de mão de obra, negociando, algumas vezes, apenas o ritmo da adoção da reestruturação produtiva. Desta forma, no quadro macroeconômico o aumento da atividade produtiva não significa necessariamente que a criação de empregos será realizada, pois isso pode ocorrer pelo aumento do trabalho informal, ou outras formas de trabalho precário.

A emergência de novas tecnologias na produção e a financeirização da economia desestabilizaram os padrões de concorrência intercapitalista, promovendo a flexibilidade como termo chave para a atuação das empresas, exigindo que as relações de trabalho acompanhassem essa flexibilidade sob pena de perda da concorrência capitalista.

No campo das negociações coletivas, as empresas buscaram flexibilizar o uso do trabalho através: I) da recomposição de seu poder na determinação de suas classificações (estruturas) de ocupações; II) da adoção de formas de gestão e de uso do tempo de trabalho mais flexíveis e modulares; e III) da mudança das regras e normas de determinação dos salários com uma crescente individualização do processo (DEDECCA, 1996, p. 59).

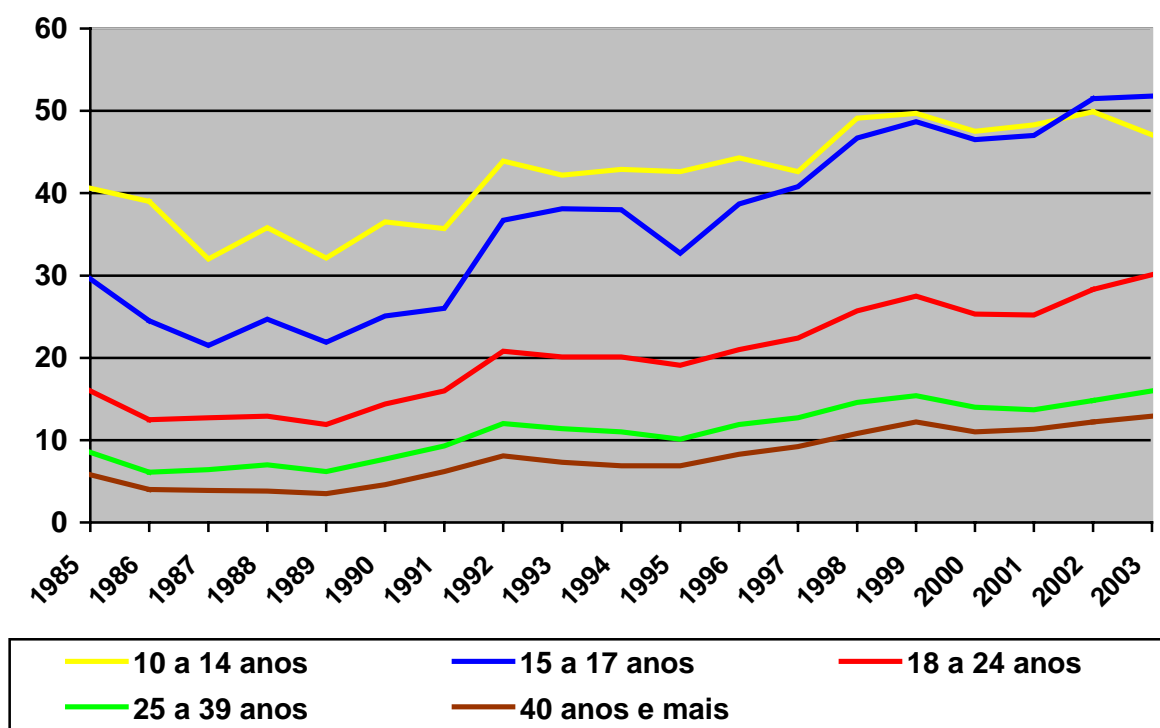
A reorganização produtiva passa a estar mais centrada na introdução de novos métodos organizacionais do que na incorporação de novas tecnologias, reduzindo os riscos do processo de racionalização produtiva.

Deste modo, o desemprego que acompanha a reestruturação produtiva é caracterizado pela redução do emprego estável nas grandes empresas, o que só é realizado

mantendo ou até mesmo ampliando os empregos precários, relativizando o aumento da produtividade que a reestruturação produtiva proporciona, pois parte dos empregos perdidos na empresa-mãe é redimensionado para as empresas terceirizadas, sob condições mais precárias de emprego.

O desemprego no Brasil também apresenta algumas características relativas ao perfil etário do desemprego, atingindo mais duramente o jovem trabalhador, na busca pelo primeiro emprego, conforme demonstra o Gráfico 03.

**Gráfico 03 - Taxa de Desemprego, por Faixa Etária
Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: PED - Fundação SEADE/DIEESE. www.seade.sp.gov.br, acesso em 15/03/2004.

Isso revela a incapacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho que atendam à demanda de emprego pelos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho pela primeira vez, o que implica em situações socialmente explosivas, com a falta de perspectiva para os jovens, de verem atendidos seus desejos de consumo e de autoafirmação, o que é um componente fundamental para compreender as altas taxas de criminalidade entre eles.

Também o desemprego e a precarização afetam desigualmente homens e mulheres, com estas sendo obrigadas a participarem do mercado de trabalho, para contribuir na sustentação do lar e tendo que se inserir em relações de trabalho proporcionalmente mais

precárias que os homens, adequando a jornada de trabalho à jornada de trabalho doméstico, e se submetendo tanto à opressão masculina, quanto à opressão capitalista¹⁶.

As variações na composição do desemprego durante a última década estão, portanto, relacionadas às mudanças substanciais da economia brasileira, com internalização da concorrência capitalista transnacionalizada num quadro de desigualdades sociais mantidas pelo modelo de “modernização”, como forma de garantir a acumulação do capital em território brasileiro.

Para Meneleu Neto (1996), as teses que relacionam diretamente o desemprego como resultado “natural” da introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra estão baseadas num determinismo tecnológico em que amparado na lógica do mercado, o desemprego poderia ser tecnicamente explicado como decorrência da mera aplicação de fatores produtivos, forjando um consenso em torno de idéias reducionistas sobre a tecnologia e a exploração do trabalho. A consequência destas idéias, segundo o autor, seria a sugestão da inevitabilidade do fim do operariado fabril, com todas as implicações para a luta de classes.

Invertendo essa lógica, o autor postula o papel que a reposição do exército industrial de reserva tem sobre a redução da força da classe trabalhadora, ou seja, a própria crise capitalista, resultado de suas contradições intrínsecas, jogou os trabalhadores na defensiva ao aumentar o desemprego e a precarização do trabalho, repondo as margens de lucro para os capitalistas.

Desta forma, a adoção do toyotismo e da reestruturação produtiva pelas empresas não foi pelo desenvolvimento natural das forças produtivas, mas decorrente da correlação de forças negativas para os trabalhadores organizados, que o fizeram “aceitar” a introdução de métodos organizacionais e de tecnologias na produção, com evidentes prejuízos para sua remuneração e condições de trabalho.

Essa análise faz sentido quando compreendemos as restrições à acumulação capitalista, que ocorreram no pós-guerra, com a emergência do keynesianismo e a consolidação do compromisso fordista nos países desenvolvidos. No paradigma fordista o ritmo da acumulação capitalista perde relativa autonomia, passando a depender de pactos externos à lógica própria do capital, numa demonstração das conquistas obtidas pelo operariado e que se adequaram à necessidade de expansão da demanda para a produção massificada fordista.

¹⁶ O trabalho de Carvalho, T. B. (2004) demonstra as dificuldades das mulheres trabalhadoras em se inserirem no mercado de trabalho, pois a despeito de contribuírem no sustento financeiro do lar as mulheres mantêm seus atributos domésticos, quando a isso se soma a militância política das mulheres nos sindicatos passam a exercer uma jornada tripla de trabalho, fatores que contribuem para explicar as dificuldades de participação das mulheres no movimento sindical.

A crise do paradigma fordista recolocou o Exército Industrial de Reserva como variável de ajuste baseado no mercado, pois o declínio da capacidade de regulação do fordismo permitiu que a coordenação política sob o crivo do neoliberalismo operasse a desmontagem do emprego pleno, e com isso a estrutura social do sindicalismo europeu e norte-americano, favorecendo ainda mais a ofensiva do capital sobre as conquistas trabalhistas obtidas no pós-guerra.

Portanto o exército industrial de reserva, que no capitalismo clássico analisado por Marx era resultado das flutuações autônomas da acumulação de capital, passou a ser repostado como 'externalidade' pelas políticas neoliberais (MENELEU NETO, 1996, p. 87).

Ou seja, a regulação política sobre o mercado de trabalho, antes baseada no fordismo é repostada a partir dos pressupostos neoliberais do mercado como indutor da regulação, sendo que essa substituição é deliberadamente uma forma de atingir o movimento operário e sindical, principalmente nos países em que a seguridade social é mais efetiva.

No Brasil, tal assertiva é correta sob o crivo da perspectiva do capitalista, já que a seguridade social é uma realidade distante para a parcela majoritária dos trabalhadores, tendo em vista que o crescimento econômico das décadas de 1940 a 1970 não logrou maior equalização na distribuição de renda, e mesmo com um custo salarial baixíssimo, os trabalhadores e seus movimentos organizados foram alvo da desestruturação e desregulamentação promovidas pela ofensiva neoliberal.

De uma forma geral o toyotismo e as políticas neoliberais, tendo o desemprego e a precarização do emprego como componentes de pressão contra os trabalhadores, permitirão às empresas uma maior facilidade para escolher a mão de obra que melhor se adeque às suas exigências. Isso porque há o acirramento da concorrência entre os trabalhadores, que podemos verificar nas mais variadas escalas, desde os trabalhadores individuais até o trabalhador e suas representações coletivas identificadas com territorialidades nacionais.

Em países em que a seguridade social efetivou-se como garantia de renda mínima para os trabalhadores, com a institucionalização de uma rede de proteção social, o esforço do capital é para a destruição desta rede, usando como estratégia de pressão a ampliação do exército industrial de reserva, oriundo tanto do mercado de trabalho interno, quanto pela ampliação da escala de intervenção das empresas, realocando-as pelo planeta em busca de melhores condições, que inclui uma força de trabalho qualificada e com restrita organização sindical.

A mobilidade alcançada pelo capital nas três últimas décadas irrompe com os regramentos jurídicos em países periféricos, chantageando-os das mais diferentes formas para aceitarem a condição de fornecedores de mão de obra e recursos naturais baratos para as grandes corporações transnacionais.

Por isso, o desemprego não é uma variável tecnicamente neutra, que não possa ser inferida pelos determinantes da luta de classes, pois, a adoção seletiva dos paradigmas técnicos e organizacionais do toyotismo atinge desigualmente os setores econômicos e lugares, construindo a territorialidade do capital, que tem no deslocamento escalar e temporal, trunfos que utiliza para exercer seu domínio sobre a totalidade social.

É assim que podemos compreender os esforços empreendidos pelo capital, para adaptar os sujeitos e lugares à exploração do padrão flexível de acumulação, abrangendo um conjunto amplo de medidas, como a desregulamentação do mercado de trabalho, a territorialização de benfeitorias custeadas pelo Estado para facilitar a instalação e operação destas empresas (portos, estradas, etc.) e a preparação da mão de obra para essa exploração através da formação e qualificação profissional.

Isso aparece claramente nas justificativas para implementação do PLANFOR, em que a qualificação profissional é considerada um elemento estratégico para a competitividade das empresas brasileiras, adequando-as às normas exigidas pelos mercados internacionais¹⁷, como expressa esse trecho de documento do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esse processo tem implicações que envolvem toda a cadeia produtiva – do projeto ao pós-venda, passando pela produção, inspeção e armazenagem dos produtos, abarcando também dimensões consideradas estratégicas para a qualidade, como educação básica e profissional, segurança e saúde no trabalho e meio ambiente. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 1999a, p. 10).

A dinâmica territorial que o capital enseja traz justamente a possibilidade de utilização da mobilidade planetária como estratégia de domínio, pois através desta mobilidade e tendo em vista a destruição de vias alternativas de sociabilidade, o capital pode empreender sua chantagem sobre os países e regiões, aproveitando-se do caráter fragmentário dos locais, base da representação política dos trabalhadores, tanto em nível nacional, quanto em níveis sub-nacionais, como no caso brasileiro, que tem no município a unidade territorial da representação sindical.

¹⁷ Se levarmos em conta que parte expressiva do comércio internacional é de trocas intra-firmas podemos considerar que as exigências que se fazem em termos de trocas comerciais de países precisam ser considerados no quadro da transnacionalização do capital, para mais detalhes ver Chesnais (1996).

No Brasil, embora tenham sido feitos muitos esforços para a consolidação de institucionalidades e infra-estrutura física adequada aos padrões exigidos, esbarrou-se em obstáculos enraizados no modelo histórico de desenvolvimento e nas próprias contradições do desenvolvimento capitalista, já que, por exemplo, exige-se maior escolaridade para os trabalhadores, porém não há indicações de que tal mão de obra escolarizada possa ser explorada como tal, da mesma forma que essa maior escolaridade potencializa a própria contradição do capital, exposta na ampliação de movimentos reivindicatórios e contestatórios, extra-sindicais, muitas vezes tendo em suas fileiras baterias entusiasmadas de jovens estudantes.

Esses limites e contradições da territorialização da acumulação flexível no Brasil não impediram que, ao longo da década de 1990, alguns paradigmas da reestruturação produtiva fossem seletivamente incorporados pelas empresas, em grande parte decorrente da pressão sobre os trabalhadores com a crise do desemprego do início da década de 1990, que provocou a utilização destes paradigmas como trunfo contra as reivindicações dos trabalhadores.

Meneleu Neto (1996), afirma que o aumento do desemprego no Brasil teve papel fundamental como estratégia do capital para recompor e adequar a estrutura produtiva ao padrão de concorrência internacional. Embora tal aumento tenha ocorrido tanto pelo acréscimo do desemprego aberto como pelo incremento do desemprego total.

Foi sobretudo através da ampliação do trabalho precário que tornou possível a reposição do estoque de mão de obra, como variável de ajuste fundamental para a internalização do toyotismo e do neoliberalismo, demonstrando cabalmente a funcionalidade do trabalho precário para a manutenção de um Exército Industrial de Reserva pronto para substituir trabalhadores que venham a se tornar obsoletos para a acumulação capitalista.

Este é um ponto importante, pois essa massa de desocupados ou subocupados precisa acompanhar, e por vezes ultrapassar, o nível de preparo da mão de obra ativa, e isso é uma função que veladamente se assume para o PLANFOR e o PNQ, pois trata-se de qualificar e re-qualificar mão de obra que já esteja desempregada ou que esteja em risco de perder o emprego, mantendo com isso um Exército Industrial de Reserva pronto para assumir a condição de titular a qualquer momento.

Com isso, configura-se um quadro de polarização entre um núcleo pequeno de trabalhadores com emprego estável e relativamente bem remunerado e uma grande massa de empregos instáveis e mal remunerados, porém funcionais no sentido de manterem sob constante pressão o núcleo estável de trabalhadores e facilitarem a acumulação capitalista,

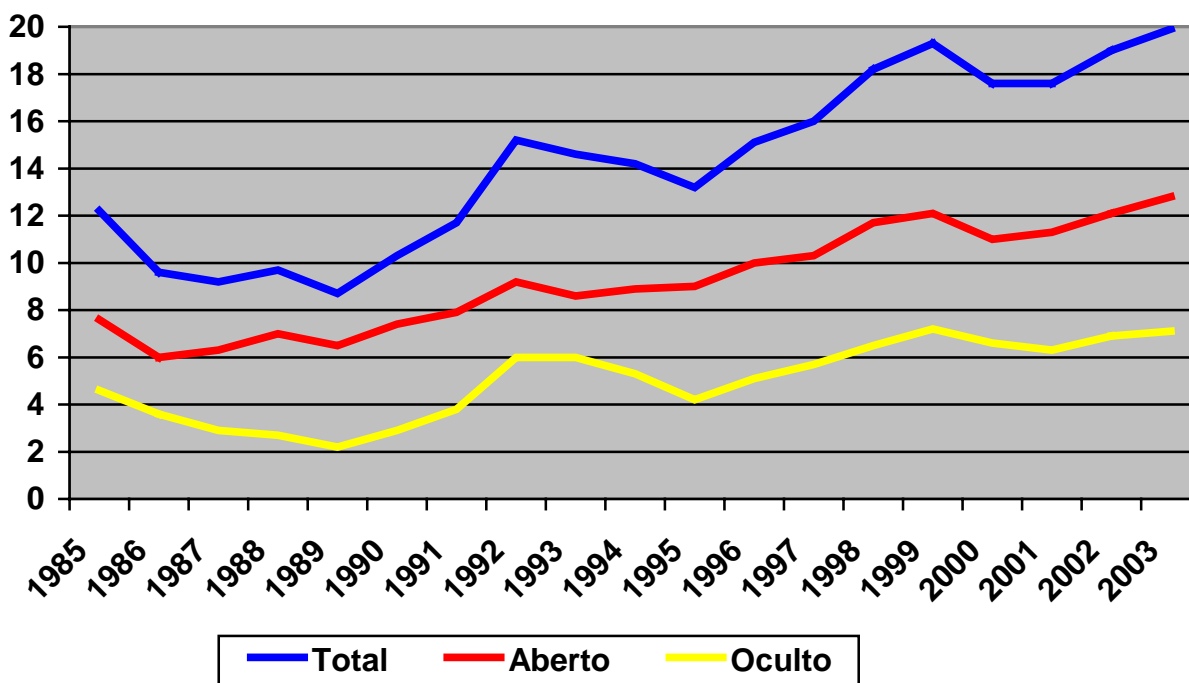
fornecendo força de trabalho barata e sem compromissos através da rede de empresas terceirizadas.

Tem-se com isso um redimensionamento do sentido da exclusão social, pois à condição de não estar empregado alia-se à condição de emprego precário, mal remunerado, instável, longe da rede de proteção social mínima instituída no Brasil com a CLT.

[...] ao trocar empregos industriais e de serviços formalizados por empregos não-formalizados, permitirá a consolidação de uma nova forma de exclusão social, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais no Brasil (BALTAR, DEDECCA E HENRIQUE, 1996, p. 106).

Há, portanto, maior heterogeneidade nas relações de trabalho implementadas pelo crescimento dos empregos precários, transformando a composição do desemprego, tornando-o mais complexo, com perda relativa da importância do desemprego aberto como medidor absoluto da condição do trabalho, pois ganha maior dimensão as formas precárias de inserção no emprego, camuflando os índices de desemprego, basta observar que na Região Metropolitana de São Paulo, o desemprego oculto que representava em 1989, 25,2% da taxa de desemprego total passa em 2003 a representar 35,6%, conforme expressa o Gráfico 4.

**Gráfico 4 - Taxa de Desemprego Aberto e Oculto
Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE e DIEESE, www.seade.sp.gov.br e www.dieese.org.br. Acesso em 20/05/2004.

A flexibilidade do mercado de trabalho foi imposta como meta a ser alcançada, provendo as empresas de instrumentos estratégicos para concorrerem no mercado capitalista mundializado, aumentando sua lucratividade, e ampliando a atratividade do país aos investidores estrangeiros, como forma de amenizar o balanço de pagamentos.

O resultado destas estratégias tem sido uma reordenação da produção intra-fábrica, e também em escalas mais amplas, com a reordenação territorial da produção no Brasil, rompendo com o padrão anterior do período do desenvolvimentismo, entre a década de 1950 e 1970.

Tem-se, portanto, observado no país uma reorganização produtiva que provoca um progressivo ajuste da estrutura industrial, no sentido de torná-la cada vez mais desarticulada e fragmentada internamente. Esse movimento tem afetado progressivamente não apenas as relações existentes inter e intra-setores econômicos, como também as relações regionais que o processo de desenvolvimento passado, mesmo que precariamente, havia constituído e que permitiram a formação de um mercado nacional (BALTAR, DEDECCA E HENRIQUE, 1996, p. 106).

Para isso foi importante a consolidação de um bloco no poder que pudesse levar à frente o desmantelamento do padrão institucional anterior, o que ocorreu somente com

o Plano Real em 1994, ainda na presidência de Itamar Franco, e com a eleição de Fernando Henrique Cardoso no mesmo ano. A articulação do PSDB com o PFL, e mais à frente com o PMDB proporcionou relativa estabilidade governamental, o que proporcionou condições de intensificar as reformas que o capital mundializado preconizava como essencial para manutenção do fluxo de recursos para o país.

Some-se a isso a priorização da luta institucional dos partidos de oposição, notadamente o Partido dos Trabalhadores, e dos setores mais combativos do sindicalismo, como ficou claro na Reforma da previdência de FHC com a atuação da direção da CUT.

O governo FHC logrou construir uma nova institucionalização política que permitiu sua sustentação durante os dois mandatos presidenciais. Para isso construiu um consenso entre os setores conservadores de que a gestão governamental precisava estar fundamentada em determinados parâmetros fiscais e jurídicos, definidos em última instância pelos credores internacionais da dívida brasileira. Isso restringiu a democracia burguesa a uma parcela ainda menor de poder, já que efetivamente construíram-se amarras que não permitiram romper os contratos com os credores internacionais, por exemplo¹⁸.

A desregulamentação do mercado de trabalho exigida pelo capital foi aos poucos sendo implementada durante os dois mandatos de FHC, o que fez ampliar as desigualdades no mercado de trabalho, com o crescimento da parcela de trabalhadores excluídos dos benefícios da legislação trabalhista. Várias foram as medidas implantadas para garantir tal desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, no intuito de adequá-lo à sua função de fornecedor de mão de obra barata, ao mesmo tempo servindo de instrumento de pressão sobre outros mercados de trabalho nacionais, inclusive nos países desenvolvidos.

Para autores como Dedecca (2003), a reorganização do mercado de trabalho resultou em maior diferenciação de renda, decorrentes sobretudo, da baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho. Contudo, o autor aponta alguns elementos importantes que contribuíram para o agravamento da situação do emprego, “exteriores” à dinâmica econômica, e que dizem respeito ao padrão de regulação das relações de trabalho, com a instituição de mudanças na legislação: 1) Instituição da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), substituindo o padrão salarial centrado na definição do Estado por um modelo

¹⁸ Neste sentido Fiori (2001) alerta para o totalitarismo implícito nas reformas liberais das últimas três décadas, chamando atenção para o Acordo Multilateral de Investimento (AMI) que segundo o autor: “E se de fato ele for aprovado pelos países membros da OCDE se transformará numa espécie de culminação ou ratificação legal dos processos simultâneos de globalização financeira e concentração do poder político mundial, deslanchados a partir do final dos anos setenta” (p. 249).

baseado na negociação entre as partes; 2) Regulamentação do banco de horas, reduzindo o papel regulatório do Estado; 3) Esvaziamento da função fiscalizatória do Ministério do Trabalho; 4) Estabelecimento das Comissões de Conciliação Prévia, retirando a Justiça do Trabalho da mediação dos conflitos;

A perda generalizada de poder de compra, durante os anos 1990, atingiu sobretudo os ocupados, demonstrando a função regulatória do exército industrial de reserva sobre o conjunto do mercado de trabalho. Entre os ocupados, a diminuição foi mais efetiva entre os trabalhadores de menor renda. Porém, a maior diferenciação se deu entre os que recebem salário e aqueles que auferem renda da propriedade do capital, demonstrando o caráter de sua ofensiva sobre o trabalho, reduzindo a participação dos salários na renda nacional. Ainda sobre as contas nacionais é possível verificar que a baixa taxa de formação bruta de capital fixo indica que ocorreu transferência de remuneração do trabalho para o capital financeiro (Dedecca, 2003).

A desestruturação do mercado de trabalho no Brasil ocorre sob fortes motivações econômicas, já que a crescente vulnerabilidade externa do país e o alinhamento ideológico levaram a adoção de um conjunto de medidas liberalizantes; porém deve-se compreender que ocorreram também importantes mudanças na legislação trabalhista e até mesmo mudanças nas interpretações do judiciário, além do fato das empresas optarem por estratégias de confrontação aberta ao regramento existente.

Krein (2003), analisa três diferentes formas de flexibilidade no mercado de trabalho e sistematiza o conjunto de alterações que foram efetivadas para garantir tal flexibilidade, resumidas a seguir:

A Flexibilidade numérica ou quantitativa, que é a possibilidade das empresas em empregarem e despedirem trabalhadores de acordo com suas necessidades de produção, sem pagar custos adicionais com multas rescisórias. Isso foi garantido através de um conjunto de medidas para incentivar a contratação de trabalhadores, pretensamente para ampliar a formalização do mercado de trabalho¹⁹.

Os resultados de tais medidas não provocaram mudanças substanciais no quadro de formalização do emprego, mantendo a tendência de crescimento do desemprego e da precarização, que não são determinados exclusivamente pelo funcionamento do mercado

¹⁹ O autor cita a regulamentação do contrato por tempo determinado, a regulamentação do contrato parcial e da suspensão do contrato, a denúncia da Convenção 158 da OIT, regulamentação das cooperativas profissionais ou de prestação de serviços, regulamentação do trabalho temporário, a regulamentação da demissão no setor público, o contrato de aprendizagem e o trabalho-estágio.

de trabalho, mas envolvem todo o cenário sócio-econômico que influi na decisão das empresas nas formas de contratação de mão de obra.

Poderíamos, além disso, afirmar que tais medidas favorecem ainda mais a precarização do emprego, ao consolidar um rebaixamento nas exigências para a contratação e dispensa de trabalhadores, institucionalizando no território nacional o que as empresas já realizavam individualmente de forma ilegal. Mesmo que tais medidas provoquem o efeito desejado de formalização do mercado de trabalho, isso será feito num patamar menor de direitos sociais, relativizando os ganhos que a carteira de trabalho poderia significar para o trabalhador.

Também é preciso lembrar, conforme Krein (2003), que essa flexibilização foi realizada pelo capital através da terceirização e ampliação do direito autônomo, ou seja, do direito individualizado pelos contratos mercantis de prestação de serviços e não pelo direito trabalhista, conforme já tivemos oportunidade de frisar, com efeitos contundentes sobre a luta de classes.

Outra tentativa de promover adequação das empresas à concorrência capitalista e fragilizar a classe trabalhadora é através da flexibilidade funcional, em que o capital procura ajustar o uso da força de trabalho à flexibilidade exigida pela demanda. Isso ocorre através de ampliação da liberdade do capital em modificar a jornada de trabalho e as atribuições funcionais do trabalhador (a construção do trabalhador polivalente, que seja capaz de adaptar-se rapidamente às transformações no processo produtivo), de acordo com suas necessidades, assim como flexibilizar a remuneração salarial, vinculando-a a objetivos de produtividade da empresa.

Um dos principais instrumentos de flexibilização da jornada de trabalho deu-se através do Banco de Horas, em que a jornada de trabalho passa a referenciar-se na jornada anual de trabalho e não mais na mensal. Como a flexibilização da jornada de trabalho é pouco regulamentada pela legislação trabalhista, às empresas garante-se ampla liberdade de alocação temporal da força de trabalho, reduzindo as porosidades do trabalho, decorrentes da sazonalidade das atividades econômicas, evitando também o pagamento de horas extras pelas empresas, reduzindo os ganhos atípicos do trabalhador durante o ano.

Outra medida foi a liberação do trabalho aos domingos, principalmente no caso dos comerciários, permitindo às empresas, sob a justificativa de ampliar os postos de emprego, maior racionalização do tempo de trabalho, economizando com a redução dos gastos salariais, sem elevar o nível de emprego.

Além destes dois instrumentos de flexibilidade funcional e da jornada de trabalho, também serão feitas tentativas no sentido de flexibilizar a remuneração salarial, principalmente através da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o “fim” da política salarial e do salário mínimo, ou seja, os reajustes salariais e os reajustes do Salário Mínimo, determinados pelo Governo Federal, não contam com nenhuma disciplinarização, sob o argumento da livre negociação e da desindexação da economia.

A PLR funciona como um elemento motivador para os trabalhadores vestirem a camisa da empresa, aumentando sua produtividade e supostamente sendo beneficiados com este aumento, através da remuneração extra, vinculada aos ganhos da empresa. Essa estratégia reflete uma ofensiva sobre o comportamento do trabalhador, que passaria a enxergar a empresa e o patrão como parceiros e não mais como antagonistas.

Para os trabalhadores os efeitos desta estratégia assumem alguns riscos como a substituição do reajuste salarial pela PLR, reduzindo as garantias e a segurança de uma remuneração fixa, sendo que o aumento da produtividade não se fixará nos salários futuros, sendo necessário aumentos constantes de produtividade para que os trabalhadores mantenham o nível da remuneração salarial acrescida de PLR. Além disso, a tendência de remuneração por “mérito” que está embutida na PLR pode promover o acirramento da concorrência individual entre os trabalhadores, comprometendo as ações coletivas de defesa e/ou conquista de direitos sociais²⁰.

Também a PLR pode favorecer uma crescente desigualdade no mercado de trabalho, ampliando a diferença de remuneração entre os trabalhadores das grandes empresas e os trabalhadores de pequenas empresas, muitas funcionando como fornecedoras de insumos para a empresa-mãe, além de ampliar os incentivos para a criação de sindicatos por empresa.

Um sintoma da utilização da PLR como estratégia de redução de custos salariais pelas empresas, segundo Krein (2003), é a presença crescente desse dispositivo nas negociações coletivas entre 1995 e 1998, quando passa a declinar em decorrência da recessão econômica de 1998 e 1999, momento em que os sindicatos ampliaram esforços para incorporar parte dos ganhos obtidos com a PLR nos salários. Podemos afirmar que esse fato promoveu o declínio das cláusulas sobre PLR nas negociações coletivas, priorizando o reajuste salarial, já que sua adoção nos anos precedentes não garantiu a manutenção do nível

²⁰ Além de Krein (2003), a flexibilidade da remuneração através da PLR é apresentada em Oliveira, M. A. (2003), em que o autor faz um breve balanço bibliográfico sobre o tema e em Carvalho Neto (2001) em que o autor faz um estudo sobre as negociações coletivas no Brasil entre 1992 e 1998, abrangendo os setores químicos (ABC e São Paulo), metalúrgicos (ABC, São Paulo e Betim), bancários (Brasil) e trabalhadores em telecomunicações (Brasil).

salarial. Além disso, tal estratégia não foi eficaz para o aumento esperado da produtividade pelas empresas.

Um terceiro elemento é apontado pelo autor, tendo o claro sentido de promover a adequação do mercado de trabalho brasileiro ao padrão de desregulamentação desejado pelos capitalistas através das tentativas de flexibilidade nos procedimentos de solução dos conflitos, na perspectiva de ampliar as negociações no âmbito privado em detrimento das negociações públicas, transformando o contrato de trabalho em contrato de natureza civil, em que desaparece o direito trabalhista, como excrescência das relações jurídicas burguesas, já que pressupõe uma condição de inferioridade, diferente do direito civil burguês que tem na igualdade formal um dos baluartes de sua configuração jurídica.

Diferentes tentativas foram realizadas para tal intento, com destaque para as Comissões de Conciliação Prévia (CCP), o rito sumário e o afrouxamento da fiscalização do Ministério do Trabalho.

A fragilização da fiscalização do Ministério do Trabalho só aparentemente pode ser entendida como desdobramento natural das restrições fiscais, definidas em acordos multilaterais e assumidas como política de gestão pública pelos governos brasileiros, pois, simultaneamente ao desmonte do aparelho fiscalizatório do Ministério do Trabalho serão empreendidas medidas governamentais para amenizar a situação de pobreza e miséria de grande parte da população brasileira. De eficácia duvidosa, essas políticas focais e compensatórias, como o próprio PLANFOR, sem que isso tenha revertido o quadro regressivo do mundo do trabalho no Brasil, em que emprego ou qualquer trabalho é considerado um prêmio individual e não um direito social, e mesmo aqueles que estão ocupados, não são capazes de garantir com a venda de sua força de trabalho condições para sustentação e consumo.

As CCPs foram introduzidas como forma de conciliar conflitos individuais, porém passam a ter um papel fundamental na flexibilização da legislação trabalhista, algo que as negociações coletivas não podem fazer no sentido pretendido pelos capitalistas, já que os acordos firmados nas CCPs podem reduzir os direitos trabalhistas, adequando-os às condições sazonais ou não das empresas, aos locais/regiões e/ou setores de atividade econômica.

Por sua característica de promover a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, os acordos viabilizados resultam majoritariamente em renúncia dos direitos trabalhistas pelos representantes sindicais, pois são muitos os instrumentos de pressão nas mãos do capitalista para promover tal conciliação, ou de simplesmente se retirar da negociação quando o rumo não lhe convém, deixando muitas vezes os trabalhadores a mercê

do perigo da demissão, já que como vimos anteriormente, são poucos os empecilhos para que sejam demitidos.

Além disso, outras características das CCPs, analisadas por Krein (2003), revelam que são utilizadas para conciliar trabalhadores já demitidos, sendo que apenas 3% delas foram realizadas para trabalhadores empregados.

O grande problema das CCPs é que elas não constituem uma alternativa de negociação dos litígios que surgem do desrespeito a direitos trabalhistas básicos, mas representam uma forma de reduzir o custo da demissão ou parcelar o pagamento das verbas ditas rescisórias, pouco ou nada contribuindo, portanto, para o avanço de uma democratização das relações de trabalho. (KREIN, 2003, p. 315).

De qualquer forma, os sindicatos não lograram ampliar suas estratégias de acordo com as demandas trabalhistas explicitadas pelas CCPs, o que poderia levá-los a adotarem ações que enfrentassem tais problemas, o que pode ser explicado pelo aprisionamento dos sindicatos às demandas dos trabalhadores empregados que, como vimos anteriormente, eram ínfimas.

Um dos efeitos das estratégias de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho foi o aumento da informalidade, que amplia as condições para que as relações de trabalho e as condições em que o trabalho se realiza tornem-se mais precarizadas, evidenciando o papel de ajuste sócio-econômico da desregulamentação realizada pelos capitalistas, o que para o sindicalismo brasileiro, fundamentado na relação contratual formalizada do trabalho implicou em grandes desafios político-organizativos, no sentido, ou de incorporar tal segmento informalizado às suas lutas, ou de ignorá-lo.

Uma das formas de incrementar a informalidade foi a omissão fiscalizatória do Estado brasileiro, esvaziando as condições de fiscalização do cumprimento da lei trabalhista, restringindo-se às ações focalizadas no combate às formas mais degradantes do trabalho, como o trabalho escravo e o trabalho infantil.

Dessa forma, a desregulamentação do trabalho no Brasil ocorrerá em grande medida, graças ao abandono solene das prerrogativas legais, que se aviltam com a terceirização e a tendência de diminuição do tamanho médio das empresas, favorecendo a atomização das unidades produtivas e, por conseguinte, dificultando tanto o cumprimento da legislação quanto a organização dos trabalhadores. Pelo caráter central na regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, e na conformação legal do sindicalismo, a CLT será o alvo de críticas e tentativas de reformulação desde o governo Collor, consolidada em parte com a

proposta de Reforma Trabalhista e Sindical do Fórum Nacional do Trabalho, a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

A CLT é combatida como um anacronismo para a necessária modernização da economia brasileira, sendo considerada um empecilho, inclusive por sindicalistas que vêem a legislação trabalhista como uma herança fascista, muitas vezes sob argumentos convincentes sobre seu caráter corporativo e regressivo das lutas operárias, sobretudo para setores mais combativos do sindicalismo brasileiro que tiveram de enfrentar as limitações da legislação trabalhista para avançarem na conquista de direitos não inscritos na legislação. No entanto, para muitos sindicatos e muitos trabalhadores a CLT representa um patamar mínimo de condição de trabalho, sendo celebrada como uma importante vitória para os trabalhadores individuais quando conquistam o emprego registrado em carteira.

A condição de pleno emprego, vislumbrada como bastante próxima nos países desenvolvidos é desmontada a partir da década de 1980, e no Brasil que não esteve nem um pouco próximo desta condição, a desmontagem e desregulação do mercado de trabalho formal, elevou a informalidade à metade dos trabalhadores ocupados, conforme já vimos no Gráfico 04. Por isso Silva, L.A.M. (2003), questiona o potencial explicativo da informalidade, já que a condição de emprego formal não é a condição comum aos trabalhadores, e nem parece que se tornará em breve, pois para muitos deles o registro em carteira não representa algo possível e desejável, já que em algumas ocupações informais as condições de trabalho e a remuneração são satisfatórias para estes trabalhadores, algo que nem sempre o emprego formal tem condições de garantir.

A construção da noção de informalidade esteve ligada ao projeto de integração social, ou seja, com as alternativas de incorporação ao setor formal destes trabalhadores. Como se tais, não estivessem articulados com o setor formal na forma de pressão sobre os trabalhadores empregados e funcionais no sentido de barateamento de insumos e mão-de-obra para as empresas²¹.

Portanto, quando se analisa a informalidade, como a condição do não ser formal, perde-se a sua dimensão analítica na totalidade social capitalista, e postulam-se propostas de formalização destas relações rebaixando o nível de exigências para a

²¹ A informalidade é o tema de dois estudos em andamento no CEGeT: “O Trabalho no Lixo: Informalidade e Precarização do Trabalho no Circuito Econômico da Reciclagem” (Tese de Doutorado), de Marcelino Andrade Gonçalves e “Espacialização dos Camelôs em Presidente Prudente: Informalidade e Precarização do Trabalho” (Iniciação Científica) de Ivanildo Dias Rodrigues.

contratação, demonstrando a inevitabilidade de tal rebaixamento, já que a condição de informal já é um rebaixamento real destas condições.

Assim, o desenvolvimento do mercado de trabalho passa a ser compreendido como uma evolução hierárquica, em que a criação de postos de trabalho formalizados seria um indicador da boa saúde do mercado de trabalho, e quanto mais qualificados forem os postos criados, mais próximos estaremos dos países desenvolvidos, daí a ênfase na preparação da mão de obra para estar pronta para os desígnios do capital. Esse processo atesta os esforços envidados para criação de uma “atmosfera” modernizante, em que a luta de classe é entendida como uma negociação cordial, com conciliações de interesses que agradem tanto ao capital, quanto ao trabalho.

O governo FHC conseguiu obter importantes vitórias contra os trabalhadores ao longo dos dois mandatos presidenciais, subordinando as demandas trabalhistas ao esforço de estabilização monetária, e promovendo a desregulamentação trabalhista como ofensiva sobre os setores mais combativos do sindicalismo brasileiro, e quando necessário abrindo mão da repressão direta, como no caso da greve dos petroleiros em 1995 e em diversas greves do funcionalismo público.

Para autores como Maria Hermínia Tavares de Almeida (citada em OLIVEIRA, M. A., 2003) a estratégia de confrontação dos sindicatos, como uma das poucas alternativas diante dos choques econômicos e dos pactos sociais ensaiados durante o governo Sarney, com uma retórica sindical inflamada, obscureceu o fato de que as lutas empreendidas encerravam um caráter defensivista, ou seja, eram lutas reativas que graças ao processo inflacionário galopante, logo mostraram-se frágeis com a continuidade da crise econômica que começou a corroer as bases da representação sindical, sem que o novo sindicalismo tivesse concretizado avanços de organização que se sustentassem diante da continuidade do cenário recessivo.

Outra mudança importante que ocorre no mercado de trabalho brasileiro está ligada às formas de negociações entre o trabalho e o capital, com transformações nas pautas de negociações coletivas, substituindo reivindicações salariais por outras demandas, principalmente a manutenção do emprego.

A proliferação de sindicatos é um dos motivos apontados por autores como Pochmann (2001), de maior fragmentação das negociações coletivas, ampliando o poder de barganha do capital ao conseguir diminuir o nível das reivindicações em sindicatos menos combativos ou mais fragilizados e utilizando essas vitórias parciais como instrumento de pressão sobre o restante dos sindicatos.

O balanço das negociações coletivas nos anos 90, realizado pelo DIEESE demonstrou que não houveram ganhos consideráveis, quando comparados aos direitos estabelecidos em lei, sendo que o emprego substituiu as questões salariais na pauta de negociações, o que é um indicador do caráter defensivista que acometeu o movimento sindical no período, em decorrência da própria reestruturação econômica no país e do cenário sindical.

Também merece destaque neste balanço a presença tímida da qualificação profissional, prevalecendo formulações genéricas e algumas iniciativas para as empresas investirem.

Oliveira (2003), aponta alguns elementos que fazem com que as negociações coletivas sejam travadas num cenário de desigualdade entre trabalhadores e empresas, pela ausência de garantias para uma negociação mais justa, como a representação nos locais de trabalho e o acesso às informações das empresas, o que consideramos um reflexo direto da forma como as relações de trabalho ocorrem no Brasil, sob intenso despotismo patronal, muitas vezes não reconhecendo nem mesmo na barganhagem mercantil condições mais “igualitárias” de negociação, embora seja importante que se compreenda que é uma relação contraditória.

Nos anos 1990, porém, a desindexação salarial, a pulverização da organização sindical e a descentralização da negociação coletiva puseram em xeque a representatividade, o poder de barganha e as estratégias dos sindicatos, sobretudo de entidades de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, como as centrais sindicais (OLIVEIRA, 2003, p. 292).

Os reflexos no movimento sindical serão significativos, tanto pela reconfiguração no perfil do trabalho, quanto pelas transformações no seio do sindicalismo quanto às estratégias de enfrentamento dos desafios postos pela reestruturação capitalista.

Um dos indicadores do mercado de trabalho que afeta diretamente o debate sobre a formação profissional no Brasil é o das mudanças ocupacionais, que mede as transformações em termos de ocupações profissionais, de acordo com a demanda por qualificação da mão de obra.

Em estudo sobre as mudanças ocupacionais no Brasil, Pochmann (2001), verificou que as ocupações que estão em alta, apresentam características de baixa qualidade, já que são ocupações com salários baixos, geralmente em postos de trabalho informais e

também apresentam baixos requisitos contratuais, ou seja, com poucas garantias trabalhistas e muitas vezes camufladas pelo trabalho autônomo²².

Ou seja, a despeito da inserção do Brasil no bojo das transformações do capital mundializado, que implicariam numa necessidade de ampliação do nível da qualificação de seu trabalhador, o que se observa é que numericamente a expansão tem sido maior nas ocupações com baixa exigência em termos de qualificação profissional, o que demonstra que o perfil de mão de obra demandado pelo capital no Brasil só é de alta qualificação em setores muito específicos e de pequena dimensão em relação ao tamanho do mercado de trabalho interno.

As ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 90 não são aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção). As atividades profissionais que mais recrutam trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudança no conteúdo dos postos de trabalho e, por isso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados. (POCHMANN, 2001, p. 68).

Se compararmos no mercado de trabalho formal o crescimento entre as unidades da federação dos trabalhadores com escolaridade superior (Incompleta e completa) verificamos as diferenças quanto ao crescimento (Tabela 04), com grupos de UFs com crescimento superior a 40% no período de 1995 a 2001, e UFs com decréscimo do número de trabalhadores formais com escolaridade superior (incompleta e completa), isso de certa forma demonstra que as demandas por escolaridade – que estão de alguma forma relacionada à qualificação profissional – não são uniformes pelo território brasileiro, sendo maior o crescimento na Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Goiás, com decréscimo em Rondônia, Amapá, Tocantins e Roraima.

²² A partir das informações da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, o autor constatou que entre 1989 e 1997 as ocupações no setor privado que apresentaram maior variação absoluta foram as de: Trabalhadores de conservação e limpeza (458.532), Trabalhadores na construção civil e assemelhados (258.973), Professores de ensino de segundo grau (119.934), trabalhadores agropecuários polivalentes (99.477) e Trabalhadores do comércio e outros (72.912), entre as ocupações que apresentaram decréscimo no mesmo período destacam-se no setor privado: Trabalhadores de calçados (-47.555), Mestres em manufaturas (-45.966), Carpinteiros (-43.535), Chefes intermediários administrativos (-42.839), Torneiros, fresadores e retificadores (37.448), lembrando que se tratam de ocupações do setor formal do mercado de trabalho.

Tabela 04 – Evolução do Trabalho Formal com Escolaridade Superior (Incompleta e Completa), por Unidades da Federação.

Brasil, 1995 a 2001.

UFs com decréscimo	Roraima	-47,8%	-2.980
	Tocantins	-27,8%	-6.587
	Amapá	-25,3%	-1.949
	Rondônia	-20,4%	-2.848
UFs com baixo crescimento	Pernambuco	3,5%	4.367
	Alagoas	5,4%	1.735
	Amazonas	7,6%	2.563
	Pará	8,8%	5.318
UFs com crescimento intermediário	Rio Grande do Norte	13,4%	5.710
	Paraná	19,0%	42.825
	Distrito Federal	19,5%	27.669
	São Paulo	26,3%	320.602
	Espírito Santo	27,4%	13.892
	Piauí	27,6%	4.340
	Rio de Janeiro	27,9%	118.715
	Acre	28,7%	2.184
	Minas Gerais	30,8%	90.216
	Mato Grosso	31,1%	9.617
	Maranhão	32,2%	8.688
	Bahia	32,7%	36.356
	Rio Grande do Sul	33,2%	87.128
	Ceará	33,7%	24.842
UFs com alto crescimento	Goiás	39,3%	24.409
	Sergipe	39,7%	10.063
	Mato Grosso do Sul	46,9%	19.136
	Santa Catarina	47,9%	49.941
	Paraíba	177,7%	73.514
	Brasil	27,6%	969.061

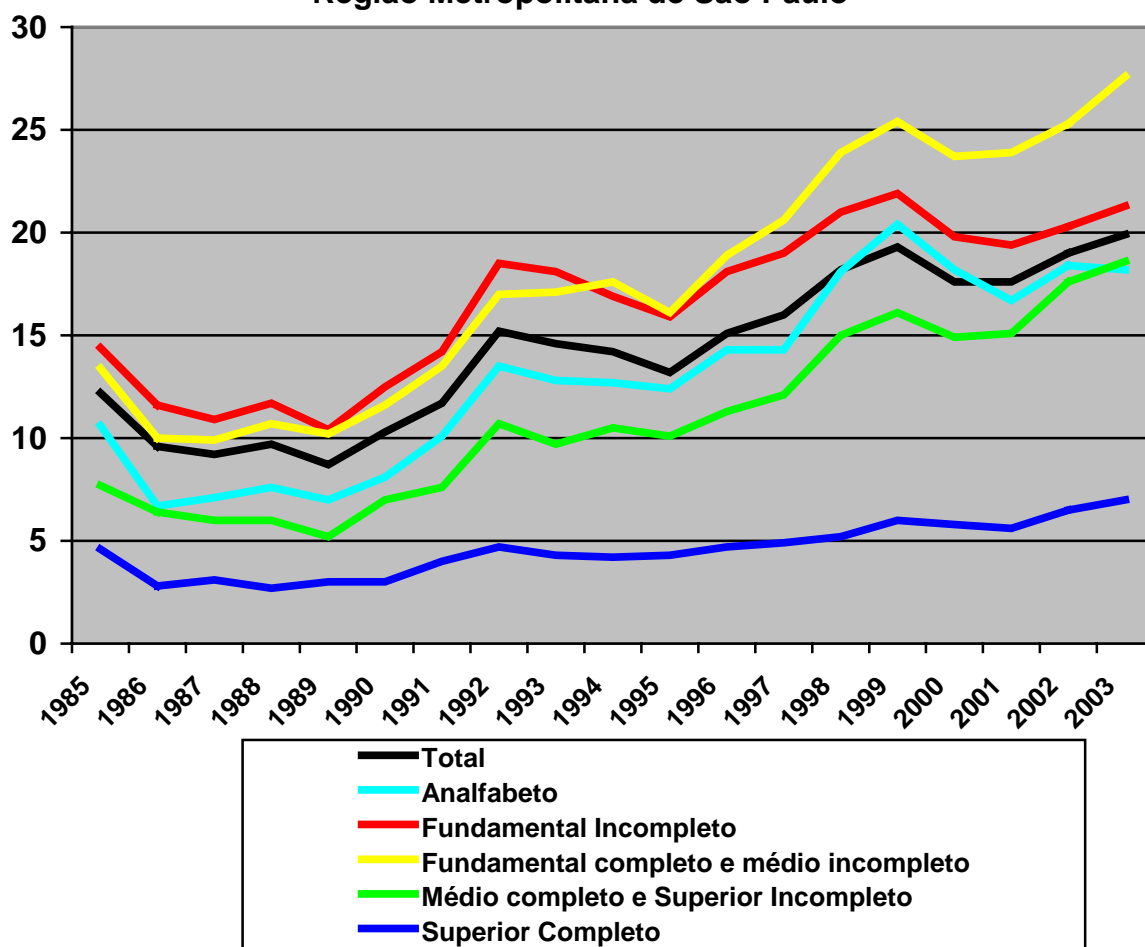
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, www.mtb.gov.br, acesso em 13/10/2003, 25/03/2004 e 10/06/2004.

Um dos aspectos da retórica sobre a qualificação profissional versa sobre o nível de escolaridade do trabalhador brasileiro, pois a escolaridade será o alicerce da construção do trabalhador polivalente, adequado às mudanças contínuas que o capital pretende implantar na forma de organização da produção e do trabalho, como decorrência da emergência do paradigma flexível de produção.

No entanto, não há dados empíricos que provem que o aumento da escolaridade proporcione diminuição das desigualdades, se efetivamente é maior a remuneração média dos trabalhadores empregados que tenham maior escolaridade, não é verdade que maior escolaridade signifique maiores possibilidades de emprego, conforme demonstram os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE e DIEESE, expressa no Gráfico 5²³ sendo que a tendência apontada para os trabalhadores com maior escolaridade é de apresentarem taxas de desemprego equivalentes aos trabalhadores sem instrução ou com baixa escolaridade. Note-se ainda que trabalhadores com escolaridade entre 8 e 10 anos de estudos apresentam taxa de desemprego bem acima da média. O aumento da taxa de desemprego para os trabalhadores com escolaridade superior alcançou no período de 1995 a 2003 o índice de 62,8%, enquanto que a taxa de desemprego total aumentou 50,7%, demonstrando que o aumento das dificuldades de encontrar emprego para os trabalhadores de nível superior foram mais intensas do que a média dos trabalhadores.

²³ Embora restrita à Região Metropolitana de São Paulo, que obviamente não expressa com fidelidade toda a diversidade regional brasileira, optamos por ela devido a apresentar a série histórica mais longa, desde 1985, que não sofreu descontinuidade como ocorreu com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que a partir de 2002 modificou a metodologia de apuração do desemprego, de qualquer forma, para o que pretendemos demonstrar a PED/RMSP é suficiente, embora variações de intensidade possam ser encontradas em outras pesquisas de desemprego, não mudam o fato de que a taxa de desemprego aumenta para todas as faixas de escolaridade.

**Gráfico 5 - Taxa de Desemprego Segundo a Escolaridade.
Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: Fundação SEADE e DIEESE. Disponível em: www.seade.sp.gov.br. Acesso em 15/07/2004.

1.3 O PLANFOR Como Resposta Para a Crise do Emprego no Brasil

O governo brasileiro buscará como forma de amenizar a crise do emprego a ampliação da escolaridade dos trabalhadores, de um lado tentando universalizar o ensino básico e de outro ampliar a rede de educação profissional, com a incorporação de entidades diversas para a “missão” de qualificar os trabalhadores. É nesse contexto que são chamadas as entidades sindicais a colaborarem com o PLANFOR.

No entanto, a despeito da ampliação do nível de escolaridade não houve elevação de renda, ou mesmo de ocupações qualificadas significativas para justificar o argumento central do PLANFOR de que o desemprego é em grande parte decorrente da baixa

qualificação profissional dos trabalhadores, advindo sobretudo, da baixa escolaridade que possuem²⁴.

Uma destas alternativas aventadas pelo governo brasileiro, refletindo o teor das políticas sociais preconizadas pelo Banco Mundial e FMI, está relacionada à busca de conformação da mão de obra ao padrão técnico e organizacional contemporâneo, com a ressalva de que este padrão diferencia-se dos países desenvolvidos pela própria característica de inserção do Brasil no contexto internacional.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi constituído durante o governo Fernando Henrique Cardoso e ideado sobre a noção de que o problema do desemprego nacional deve-se, em grande parte, à inadequação da qualificação da mão de obra ao novo padrão tecnológico. Embora esta justificativa seja estéril para explicar a precarização do emprego no Brasil, ela foi capaz de estimular a participação de muitas lideranças sindicais nos moldes preconizados pelo PLANFOR, ou seja, de comprometimento dos sindicalistas com as formulações de educação profissional que pregam tanto a adequação à reestruturação produtiva, quanto o treinamento para o exercício do auto-negócio como solução para geração de renda através da prestação autônoma de serviços ou através de empresas terceirizadas. Além disso, a própria participação na execução do PLANFOR é indicativo do modelo de relacionamento dos sindicatos com o Estado e com o patronato, fundamentalmente estimulados pela possibilidade da concertação social.

É sobre esta participação dos sindicatos no PLANFOR que estaremos desenvolvendo nossa tese de que a ação sindical, quando parametrizada pela ação do capital, e tendo o Estado como agente, não é capaz de desvencilhar-se da imposição fragmentária do ordenamento do capital. Isso impõe como identificação ao trabalhador suas diversas facetas, tanto as de origem cultural como as de origem pseudonatural, como as identidades étnicas, territoriais (pertencimento a lugares) ou sexuais, separando-as da condição estrutural do trabalho realizado sob o capital, escamoteando a exploração da classe trabalhadora, o que os impedem de se ver como trabalhadores, como uma estratégia do capital para manter o controle social sobre eles.

²⁴ Neste sentido ver Pochmann (2001) sobre as variações de ocupações no mercado formal de emprego, ou para um estudo mais amplo do mercado de trabalho, procurando articular as ocupações com a migração, no caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, ver Jannuzzi (2000), para uma visão sobre as trajetórias dos trabalhadores em virtude das estratégias do capital, ver Guimarães (2004).

Além disso, mesmo o pertencimento à classe trabalhadora perpassa pelas identidades profissionais, que os fazem ser metalúrgicos, professores, bancários, etc., e se identificam e se corporificam como tais²⁵.

Sob esta fragmentação, o capital busca a manutenção do controle social, o que implica numa preservação de sua liberdade territorial de acumulação e aprisionamento do trabalho aos limites de fronteiras artificialmente naturalizadas, seja sob a alcunha de diferenças étnico-culturais, seja sob a delimitação política e administrativa em suas diferentes escalas (municípios, estados, países, regiões). Através deste multi-dimensionamento das identidades, o capital procura destruir a unidade da força de trabalho com o seu ser social, pois delimita a representação política dos trabalhadores sob os condicionantes territoriais, quer seja pela representação sindical definida pelas divisões municipais, quer seja, em outra escala, no não reconhecimento legal do trabalhador migrante. Basta verificar as estimativas das cifras que vitaminam a espiral financeira pelo mundo, com grande parte destes recursos originários de atividades ilegais, como tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas, corrupção, etc²⁶.

Participar do processo mais amplo de formação profissional dos trabalhadores implica em sentidos contraditórios para o movimento sindical, pois significa de alguma forma saltar da esfera econômica/reivindicativa para outras dimensões da vida do trabalhador. Significa também de alguma forma, participar de seu processo de formação do trabalhador, com a profundidade e complexidade que o conceito de formação evoca e requer.

A possibilidade de poder intervir na constituição das habilidades técnicas do trabalhador tem potencialidades significativas para a luta operária, pois pode estabelecer novos parâmetros para o movimento reivindicativo, não somente pela ampliação das frentes de luta, mas fundamentalmente porque através da formação profissional os sindicalistas podem se sentir estimulados a pensar sobre a própria formação dos trabalhadores, e seu sentido de pertencimento à classe trabalhadora.

Porém, segundo nossa hipótese, essa participação ocorre sob os marcos de uma política pública de cariz compensatório, ou seja, o objetivo é o de estabelecer algum

²⁵ No âmbito do CEGeT algumas pesquisas versam sobre a relação de classe em sua dimensão de gênero, “A participação da mulher na luta pela terra no Pontal do Paranapanema” (Mestrado, em andamento) de Renata Cristiane Valenciano, “A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente” (Mestrado concluído) de Terezinha Brumatti Carvalho e “O território de luta pela terra e os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema: Uma contribuição para a Geografia do Trabalho sob um enfoque de gênero” (Doutorado, em andamento) de Maria Franco Garcia.

²⁶ Neste sentido Beinstein (2001) procura articular o crescimento da economia ilegal pelo planeta com o ciclo de acumulação financeira globalizada, Mészáros (2002) evidencia o caráter sistêmico desta economia ilegal, relacionada à própria crise estrutural do capital.

patamar mínimo de oportunidade para os trabalhadores precarizados, e esta condição contribui para a delimitação da ação sindical.

A participação, portanto, surge motivada pela preocupação do Estado brasileiro em fornecer pretensas compensações à precarização do emprego que acontece no decorrer da década de 1990, resultado das políticas de estabilização monetária, com a abertura econômica e a ampliação da competitividade internacional em território brasileiro, assim como fornecer respostas aos problemas da baixa competitividade das empresas localizadas no Brasil.

Esse é um aspecto crucial de nossa análise, pois sem compreendermos que o movimento sindical brasileiro é chamado a participar da política de formação profissional preconizada pelo Estado, em resposta à precarização generalizada do emprego, em que a baixa qualificação da mão de obra no Brasil é considerada por esta política de formação profissional um empecilho à conquista do emprego, não poderemos analisar a participação sindical como momento contraditório de legitimação das políticas macroeconômicas do Estado brasileiro e legitimação do próprio movimento sindical, o que significa, portanto, a legitimação do próprio processo de acumulação capitalista.

Porém, o sindicato não é monolítico, não responde homogeneamente às proposições de política pública de formação profissional, e é dessa possibilidade de apreender diferencialmente as oportunidades de resistência ou colaboração, que nossa pesquisa procura retirar os elementos centrais para compreendermos a dinâmica territorial da ação sindical em formação profissional, ou seja, nos diferentes momentos e escalas de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, da reprodução do capital, em que a formação do trabalhador é um dos aspectos fundamentais desta reprodução.

São diversos os caminhos que o movimento sindical percorreu como resposta ao PLANFOR, que estão em sintonia com as formulações mais gerais do projeto político dos sindicalistas. Em nossas entrevistas pudemos constatar como essas diferenças produziram respostas também diferentes, participando ou não do PLANFOR, ou mesmo quando os sindicatos participaram reagiram de acordo com os entendimentos que têm sobre o próprio sindicalismo.

Dos oito sindicatos de bancários entrevistados, apenas dois participaram do PLANFOR, o SEEB de Marília, no ano de 2000 e o SEEB de Sorocaba, no ano de 1999, motivados principalmente pela experiência em captar recursos do FAT e com isso agilizar os procedimentos burocráticos, como expressou o dirigente do SEEB de Sorocaba, embora isso não impediu que o dirigente tecesse críticas ao modelo de repasse de recursos, pois muitas

vezes o sindicato teve que arcar com os custos dos cursos sem receber ressarcimento. Já para o SEEB de Marília a participação no PLANFOR ocorreu pela oportunidade oferecida pela Federação dos Bancários de Mato Grosso do Sul e São Paulo, que estruturou os cursos e fez a intermediação com o Ministério do Trabalho e Emprego, portanto sem maior envolvimento com a estruturação dos cursos de qualificação profissional.

Para os sindicatos de bancários que não participaram do PLANFOR os motivos alegados envolvem a contestação contundente da participação dos sindicatos em cursos de formação profissional, como nos casos do SEEB de Bauru e SEEB de Guaratinguetá, assim como o desinteresse por realizar qualquer atividade de formação profissional como o SEEB de São José dos Campos. Para o SEEB de Limeira os cursos de qualificação profissional são importantes e o sindicato procura promovê-los independente dos recursos do FAT, articulando os cursos profissionalizantes para os trabalhadores da base com os cursos de formação sindical para os dirigentes sindicais.

O SEEB de Presidente Prudente apesar de não ter participado do PLANFOR esboçou interesse em participar no ano de 1999, enviando proposta de cursos de computação e calculadora científica, porém sem êxito na aprovação do projeto pela Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho, depois disso o sindicato não demonstrou mais interesse em participar do PLANFOR, embora o dirigente afirme que o sindicato buscará de alguma forma promover cursos de qualificação e requalificação profissional independente dos recursos do FAT.

Desta forma a participação no PLANFOR dos sindicatos de bancários, pela amostragem que obtivemos, foi bastante restrita, e esteve vinculada à oportunidade oferecida pela Federação dos Bancários de Mato Grosso do Sul e São Paulo, que estruturou os conteúdos pedagógicos dos cursos e fez a intermediação com o Ministério do Trabalho e Emprego, para o SEEB de Marília a experiência com o PLANFOR não despertou maior interesse nos cursos de qualificação profissional, e não pretende participar novamente do sucedâneo do PLANFOR, o PNQ, assim como não tem nenhuma intenção em promover cursos de qualificação profissional. Já no caso do SEEB de Sorocaba a experiência com o PLANFOR estimulou a continuidade do esforço em qualificar e requalificar os trabalhadores, utilizando para isso de parcerias e convênios com escolas profissionalizantes de idioma e obtendo descontos em mensalidades de cursos MBA.

Já em relação aos Sindicatos de Metalúrgicos a participação no PLANFOR, pelas entrevistas que realizamos, é mais efetiva, sendo que 14 sindicatos participaram dos cursos de qualificação profissional, ou 73,6% da amostra dos Sindicatos de Metalúrgicos, e

apenas cinco Sindicatos afirmaram não terem participado do PLANFOR. Dos sindicatos que participaram do PLANFOR, cinco foram freqüentes nos anos de existência do PLANFOR, realizando em mais de quatro anos os cursos de qualificação profissional financiados pelo FAT, quanto aos nove sindicatos restantes que participaram do PLANFOR, eles realizaram cursos apenas em alguns anos, no máximo em três anos durante o período de vigência do PLANFOR.

Os sindicatos com maior freqüência de participação no PLANFOR apresentaram como motivações para sua participação a convicção de que a qualificação profissional é fundamental para a conquista de emprego do trabalhador, tanto os sindicatos filiados à Força Sindical (STIM de Botucatu e STIM de Piracicaba), quanto o sindicato filiado à Central Brasileira de Trabalhadores e Empreendedores (CBTE) e os sindicatos filiados à CUT (STIM de Taubaté e STIM de Itu), no caso destes últimos dois sindicatos a participação ocorreu no bojo do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), que procurou incorporar aos cursos profissionalizantes a educação básica e fundamental do trabalhador.

Para o STIM de Botucatu a experiência da participação no PLANFOR foi importante pela confiança e legitimidade que o sindicato alcançou perante os trabalhadores e a própria sociedade, já que, segundo o dirigente, não houve problema com os recursos utilizados.

Dos nove sindicatos que participaram durante alguns anos do PLANFOR, apenas o STIM de Bauru, filiado à CUT, demonstrou insatisfação, principalmente com a condução do Programa Integrar, pela CNM, já que o dirigente afirmou que não havia oportunidade do sindicato em discutir com os gestores do Programa a condução dos cursos, afirmou inclusive que os cursos foram de alguma forma empurrados para o sindicato, deixando-os sem suporte quando os recursos do FAT foram extintos.

Os outros oito sindicatos²⁷ que participaram do PLANFOR, alinham-se à compreensão de que a qualificação profissional é fundamental para os trabalhadores conquistarem empregos.

Para o STIM de Pederneiras, além da qualificação profissional dos trabalhadores, a importância da participação no PLANFOR esteve no reconhecimento que o

²⁷ STIM de Lins, STIM de Mogi das Cruzes, STIM de São Carlos, STIM de Itatiba, STIM de Jaboticabal, STIM de Monte Alto, STIM de Ferraz de Vasconcelos, STIM de Mogi Guaçu.

sindicato obteve na cidade, sendo bastante procurado pelos trabalhadores de uma forma geral, o que o dirigente considerou bastante relevante.

Em três sindicatos a colaboração explícita com as empresas surgiu como motivação para a participação dos sindicatos no PLANFOR, no STIM de Pederneiras a participação esteve vinculada a preocupação em atender as demandas da Volvo em termos de qualificação profissional para um tipo de solda específica da empresa, e através de um acordo o sindicato ficou responsável pelo treinamento dos trabalhadores, utilizando para isso dos recursos provenientes do FAT. Caso semelhante pôde ser constatado no STIM de Mogi Guaçu em que através de acordos o sindicato se comprometeu a realizar os cursos de qualificação profissional para possibilitar a instalação de empresas em Mogi Guaçu. Outra forma de colaboração direta com as empresas foi constatada no STIM de Jaboticabal em que o Sindicato procurou atender as demandas das empresas locais, principalmente porque, segundo o dirigente, as empresas locais são pequenas e não tinham condições de oferecer treinamento para os trabalhadores e o Sindicato procurou contribuir qualificando mão de obra juvenil, assim como requalificando os trabalhadores empregados.

Os três sindicatos citados acima são filiados a Força Sindical, o que demonstra afinidade dos dirigentes com o discurso geral dos dirigentes da central sindical de colaboração dos sindicatos com as empresas, com o objetivo de garantir o crescimento econômico e conseqüente aumento de emprego e salários.

Dos cinco sindicatos que não participaram em nenhum momento do PLANFOR, apenas o STIM de Limeira apresentou discordância de princípios com o PLANFOR, declarando que possuem uma visão diferenciada da qualificação profissional e que prioriza os cursos de formação política em parceria com o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, embora mantenham um curso de informática nas dependências do sindicato. O STIM de Salto também não participou do PLANFOR, porém apresentando como justificativa a falta de tempo para o engajamento do sindicato neste tipo de atividade, principalmente por não considera-la prioridade da ação sindical, muito embora o sindicato realize cursos de informática e supletivo fundamental e médio com recursos próprios ou em parceria com o SESI.

Para os outros três sindicatos de metalúrgicos que não participaram do PLANFOR, os motivos não estão baseados na discordância com os princípios que fundamentam o PLANFOR, ou seja, não discordam com o fato de que a qualificação profissional é o principal problema do desemprego no país. O STIM de Jaú alegou que não participou por falta de informações do Ministério do Trabalho e Emprego, o STIM de Matão

não apresentou nenhum motivo por não participarem, apenas não demonstraram interesse em receber os recursos do FAT, já que o sindicato mantém curso de informática com recursos próprios, para o STIM de Espírito Santo do Pinhal a participação do sindicato não ocorreu por negligência da Comissão Municipal de Emprego, que era inoperante, segundo o dirigente.

O que podemos constatar a partir do exposto acima, é que no caso dos metalúrgicos a qualificação profissional como instrumento de minimização do desemprego, ou do risco de desemprego, é mais amplamente aceita, demonstrada pela maior participação dos sindicatos de metalúrgicos, em comparação com os bancários, mesmo quando a qualificação profissional é compreendida em um sentido mais amplo de maior escolarização do trabalhador. Portanto para a maioria dos sindicatos de metalúrgicos pesquisados, a relação estimulada pelo PLANFOR da educação profissionalizante com o emprego é válida, pois é o mote em que esses sindicatos se apegam para justificar sua participação no PLANFOR, de garantir aos trabalhadores a qualificação necessária para se manterem no emprego, ou conseguirem a vaga no mercado de trabalho.

A contestação de alguns sindicatos a essa relação também pode ser destacada, variando desde a refutação dos princípios da educação profissionalizante como solução para a crise de emprego, como aparece no SEEB de Santos, em que o dirigente afirma que os cursos de qualificação profissional não são capazes de diminuir a crise do emprego, até a compreensão de que a educação profissionalizante deve estar articulada à educação de uma forma geral, como acontece com o STIM de Limeira, que procura promover os cursos de qualificação profissional aliado à formação política dos trabalhadores.

Em alguns sindicatos de bancários (SEEB de Guaratinguetá e SEEB de Presidente Prudente) os dirigentes afirmaram que a qualificação profissional é de responsabilidade das empresas, e que a realização de cursos profissionalizantes pelos sindicatos é uma forma dos bancos reduzirem os custos com o treinamento da mão de obra, como afirmou o presidente do SEEB de Presidente Prudente.

Mesmo a qualificação profissional articulada à educação geral, como na proposta original da CNM, depois incorporada pela CUT no Programa Integração, é alvo de críticas pelo SEEB de Bauru (filiação a CONLUTAS), pois está articulado à noção de cidadania, e de sindicato-cidadão, que algumas correntes no interior da CUT evocam como perspectiva da luta sindical.

Portanto, a perspectiva da qualificação profissional assume variadas perspectivas no sindicalismo, ora como solução para o desemprego e subemprego (base da própria dilapidação da representação sindical), tal qual a perspectiva adotada pelo Estado

brasileiro, ora com a incorporação nesta participação de uma disputa pela hegemonia da formação do trabalhador, rumo a formulações que busquem a superação do trabalho como fonte de degradação do ser humano. Restando ainda as posições que refutam qualquer alternativa que incorpore a qualificação profissional como pauta de lutas sindicais.

Ao incorporarem em sua agenda a participação na formação profissional dos trabalhadores podem os sindicatos simplesmente atuarem como colaboradores do capital na construção de ambientes favoráveis ao investimento, como tivemos oportunidade de verificarmos no caso dos STIM de Pederneiras, STIM de Mogi Guaçu e STIM de Jaboicabal, com isso ampliando a mobilidade territorial do capital, intensificado pelo fato da representação política dos trabalhadores estar referenciada na classificação profissional²⁸ e na delimitação territorial da organização político-administrativa.

Presos ao corporativismo categorial e territorial, os sindicatos ficam impedidos de vislumbrarem a totalidade social, e isso limita as formulações dos planos de luta ao horizonte pré-definido pelo corporativismo oficial, e não pela dinâmica própria da luta de classes, que no caso da formação profissional não pode ir além das necessidades imediatas, qual seja: o da qualificação profissional que visa a habilitação técnica, e abre mão da luta pela formação do trabalhador.

No capítulo 4 teremos oportunidade de realizar alguns aprofundamentos sobre o caráter da organização do trabalho no capitalismo, procurando trazer para o debate as formulações sobre o fordismo-taylorismo e sobre o toyotismo e acumulação flexível, porém antecipando alguns aspectos desta discussão é preciso tecer algumas considerações sobre a distinção entre qualificação profissional e formação profissional, tendo em vista as transformações no processo produtivo capitalista.

Isso implica em compreender que o paradigma do fordismo-taylorismo não foi substituído pelo toyotismo, pois ambos apresentam muitas características comuns, com mudanças de teor em alguns aspectos da organização do trabalho, mas tendo como objetivo a ampliação da produtividade, o que de alguma forma significou mudanças no tipo de qualificação profissional desejada e na própria formação profissional do trabalhador.

²⁸ O sindicalismo brasileiro foi construído, principalmente a partir da década de 1930, com a CLT, através da delimitação técnico-profissional como referencial de organização, tendo o Ministério do Trabalho a prerrogativa do enquadramento das categorias profissionais aos respectivos sindicatos. As comissões de enquadramento, que apesar de serem extintas com a Constituição de 1988, mantiveram o paradigma do enquadramento nas diferentes disputas entre os sindicalistas, muitas vezes estimulados pelo próprio patronato, que buscava e busca em novos sindicatos e subcorporações, o que tem enfraquecido os sindicatos alvos dessas ações. Mais detalhes ver: Thomaz Jr. (2002).

1.4 A Emergência da Nova Formação Profissional

A qualificação no taylorismo está voltada meramente para a ampliação/verticalização das habilidades técnicas do trabalhador, ou seja, são as funções por ele desempenhadas e o grau de dificuldade que envolve a sua realização e aprendizagem. Com o *ohnismo*²⁹ a qualificação está relacionada à capacidade de realização de várias funções, com maior envolvimento dos trabalhadores.

Parece haver um certo consenso, hoje, no sentido de se reconhecer que o imperativo das pressões concorrenciais e a conseqüente adoção de novas formas de uso e gestão da força de trabalho, que enfatizam a participação e o envolvimento de uma mão-de-obra bem formada e em aperfeiçoamento constante, contribuiriam para a elevação geral da qualificação. (LARANGEIRA, 1997, p.194).

Portanto, maior qualificação corresponde a ampliação do potencial de uso da força de trabalho individual, para atendimento das demandas dos novos postos de trabalho, voltados ao aproveitamento sistemático das potencialidades do trabalhador, para além de mero apêndice da máquina. Isso envolve um conjunto mais amplo de habilidades técnicas, além de um referencial cognitivo de apreensão rápida de novas habilidades. A qualificação é uma decorrência das exigências técnicas e organizacionais da gestão do trabalho pelas empresas.

Por essas razões, a qualificação profissional é profundamente transformada com a incorporação dos paradigmas gestados pela experiência japonesa, procurando capturar de forma mais intensa a própria subjetividade do trabalhador, a vontade de participação na gestão da qualidade do produto e produtividade do processo de trabalho.

Nesta nova empresa, a qualificação, correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário, tende a se desfazer, na medida em que a divisão social do trabalho se modifica. Às exigências do posto de trabalho se sucede um estado instável da distribuição de tarefas onde a colaboração, o engajamento, a mobilidade, passam a ser qualidades dominantes (ROLLE, P. apud HIRATA 2001, p.133 – grifos da autora)

A formação profissional por sua vez é o processo de constituição do trabalhador como categoria profissional que envolve além de um conjunto de habilidades técnicas específicas, um *corpus* cognitivo de ampla apreensão das habilidades requeridas. É,

²⁹ Para mais detalhes sobre o *ohnismo* ver Coriat, (1994).

sobretudo um processo contínuo de capacitação para a aprendizagem e conhecimento de novas técnicas e funções.

A formação profissional, na sua acepção mais ampla, designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas. (CATTANI, 1997, p. 94)

O fato de pertencer ao domínio da relação educação-trabalho faz com que a formação e a qualificação profissional sejam elementos fundamentais na formação dos próprios trabalhadores, ou seja, elas são carregadas de simbolismos e ideologias que inculcam no trabalhador a sua identidade profissional. Por essa razão, a formação profissional apresenta formulações que proporcionam sua redução à mera formação técnica do trabalhador, coerente com o domínio do trabalho abstrato na produção de valores, do fetiche das mercadorias, assim como mascara formulações que procuram resgatar o trabalho em seu potencial educativo, como as concepções inspiradas em Marx, Gramsci e Lukács.

Portanto, inseridas no contexto da luta de classes, a qualificação/formação profissional têm implicações diretas na territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do trabalho, e o vislumbamento desta dinâmica no bojo da participação e ação sindical revelam os traços invisíveis da hegemonia capitalista.

Justificando a busca de apreensão desta dinâmica territorial a partir das preocupações sindicais nas formulações da formação do trabalhador, quer sejam elas favoráveis a lógica societal do capital, quer sejam na busca de alternativas para a superação desta lógica.

Enquanto resposta do Estado neoliberal brasileiro para a precarização do emprego, a qualificação/formação profissional revela-se conflituosa quanto à adequação desta alternativa para o próprio crescimento econômico nacional, pois a eficácia desta alternativa é também questionável. Ao territorializar-se como alternativa capitalista, pressupõe a intervenção escalar do Estado (Ministérios, secretarias, prefeituras, etc.) nas alternativas desenhadas pelos próprios sindicatos quanto à educação dos trabalhadores.

Entre os muitos significados que a participação sindical adquire no processo de formação profissional dos trabalhadores, reiteramos a necessidade de analisá-la sob a perspectiva territorial, enquanto estratégia de reprodução da ordem societal capitalista. Entender como os sindicatos reagem às propostas e princípios inseridos tanto no extinto PLANFOR, como em sua versão atual sob a denominação de Plano Nacional de Qualificação

(PNQ), significa compreender o papel estratégico que a formação profissional assume ou não para as lutas sindicais, inclusive se os sindicatos incluem a formação profissional como parte das estratégias de lutas.

Isso porque as formulações sobre a formação profissional não são unívocas, apresentam diferentes perspectivas, tanto em seu conteúdo pedagógico quanto estratégico, podendo apresentar a formação do trabalhador em seu sentido mais geral, e isto aliado às habilitações técnicas tem como objetivo educar os trabalhadores à leitura do processo de trabalho e das relações sociais, hegemônicas pelo capital.

A redefinição categorial que muitas vezes está incutida na re-qualificação dos trabalhadores, de certa forma, é uma contradição à própria tradição corporativista dos sindicatos, pois ao agirem na requalificação destes trabalhadores, os sindicatos estão atuando fora do âmbito da categoria, já que a condição de desempregado ou em risco de desemprego, implica numa possibilidade grande de quando encontrarem ocupação novamente, estes não pertencerão à mesma categoria de origem, o que não deixa de ser um aparente paradoxo com os termos do corporativismo categorial.

Porém, a participação sindical no PLANFOR/PNQ pode, contraditoriamente, estimular os sindicatos a assumirem/entenderem a formação dos trabalhadores como algo estratégico de suas lutas, incorporando a formação profissional como pauta de lutas, e através dela estimular a formação do trabalhador enquanto classe, retirando do capital o monopólio das formulações sobre a formação profissional, o que em última instância significa a própria formação do trabalhador.

Esse estímulo à participação sindical na formação profissional através do PLANFOR pôde ser percebido pelos recursos direcionados às centrais sindicais durante o período de vigência deste, que implicaram em maior ou menor envolvimento das lideranças sindicais no debate sobre o caráter da formação profissional. No caso da CUT, a participação no PLANFOR redirecionou os esforços voltados da formação sindical para a formação profissional, através do projeto de Educação Integral.

Outra evidência da participação sindical no campo da formação profissional pode ser percebida pelo número de cláusulas sobre a formação profissional nas negociações coletivas.

A formação profissional contemporânea emerge num momento de transformações significativas do mundo do trabalho, tanto em relação às condições materiais do emprego/ocupação/funções, quanto em relação à própria subjetividade requerida deste “novo” trabalhador. Alteram-se algumas condições da divisão técnica do trabalho, mas

sobretudo, altera-se o contexto do conflito de classes, com os trabalhadores buscando defender as conquistas do *welfare state* nos países desenvolvidos, adotando estratégias defensivas e conformando-se com as situações de menores perdas.

No Brasil, algumas dessas conquistas típicas do *welfare state* estarão presentes somente na Constituição de 1988, porém são conquistas parciais sem jamais se consolidar no Brasil o *welfare state*, tendo sido adotado como objetivo de organização estatal por parte do movimento sindical brasileiro. Embora essas conquistas trabalhistas e sociais sejam recentes na história brasileira, são alvos da ofensiva do capital, de forma mais visível, já a partir do começo da década de 1990, tanto pelas pressões legais, como pela ampliação da informalidade.

A conjuntura neoliberal, já presente nos países desenvolvidos desde a década de 1980, aporta no Brasil de forma mais intensa a partir da abertura econômica do início da década de 1990, invertendo as perspectivas de projeção das conquistas econômicas da década de 1980 para a década seguinte, postando o sindicalismo brasileiro em estratégias defensivas, com avanços organizativos parciais, principalmente com a consolidação das centrais sindicais, porém mantendo a estrutura sindical corporativa.

Durante a década de 1980 no Brasil, as lutas sociais avançaram nas conquistas e na organização dos trabalhadores de forma geral, não só em relação ao próprio movimento sindical, como às lutas reivindicativas de forma geral, recém saídos da ditadura militar, sendo estes *novos personagens* da cena social em grande parte responsáveis pela derrocada da ditadura militar e por diversas conquistas sociais durante a formulação da Constituição, no período compreendido entre 1987 e 1988. Já nos países desenvolvidos, particularmente na Europa Ocidental, o modelo taylorista-fordista de organização do trabalho já não correspondia às expectativas capitalistas. Dessa forma, a ofensiva capitalista procura atingir o *welfare state*, alcançando também o modelo social-democrata de organização sindical³⁰.

O fordismo não é apenas a organização do processo de trabalho sob a gerência taylorizada, mas, sobretudo, a busca de uma aliança com o mundo do trabalho, almejando uma forma de regulação social em que se promova a ampliação da demanda. Consolidados no *welfare state* e tendo o keynesianismo como doutrina econômica, foi bem

³⁰ A literatura que trata sobre o modelo social-democrata de organização sindical é bastante ampla e diversificada, recorremos em nossa pesquisa à alguns autores, que pela sistematização e análise crítica aproximam-se daquilo que pensamos a respeito, ver Bihr (1999), Beynon (1997), Hobsbawn (1987), Mészáros (2003), McIlroy (1997) e Santos, A.O. (2001).

sucedido durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, mantendo uma certa regularidade no crescimento e desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ampliava o poder de consumo dos trabalhadores. Obviamente que a consolidação do *welfare state* deve-se em grande parte ao alinhamento do movimento sindical europeu, principalmente, às propostas de divisão da remuneração do trabalho, comprometendo-se a não postularem nada além de maior poder de consumo, com uma certa segurança no emprego. Assim, a hegemonia social-democrata impôs, tanto às teses liberais, quanto aos setores mais radicalmente à esquerda, o modelo do *welfare state* como forma de manutenção da rentabilidade e estabilidade para o capital, sob a regência de um controle social efetivo, que durante décadas manteve parte significativa do movimento sindical longe de ações anticapitalistas³¹.

No entanto, a partir já da década de 1970, o paradigma fordista não era capaz de atender plenamente às necessidades de acumulação capitalista, e a concorrência internacional amplificada com a maturação de parques industriais em países recentemente industrializados, e principalmente com a concorrência da produção japonesa, que por motivos singulares, desenvolveu-se sob paradigma de organização produtiva diferente do padrão taylorizado, tiveram um papel destacado no esgotamento do modelo fordista de organização fabril. O novo padrão produtivo que surge, inspirado na experiência japonesa, apresenta algumas características estruturais que confrontam diretamente o padrão fordista de produção, sendo a flexibilidade o principal fundamento do padrão toyotista.

Os novos processos de trabalho que surgem a partir da crise do paradigma de acumulação fordista estão baseados na flexibilização da produção, para atender às restrições de um mercado consumidor seletivo e restrito, mesmo que ampliado à escala mundial, resultando daí uma necessária reorganização do trabalho na produção, intensificando a especialização flexível, em que a especialização requerida, para atender aos padrões de qualidade e produtividade desejados, soma-se à necessária capacidade de adaptação às variações do consumo.

As características singulares do Japão no pós Segunda Guerra Mundial marcam o toyotismo e explicam em grande parte o relativo sucesso que tem como modelo de organização do processo produtivo. Uma das marcas mais prementes é o redirecionamento da produção para atender às demandas existentes e nem tanto o aumento da demanda como forma de desovar a produção massiva, como no paradigma do fordismo.

³¹ Mais detalhes ver Bihl (1998) e Mészáros (2003).

Essa reorientação da produção foi conduzida de forma a manter estoques mínimos, através do *just-in-time* e do *kanban*, como estratégia de diminuição de custos de estocagem, assim como diminuir os riscos de encalhe de mercadorias que tenham sofrido decréscimo de sua demanda.

Em termos do processo de trabalho, o toyotismo apregoa a necessidade dos trabalhadores serem adaptáveis a um conjunto de situações na produção através da polivalência do trabalhador, fazendo com que a qualificação profissional seja encarada como estratégica para as empresas, no sentido de fornecer continuamente habilidades diversas para os trabalhadores ampliarem o *estoque de conhecimentos para o trabalho*, com o que, poderão responder rapidamente às mudanças no processo de trabalho, reformulando o caráter da qualificação profissional, que passa de um arcabouço conquistado em períodos de aprendizagem para um comportamento de aprendizagem, necessário para que o trabalhador, durante toda sua vida profissional, esteja disposto a aprender novas habilidades técnicas.

Assim também o processo de trabalho adapta-se ao novo paradigma produtivo, tornando-se menos verticalizada (diminuição dos níveis hierárquicos) e mais horizontalizada, transferindo responsabilidade de vigilância do trabalho aos próprios trabalhadores, através de diversas formas de compartilhamento da gestão do trabalho, como nos Círculos de Controle de Qualidade.

O toyotismo, assim como o taylorismo-fordismo, implica numa forma de organização da produção que se projeta para o próprio padrão de acumulação capitalista. Assim, a flexibilidade requerida na produção é voltada à atender a demandas restritas e variadas do mercado consumidor, ou seja, ampliando a capacidade das empresas em ofertar produtos diferenciados, ao mesmo tempo que se adaptando rapidamente às variações na demanda. Isso significa que diminui relativamente a importância da ampliação da demanda através da seguridade social. Nesse sentido, podemos identificar as principais características do toyotismo, tal como aponta Antunes (1999):

- 1- É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2- Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3- A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota em média 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4- Tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;

5- Funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;

6- As empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total. *Kanban, just in time, kaizen, team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;

7- Organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;

8- O toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres, além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O “emprego vitalício” garante ao trabalhador japonês que trabalha nas fábricas inseridas nesse modelo a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa. (ANTUNES, 1999, p.54-55)

A diminuição entre elaboração e execução, entre concepção e produção atribuída ao toyotismo, só é possível porque se realiza no processo de criação e valorização do capital. Isso quer dizer que a horizontalização do processo de trabalho, reduzindo a hierarquização típica do fordismo, não significa a perda do controle do processo produtivo por parte do capital, pois a eliminação de postos de fiscalização e controle do processo de trabalho só é possível pela ampliação do engajamento dos trabalhadores ao projeto político do capital, através da coadunação entre os interesses das empresas com os interesses dos trabalhadores.

A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, que acompanha o processo de trabalho sob o capital, é ampliada no toyotismo, pois significa a intensificação da sujeição do trabalhador aos desígnios do capital, mudando a qualidade desta sujeição em relação ao paradigma fordista, já que apoiada no consentimento obreiro, fundamentado na conciliação de interesses entre trabalho e capital.

Esse é um estranhamento que acompanha o modo de produção capitalista, pois para o trabalhador o próprio trabalho aparece como tributário ao capital, como sendo sua própria produção do próprio capital, então quando se intensificam as inovações tecnológicas no processo produtivo, a tendência com o estranhamento, é identificar tais inovações como determinantes exclusivas da valorização do capital..

Isso, porque a separação entre trabalho e valorização leva à compreensão do atual período como o período de intensa criatividade do capital, e não como o período de crise mais profunda vivenciada por ele capital, já que a acumulação capitalista, baseada na intensa inovação tecnológica, tem levado o próprio capital à desvalorização, como já tivemos de detalhar anteriormente³².

O que nos interessa neste momento é compreender que o modelo de acumulação do capital flexível, inspirado na experiência japonesa do pós-guerra tem como prerrogativa a participação dos trabalhadores na gestão empresarial, pois a base da acumulação no Japão foi decorrente de um determinado equacionamento da luta de classes, que resultou na derrota do movimento operário, favorecendo setores “participacionistas” de seu sindicalismo. Essa é uma questão central para compreendermos a emergência do “modelo japonês” de acumulação, e as razões de seu crescimento acompanharem a adoção do neoliberalismo como escopo ideológico nos países ocidentais (desenvolvidos e periféricos).

Assim, ao trabalhador é exigida a capacidade de executar várias funções, de ampliar o conjunto de atividades que possa estar realizando, atendendo de forma eficaz à flexibilidade que se deseja na produção. Isto contraria a especialização requerida pelo fordismo, que durante várias décadas foi responsável pela ampliação da produtividade do trabalho, porém não rompe definitivamente com os parâmetros consolidados no taylorismo-fordismo, pois mantém a estrutura central da organização do trabalho, com forte centralização de comando e domínio do capital sobre o controle do processo produtivo, procurando aplicar conhecimentos científicos na re-organização do trabalho para garantir maior produtividade e qualidade, objetivos também perseguidos no taylorismo-fordismo.

Essa exigência de compreensão mais ampla do processo de trabalho no toyotismo, em relação ao taylorismo-fordismo, modifica substancialmente as habilitações que se exigem do trabalhador, pois além da maior diversidade de funções que o trabalhador executa, passa a ser importante para o capitalista que o trabalhador seja capaz de adaptar-se rapidamente às mudanças na organização do trabalho. O resultado para o capitalista é a diminuição das porosidades do trabalho, já que o trabalhador pode realizar várias funções, de acordo com as variações de demanda pelo seu trabalho, sendo que para o trabalhador isso significa a intensificação do trabalho.

A qualificação profissional é posta então como re-qualificação das funções exercidas pelos trabalhadores individuais, atendendo às exigências da reestruturação

³² Mais detalhes ver Coggiola e Katz, 1995.

produtiva capitalista, embora seja necessária alguma cautela nesta assertiva, pois nem sempre o que é apresentado como necessidade de requalificação é efetivamente uma necessidade técnica, ou seja, decorrente de novos maquinários e equipamentos. Pode estar ligada à reorganização do processo de trabalho, fazendo com que o trabalhador acumule habilidades para ser polivalente, substituindo outros trabalhadores.

Trata-se de buscar a adesão dos trabalhadores ao padrão organizacional do toyotismo, como os Círculos de Controle de Qualidade, e inculcar neles a necessidade de participação no controle do processo de produção, visando à maior produtividade e qualidade, como formas efetivas de gestão e controle do trabalho.

A importância que assume a qualificação profissional no bojo da atual reestruturação produtiva deve ser enquadrada no contexto da própria reestruturação capitalista, em que a volta dos princípios liberais na condução das políticas econômicas nacionais e transnacionais transforma vários parâmetros da sociabilidade contemporânea, inclusive a própria sociabilidade em que os sindicatos construíram sua legitimidade nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental, Japão e Estados Unidos, ou após a ditadura militar no Brasil.

Então, o discurso da re-qualificação técnica do trabalhador está inserido no contexto das transformações da própria formação profissional, que entre outros elementos requer a aceitação do trabalhador quanto à inevitabilidade da flexibilidade do mercado de trabalho, às clivagens crescentes entre os trabalhadores e sua participação/colaboração ao sistema sócio-metabólico do capital, abdicando de quaisquer reivindicações de cariz coletivo.

Obviamente que embora inserido no contexto da ofensiva do capital sobre o trabalho, a qualificação/formação profissional desejada pelo capital encontra em maior ou menor grau, resistência dos trabalhadores e de suas organizações, devido às próprias contradições que ela envolve ao reduzir substancialmente o quadro de empregados e intensificar o trabalho, fazendo com que aos poucos os trabalhadores e suas organizações coletivas vão montando estratégias de enfrentamento contra o aumento da exploração do trabalho.

Já tivemos oportunidade de verificar no item 1.2 que as formas de flexibilização da remuneração do trabalho, principalmente através da PLR, foram utilizadas na década de 1990, mas os acordos coletivos já não apresentam a mesma disposição para aceitar tal flexibilização.

Isso demonstra que, se em determinados momentos a implantação dos paradigmas da reestruturação produtiva foi possível com algumas compensações, essa

estratégia não pode perdurar pelos próprios limites da acumulação capitalista, de ampliação da competitividade inter-capitalista e taxa decrescente de utilização dos produtos.

Combinam-se vários elementos na atual reestruturação produtiva que, conforme já afirmamos anteriormente, atingem a própria subjetividade operária, além da polivalência e da flexibilidade exigida aos trabalhadores. Os Círculos de Controle da Qualidade modificam o trabalho parcelizado da linha de produção do taylorismo-fordismo, substituindo-o pelo trabalho em grupo, numa proposta que poderíamos chamar de coletivo individualizante, pois a despeito de ser trabalho em grupo, essa organização produtiva estimula a competição entre os grupos de trabalhadores, e entre os próprios trabalhadores da mesma equipe, já que eles passam a se fiscalizar, quanto ao cumprimento do horário e quanto à qualidade do trabalho executado, eliminando muitos postos de controle do processo de trabalho, e com isso diminuindo as porosidades do trabalho, contribuindo com a redução de custos para o capitalista e aumento da produtividade.

Nas entrevistas que realizamos com os sindicalistas tivemos a oportunidade de constatar em pelo menos um sindicato (STIM de Limeira) o descontentamento com as formas de organização do trabalho que procuram se apropriar da criatividade do trabalhador, para esse sindicato, o que é importante para a qualificação profissional do trabalhador é o respeito ao saber construído pela vivência no trabalho, pois a participação dos trabalhadores na busca de soluções para o incremento da produtividade e da qualidade das mercadorias significa muitas vezes a perda de postos de trabalho, ou seja, o saber construído pelos trabalhadores é utilizado pelo capital para aumento da produtividade, o que acaba se voltando contra os próprios trabalhadores. Essa é uma preocupação legítima do sindicalista, que atesta os limites da implantação da reestruturação produtiva, já que o uso sistemático dessa estratégia pelo capital, desperta resistências dos trabalhadores.

É justamente a possibilidade de respostas e resistências dos trabalhadores à estratégia do capital de utilização da criatividade do trabalhador que nos permite vislumbrar a dimensão territorializante das resistências do trabalho, e nesse aspecto a participação dos sindicatos na qualificação profissional se revela com particular importância, já que é através da formação profissional que o capital procura consolidar a reprodução da força de trabalho sob seus desígnios. Se os sindicatos cumprem o papel de controle do trabalho e colaborador do capital, pois não vislumbra outra sociabilidade que não seja a sociabilidade do capital, a qualificação profissional assume para esses sindicatos o mesmo teor que a qualificação profissional tem para o capital, ou seja, o de adestramento da força de trabalho, tanto a

empregada, quanto a desempregada pelo processo produtivo, dessa forma, a qualificação profissional tem o papel exclusivo de garantir o emprego para os trabalhadores.

A compreensão da dimensão territorializante das resistências do trabalho quanto às estratégias do capital, demanda a compreensão sobre a dinâmica territorial do capital e do trabalho, que inseridas no campo da luta de classes permitem vislumbrar os desafios colocados para a Geografia na aproximação com o mundo do trabalho e as contribuições que pode oferecer para a compreensão das transformações no mundo do trabalho.

Esses são elementos mais consolidados em alguns setores e regiões, que evocam uma participação ativa dos trabalhadores na condução de partes significativas do processo produtivo, ao mesmo tempo permitindo maior produtividade e qualidade e, de certa forma, reduzindo a monotonia do trabalho da linha de produção taylorizada.

Com as mudanças no processo de trabalho taylorista-fordista, estaríamos assistindo à eliminação da brutalização do homem pela máquina, deixando de ser mero apêndice para executar tarefas criativas e enriquecedoras da experiência humana. Essa participação não é decorrente apenas da incorporação de novas máquinas adequadas à polivalência exigida, mas a mudanças organizacionais que são capazes de incorporar o saber fazer proletário na busca de soluções e alternativas para a produção e reprodução do capital.

Nos documentos elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sobre o PLANFOR transparece claramente essa visão da reestruturação produtiva em que o conteúdo do trabalho aparece de forma motivadora e humanizadora para o trabalhador, como na passagem abaixo:

A produção flexível, associada ou não à automação, gera a necessidade de organizar e estimular a polivalência, inclusive em matéria de formação. A idéia básica é que o trabalho muda, de indivíduos executantes de tarefas/operações estanques, para trabalhadores capazes de operar em equipes, cujos membros tenham ao menos uma familiaridade básica com todas as etapas do processo e sejam capazes até de atuar em várias delas. Trata-se de uma polivalência não meramente operacional, mas que supõe uma visão do processo como um todo. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a), 1999, p. 12)

Para isso é fundamental que as empresas sejam capazes de eliminar a disposição conflituosa dos trabalhadores e de alguns sindicatos, e tenham a confiança destes trabalhadores para uma relação de colaboração entre capital e trabalho. Esta é uma disposição antiga dos capitalistas, mas que vem sendo renovada no contexto da reestruturação capitalista como estratégia de ampliação da produtividade do trabalho.

Nos STIMs de Pederneiras, Mogi Guaçu e Jaboticabal essa disposição colaboracionista aparece claramente, já que nos três sindicatos a motivação para realização de cursos de qualificação profissional está relacionada aos acordos entre os sindicatos e empresas, de forma que os sindicatos ficassem responsáveis pela qualificação dos trabalhadores, retirando o ônus do treinamento para as empresas.

Quanto ao sucesso desta empreitada devemos ser prudentes, pois além da variedade enorme de situações locais no planeta, em que o toyotismo enfrenta dificuldades para ser adaptado aos meios locais de acumulação do capital, as transformações no processo produtivo engendram contradições que intensificam o poder destrutivo do capital, como desdobramento do quadro de exclusão do mercado de trabalho que promove.

Como exemplo do esforço do capital em prover os meios locais de condições adequadas à sua produção e reprodução podemos citar a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP), realizada pela Fundação SEADE, que procurou diagnosticar no estado de São Paulo, entre outras coisas, os requisitos de contratação das empresas em vários setores de atividade econômica, com o objetivo de adequar os cursos profissionalizantes³³ a essas demandas.

De qualquer forma, é apresentada a necessidade de qualificação do trabalhador para exercer estas novas demandas, independente se efetivamente o termo qualificação pode ser utilizado para designar o mero aprendizado sobre operação em máquinas novas (em várias máquinas, vale lembrar) ou mesmo a qualificação para se tornar “mais humano” o trabalho, vendendo além da força de trabalho, a omnilateralidade do ser que trabalha.

Porém, essa situação não pode ser vista como unívoca, já que a flexibilidade que atinge amplos setores do mercado de trabalho, que acompanha a implantação da reestruturação produtiva, com máquinas e equipamentos da tecnologia informacional sendo inseridas em setores em que ainda era possível observar a existência de trabalho artesanal, como observou Sennett (1999) em padarias estadunidenses, fez com que se tornassem mais tênues as vinculações do trabalhador com sua profissão e com a própria empresa.

Esse é, portanto um processo contraditório, que avança na tentativa de “requalificação” do trabalho, incorporando a criatividade e vontade do trabalhador numa colaboração efetiva com a produção capitalista. Simultaneamente acontece em outros setores

³³ A Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) faz parte das ações do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do governo do Estado de São Paulo.

e lugares a desqualificação do trabalho pela implantação de máquinas e equipamentos, ou seja, desvalorizando habilidades forjadas no âmbito da organização taylorista-fordista, como na ferramentaria, ou reduzindo o papel do conhecimento proletário no trabalho, como fica evidente até mesmo na tendência de substituição de médicos por programas computacionais nos diagnósticos de enfermidades.

Neste sentido o fato de encontrarmos em nossa pesquisa de campo maior disposição dos sindicatos de Metalúrgicos em participarem de ações de qualificação profissional, em relação à disposição dos sindicatos de bancários está relacionada à própria inserção ocupacional destes trabalhadores, já que para os bancários pouco tem servido a escolaridade da categoria ser acima da média dos trabalhadores brasileiros, pois as demissões ocorreram massivamente durante as duas últimas décadas.

Anteriormente impossibilitada de substituir o trabalho artesanal em alguns setores, a incorporação de novas tecnologias amplia as possibilidades para o capitalista de substituição do conhecimento operário, incorporando tal conhecimento ao maquinário, isso até o limite das ações que possam ser padronizadas e decodificadas para a operação automatizada, sem os riscos de perda da qualidade e da produtividade do trabalho. Por outro podemos compreender que tais limites extrapolam o ambiente técnico-organizacional do chão de fábrica e se situam no âmbito da totalidade social, em que a luta de classes pode redefinir a perspectiva de evolução do processo produtivo.

Essa é talvez uma das grandes dificuldades em estudar o processo de incorporação das novas tecnologias produtivas, pois ele é um instrumento que serve para estratégias diferenciadas do capitalista. Como alternativa de incorporação do saber operário não assimilável pela maquinofatura, as novas tecnologias respondem diretamente pela desqualificação do trabalho executado por profissionais que não tinham sido atingidos diretamente pela desqualificação taylorista, requalificando as habilidades para torná-las mais facilmente assimiláveis pelos novos trabalhadores, reduzindo o tempo de formação destes trabalhadores para as atividades a serem executadas. Isso redimensiona o papel criativo que se julga importante e inovador no processo da reestruturação produtiva, como apontam os documentos do Ministério do Trabalho e Emprego consultados³⁴, corroborando a crítica sobre os fundamentos equivocados do PLANFOR, baseados na empregabilidade como objetivo para diminuir o desemprego e a precarização do trabalho.

³⁴ Ver na Bibliografia a lista completa dos documentos consultados

Porém, outras contradições são apontadas quando analisamos a adoção da qualificação profissional como perspectiva de reorganização do processo produtivo, pois simultaneamente promove a qualificação de conhecimentos teóricos e formais e desqualificação de funções/ocupações baseadas nos saberes de ofício, como existentes em alguns setores da indústria metalúrgica (JULIO, 2003).

O processo de desqualificação/requalificação em sua dimensão territorial revela a hegemonia do capital, pois o redimensionamento dos conteúdos da qualificação profissional, que captura estrategicamente os conhecimentos forjados pelos trabalhadores no processo produtivo, é realizado no plano territorial, intensificando a produção de meios locais adaptados às necessidades do capital, portanto, desempregando mão de obra qualificada em lugares com resistência sindical organizada e empregando-as em lugares com pouca tradição em lutas sindicais, porém igualmente provida de mão de obra qualificada³⁵.

A tentativa de incorporar o saber fazer proletário na participação efetiva no processo produtivo significa – se efetivada - uma vitória importante para o capital, pois a resistência operária, como o processo de luta que potencializaria o próprio operariado para além da resistência corporativa, fica reduzida ao chão da fábrica. Essa preocupação transpareceu na entrevista com o STIM de Limeira em que revela o descontentamento com o uso que as empresas fazem da “gestão participativa”, ao incorporar a experiência dos trabalhadores no processo produtivo, transformando-a em estratégia de redução de empregos.

O segmento do movimento sindical que se constrói meramente sob as demandas imediatas dos trabalhadores, tem suas atribuições redimensionadas pela colaboração destes trabalhadores, ou seja, para esses sindicatos que têm na esfera das reivindicações imediatas a sua razão de ser, a legitimidade para prosseguirem como representantes dos trabalhadores é conquistada pela eficiência na organização dos trabalhadores para esse tipo de colaboração. A bem da verdade, para serem fiéis ao modelo japonês, os sindicatos poderiam se tornar meros grêmios associativos, organizados nas empresas.

De qualquer forma, a reestruturação produtiva precisa ser tomada como um processo contraditório, própria do sistema do capital, cuja expansão sob o paradigma da acumulação flexível não ocorre sem os conflitos da luta de classes. Desenvolve-se contraditória e desigualmente, ora transformando rapidamente a composição orgânica do

³⁵ Neste sentido há uma Dissertação de Mestrado em desenvolvimento no âmbito do CEGeT sobre a adequação da mão de obra através da qualificação profissional, “Reestruturação Produtiva do Capital e (Re)Qualificação do Trabalho: a Territorialização do SENAI no Sudeste Goiano”, de Leonardo de Oliveira Mendes.

capital em alguns lugares, já em outros obrigando o capital a realizar concessões para o trabalho, sob pena dos capitalistas locais ficarem à margem do “dinamismo” econômico capitalista³⁶.

Podemos afirmar que sob o ponto de vista capitalista o toyotismo evolui do taylorismo-fordismo, pois não rompe com a perspectiva de construção, a partir de experiências científicas, da organização do trabalho com vistas à ampliação da extração de mais-valia, o que o toyotismo apresenta como vantagem para o capital é a adaptação às restrições do mercado, que contraditoriamente se expande com a mundialização do capital e se torna mais restrito pela própria competição capitalista e pelo esgotamento do modelo keynesiano de sustentação “artificial” da demanda³⁷.

O toyotismo apresenta a possibilidade para o capitalista reconstituir a lucratividade na produção, através do aumento na produtividade do trabalho, ampliando a produção e a capacidade de se adaptar às mudanças na demanda. Isso ocorre promovendo a re-qualificação do trabalho onde o taylorismo-fordismo não apresenta mais resultados expressivos para o aumento da produtividade, ou desqualificando o trabalho nos setores que resistiam à implantação de maquinários, através da introdução da automação eletrônica.

O capitalista aproveita a crise generalizada de baixo crescimento econômico para implantar formas mais intensivas na exploração do trabalho, já que com o toyotismo inverte-se a relação produção-demanda para a prioridade no atendimento da demanda como estratégia central para a produção.

O que passa a ser fundamental é a capacidade de atender mercados consumidores mais restritos, variando e inovando o leque de mercadorias produzidas, portanto reduz a dependência em relação à existência de mercados massivos, privilegiando o atendimento da demanda fragmentária. O mote é produzir produtos diferenciados, em que a necessidade de expansão comercial pelo planeta ocorre para atingir os estratos consumidores incluídos na esfera deste consumo nos diferentes países.

O perigo para o movimento sindical, que se adequou bem ao padrão fordista-taylorista do operário-massa, é de não conseguir sair dessa armadilha, pois ao manter-se restrito à representação do trabalho formal, os sindicatos perdem as condições de articularem os trabalhadores de uma forma geral, mesmo que para reivindicações puramente

³⁶ Para mais detalhes ver Alves (2000 e 2001a), Beinstein (2001), Bernardo (2000), Chesnais (1996), Salama (1999), Coggiola e Katz (1995), Dias (1999) e Harvey (1999).

³⁷ Ver Alves (1999, 2000, 2003), Antunes (1995, 1999), Dias (1999) e Braga (1996).

econômicas, pois como vimos, a fragmentação do proletariado é um aspecto estratégico para o capital.

Isso porque assistimos a uma clivagem cada vez mais significativa entre os trabalhadores inseridos em ocupações reconhecidamente estratégicas para a produção capitalista, e, portanto, obtendo alguma estabilidade e melhor remuneração; e trabalhadores com níveis diferentes de ocupações precárias com baixa estabilidade e remuneração, além daqueles “inseridos” na esfera descartável do capital.

O aumento da clivagem entre os trabalhadores formais, com empregos estáveis, e os trabalhadores precariamente empregados, ou convivendo com a perspectiva de ocupações autônomas (camelotagem), dificulta o vislumbramento da solidariedade como componente intrínseco num projeto de emancipação operária do jugo do capital.

Ao postarem-se como representantes dos trabalhadores empregados, os sindicatos estão estruturalmente vinculados às demandas parciais (de contingentes cada vez menores) da classe trabalhadora.

Quando a isso se soma a precária articulação entre as diferentes categorias profissionais, que se apresentam também divididas em diferentes representações territoriais, como é comum no sindicalismo brasileiro, o quadro apresenta-se pouco propício à atuação dos sindicatos como sujeitos coletivos da contra-hegemonia capitalista, e de constituírem-se como elementos centrais num partido político anticapitalista, pois sua influência é determinada pelo componente corporativista da ação sindical.

Um dos elementos centrais para a articulação política dos sindicatos, tendo em vista a possibilidade de construção da identidade de classe operária, seria a própria hegemonização sobre o trabalhador coletivo, agregando as segmentações profissionais e territoriais, eliminando os antagonismos entre os “incluídos” diretamente na exploração capitalista e os “excluídos” da exploração capitalista, sem que com isso estejamos afirmando que esses “excluídos” tenham conquistado a possibilidade de exercer o “ócio criativo” como os apoletas do fim do trabalho gostam de afirmar³⁸.

A restrição ao núcleo formal do mundo do trabalho deixa os sindicatos socialmente enfraquecidos, inclusive na disputa pela hegemonia da própria classe trabalhadora, perdendo a centralidade como sujeitos da ação anticapitalista.

Para alguns sindicatos entrevistados a participação no PLANFOR apareceu como uma forma de reconhecimento do sindicato, o dirigente do STIM de Botucatu afirmou

³⁸ Referimo-nos diretamente aqui a Masi (1999).

que a realização dos cursos significou o reconhecimento da capacidade do sindicato em utilizar corretamente os recursos do FAT, para o dirigente do STIM de Pederneiras a importância de ter participado do PLANFOR esteve justamente no fato do sindicato ser conhecido na cidade, pela procura intensa de trabalhadores em busca dos cursos oferecidos pelo sindicato, isso para o dirigente foi o mais importante para o sindicato.

Esse é um dos aspectos cruciais da participação dos sindicatos no PLANFOR, ao permitir para alguns sindicatos o reconhecimento e a legitimidade que a oferta de cursos profissionalizantes podem proporcionar, ampliando neste sentido o leque de serviços prestados pelo sindicato, que estão ligados à concepção do sindicato como entidade da sociedade civil capaz de prover parte dos serviços públicos que o Estado não é capaz de atender a contento.

De qualquer forma, como teremos oportunidade de verificar no capítulo 2, a oferta de serviços pelos sindicatos reforça o próprio corporativismo, pois de alguma forma é restrito à categoria formalmente representada, e nos cursos de qualificação profissional a maior parte dos sindicalistas entrevistados afirmaram que o público alvo de seus cursos teriam que estar de alguma maneira relacionado à categoria, ou os próprios trabalhadores sendo requalificados, ou empregados sob risco de desemprego, ou familiares de trabalhadores empregados.

Internamente ao movimento sindical, o conflito se instala pelas perspectivas de luta, entre o corporativismo levado às últimas conseqüências, que significa opor os trabalhadores estáveis e os trabalhadores “excluídos” das benesses do mercado de trabalho formalizado, e a construção de lutas unitárias com a construção da própria consciência de classe³⁹.

Os sindicatos estão estruturalmente organizados sob a divisão técnica do trabalho, privilegiando as categorias profissionais como componentes de identificação classista. Essa limitação estrutural aliada à disposição em manter tal estrutura por parte das lideranças sindicais, impede a construção de bases sociais mais amplas de legitimação dos sindicatos.

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um

³⁹ Cabe lembrar que o corporativismo não se resume somente à clivagem entre trabalhadores estáveis/trabalhadores precarizados, já que mesmo entre os trabalhadores do setor formal ocorre uma fragmentação de dupla dimensão: territorial e categorial. Para mais detalhes sobre as implicações desta dupla dimensão, verificar Thomaz Jr. (1996 e 2003) e Boito Jr. (1996a). E sobre o sentido histórico da “aristocracia operária”, ver em Hobsbawn (1988).

sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados (BIHR, 1998, p.101)

A hegemonia do modelo social-democrata nas organizações sindicais é um dos fatores que contribui para que a organização dos trabalhadores não extrapole a fragmentação técnica do processo de trabalho, pois no processo de consolidação da hegemonia social-democrata no movimento sindical, houve o progressivo abandono do projeto comunista, colocando no horizonte, como limite, uma sociedade de Estado fetichizado⁴⁰, em que o Estado aparece para os trabalhadores como “além” da sociedade de classes, cabendo à luta operária o desafio de conquistar o poder de Estado para exercer sua hegemonia, com a peculiaridade de que tais lutas, pelas próprias concepções social-democratas devem estar condicionadas à legalidade.

Não podemos negligenciar a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, já que a confirmação da tendência de formação de um núcleo estável de trabalhadores implica na elevação deste núcleo a uma posição estratégica no processo de produção capitalista, que não pode ser desprezado, podendo desdobrar-se em estratégia de resistência do proletariado, a depender obviamente da correlação de forças no movimento sindical e da disposição em resistir e unificar politicamente os fragmentos do trabalho, condições que, conforme vimos, são insustentáveis num modelo sindical fragmentador e privilegiador da adaptação à ordem vigente.

Portanto, impõe-se para o movimento sindical repensar seus paradigmas, o que para Bihir (1998) significa superar o modelo social-democrata, para uma efetiva identificação entre o operariado e o movimento sindical, e uma das frentes de luta é compreender os desafios que a reestruturação produtiva e as novas demandas em formação profissional trazem para as lutas sindicais, contribuindo para elaborar estratégias de resistência à intensificação do estranhamento que tais processos induzem.

⁴⁰ Em seu esforço de análise do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihir (1998) atenta para o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivação histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; - o mito do partido; - o mito da revolução.

1.5 Os Problemas que a Formação Profissional de “Novo Tipo” Colocam Para o Mundo do Trabalho

Os novos paradigmas produtivos, que procuramos indicar, requerem uma formação profissional de novo tipo, que implica em qualificações para operação em maquinário de novas tecnologias, assim como para a operação em vários equipamentos, atividades estas que são parametrizadas pela automação microeletrônica.

Além disso, a disposição organizacional da empresa toyotista requer do trabalhador a disposição para integrar equipes que são responsáveis pela qualidade e produtividade da produção, como estímulo à participação do trabalhador no processo de trabalho, como é o caso dos Círculos de Controle da Qualidade.

O esforço da formação profissional neste sentido deve portanto incluir o estímulo de determinadas características da personalidade humana, que no toyotismo são “valorizadas” como forma de aumentar a produtividade do trabalho, tais como a criatividade, a livre iniciativa, a capacidade de comunicação. Em estudo sobre os requisitos para a contratação pelas empresas de São Paulo aparece claramente a conclusão de que:

A pesquisa deixou patente a expectativa dos empregadores em relação à predisposição que os candidatos a emprego devem ter no que diz respeito a certas competências atitudinais que consideram imprescindíveis ao bom funcionamento de um empreendimento industrial. [...] Assim, é importante que as instituições de educação profissional incluam em seus currículos o desenvolvimento de posturas que traduzam em responsabilidade e iniciativa, capacidade de liderança e capacidade de trabalhar em grupo, só para ficar nos objetos de investigação da pesquisa, sem prejuízo do desenvolvimento de outras que possam interessar a tipos de atividade. (SÃO PAULO. FUNDAÇÃO SEADE. 2000, p.58)

Lembrando que as reformulações que ocorrem no processo produtivo capitalista, com a adoção do paradigma toyotista, não é, como afirmamos anteriormente uma ruptura radical com o padrão fordista, permanecendo no paradigma atual muitos elementos desenvolvidos no fordismo, e estas mudanças são acompanhadas por mudanças mais gerais na própria organização capitalista, como a mundialização financeirizada do capital⁴¹.

É importante reconhecer que estas transformações ocorrem como reação capitalista à crise desencadeada pelo esgotamento do taylorismo-fordista na manutenção da lucratividade capitalista, o que implica na transformação de elementos fundamentais do

⁴¹ Ver Braga (1996), Chesnais (1996).

trabalho fordista, pautado em movimentos repetitivos e fragmentados, como afirma Antunes (1999, P. 37):

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda da destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

O trabalho sob o taylorismo/fordismo tornou-se mais intensamente parcelar, ampliando a divisão técnica e social do trabalho com a diminuição da fração “artesanal” no conjunto da atividade produtiva. Com a reorganização do processo produtivo foi possível incorporar várias máquinas e equipamentos, que na somatória destes dois elementos (inovação tecnológica da maquinaria e reorganização do trabalho) redimensionou a qualificação e formação profissional. Houve o rebaixamento da qualificação técnica exigida para exercer a atividade laboral, pois o trabalho parcelar é simplificado, e embora exija a correta operação do maquinário, na maioria das vezes o treinamento para isso é rápido, já que se tratam de padrões de repetição numa mesma máquina.

O rebaixamento da exigência em termos de qualificação/formação profissional do trabalhador foi fundamental para ampliação da oferta de mão de obra para o trabalho industrial, já que o tipo de treinamento exigido permitiu que contingentes expressivos de trabalhadores pudessem ser incorporados rapidamente.

Braverman (1987), em meados da década de 1970 alertava para o fato de que com o fordismo, a despeito da rápida introdução de novas máquinas e da necessidade de “re-qualificação” dos trabalhadores, essa qualificação não deveria ser compreendida como ampliação da qualidade do trabalho para o trabalhador, ao contrário, a intensificação da divisão técnica do trabalho não requeria aumento da instrução escolar. Significava tão somente um aumento da degradação do conteúdo do trabalho, com perdas em sua dimensão verdadeiramente criativa, enquanto relação ontológica do homem com o meio. Este é um alerta importante, pois evoca a necessidade de distinguirmos a qualificação/formação

profissional da própria educação escolar, pois em muitos discursos há a redução da educação escolar à formação de trabalhadores, como nas teorias inspiradas no capital humano⁴².

Desta forma, alguns sindicatos entrevistados demonstraram a disposição de incorporar aos cursos de qualificação profissional os cursos supletivos de ensino fundamental e/ou médio, como forma de redimensionar o papel que o PLANFOR procura estimular da qualificação profissional como prioritária em relação à educação de uma forma geral. Sindicatos como o STIM de Salto, STIM de Itu e o STIM de Mogi Guaçu mantêm cursos supletivos para os trabalhadores, pois entendem que é fundamental para a cidadania, em dois desses sindicatos (STIM de Itu e STIM de Mogi Guaçu) há a vinculação direta da escolaridade com o desemprego, demonstrando de alguma forma a compreensão de uma relação direta entre a educação e o emprego.

Para Braverman (1987) o fordismo promoveu um salto de qualidade na formação do trabalhador, porém, o fordismo nega a dimensão científica nesta formação, pois a construção da organização do processo de trabalho fica sob responsabilidade de funcionários especializados na formulação da linha de produção, separando rigidamente o trabalho intelectual do trabalho manual. Desta forma, não há necessidade de que os trabalhadores sejam estimulados a pensar na organização do próprio trabalho. A maquinização do processo produtivo significa a maquinização da própria força de trabalho.

Retomando a sugestão de Braverman (1987), de necessária distinção entre formação/qualificação e educação escolar, podemos verificar que as atuais demandas por qualificação técnica, ao estarem apoiadas na polivalência do trabalhador, exigem deste, maior capacidade de adaptação a novos processos e máquinas.

Em linhas gerais podemos afirmar que esse renascimento está vinculado à necessidade de ampliação da oferta de mão de obra qualificada para a polivalência, ou seja, o aumento da escolaridade média da força de trabalho permite ao capitalista maiores oportunidades de escolha desta mão de obra, o que implica numa possibilidade de redução de seu custo.

De qualquer forma, a oposição entre formação escolar profissionalizante e formação escolar genérica revigora-se quando se postula a educação escolar como alternativa para a crise do emprego no capitalismo contemporâneo. No Brasil, esse debate de longa data é agravado pela situação crítica de expressivos contingentes da população, e é comum ouvirmos

⁴² Neste sentido é importante ressaltar as contribuições de Enguita (2001), Kuenzer (1999 e 2001), Fidalgo (1996), Gentili (2001a e 2001b), Frigotto (1996, 2001a e 2001b) e Finkel (1990).

discursos que formulam a educação como a alternativa de “inclusão” no mundo do consumo e da renda, sendo que à escola é atribuída a função de proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho, com isso a escola deveria ser modificada para atender aparentemente ao apelo dos desempregados e subempregados, contudo isso significa transformar a escola para atender exclusivamente às necessidades do capital, modelando-a de acordo com as demandas técnicas e comportamentais do trabalho sob o capital.

Trata-se de um grande engodo, pois se procura a um só tempo retirar da própria dinâmica societal capitalista, combinada com as singularidades do Brasil, a causalidade da precarização generalizada do emprego, simultaneamente à redução da educação escolar à função pragmática de inserir os trabalhadores no mercado, conforme discutimos anteriormente.

A aparente contradição entre a formação técnica e a educação só faz sentido quando o trabalho é compreendido como desprovido de função pedagógica, e assim pretende-se organizá-lo. O capital procura dessa forma manter o controle sobre o processo produtivo, retirando a possibilidade do trabalhador aprender com sua atividade laboral através da reiteração da qualificação como conteúdo apreensível somente a partir dos códigos educativos formais, reconstituindo a unidade trabalho-educação com a formação profissional baseada na formação técnica para execução de tarefas, daí a necessidade da educação escolar formar integralmente o profissional desejado, não desperdiçando tempo, nem recursos para o aprendizado que o trabalho proporciona.

A educação profissional e o ensino universalizante opõem de certa forma os caminhos da mobilidade social, pois para muitos trabalhadores são poucas as oportunidades de terem uma formação superior, o que implicaria em maiores possibilidades de exercerem funções “menos brutalizantes” no mercado de trabalho. Para esse imenso contingente, a educação profissionalizante é mais importante – e crível - do que o ensino superior, embora também deva se considerar que atingir o ensino profissionalizante já seja, para parcelas significativas da população, uma importante conquista⁴³.

Conjugam-se as possibilidades de mobilidade social, decorrentes da educação escolar, com a mobilidade territorial como estratégia de adequação na relação oferta-demanda no mercado de trabalho, ou seja, para muitos trabalhadores a formação

⁴³ A separação entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante é a regra na história da educação no Brasil, conforme Kuenzer (1992) e Manfredi (2002).

profissional pode ser o passaporte para melhores condições de exploração, o que pode implicar em mudanças territoriais na busca dos empregos condizentes com sua formação. Isso só pode ser compreendido como uma ampliação das possibilidades de emprego. Independente se eficaz ou não, a formação profissional e a própria alfabetização são encaradas por parcelas importantes de trabalhadores como condições fundamentais para a conquista de empregos⁴⁴. Com isso não estamos afirmando que essa seja uma tendência inequívoca de equilíbrio da oferta de emprego e a procura pelos trabalhadores, já que a mobilidade territorial não pode ser explicada pelo uso da racionalidade liberal, de que todos os trabalhadores tenham, por exemplo, à disposição, todas as possibilidades de escolha e formação, além das próprias informações que alimentam suas escolhas profissionais e suas migrações.

A dinâmica territorial que o trabalho apresenta está subsumida à lógica do capital. O que nos permite afirmar que a migração de trabalhadores qualificados estará a reboque das demandas capitalistas, ampliando e intensificando com a mobilidade o controle social, a migração para o capital.

Ao postularem a colaboração dos trabalhadores no processo produtivo, a adoção dos novos paradigmas produtivos requer novas formas de controle do processo produtivo. A eliminação de empregos ligados à vigilância e controle do processo de trabalho só é possível com uma nova forma de controle baseada no consentimento dos trabalhadores.

Isso envolve alguns riscos para o próprio capitalista, pois estaria abdicando de formas de controle direta e já consolidada, por formas de controle sutis, sendo que para isso o capitalista terá de recorrer a formas diversas de participação dos trabalhadores nos resultados da reestruturação produtiva.

Ao organizarem-se em grupos para a realização das tarefas propostas, os trabalhadores têm autonomia para proporem qual a melhor forma de realizá-las, e participam ativamente na solução de problemas ou mesmo propostas de modificações na organização do trabalho internamente à equipe. Ao serem estimulados para a colaboração com a organização do processo produtivo, devem ser capazes de realizar um conjunto de tarefas mais amplas do que na produção taylorizada. Exige-se compreensão mais ampla de todo o processo produtivo, o que implica numa nova qualificação/formação profissional.

Porém, isso é realizado sem que o capitalista perca a hegemonia sobre o processo de trabalho, promovendo no limite, a auto-exclusão dos trabalhadores. Para tanto as

⁴⁴ Kober (2004) em pesquisa recente entrevistou dois grupos de trabalhadores que estavam cursando supletivo do ensino fundamental e do ensino médio, e constatou que principalmente para os trabalhadores com baixa escolaridade a formação educacional é considerada fundamental para a conquista de melhores empregos.

novas tecnologias oferecem essa oportunidade a partir da ação simultânea de quatro mecanismos: a) O controle em tempo real da força de trabalho e imediata identificação do erro e de quem o produziu; b) a transmissão das ordens de serviço por computador eliminando a chefia, personificando o inimigo para os trabalhadores; c) o bom funcionamento do complexo automatizado que depende do trabalho de equipe, que possui autonomia para a divisão interna e aprimoramento e treinamento de novos sistemas de trabalho, sendo negado qualquer controle sobre o que e quanto produzir; d) O autocontrole dos erros por parte dos trabalhadores (GENNARI, 1997).

O mesmo autor aponta os principais elementos que o capitalista utiliza para manter os trabalhadores sob controle, utilizando-se de estratégias de gestão de recursos humanos: 1) desempenho dos funcionários totalmente dedicado ao cliente, isso promove uma aparente identificação entre o trabalhador e a empresa, o que implica numa forma de controle implícito dos funcionários; 2) garantias ao funcionário de um conjunto de benefícios, em forma de salários diretos e indiretos, como a PLR, a qual já tivemos oportunidade de debater; 3) recuperação da confiança dos trabalhadores; 4) desenvolvimento uma credibilidade mútua com o sindicato, levando-o a aceitar a necessidade da empresa ter lucro, característica esta que encontrará ressonância na disposição de muitos setores sindicais em manter postura propositiva, aceitando negociações sobre a flexibilização de direitos regulamentados na legislação trabalhista.

Os efeitos da gestão dos recursos humanos pelas empresas serão sentidos também na formação profissional dos trabalhadores, pois se adota como princípio proporcionar-lhes uma ampliação significativa do escopo de qualificações que possuem, pretensamente como forma de enriquecer o próprio trabalhador de conhecimentos e habilidades técnicas. Assim, uma nova postura diante da formação profissional será exigida das empresas e dos trabalhadores.

Catapan e Thomé (2000) sistematizaram um conjunto de características dos conteúdos exigidos na formação profissional de tipo fordista, comparando-os com a nova formação profissional, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Formação Profissional Fordista e Novo Conteúdo da Formação.

Fatores de seleção e desempenho	Antigo conteúdo	Novo conteúdo
Formação	Adquirida de uma vez por todas (investimento de uma vez só)	Permanente (atualização freqüente)
Responsabilidade	Baseada sobre comportamento (esforço e disciplina)	Baseada na capacidade de tomar iniciativa (assegurar a continuidade do processo)
Interdependência	Seqüencial (unicamente em relação aos aspectos precedentes e Seguintes)	Sistêmica (trabalho em equipe e interdependência de funções e níveis)
Qualificação	Ligada à experiência (habilidade manual ou de rotina)	Cognitiva (identificar e solucionar problemas)

Fonte: Catapan e Thomé, 2000, p. 34.

Observa-se que os novos conteúdos da formação profissional estão fundamentados na colaboração ativa dos trabalhadores e implicam na absorção do “saber fazer” operário no processo produtivo, re-significando o sentido de força de trabalho e da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que não significa a extinção desta distinção, mas apenas uma re-elaboração de suas funções e sentidos. Com estes elementos o capitalista visa nesta participação ativa, não só à redução de custos, mas fundamentalmente um controle mais efetivo sobre o processo produtivo, que permitirá rápida adaptação às necessidades de flexibilidade que a demanda diferenciada requer.

Como podemos observar na Tabela 5, o conteúdo da formação profissional atual exige uma preparação contínua do trabalhador, isso pela exigência de um determinado comportamento produtivo, cuja tendência seria a disseminação da competitividade e concorrência para toda a sociedade, deixando sempre à disposição do capital um conjunto muito amplo de trabalhadores dispostos e preparados a assumirem os postos de trabalho deixados por trabalhadores “indisciplinados” ou que se tornaram “despreparados” para os novos conteúdos do trabalho, em constantes redefinições, segundo os entusiastas da educação para o trabalho.

O rebatimento dessas proposições pôde ser percebida nas entrevistas que realizamos com os sindicalistas, já que estimulados a responder sobre qual aspecto é fundamental para a qualificação profissional alguns sindicalistas responderam que a atualização constante dos conteúdos é fundamental, com professores gabaritados a acompanharem tais atualizações, como responderam os sindicalistas do STIM de Piracicaba e do STIM de Botucatu.

Além disso, pudemos perceber que alguns sindicatos fazem a vinculação direta da qualificação profissional com as demandas do mercado de trabalho (STIM de Ferraz de Vasconcelos, STIM de Mogi Guaçu), demonstrando a compreensão desses sindicalistas de que a educação profissional pode ser um instrumento de combate ao desemprego, pois esse é basicamente um problema de adequação da oferta com a demanda, de acordo com as qualificações profissionais exigidas.

Mas também é possível vislumbrarmos a necessidade de formação profissional contínua através da necessidade de novos conhecimentos que a introdução de novas tecnologias, ou novas formas organizacionais requerem, fazendo com que as habilidades existentes sejam tornadas obsoletas. A necessidade de formação profissional contínua a que muitos trabalhadores estão submetidos e a oferta crescente de mão de obra disposta e preparada para os novos conteúdos do trabalho tendem a ampliar a rotatividade no emprego, pois muitos trabalhadores que estão empregados não têm condições para estar continuamente se preparando para as transformações que acontecem velozmente.

Obviamente que tal quadro delineado acima é feito para compreender as tendências do trabalho nos setores mais dinâmicos da economia capitalista, e que como tal devem ser compreendidos em seu desenvolvimento desigual, tanto em relação a outros setores econômicos, quanto em termos de seu desenvolvimento regional.

Porém, as contradições que a formação profissional de novo tipo traz, repercutem diretamente no perfil da força de trabalho, ao promoverem simultaneamente qualificação em alguns setores ou ocupações e desqualificação em outros, além de intensificarem a especialização dos saberes em determinadas empresas.

[...] as mudanças nos processos de trabalho tendem a criar uma minoria que detêm novas qualificações ao lado de uma maioria desprovida de qualquer qualificação, cujo saber e habilidades adquiridas no trabalho se aplicam única e exclusivamente aos sistemas implantados no interior de cada empresa (GENNARI, 1997, p. 39).

Essas contradições ampliam a heterogeneidade do mundo do trabalho, e também as dificuldades de integrar solidariamente as ações coletivas dos trabalhadores, já que as “dualidades” existentes à escala do mercado de trabalho, somam-se as dificuldades que a formação profissional de novo tipo coloca para as ações coletivas dos trabalhadores.

O controle do processo de trabalho pelo capital é ampliado com a diminuição do conhecimento gerado pela própria atividade obreira, o que de certa forma corrobora e intensifica o processo descrito por Braverman (1987) de desqualificação do trabalho, já que com a implantação de sistemas computacionais ocorre uma maior facilidade de treinamento de trabalhadores, mesmo que aparentemente o conteúdo do trabalho apresente maior componente tecnológico.

O que ocorre é a diminuição da experiência como componente de qualificação do trabalhador e a própria diminuição de seu peso na formação profissional. Isso pode ser constatado no Brasil com o aumento do desemprego nas faixas etárias mais altas, em que a despeito da experiência acumulada pelos anos de trabalho não há necessidade do capital em manter tais trabalhadores, pois a qualificação exigida pelos novos conteúdos do trabalho pode ser efetivada dispensando tal experiência.

A materialização do conhecimento técnico está, portanto, não na experiência acumulada pelos trabalhadores, mas em programas e sistemas computacionais, que incorporam a experiência acumulada com o conhecimento teórico, desenvolvido nos escritórios de engenharia de produção. O resultado disso é a diminuição do controle do processo de trabalho pelo trabalhador, já que cada vez mais o conteúdo do trabalho é definido fora do âmbito da produção, (JULIO, 2003).

Além disso, os trabalhadores ficam fragilizados diante do aumento da oferta de mão de obra qualificada para tal trabalho, com a diminuição do tempo necessário à formação profissional, contando inclusive com a participação ativa dos sindicatos como nos casos do PLANFOR/PNQ.

Se na expansão do taylorismo/fordismo após a Segunda Guerra Mundial, nos países desenvolvidos, o Estado do Bem Estar Social teve um papel importantíssimo, com a expansão da demanda produzida pela distribuição de renda, a expansão do toyotismo e da acumulação flexível acontece sob os marcos da tentativa de dissolução do Estado do Bem Estar Social, e consolidação da doutrina neoliberal, que eliminam gradativamente a necessidade de manutenção de uma renda média compatível com a produção massificada.

Porém, é preciso compreender que o toyotismo, apesar de apresentar característica de um novo paradigma de organização da produção capitalista, não pode ser

utilizado para explicação de todas as formas desta produção, pois sua generalização pelo planeta implica em contradições crescentes para a acumulação capitalista, como por exemplo, o aumento da produtividade e restrições ao aumento do consumo, ou as contradições que estão no plano da luta de classes, já que seu caráter regressivo, em combinação com as políticas neoliberais e a mundialização financeira, tem sido combatido nos mais diferentes cantos do planeta, e as alternativas baseadas em focalização dos gastos sociais pelo Estado e políticas compensatórias, não são capazes de atender às necessidades de uma população crescentemente pauperizada.

Tumolo (2002), apresenta alguns questionamentos sobre o toyotismo, que estão ligados a dois aspectos principais:

- A) À especificidade da experiência histórica e geográfica do toyotismo, ou seja, quanto à sua eficácia produtiva, quando extrapolada para fora do mercado japonês, quanto aos limites da automação e quanto aos limites das relações de trabalho, com a degradação contínua do emprego estável;
- B) À ordem geral capitalista, ou seja, será que a experiência japonesa pode ter caráter universalizante? Pode ser considerado um modelo a ser seguido pelos outros Estados nacionais? Ou mesmo como uma política efetiva das Instituições Multilaterais? Em que medida podemos considerá-lo uma superação do fordismo/taylorismo?

De qualquer forma, o paradigma do toyotismo tem se apresentado como uma estratégia eficaz para a manutenção ou até ampliação da lucratividade capitalista, e sua adoção pelos capitalistas individuais tem trazido problemas crescentes para o controle social do capital, já que o expurgo e a desvalorização da força de trabalho que acompanham sua implantação produzem um cenário de agravamento das tensões sociais.

No Brasil, a reestruturação produtiva ensejada pelo paradigma toyotista é marcada pela heterogeneidade e pela combinação de formas “pós-modernas” de exploração do trabalho, com diferentes manifestações da degradação do trabalho, com aumento do desemprego, do trabalho escravo, manutenção do trabalho infantil, trabalho informal e outras formas aviltantes de emprego da força de trabalho na sociedade capitalista.

Embora aparentemente possam ser consideradas excrescências, ou um efeito colateral da reestruturação capitalista, tais manifestações estão longe de ser marginais ao processo social, sendo muitas vezes claramente funcionais, como as formas existentes de controle social do capital, permitindo a sobrevivência de contingentes imensos da população

planetária, à *margem do consumo* dinâmico, porém devidamente submetidos a toda ordem de controle social, como revelam a ampliação do caráter policialesco da segurança pública em países como Estados Unidos, Colômbia e Brasil. São funcionais também em seu sentido econômico, como vimos pelo papel que a restauração do Exército Industrial de Reserva teve nos países desenvolvidos e no fornecimento de força de trabalho e de insumos mais baratos, garantidos pela rede de empresas terceirizadas, grande parte delas informalizadas ou de trabalhadores autônomos, de qualquer forma longe da representação sindical.

Elementos comuns que sobressaem das análises sobre a reestruturação produtiva no planeta invocam a intensificação do trabalho com diminuição de seus postos e diversas estratégias de afastamento dos sindicatos das negociações entre empresa e trabalhadores.

O que é relevante no momento é a compreensão de que as estratégias de recuperação da lucratividade capitalista articulam desde o chão da fábrica, com a reestruturação produtiva, até a própria concepção de Estado, como a doutrina neoliberal. A articulação da totalidade social redimensiona o contexto da luta de classes do pós-Segunda Guerra, principalmente na Europa Ocidental.

Porém, com o declínio da lucratividade e a ofensiva capitalista no plano da luta de classes (exemplificadas nos casos das eleições de Margareth Thatcher para Primeira-Ministra da Grã-Bretanha e de Ronald Reagan para presidência estadunidense, e no início dos anos 1990 culminando na derrocada da União Soviética). Como resultado a redistribuição de renda – um dos sustentáculos da expansão do fordismo/keynesianismo – que foi diminuída ao longo das últimas décadas, tendo como conseqüência a ampliação do desemprego e da pobreza nos países desenvolvidos.

Disto resulta a diminuição da necessidade dos mercados de massa, já que a demanda diversificada e restrita à parcelas da população é capaz de prover o mercado de que a acumulação flexível necessita, graças à lucratividade que estas mercadorias proporcionam aos capitalistas. O pacto social-democrata, que se tornou paradigma da condução da política de uma forma geral, que mesmo ausente no Brasil, balizou a conduta de importantes lideranças sindicais e partidárias, não é mais necessário para atender às necessidades de acumulação do capital.

A conformação de mercados de trabalho dualizados (formal/informal) passa a ser a tônica central da acumulação flexível, em que o desemprego estrutural é a expressão mais visível da indisponibilidade de emprego, decorrente do aumento da produtividade do

trabalho, embora é sempre importante lembrarmos que essa maior produtividade é resultado das estratégias de incrementos que combinam a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta.

A escassez do emprego reforça por outro lado, os mecanismos de controle da força política dos trabalhadores, pois as organizações sindicais e operárias estão assentadas na inclusão no mercado de trabalho capitalista, e a redução e precarização generalizada do emprego diminuíram consideravelmente a base de representação destas organizações.

No Brasil, o desemprego é visto pelo capital como um problema da capacidade de adaptação da força de trabalho, em face das exigências de qualificação técnica da reestruturação produtiva, que principalmente com a mundialização do capital, teria de se tornar mais atrativa para a instalação das empresas transnacionais, o que garantiria a manutenção, ou até mesmo, expansão do emprego.

Essas assertivas são realizadas tomando-se a qualificação/formação profissional em seu sentido unívoco, como se as contradições derivadas da acumulação flexível e do próprio metabolismo social do capital tivessem se evaporado, pois a maior exigência de qualificação não é uma tônica geral do processo produtivo capitalista, nesse aspecto:

[...] não há um movimento generalizado de desqualificação ou um movimento de aumento geral de qualificação, mas um movimento contraditório de desqualificação do trabalho de alguns, pela ‘superqualificação’ do trabalho de outros, isto é, uma polarização das qualificações requeridas que resulta de uma forma particular de divisão do trabalho, que se caracteriza por uma modificação da repartição social da ‘inteligência’ da produção. Uma parte dessa ‘inteligência’ é incorporada às máquinas e a outra parte é distribuída entre um grande número de trabalhadores, graças à atividade de um número restrito de pessoas encarregadas da tarefa (impossível) de pensar previamente a totalidade do processo de trabalho [...] (FREYSSINET *apud* ANTUNES, 1995, p. 55).

A compreensão que se faz necessária é a dos diferentes sentidos que a qualificação/formação profissional assume, como mecanismo de ajuste do exército industrial de reserva no preço da força de trabalho, barateando o custo para o capitalista com a ampliação da oferta de mão de obra formada sob os novos requisitos qualificativos do processo produtivo. Ao propagar a necessidade de qualificação/formação profissional para inserção no mercado de trabalho, o capital impregna no indivíduo uma busca duplamente útil para sua reprodução, ao deixar a responsabilidade pela sua própria situação no mercado de trabalho, estimulando-o a buscar esta “nova” formação profissional, mesmo que o próprio sistema não seja capaz de absorvê-lo, o capital exime-se da responsabilidade pela precarização do emprego. De outro lado, como frisamos acima, a maior oferta de mão de obra barateia seu custo.

Enquanto contradição viva, o sistema do capital implica na capacidade, maior ou menor, de algum controle sobre sua própria lógica. Em alguns períodos históricos, isso pareceu bastante possível para os capitalistas, porém as tendências endógenas do sistema o impeliram ao rompimento destas formas de controle, e o que acompanhamos neste momento é a tentativa de reconstrução de algum controle da lógica destrutiva do capital, bem menos ambiciosa em seus propósitos, que é o retorno de dogmas liberais do mercado na condução da regulação capitalista. De qualquer forma, essa lógica destrutiva está no cerne do dinamismo capitalista e impele-o a transformar continuamente os nexos contingentes da produção e reprodução capitalista.

Tais questões merecem ser analisadas sob a perspectiva da heterogeneidade do mundo do trabalho e do nível de desenvolvimento dos novos paradigmas produtivos em sua territorialização contraditoriamente reprodutora de processos produtivos pautados no incremento da mais-valia absoluta e/ou relativa. Assim, suas dimensões territorializantes revelam-se nas realocações das empresas ou migração da força-de-trabalho, enquanto mecanismos de ajustes para atenderem a demanda expansiva do capital da forma que lhe seja mais adequada. Não querendo com isso afirmar a existência de modelos “puros”, mas sim se pautando na própria processualidade capitalista que não exige a pureza dos modelos, sobretudo move-se em suas tendências que lhe sejam mais apropriadas para a acumulação ampliada do capital, inovando, reformulando ou renovando processos produtivos.

A resposta política que o sindicalismo apresentou diante do quadro de precarização do emprego e as transformações no mundo do trabalho devem ser buscadas na análise das posturas que o movimento sindical, tendo os seus setores mais combativos como destaque, adotaram ao longo do período iniciado no começo da década de 1990.

A CUT como herdeira do novo sindicalismo dos anos 80 hegemonizou as ações no campo da esquerda sindical, e apresentou comportamento que se distinguiu das demais centrais sindicais pelo debate interno dinâmico e por posturas contrárias ao esfacelamento do mundo do trabalho, porém, dentro da Central a postura que logrou dominar o controle de suas ações pautou-se pelo propositivismo. Teremos oportunidade de abordar mais profundamente os debates internos e os desdobramentos das posturas adotadas pela direção da Central no próximo capítulo. O que queremos ressaltar neste momento é que dado o quadro geral de ofensiva do capital sobre o trabalho, a CUT não conseguiu construir alternativas para a superação do sindicalismo oficial e apostou em estratégias conciliatórias e neocorporativistas, concretizadas nas diversas câmaras setoriais e no Fórum Nacional do Trabalho.

CAPÍTULO 2

O CONTEXTO SINDICAL DO PLANFOR

A constituição do PLANFOR teve como um de seus eixos estruturantes a participação dos sindicatos, objetivando a ampliação da rede de educação profissional, contudo trazendo em seu corolário a perspectiva de integração do sindicalismo à proposta de educação forjada no âmbito da educação para o trabalho.

No começo da implantação do PLANFOR algumas correntes do sindicalismo brasileiro aderiram rapidamente à possibilidade de participação nos cursos de qualificação profissional, como no caso da Força Sindical, inclusive com a compreensão de que esse é um aspecto fundamental da colaboração do trabalho com o capital, compreensão que permeia o sindicalismo de resultados da qual tal central é o representante mais explícito.

Esse alinhamento às propostas do PLANFOR, todavia não ficou restrito ao sindicalismo de resultados, pois também outras centrais sindicais (CGT e CUT) acabaram participando do PLANFOR, com algumas diferenças em termos da compreensão do papel que a qualificação profissional tem para os trabalhadores, notadamente a CUT que procurará reelaborar a proposta inicial dos cursos de qualificação profissional com o Programa Integrar da CNM e posteriormente com o Programa Integrar, assumido pela Secretaria Nacional de Formação (SNF).

O objetivo deste capítulo é demonstrar como a participação dos sindicatos no PLANFOR está relacionada às perspectivas do sindicato em relação à sociedade capitalista, em especial nas relações que o sindicato deve estabelecer com o Estado, que remonta a constituição do sindicalismo oficial no Brasil na década de 1930, ressaltando algumas características presentes até hoje, como o do corporativismo e o apego à legislação oficial para organização da própria ação sindical.

2.1 A Herança Corporativista

O sindicalismo brasileiro apresenta como uma de suas características estruturantes a pré-definição pelo Estado de sua organização e estrutura previstas em legislação. Esse regramento atende aos interesses do Estado no controle dos trabalhadores, que se utiliza entre outras coisas da divisão categorial e territorial para impor uma base de fragilização às suas lutas coletivas.

Essa intervenção do Estado é consolidada durante a Ditadura Vargas com a promulgação de leis trabalhistas⁴⁴, tendo por base ideológica o populismo corporativista, cujo efeito mais significativo para a classe trabalhadora brasileira foi a incorporação de grande parte dos trabalhadores ao projeto político hegemônico do populismo, que entre outras coisas pregava a colaboração de classes como estratégia para o desenvolvimento social e econômico do país.

O processo de incorporação viabilizou-se pela repressão da ditadura Vargas aos sindicatos independentes, fundamentalmente os sindicatos anarquistas e comunistas, deixando aberta a possibilidade de implementação do modelo sindical, a grosso modo mantendo seus pilares básicos até os dias atuais.

Ao promover a definição de uma institucionalidade jurídica no momento em que se preparava o país para uma mudança substancial do seu perfil econômico, garantiu à ditadura Vargas a oportunidade de ver crescer o operariado fabril e urbano de forma geral sob as determinações do regramento estabelecido pela legislação de inspiração fascista. Um significado importante disso foi a consolidação da figura de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres” pela criação de um direito social elementar extensivo ao Brasil urbano, num período em que talvez a sociedade civil brasileira não dispusesse de força coletiva para crer que poderia lutar por ele. Esta é, sem dúvida, uma proposição polêmica, já que aparentemente estaríamos descartando a história de lutas sociais que eram travadas no período da primeira República e mesmo durante a ditadura Vargas, que envolveram em maior ou menor grau a capacidade de organização coletiva do trabalho, mas o fato é que não se pode desprezar o impacto que a promulgação das leis trabalhistas teve sobre o conjunto da classe trabalhadora e particularmente sobre a sociedade brasileira que recém se urbanizava, composto de camponeses expropriados e imigrantes, muitos deles também ex-camponeses em seus países de origem.

Outro componente importante a se considerar, quando tratamos do “sucesso” das medidas de incorporação dos trabalhadores ao projeto político do sindicato corporativista, está no fato de que tal projeto ensejou efetivamente alguma contrapartida para os trabalhadores, ou seja, diante do passado de intensa repressão às demandas sociais, pela república velha, com a hegemonia de um pensamento político de cariz liberal, a institucionalização dos sindicatos perpassava como uma plataforma para conquistas importantes para a classe trabalhadora.

Transforma-se, então, a relação do Estado com os sindicatos, de mero repressor das demandas dos trabalhadores para uma estratégia de incorporação das organizações sindicais,

⁴⁴ 1931: Lei da sindicalização; 1932: Jornada de 8 horas diárias; 1932: Férias remuneradas; 1932: Carteira de trabalho; 1940: Salário mínimo.

apresentando a retórica da colaboração de classes como indutora de uma ação sindical voltada à colaboração para o desenvolvimento, na qual a nação aparece como o elemento aglutinador da ação. É pelo desenvolvimento da nação que deveriam os trabalhadores colaborar com o Estado e com o capital, camuflando a exploração estrutural do trabalho no sistema do capital.

Assim, quando toma corpo a legislação sindical entre 1931 e 1939, os sindicatos vão paulatinamente sendo enquadrados para uma atuação essencialmente administrativo-burocrática, quase como uma extensão do Ministério do Trabalho.

Com o Estado Novo houve a elaboração de uma concepção da organização e da função do sindicato na sociedade brasileira, que retirou do sindicato, em primeiro lugar, a sua principal arma política, que é a greve; ao mesmo tempo, limitou a atuação política das entidades sindicais à área das relações de trabalho. A partir do decreto de 1939, coube ao sindicato uma atuação essencialmente administrativa, com funções delegadas do Estado. (MARTINS, 1989, p. 48).

Esse processo é marcado por uma série de conflitos que opõem em vários momentos deste período as correntes políticas existentes no sindicalismo brasileiro. Os sindicalistas de diferentes correntes inspiradas no anarquismo e no comunismo colocam-se contrários a qualquer intervenção ou regulamentação estatal, porém, com o avanço da institucionalização, vários sindicatos são criados sob a regulamentação oficial, graças aos benefícios assistencialistas previstos na legislação, o campo sindical afeito à normatização criada para a organização dos trabalhadores. Assim também, alguns sindicatos que eram contrários passam a aceitar a normatização para não correrem o risco de serem extintos.

Quando em 1939, em pleno Estado Novo, o decreto-lei 1402 consolida a legislação sindical, dando-lhe as feições estruturais até hoje em voga, já é bastante clara a diminuição do grau de autonomia sindical e conseqüente aumento do controle do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais. Isto ocorre através de uma concepção de sindicato como colaborador do Estado no controle social dos trabalhadores e “participação ativa” no desenvolvimento econômico nacional, num período marcado por transformações significativas nas forças produtivas nacionais, que servirão de base para a industrialização nos anos posteriores.

A própria burocratização do sindicato, a racionalização que se estendeu do sistema e o atingiu são indícios de que esse elemento da ideologia capitalista e desenvolvimentista se incorporou à própria atuação sindical e seus programas de trabalho. (MARTINS, 1989, p. 70).

Essa conformação da ação sindical vai ocorrer tanto pela institucionalização dos sindicatos através da legislação (que a partir disso oferecia um conjunto de benesses aos

trabalhadores associados), como da assistência médica e jurídica, por exemplo, que vai proporcionar um significativo crescimento do número de sindicatos no Brasil.

As leis trabalhistas, contraditoriamente, estabeleceram a legitimidade dos sindicatos, protegendo sua existência da perseguição patronal, fato esse que tem um papel relevante na história da classe trabalhadora no Brasil, pois define até hoje os parâmetros da existência, organização e ação sindical. Não se pode negar que tal legislação garante direitos mínimos para os trabalhadores face ao despotismo do capital, criando mecanismos de julgamento não totalmente subservientes aos interesses capitalistas, porque também é necessária uma regulação mínima para a manutenção do mercado.

A legitimidade alcançada pelos sindicatos através da legislação trabalhista tornou-os dependentes do reconhecimento oficial, o que oferecia limites à organização sindical, pois os sindicatos ficavam em última instância, dependentes dos humores do Estado para fazerem avançar ou retroceder os direitos sociais.

Da perspectiva da luta de classes essa legitimidade dependente do Estado, vinculou os sindicatos à ordem social capitalista, tornando-os instituições negociadoras da venda da força de trabalho, e não entidades de representação da classe trabalhadora, tampouco radicalmente antagonistas do capital.

Alia-se a isto as dificuldades do movimento sindical em estabelecer marcos unificados de luta, principalmente decorrentes da repressão desencadeada pelo governo de Washington Luís sobre os anarquistas e comunistas, para compreender como parcelas significativas do sindicalismo livre (principalmente comunistas e os sindicatos amarelos) aderiram, de forma conflituosa e contraditória, ao sistema corporativista. Assim resume Araújo (2002, p. 48):

Foi, portanto, num contexto de dificuldades crescentes para a sobrevivência de suas entidades autônomas e de luta política entre a alternativa liberal-excludente, que se fortalecera com o movimento pela reconstitucionalização, e a alternativa corporativista que lhes assegurava direitos sociais e lhes oferecia um canal de participação direta na redefinição político-institucional do país, que os trabalhadores optaram pela adesão ao sindicalismo corporativo.

Isto é particularmente importante para nossa análise, pois dimensiona a participação contraditória e conflituosa dos sindicalistas formados no período pré-Vargas, que aderiram ao modelo sindical imposto pela ditadura varguista, mas que de certa forma, atendia em parte às necessidades de proteção aos trabalhadores – ainda que parcial – prevista pelo modelo corporativista. Desta forma, o projeto autoritário-corporativo que emerge durante a ditadura varguista, é em grande parte resultado da necessidade do capital de ampliar a base social de

sustentação da ditadura e do controle social, apostando na incorporação de contingentes expressivos da classe trabalhadora nacional ao seu projeto político, que foi em parte possível pela característica “inclusiva” destes trabalhadores ao desenvolvimento industrial promovido pela ditadura de Vargas, garantindo a massificação de direitos sociais e trabalhistas, que em várias categorias profissionais já eram realidade, antecipando-se aos conflitos que poderiam surgir com a expansão industrial.

Para Araújo (2002), a incorporação dos trabalhadores ao projeto populista foi possível pela adesão de setores organizados dos trabalhadores, principalmente vinculados aos chamados sindicatos amarelos e ao Partido Comunista Brasileiro, com destaque para estes últimos, já que segundo a autora a participação dos comunistas no projeto corporativista legitimou este projeto, pois se tratavam de lideranças combativas e respeitadas pelos trabalhadores.

Autores como Martins (1989), afirma que a legislação sindical forneceu os parâmetros aceitáveis pela burguesia para a luta sindical, às vezes mais maleáveis, como na conjuntura 1945-1964, mas sempre de acordo com as necessidades de controle do capital. Todavia nos momentos que o movimento sindical ameaçou torna-se problemático para as forças da acumulação capitalista, a burguesia abriu mão da democracia para instaurar controles mais rígidos sobre o conjunto da classe trabalhadora, como na ditadura iniciada em 1964.

Esse modelo de participação sindical, moldado na Ditadura Vargas, e que atendia às necessidades de controle do proletariado para a acumulação capitalista, sobrevive até o momento, passando mais ou menos incólume pelos governos neoliberais dos anos 1990. Em parte isso é compreensível pela funcionalidade deste modelo de sindicalismo para o capital, e a conformação dos trabalhadores com os ganhos decorrentes do sindicato corporativista, que mesmo nos momentos de redefinições mais amplas no cenário político-estatal (fim da ditadura Vargas e fim da ditadura militar) mantiveram-se os eixos fundamentais do corporativismo, com ampla interposição do Estado no conflito capital x trabalho, atendendo às necessidades do capital.

Essa permanência pode ser conferida tanto através da manutenção da estrutura sindical, que define os parâmetros da luta sindical, como pela adaptação que os dirigentes sindicais realizaram para ampliar o campo das lutas sindicais, extrapolando em alguma medida as determinações originais da legislação sindical, como atestam a criação de centrais sindicais, principalmente a partir da década de 1980, e as manifestações voltadas às transformações nas políticas macroeconômicas do Estado brasileiro, como também o engajamento de setores do sindicalismo rural à luta pela terra, como o exemplo nas Ligas Camponesas na década de 1960, e

dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agropecuária (CONTAG), na atualidade⁴⁵.

A perspectiva de investigar na história do sindicalismo brasileiro as continuidades e descontinuidades de sua evolução permite-nos compreender a dinâmica das lutas sindicais como componentes dos conflitos sociais que emergem com as transformações do capital, e que tem na luta de classes o elemento imprescindível da análise. Luta essa que incorporará em maior ou menor grau o movimento sindical como forma de conquistar direitos sociais e trabalhistas e que confere aos trabalhadores o vislumbramento de suas ações coletivas.

Desta forma, as experiências de lutas e estratégias adotadas pelos trabalhadores ao longo da história estão certamente ligadas às suas estratégias de luta atuais, pois não se apagam definitivamente da memória coletiva, sendo incorporadas e reelaboradas para atenderem às necessidades imediatas dos trabalhadores, articuladas às propostas e projetos políticos vinculados ou não a partidos operários.

O novo sindicalismo que surge a partir do final da década de 1970, deve portanto, ser compreendido em suas continuidades e descontinuidades, por dentro da história da classe trabalhadora no Brasil, pois, se de fato o novo sindicalismo apresentou características diferenciadas em relação ao “padrão” sindical existente durante a ditadura militar, e podendo mesmo apresentar-se de forma bastante diversa do sindicalismo pré-golpe de 1964, com influências do PTB e PCB, não se pode ignorar que o novo sindicalismo surge apresentando continuidades em relação ao sindicalismo existente.

2.2 - O Novo Sindicalismo e a Estrutura Sindical

A relação que o sindicato estabelece com os trabalhadores é pautada pelas características do sindicalismo oficial descritas acima, tendo o legalismo como parâmetro ideológico da ação sindical, a capacidade de mobilização dos sindicatos fica à mercê daquilo que é estabelecido em lei, priorizando as disputas institucionais no interior do aparelho judiciário pelo cumprimento da legislação ou através do jogo parlamentar no caso da criação de leis trabalhistas. Além disso, como os sindicatos detêm o monopólio legal da representação dos

⁴⁵ Sobre o papel da CONTAG nas lutas sociais a partir da década de 1960 e sua continuidade com a CUT nos anos 1980, ver MARTINS (1995), e NOVAES (1991).

trabalhadores, ficam dispensados da ampliação e efetiva organização destes trabalhadores para continuarem existindo.

A forma dessa relação dos sindicatos com os trabalhadores produz um cenário de dispersão da capacidade mobilizatória, ou seja, muitos trabalhadores que demandam a luta reivindicativa e que efetivam tal mobilização realizam-na por fora do aparelho sindical, ou quando postulam realizá-la junto aos sindicatos, devem respeitar o rito processual próprio da instituição sindical, com burocracia e organização muitas vezes semelhante às empresas capitalistas e impróprios para fornecer apoio às lutas dos trabalhadores.

A liberalização do controle estatal obtido com a abertura democrática vivida no país no início da década de 1980 permitiu momentâneo crescimento dos segmentos sindicais mais combativos, porém a acomodação que se seguiu aos embates permitiu a manutenção e recriação do peleguismo, isso porque a manutenção do monopólio legal da representação favorece esses segmentos, já que contam com as benesses do conhecimento burocrático e dos interesses do Estado em obstaculizar o crescimento do sindicalismo classista.

O novo sindicalismo foi incapaz de romper as barreiras da estrutura sindical corporativa, e aos poucos foi se acomodando aos parâmetros de luta determinados pelo sindicalismo oficial, mesmo a CUT que surge com uma retórica anti-peleguismo vai aos poucos se acomodando às disputas pelo poder nos sindicatos oficiais, o que a leva à aceitação de muitos princípios da estrutura sindical oficial, abandonando a luta por transformações no sindicalismo de Estado.

O preço pago pelas facilidades e atrativo oferecidos pelo sindicato de Estado foi a contenção do movimento sindical dentro dos limites da política de abertura do governo e de manutenção do arrocho salarial (BOITO Jr, 1991, p. 281)

Para o autor o sindicalismo de Estado é capaz de articular vários elementos: um aparelho sindical, uma ideologia coerente com a organização deste sindicalismo, modalidade próprias de ação reivindicativa, que simultaneamente capta as demandas dos trabalhadores e as transforma em reivindicações pontuais, sem estimular a articulação destas reivindicações com mudanças mais profundas nas relações de trabalho, também esse modelo sindical tem uma base social específica, que comunga dos valores e princípios da colaboração entre as classes.

Tais elementos combinados produzem uma incapacidade crônica de organizar os trabalhadores para lutas mais amplas, que reduzam, mesmo em comparação com outros países, a exploração do trabalho. Além disso, o modelo sindical corporativo e legalista tem um papel importante na formação de lideranças sindicais conformadas ao cenário vigente, criando obstáculos e impedindo o fortalecimento da classe trabalhadora.

As oposições sindicais que surgiram no final dos anos 70 aparentavam surgir contra a estrutura sindical oficial, combatendo o caráter de subordinação dessa estrutura às determinações do Estado. No entanto, no decorrer da década de 1980 essa postura foi se acomodando, e os embates passaram a se circunscrever às direções sindicais.

Alguns autores como Antunes (1993) avalia que o saldo da década de 1980 foi positivo para o movimento sindical brasileiro, pois o ressurgimento das greves como instrumento de pressão e de mobilização é um indicador da combatividade do sindicalismo, que não podia se expressar nos anos de sangue da ditadura militar, além disso, a expansão do sindicalismo atingiu setores dos assalariados médios e do setor de serviços, que não tinham tradição de organização sindical, e que em muitos casos aferiram significativas mobilizações e organização, como no exemplo dos sindicatos de bancários.

O surgimento das centrais sindicais pode ser considerado um indicador deste saldo positivo, segundo o autor, pois representam de certa forma transpor os limites de organização vertical definido pela legislação sindical. Se de um lado as centrais representam um avanço na organização vertical superior, horizontalizando as estratégias de lutas comuns, como no caso das políticas de arrocho salarial, por outro lado alguns sindicatos importantes concretizaram avanços importantes nos locais de trabalho, com constituição de vários tipos de Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs). A relativa liberdade e autonomia sindical pode ser sentida, principalmente com a organização dos sindicatos do setor público, antes proibidos por lei, e que apresentaram grande expansão, tanto em termos numéricos (ver Gráfico 8), quanto em termos das mobilizações.

No entanto, a partir do final dos anos 1980 o novo sindicalismo entrou em uma fase regressiva, ou seja, marcada pela crescente incapacidade de mobilização e de manter ou ampliar as conquistas sociais, nesse período a intensificação da crise econômica, com reflexos no nível de emprego, além da internalização da reestruturação produtiva que provocou transformações importantes no proletariado industrial, a ofensiva neoliberal que se fez sentir por todos os meandros da sociedade brasileira, culminando com a eleição de Fernando Collor de Melo e as hesitações da CUT no embate direto ou na montagem de alternativas para enfrentar tal situação, postaram o novo sindicalismo em situação defensiva.

O contexto do início da década de 1990 marca ainda a formação da Força Sindical, como uma dissidência da CGT, rejuvenescendo o peleguismo, dando-lhe roupagem neoliberal, que irá a partir de então polarizar o cenário político ideológico do sindicalismo brasileiro com a Central Única dos Trabalhadores. Por sua vez no interior da CUT embates foram travados sobre as alternativas para o enfrentamento da crise econômica do início da

década de 90, nestes embates a posição hegemônica da Articulação Sindical privilegiou a negociação como estratégia, particularmente tendo o Estado como mediador dos conflitos, como ficou exemplificado nas câmaras setoriais.

As estratégias seguidas pela CUT, que podemos considerar como um dos resultados concretos do novo sindicalismo, colocaram o sindicalismo combativo numa situação de resistência contra as políticas econômicas do Estado brasileiro, porém não lograram estabelecer estratégias para a elaboração de propostas econômicas alternativas, de cunho anticapitalista, ficando a mercê das conjunturas de recessão que se sucederam durante toda a década de 1990 e no novo milênio, isso acabou deixando a CUT entre a ofensiva neoliberal, e seu caráter regressivo no direito social e caráter anti-sindical, e a acomodação social-democrata, que vislumbra a possibilidade da conciliação dos interesses de classe.

De qualquer forma, não podemos esquecer que o novo sindicalismo surge a partir de brechas legais na estrutura sindical corporativa, e que logrou de certa forma avanços em relação ao que esta estrutura comporta, partindo de reivindicações justas e legítimas, relacionadas principalmente ao ambiente econômico recessivo e de arrocho salarial, que o sindicalismo pelego já não conseguia responder satisfatoriamente e nem controlar os trabalhadores que se organizaram para mobilizarem-se.

A partir de sua gênese “extra-sindical”, que depois se constituiriam nas oposições sindicais, e disputariam os aparelhos sindicais, e da forte vinculação com o “chão da fábrica”, o novo sindicalismo trouxe elementos novos para o movimento sindical que foi edificado durante a ditadura militar, com a repressão sobre os sindicalistas combativos da década de 1960, notadamente os sindicalistas de várias correntes da esquerda.

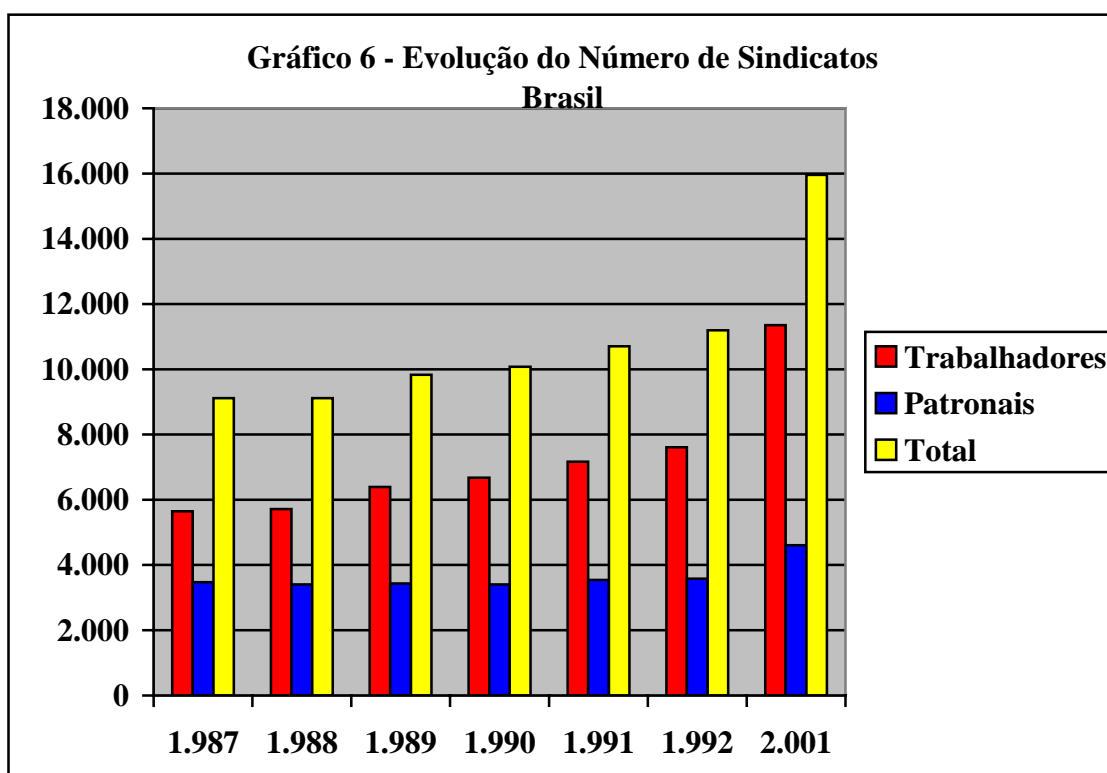
Porém, conforme afirma Blass (1999), é preciso relativizar o peso do adjetivo “novo” para o sindicalismo que emerge das manifestações dos trabalhadores no final da década de 1970, pois isso pode obscurecer o passado de lutas do sindicalismo brasileiro, desde sua origem pré-CLT, até mesmo durante a vigência da estrutura sindical corporativa, em que sindicatos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) lograram incentivar várias manifestações e mesmo com todas as hesitações e equívocos que tenham ocorrido, não se pode ignorá-los.

De qualquer forma o novo sindicalismo, embora tenha tido papel fundamental no renascimento do sindicalismo brasileiro no cenário político, não logrou mudar substancialmente os paradigmas do sindicalismo oficial, pautados no corporativismo e legalismo.

As normas de enquadramento sindicais que marcam a definição dos limites da ação sindical baseiam-se no município como unidade territorial, associado à classificação por

setor econômico e por categoria profissional, o que provoca um emaranhado de sindicatos, atomizados em várias entidades sindicais, muitas vezes com várias representações verticais numa mesma empresa.

O crescimento do número de entidades sindicais nos últimos anos pode ser verificado no Gráfico 6, em que se nota que a partir da Constituição de 1988 a evolução da quantidade de sindicatos de trabalhadores é acelerada, em grande parte pela ampliação do direito de sindicalização ao funcionalismo público.



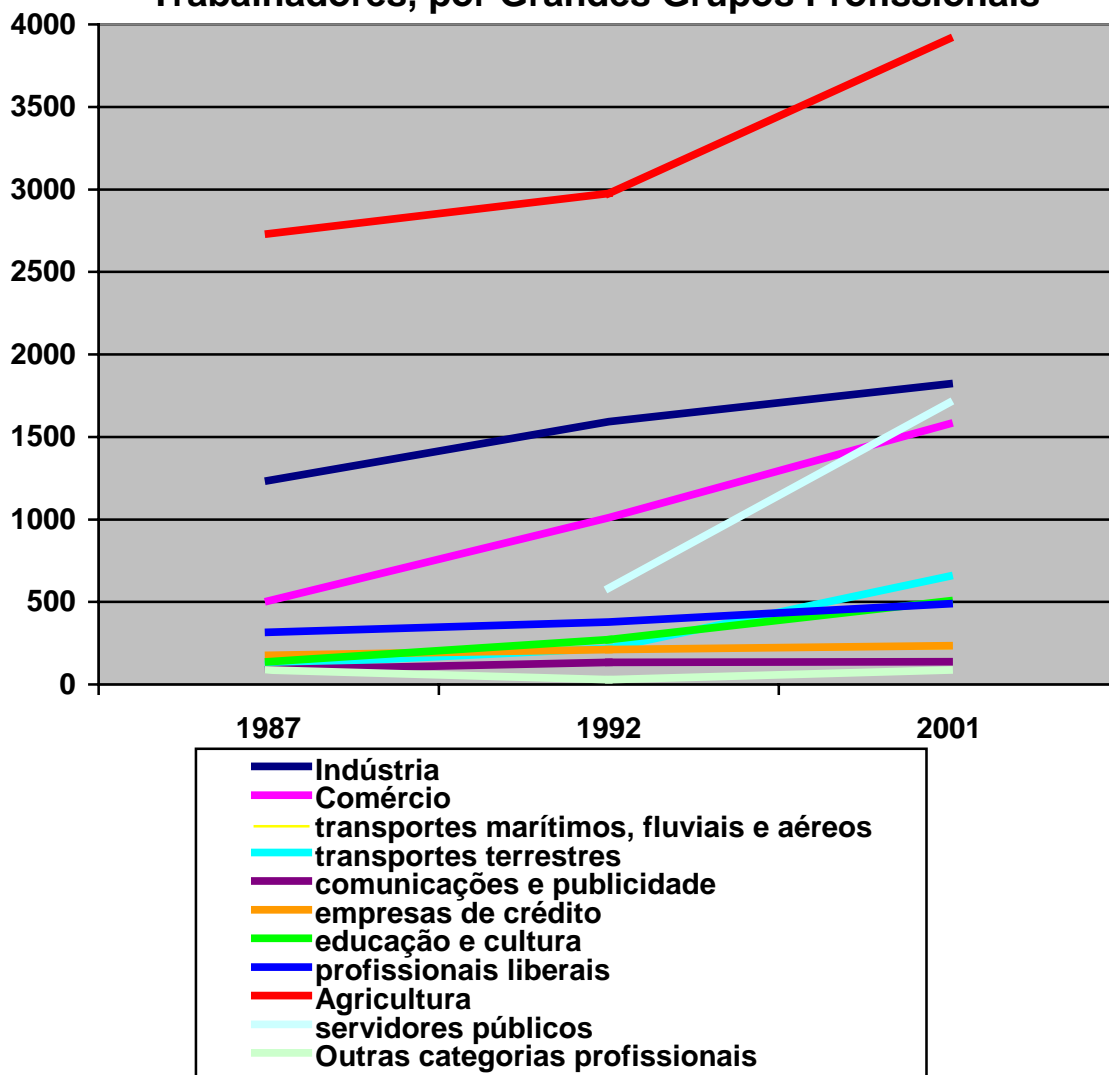
Fonte: IBGE. Sindicatos-Indicadores Sociais 2001

O Gráfico 6 nos possibilita vislumbrar também a estabilidade no número de entidades sindicais patronais durante o período apresentado, o que demonstra a relativa unidade política do capital na representação dos conflitos capital x trabalho, enquanto que as entidades sindicais de trabalhadores dobram de quantidade, passando de 5.648 sindicatos em 1987 para 11.354 em 2001.

Como pode ser observado no Gráfico 7, a evolução do total de sindicatos de trabalhadores no período abrangido pelas pesquisas do IBGE revela que alguns grupos ocupacionais tiveram crescimento mais intenso, com destaque para o sindicalismo rural, os sindicatos ligados ao comércio, assim como os sindicatos de trabalhadores vinculados às

empresas de transporte terrestre, além do funcionalismo público, como já destacamos anteriormente.

Gráfico 7 - Evolução do Número de Sindicatos de Trabalhadores, por Grandes Grupos Profissionais



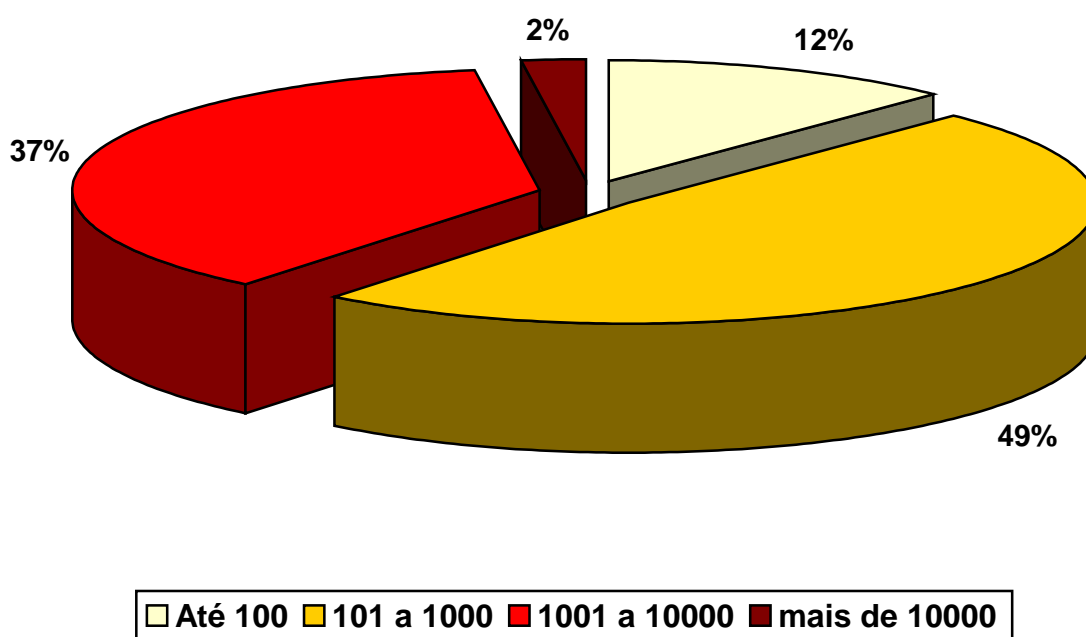
Fonte: IBGE, Sindicatos-Indicadores Sociais, 2001

Essa pulverização demarca também o padrão de contratação fragmentado, ampliando a fragilidade dos sindicatos nas negociações, pois a facilidade de criação de sindicatos e o monopólio da representação territorial permitem a existência de sindicatos sem representatividade e numericamente pequenos, com baixo poder de pressão sobre o capital, pois podem atuar isoladamente, sem responderem às estratégias de enfrentamento das instâncias superiores verticais.

Os dados apurados pelo IBGE, no ano de 2001, permitem verificar a distribuição dos sindicatos por classe de associados (Gráfico 8). Nele é possível observar a

existência significativa de micro-sindicatos, com até 100 associados, num total de 1377, o que corresponde a 12% dos sindicatos de trabalhadores. Mesmo a fatia de maior peso na classificação adotada é composta por sindicatos de 100 até 1000 associados, perfazendo 49% dos sindicatos de trabalhadores, enquanto aqueles com mais de 1000 associados representam apenas 2% dos sindicatos de trabalhadores.

**Gráfico 8 - Sindicatos de Trabalhadores por Classe de Associados
Brasil**



Fonte: IBGE, Sindicatos-Indicadores Sociais, 2001

Essa composição dos sindicatos reflete-se diretamente na média de seus associados dos sindicatos, como pode ser observado na Tabela 6. Além dessa média é possível verificar sua evolução segundo os tipos de sindicatos de 1992 a 2001. A queda acentuada na média de associados pode estar relacionada diretamente a crise no mercado formal de trabalho, já que o tipo de sindicato que apresentou maior queda na média de associados foi o dos empregados urbanos, reduzindo em mais de 20% o número médio de associados.

Tabela 6

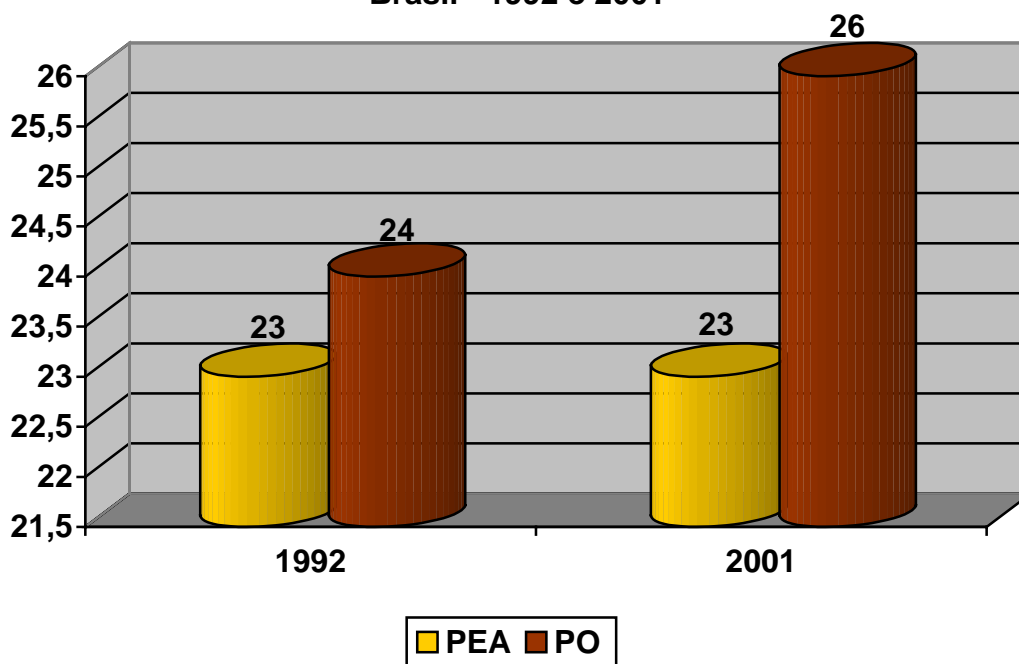
**Média de Associados dos Sindicatos de Trabalhadores, Segundo os Tipos de Sindicatos.
Brasil, 2001.**

Tipo de sindicato	1992	2001	
Empregados urbanos	1.978	1.518	-23,2%
Trabalhadores autônomos	980	894	-8,7%
Profissionais liberais	1.450	1.175	-18,9%
Trabalhadores avulsos	278	278	0
Trabalhadores rurais	2.575	2.336	-9,3%
Total	2.104	1.720	-18,2%

Fonte: IBGE, Sindicato. Indicadores Sociais, 2001.

O reflexo desta situação, de sindicatos pequenos, com uma média de associados com menos de 2000 trabalhadores em queda acentuada na comparação com o levantamento de 2002, pode ser observado nas baixas taxas de sindicalização no Brasil, com índices variando entre 23% e 26%, conforme expressa o Gráfico 9.

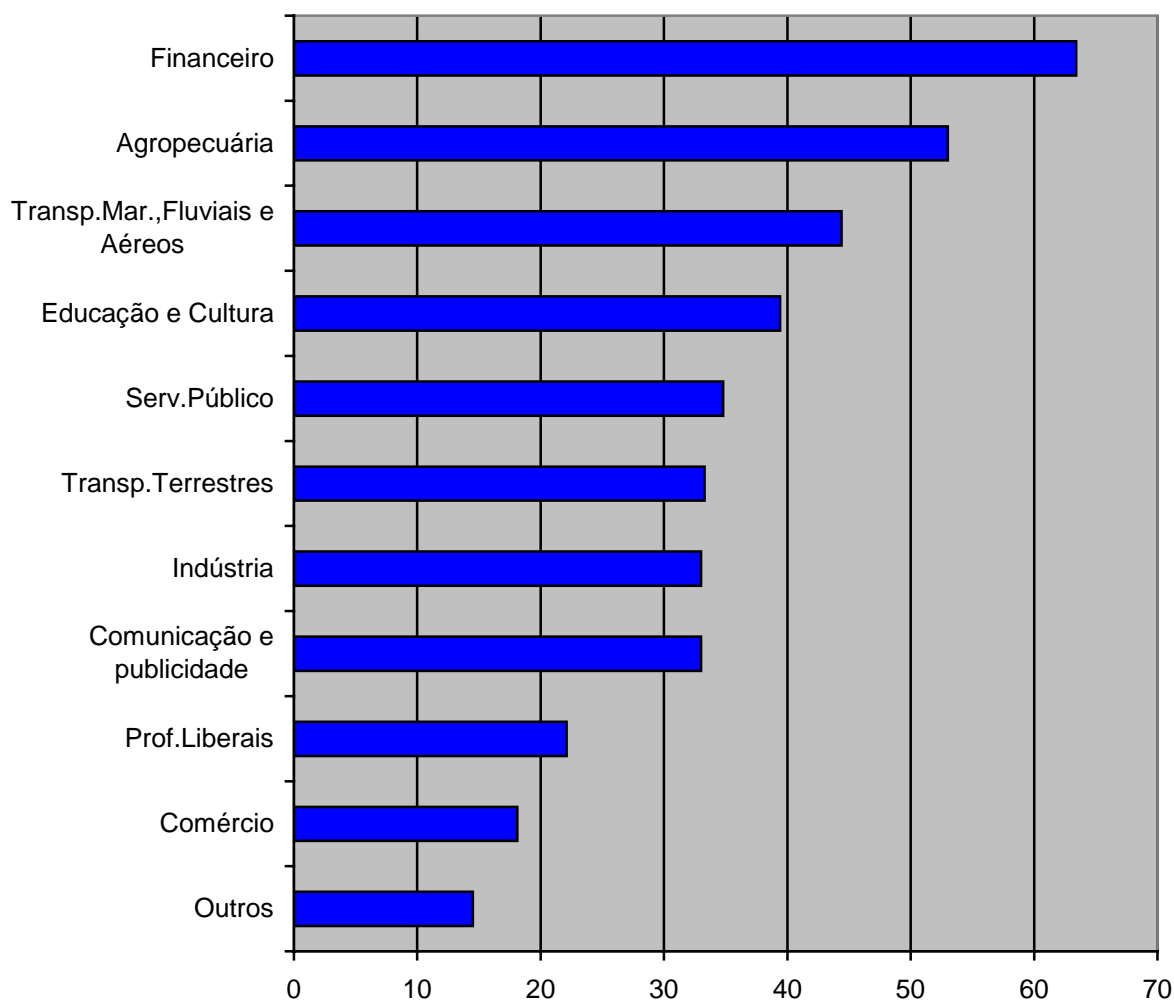
**Gráfico 9 - Taxa de sindicalização, Segundo a População Economicamente Ativa e Segundo a População Ocupada
Brasil - 1992 e 2001**



Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001.

Ainda em relação às taxas de sindicalização pode-se observar grande variação entre os grupos profissionais, como expressa o Gráfico 10, onde grupos vinculados ao setor financeiro apresentam taxa superior a 60%, enquanto que no comércio, tal taxa não atinge 20%. Isso expressa de alguma maneira as diferenças em termos de relações de trabalho, já que no comércio os vínculos empregatícios são mais instáveis e intermitentes do que, por exemplo, nos bancos. Porém, não se pode desprezar os papéis diferenciados que os sindicatos desempenham nestes diferentes grupos profissionais, que infelizmente não podem ser verificados pela pesquisa do IBGE, e mesmo na literatura consultada não há evidências destas diferenciações por grupos profissionais, o que aponta para a necessidade de estudos voltados à compreensão da articulação das determinações econômicas com a dinâmica territorial do capital e do trabalho.

Gráfico 10 - Taxa de Associação, por Grandes Grupos Ocupacionais. Brasil - 2001



Em crítica contundente à estrutura sindical oficial, Boito Jr. (1991), expõe as fragilidades da estrutura para a luta operária, afirmando que tal estrutura fixa os sindicatos ao Estado, adotando a expressão de um sindicalismo de Estado, nas palavras do autor. Tal sindicalismo limita a prática sindical aos parâmetros estabelecidos pelo Estado. Mesmo que a abertura democrática da década de 1980 tenha restringido a intervenção direta do Estado, os sindicatos têm suas ações definidas pelo enquadramento sindical e pelo reconhecimento oficial, que como vimos acima, se pauta pela fragmentação da representação, sem unidade política com as estruturas verticais de representação, mesmo com os avanços que a criação das centrais sindicais proporcionaram em termos de transposição dos limites corporativistas.

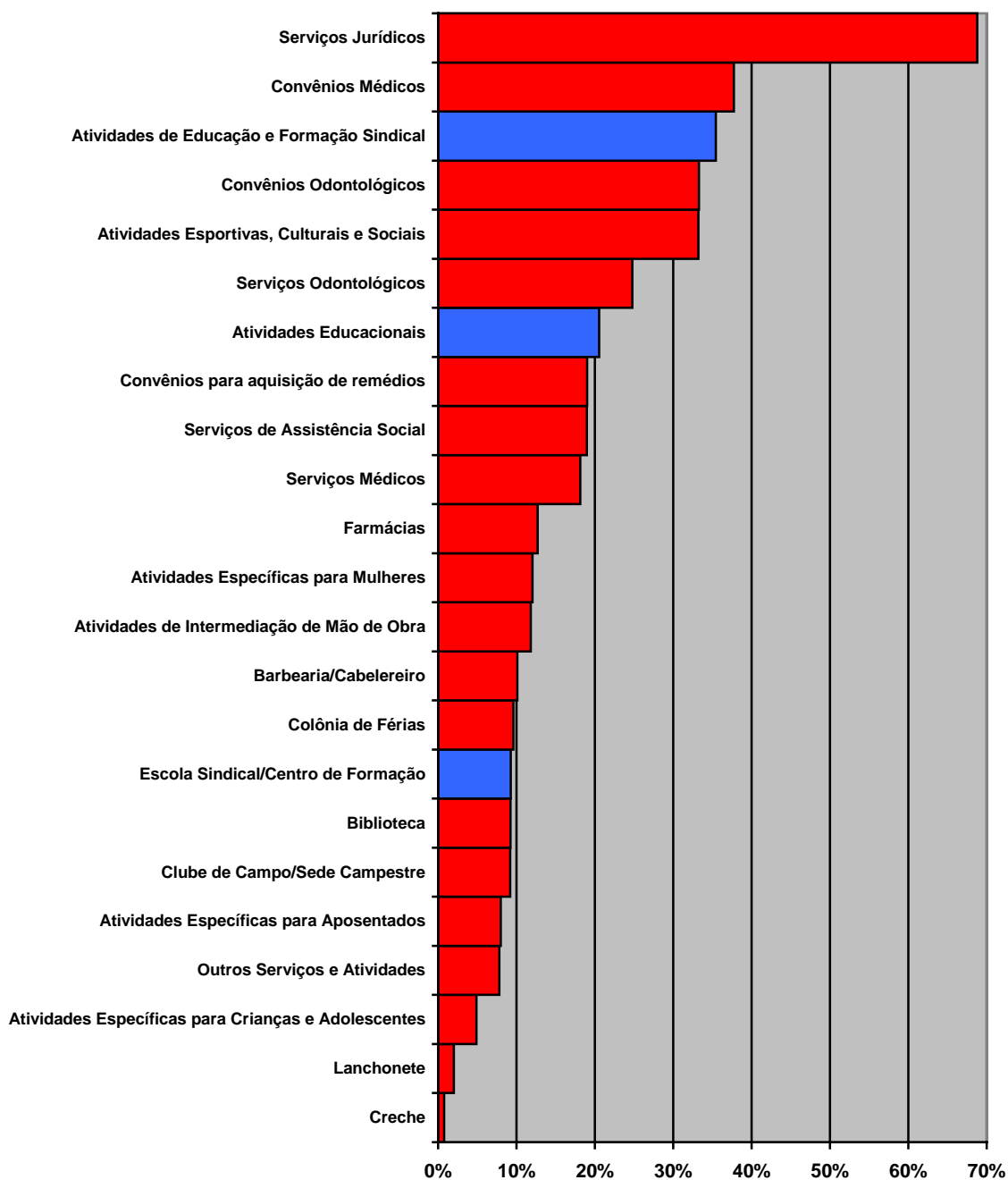
O autor aponta ainda que a manutenção da atual estrutura sindical garante ao capital uma grande possibilidade de desorganização do movimento sindical, pois permite a criação de um conjunto muito grande de sindicatos por categorias profissionais e divididos territorialmente pelos limites administrativos municipais, sem necessariamente estar vinculado à manifestação da dinâmica do trabalho, ou às lutas dos trabalhadores propriamente, em que muitas vezes uma mesma categoria de trabalhadores é representado por sindicatos diferentes, por espriarem-se em territórios diferentes, mesmo que os trabalhadores estejam sob controle de uma mesma empresa, como por exemplo, no caso dos sindicatos dos bancários, que têm como patrões empresas de abrangência nacional. Ou também nos casos em que várias categorias profissionais existentes numa mesma empresa são representadas por diversos sindicatos, como no caso da atividade canavieira.

A estrutura sindical oficial não garante per si a permanência de sua função desorganizadora e desmobilizadora, Boito Jr. (1991) aponta a necessária ideologia que acompanha o sindicalismo de Estado, que vincula a existência dos sindicatos ao reconhecimento oficial, e atribui ao Estado as decisões sobre a organização sindical e solicita sua tutela sobre as disputas com o capital. Para o autor a ideologia do sindicalismo de Estado é uma manifestação localizada da ideologia populista, que adota o Estado como fiel depositário da justiça e da capacidade conciliatória entre capital e trabalho, ignorando seu caráter classista.

É essa ideologia do populismo que solidifica a estrutura sindical oficial, pois o sindicalismo oficial não seria capaz de sobreviver às demandas dos trabalhadores sem uma ideologia que lhe permitisse manter-se mesmo sob intensa regressividade e precarização do mundo do trabalho, como os diversos períodos vividos pelos trabalhadores em todos estes anos de sindicalismo de Estado.

Desta forma, o sindicalismo oficial possui uma relativa legitimidade perante os trabalhadores, muitas vezes mais como entidade assistencial, do que como entidade de luta por conquistas, e tal característica não apresenta sinais de arrefecimento como demonstram os dados do Censo Sindical, expressos no Gráfico 11.

**Gráfico 11 - Serviços Prestados pelos Sindicatos de Trabalhadores.
Brasil - 2001**



O legalismo é uma das características marcantes da ideologia do sindicalismo de Estado, que aprisiona os sindicatos à expectativa de criação de leis que garantam conquistas para os trabalhadores, e que para tanto devem se submeter ao ritual do direito tanto para a garantia legal, como para cumprimento da legislação existente, o que contribui para ações sindicais voltadas ao jogo parlamentar, como ficou patente em diversos momentos do novo sindicalismo, como na Assembléia Constituinte em 1987 e 1988, em que a CUT privilegiou a pressão de gabinete sobre os constituintes em detrimento das mobilizações de massa, ou mais recentemente durante as votações sobre a Reforma da Previdência de FHC em que a direção da CUT só aderiu muito tardiamente às manifestações organizadas por sindicatos descontentes com os rumos da reforma. Nas palavras de Boito Jr (1991, p. 65), o legalismo: “[...] se caracteriza pela submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam a organização e as formas de ação sindical no Brasil”.

É o apego à legalidade que faz com que as centrais despendam esforços para consolidar sua hegemonia sobre o sindicalismo brasileiro, buscando na Reforma Sindical em discussão garantir meios legais de terem o monopólio da representação vertical dos trabalhadores.

Embora alguns avanços importantes tenham sido conquistados nas últimas décadas, em termos de organização sindical, como atestam o fortalecimento das centrais sindicais como entidades de representação política dos trabalhadores, a estrutura sindical corporativa mantém suas características fundamentais e impõe limites importantes para a luta operária, pois fortalece a compreensão que o Estado é imparcial na promoção da justiça e da conciliação dos interesses da classe.

A estrutura e seus efeitos são dotados de uma elasticidade relativa, eles estreitam ou ampliam os limites dentro dos quais podem agir os sindicalistas de acordo com as circunstâncias históricas. Mas esses limites nunca rompem a barreira que é imposta pela própria lógica da estrutura: se for o Estado que outorga a representação sindical, é ele que, obrigatoriamente, regula-a (BOITO Jr, 1991, p. 40).

Concebida, como vimos, para controlar o movimento organizado dos trabalhadores, a estrutura sindical corporativa padece deste pecado original, e impõe desafios para a superação de seus limites. A questão é se sua superação é possível de ser realizada pelos sindicalistas que emergiram de seu cerne, ou mesmo se a perspectiva é de superação ou de

acomodação das diferentes correntes políticas em uma legislação sindical conveniente para tais correntes, como atestam o rumo da recente reforma sindical de fortalecimento das centrais sindicais, sem no entanto romper com os pilares do enquadramento sindical fragmentário.

Para autores como Boito Jr. (1991), não é possível a transformação dos sindicatos criados sob a estrutura sindical oficial em sindicatos classistas, construídos sob a perspectiva da luta operária.

O que precisamente, a estrutura não comporta é a conversão do sindicato oficial, de instrumento de controle dos trabalhadores, em seu contrário. O sindicato de Estado é, sempre, e ao contrário do que se passa com outros tipos de sindicalismo, uma instituição que amortece os conflitos de classe (BOITO Jr, 1991, p. 16).

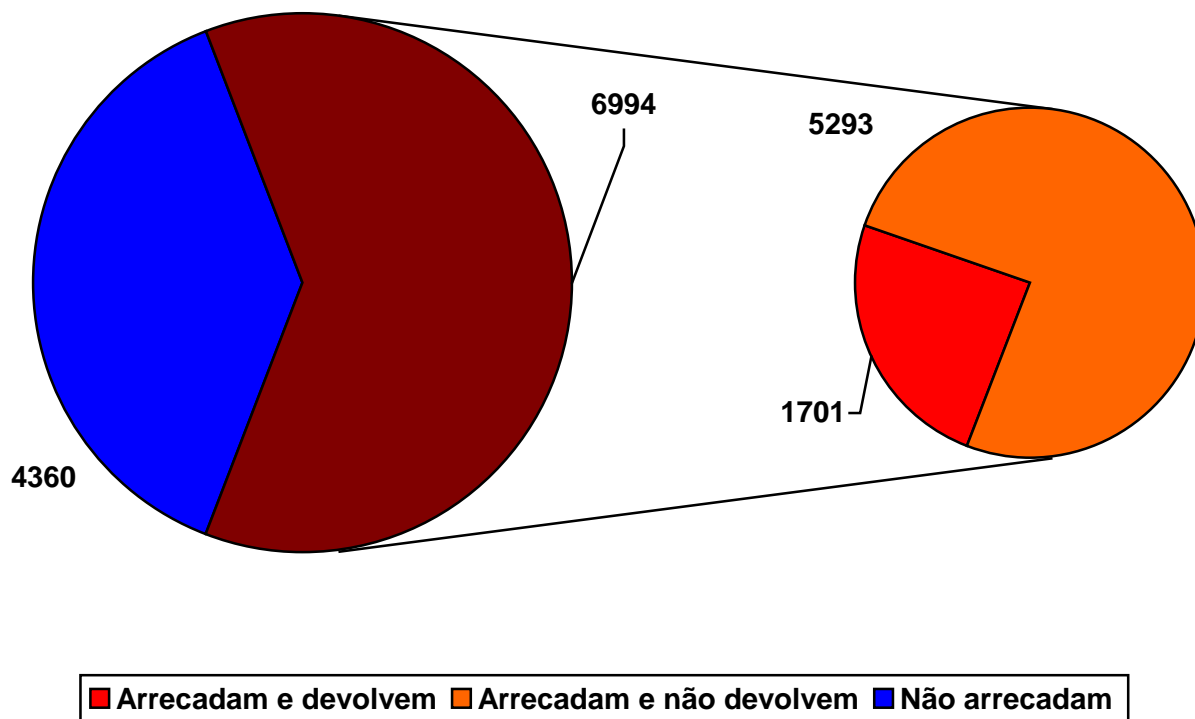
Como forma de garantir a expansão e consolidação do sindicalismo oficial o Estado concedeu a representatividade legal aos sindicatos, garantindo-lhes poder de negociação com o capital, isso é obtido através da unicidade sindical, que proporciona o monopólio de representação, que por sua vez é definido pelo Estado, ou em alguns casos pelas próprias empresas, através do direcionamento da contribuição sindical obrigatória, que fornece recursos financeiros aos sindicatos, independente da vontade dos trabalhadores representados.

A investidura sindical, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias por força de lei geram um aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores (BOITO Jr, 1991, p. 39).

Estes são elementos que garantem a subordinação dos sindicatos aos interesses do capital, pois os sindicatos ficam à mercê das contribuições obrigatórias, gerando a dependência em relação ao recolhimento das empresas, ao reconhecimento oficial e restrito ao núcleo do emprego formal, que como vimos anteriormente tem se reduzido na última década.

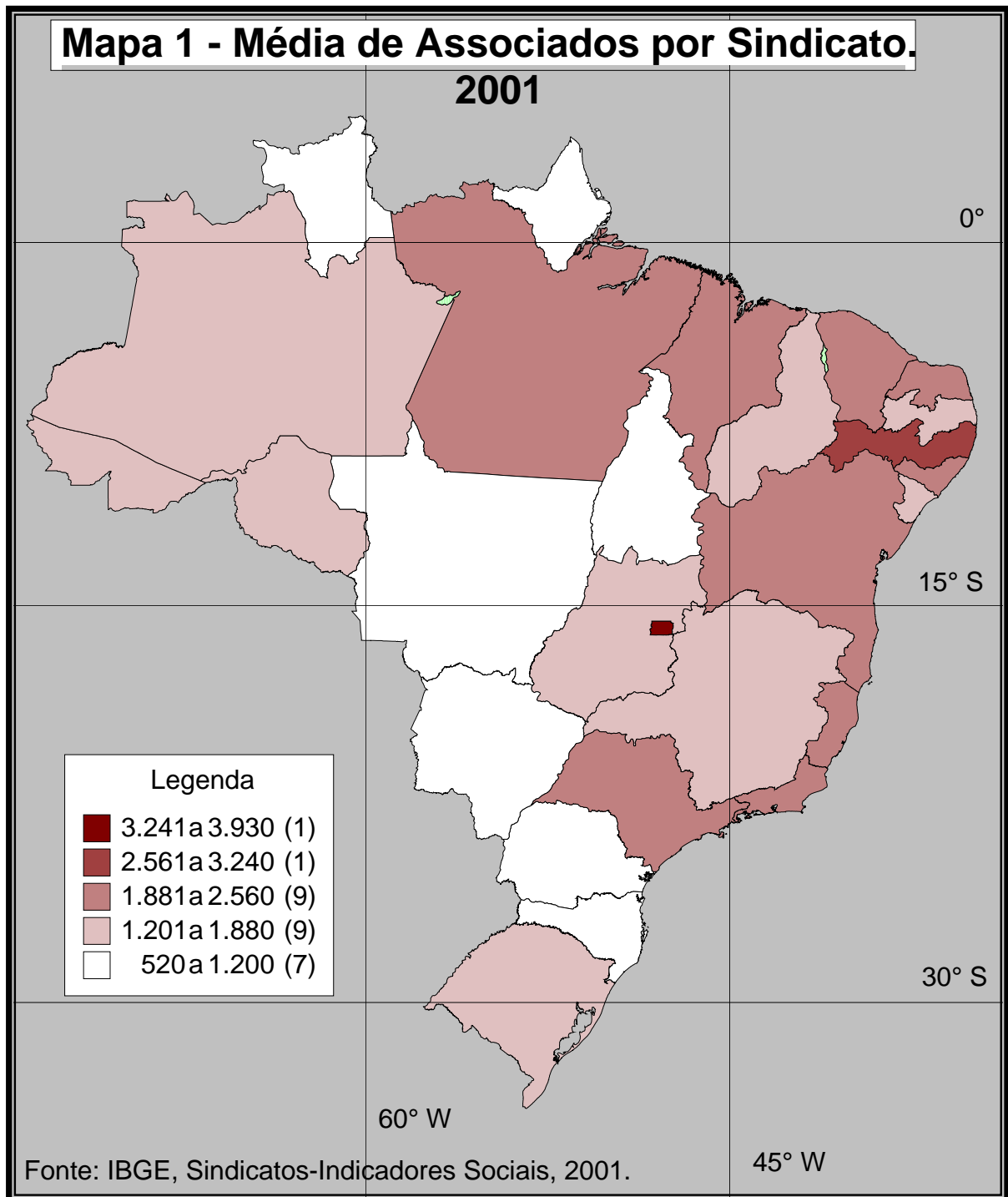
Como pode se observar no Gráfico 12, 60% dos sindicatos de trabalhadores arrecadam a contribuição sindical obrigatória, sendo que desses, $\frac{1}{4}$ têm alguma forma de devolução da contribuição para os trabalhadores, ou seja, apesar da maior parte dos sindicatos demonstrarem que a contribuição sindical obrigatória é dispensável, já que ou não arrecadam ou mantêm algumas políticas de devolução para os trabalhadores, é muito significativo ainda o número de sindicatos que têm na contribuição sindical obrigatória o seu sustentáculo financeiro, em alguns casos única fonte de recursos.

Gráfico 12 - Contribuição Sindical Obrigatória



Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001

A característica do sindicalismo de Estado de garantir sustentação financeira pelo vínculo do emprego formal, sem necessariamente depender da mobilização dos trabalhadores, fez com que sua expansão ocorresse sem que isso signifique maior capacidade de resistência dos trabalhadores face à exploração pelo capital, tendo encontrado aceitação mais ampla nos setores menos organizados e regiões de poucas mobilizações dos trabalhadores, conforme expressa a distribuição territorial da média de associados por sindicato presente no Mapa 1.



Por estar vinculado exclusivamente ao setor formal do mercado de trabalho, por depender do reconhecimento oficial para sua existência, sendo que este reconhecimento permite a sustentação financeira do sindicato, por buscar legitimidade mínima junto aos trabalhadores através do trabalho assistencial, os sindicatos, sob a estrutura sindical corporativa, têm apresentado uma expansão que não revela o caráter mobilizatório dos trabalhadores, mas sim uma expansão burocrática que acompanha os fatores acima descritos, assim como os estímulos provenientes das centrais sindicais de divisões nas bases representadas por sindicatos de centrais sindicais rivais, o que contribui para desvincular ainda mais a expansão dos sindicatos às lutas dos trabalhadores.

Boito Jr. (1991), reitera que a tendência do sindicato de Estado é de recrutar mais associados nas regiões menos desenvolvidas, com pouca tradição em termos de lutas sindicais, e, sobretudo junto aos trabalhadores menos reivindicativos, esta é uma tendência estrutural do modelo sindical vigente e não apenas decorrência de fatores conjunturais. Essa tendência acaba reforçando o caráter politicamente conciliatório do sindicalismo de Estado, pois amplia a adesão dos trabalhadores aos sindicatos numa perspectiva pragmática, ou seja, os trabalhadores associam-se aos sindicatos pelos convênios comerciais, assistência médica, clube recreativo, ficando a mobilização e as lutas reivindicatórias em segundo plano.

A própria expansão territorial dos sindicatos está relacionada às características do sindicalismo de Estado, havendo forte sindicalização nas pequenas e médias cidades do interior, porém com pouca mobilização destes sindicatos.

2.3 –As Centrais Sindicais no Cenário Sindical Brasileiro

As centrais sindicais que se constituíram, desde a década de 1980, como principais interlocutores do movimento sindical brasileiro, enquanto instituições nacionais de articulação dos sindicatos, pela dimensão e caráter que assumiram, são de consolidação relativamente recentes, embora em épocas pretéritas algumas tentativas de construção de centrais sindicais operárias foram efetivas, nenhuma destas experiências tiveram continuidade e ou se fazem presentes nas centrais sindicais atuais.

O cenário sindical atual é em grande parte resultado direto das mobilizações que marcaram o surgimento do novo sindicalismo no final da década de 1970, já em 1981, no calor das manifestações e ainda durante a ditadura militar foi realizado o I CONCLAT, definindo bandeiras de luta conjunta entre os sindicatos participantes, tais como a luta pela

redemocratização, pela liberdade e autonomia sindical, pela reforma agrária, constituindo-se um marco importante na história do sindicalismo brasileiro, pois a partir deste encontro foram se delineando rapidamente as posturas políticas e ideológicas presentes no movimento sindical.

Uma das decisões tomadas durante o encontro foi a realização de uma II CONCLAT, que definiria a criação de uma central única dos trabalhadores, porém divergências entre os representantes sindicais se acirraram depois do I CONCLAT levaram à prorrogação deste II CONCLAT, que viria a ser realizado em 1983, em duas localidades diferentes, marcando a divisão entre os sindicalistas.

Segundo Comin (1994), as divergências que levaram à divisão em dois CONCLATs, e conseqüentemente, duas centrais sindicais, foram por três motivações básicas: o caráter da estrutura sindical desejada pelo movimento sindical, o que implicava em transformações mais ou menos profundas da estrutura sindical existente, a disputa pelos militantes de partidos políticos em torno da hegemonia sobre a nova central (notadamente o PCB, o PT e o PMDB), e quanto à participação dos militantes como delegados no congresso, cuja participação implicava na possibilidade de muitas oposições sindicais participarem do congresso, o que os setores ligados ao sindicalismo oficial não aceitavam, pois significava flexibilizar o poder que haviam adquirido através da estrutura sindical.

Em São Bernardo do Campo, no ano de 1983, foi realizado o II CONCLAT que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja composição mais homogênea permitiu avançar muito durante a década de 1980, incorporando tanto os sindicatos oficiais, através das vitórias que as oposições sindicais obtiveram no período, como pela criação de novos sindicatos, porém dentro dos parâmetros da estrutura sindical oficial.

Três grupos sociais destacaram-se na formação da CUT, o grupo formado pelos chamados sindicalistas autênticos, que foram lideranças sindicais, que a despeito de comporem o sindicalismo oficial em muitas direções existentes, não se abstiveram de apoiar as mobilizações e as reivindicações dos trabalhadores, incluem-se neste grupo também os trabalhadores que se organizaram nas oposições sindicais.

Um segundo grupo que participou da criação da CUT e que compõe expressivo segmento de militantes no interior da Central, está ligado à ala progressista da Igreja Católica, principalmente os membros mais ativos das Comunidades Eclesiais de Base, da Pastoral Operária, influenciados, sobretudo pela Teologia da Libertação.

Os militantes da esquerda, em amplo leque de nuances teóricas e ideológicas, estiveram presentes desde o início na criação da central e compõem o terceiro grupo importante presente na CUT.

Apesar das diferentes origens destes grupos sociais, partilhavam um conjunto importante de elementos, sobretudo, conforme afirma Comin (1994), a rejeição do capitalismo como modelo de organização social, porém recusando também o comunismo como matriz teórica e modelo de socialismo, o que fez com que os partidos comunistas tivessem pouca influência nos caminhos definidos pela Central, só incorporando-se posteriormente através do Partido Comunista do Brasil, com a Corrente Sindical Classista.

Outro elemento comum, segundo o mesmo autor, é a avaliação comum de que a estrutura sindical corporativa era perniciososa para os interesses dos trabalhadores, e procuraram desenvolver algumas estratégias que rompessem com alguns elementos impostos por esta estrutura, porém sendo aos poucos abandonada a radicalidade com que pleiteavam implodir essa estrutura.

Por fim, esses grupos apresentavam como estratégia privilegiada de organização dos trabalhadores, a mobilização pela base da ação sindical, o que produziu em muitos sindicatos um vínculo muito forte entre as direções e os trabalhadores na base e a instituição de muitas formas de representação nos locais de trabalho, não previstas pela estrutura sindical corporativa.

No mesmo ano de 1983, outro grupo bastante heterogêneo organizou outra CONCLAT, na cidade de Praia Grande, que pelas características do grupo, com muitos segmentos vinculados às práticas do sindicalismo oficial e pela própria diversidade de posicionamentos ideológicos, a central criada – CGT – foi no decorrer da década de 1980 se esfacelando, em grande parte decorrente da incompatibilidade de projetos e práticas tão díspares quanto as correntes agrupadas em torno de Joaquinção (liderança sindical pelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), ou os militantes do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil.

Apesar da criação e expansão das centrais sindicais a partir do início da década de 1980, elas apresentarão algumas fragilidades quanto à legitimação, principalmente relacionadas à representação dos trabalhadores e à capacidade de comando dos sindicatos filiados às centrais (COMIN 1994).

Um dos problemas que atingiram as centrais é da relação que elas estabelecem com os sindicatos filiados, pois construídas à margem da estrutura sindical oficial, porém tendo nesta estrutura a base de sua existência, as centrais terão ao mesmo tempo em que enfrentar o fato de ser uma excrescência na atual estrutura e depender dos sindicatos para fornecimento das bases materiais e políticas.

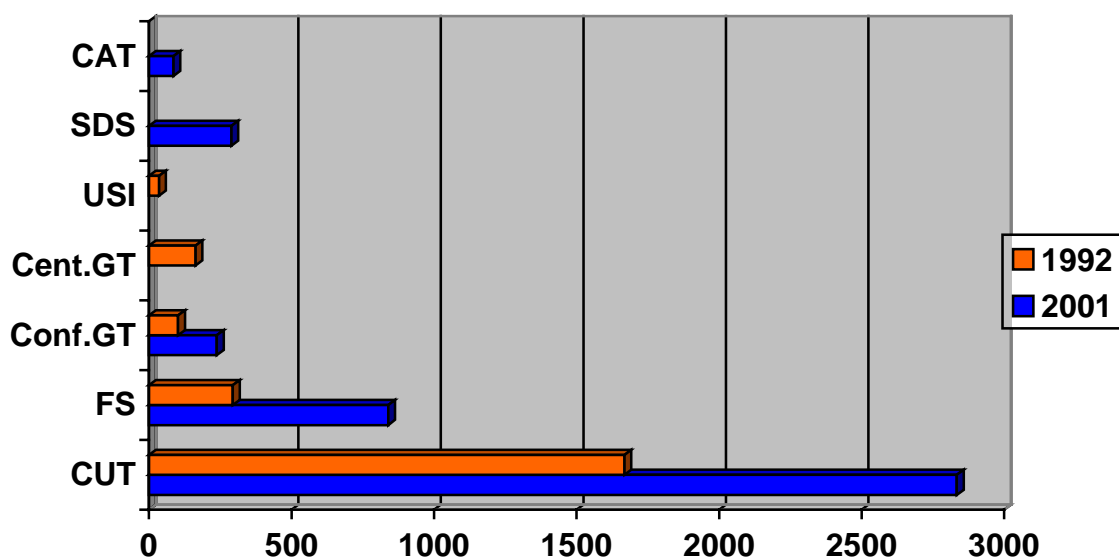
Esse aspecto da existência das centrais confere aos sindicatos grande autonomia em relação às centrais sindicais, já que não precisam das centrais para existirem, o que pretende-se inverter com a Reforma Sindical em andamento, atrelando os sindicatos a alguma central sindical, como forma de ampliar a hegemonia das centrais no cenário político-sindical.

Essa relativa dependência das centrais às entidades sindicais, explica em parte, o esforço despendido pelas centrais para a atração de sindicatos sob suas bandeiras, conquistando via oposições sindicais ou por outras motivações as direções dos sindicatos existentes.

A conformação deste padrão de organização das centrais sindicais, “dependentes” em relação aos sindicatos da estrutura sindical oficial, deixou as centrais sem o comando necessário para implementar ações enquanto representantes orgânicas dos sindicatos, do que decorrem as dificuldades para implementação das orientações gerais que surgem a partir de debates nas direções das centrais, ou mesmo dos debates em Congressos e Plenárias.

Novamente neste caso, como reitera (COMIN, 1994), a maior homogeneidade interna da CUT favoreceu a sustentação de um discurso e uma prática mais combativa, mesmo com as dificuldades comuns colocadas pelo padrão de organização das centrais sindicais.

O crescimento das centrais sindicais, medido pela expansão de sindicatos filiados a elas pode ser visualizado no Gráfico 13, no qual se verifica a evolução dos sindicatos filiados à CUT, que passam de 1.668 para 2.834, significando crescimento de 70%, ou da Força Sindical, com crescimento de 185%, alcançando 839 entidades sindicais filiadas. Conforme o IBGE (2001), o total de sindicatos filiados às centrais sindicais alcançou um crescimento de 90% entre 1992 e 2001.

Gráfico 13 - Sindicatos Filiados às Centrais Sindicais

Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001

O crescimento das centrais sindicais se dá medido tanto pela expansão de entidades filiadas, como pelo aumento da influência sobre o cenário político nacional, alcançando nos diversos fóruns tripartites criados na década de 90 maior legitimidade como interlocutoras dos trabalhadores, do que as entidades da estrutura vertical oficial.

No PLANFOR a hegemonia das centrais sindicais é percebida não só pela concentração de recursos das Parcerias Nacionais, entre todas as entidades sindicais, demonstrando que as entidades da estrutura vertical oficial não se constituíram como interlocutoras da participação dos sindicatos no PLANFOR.

Nas entrevistas que realizamos pudemos perceber que a participação dos sindicatos no PLANFOR ocorreu pautada pela intervenção das centrais sindicais, mas também no caso dos SEEB de Marília e de Sorocaba, os cursos foram realizados a partir da intermediação da Federação dos Bancários de Mato Grosso do Sul e São Paulo, entidade da estrutura vertical oficial que não é filiada a nenhuma central sindical. No caso dos sindicatos de metalúrgicos que participaram do PLANFOR notamos que a presença das centrais é mais efetivo, sendo que dos quatorze sindicatos que participaram do PLANFOR, oito participaram através dos programas de qualificação das centrais sindicais, como demonstrado na Tabela 07.

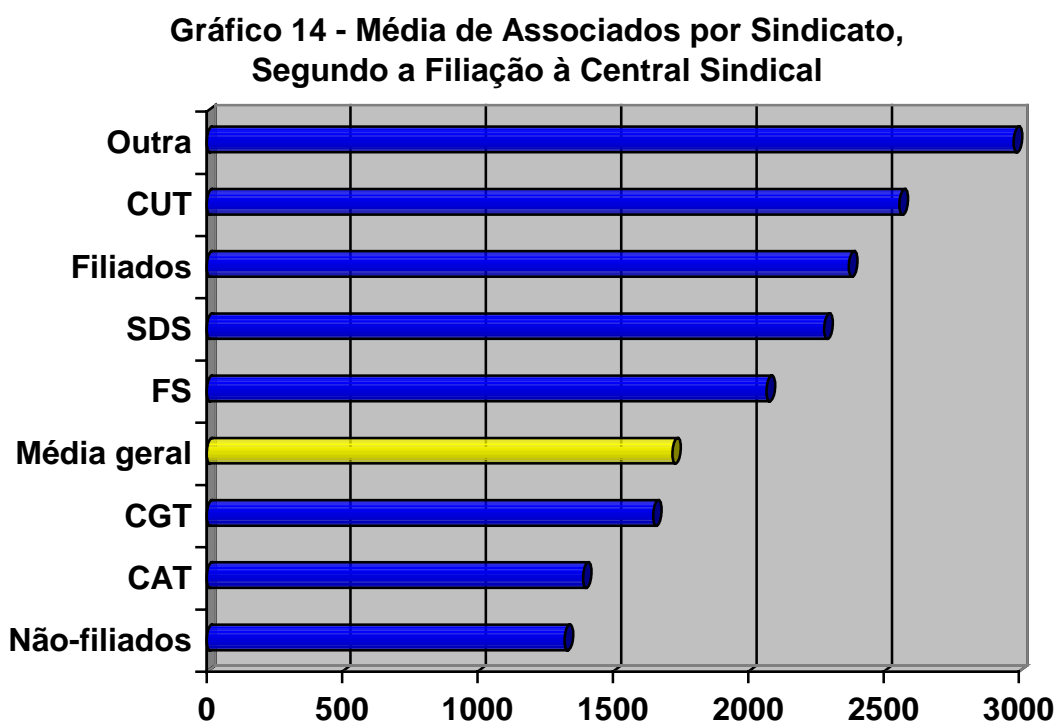
**Tabela 7 – Sindicatos de Metalúrgicos.
Intermediação das Centrais Sindicais na Participação
dos Sindicatos Entrevistados.
PLANFOR: 1995-2002.**

Participação via central sindical		Participação direta	
Lins	FS	São Carlos	CBTE
Mogi das Cruzes	FS	Itatiba	CBTE
Jaboticabal	FS	Botucatu	FS
Ferraz de Vasconcelos	FS	Piracicaba	FS
Pederneiras	FS	Mogi Guaçu	FS
Bauru	CUT	Monte Alto	CUT
Taubaté	CUT	/	
Itú	CUT		

Fonte: Pesquisa de campo, 2004

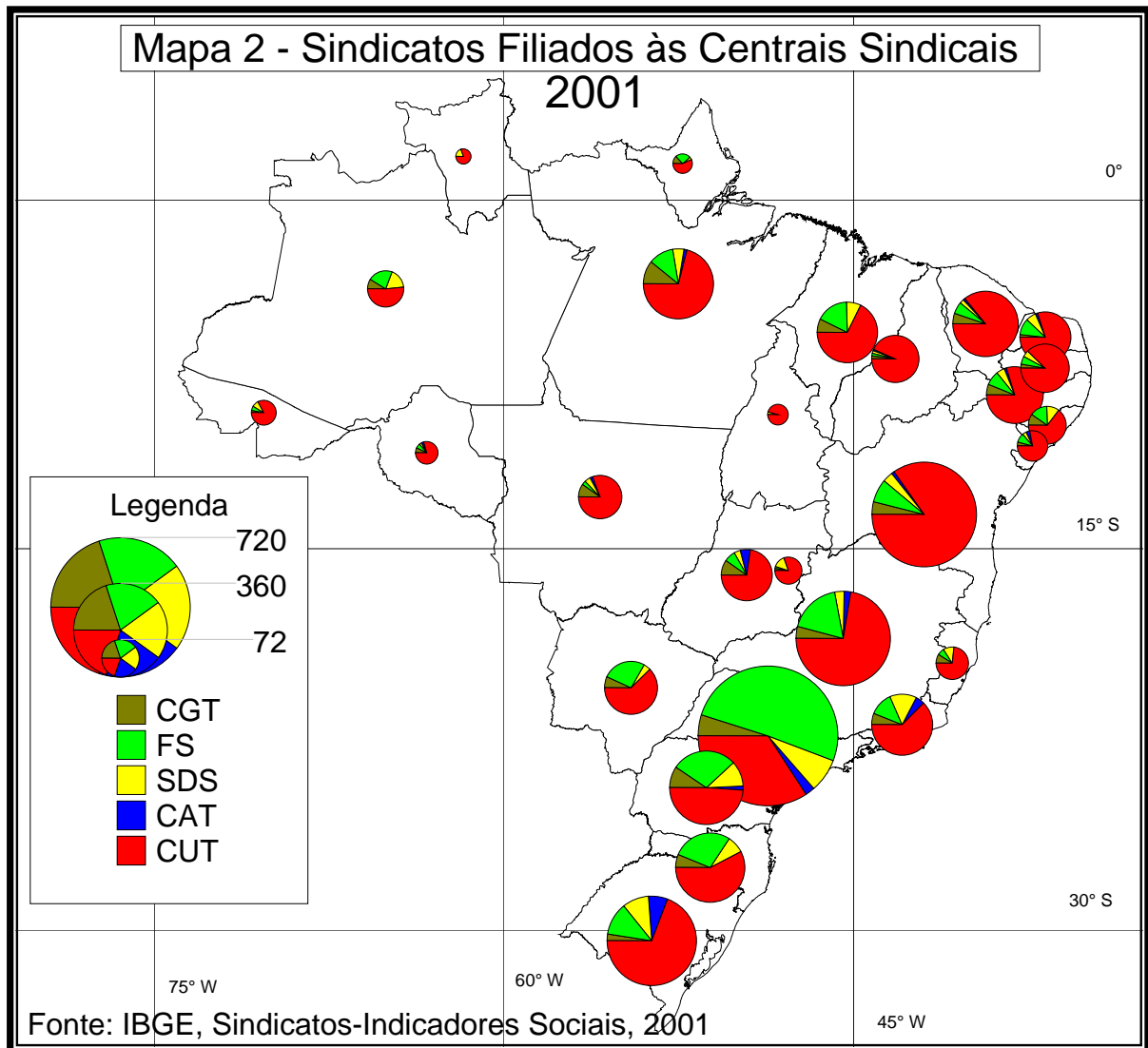
As diferenças ideológicas das centrais sindicais expressam não só os diferentes posicionamentos em relação aos temas da conjuntura nacional e internacional, mas também no próprio caráter do sindicalismo, com centrais como a CUT procurando garantir o mínimo de debate interno, aliando a influência das comunidades eclesiais de base com os setores da esquerda partidária, que se manifestam nos diversos Congressos Nacionais e Estaduais e Plenárias realizadas periodicamente, embora isso não signifique afirmar que não haja a centralização de poderes no grupo hegemônico da Articulação Sindical, que desde a década de 1980 é majoritária na direção central e preconiza os rumos da CUT.

As ênfases diferenciadas sobre o caráter do sindicalismo refletem diretamente na legitimidade que os sindicatos filiados às diferentes centrais sindicais obtêm com os trabalhadores. Assim, através do Gráfico 14 podemos observar que a média de trabalhadores associados aos sindicatos é maior quando esses sindicatos estão filiados à alguma central sindical, sendo mais elevada a média nos sindicatos filiados à CUT, demonstrando que essa Central tem obtido resultados mais expressivos na filiação de sindicatos maiores, com maiores representatividade diante dos trabalhadores.



Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001.

Outro aspecto que podemos delinear com os dados obtidos pelos IBGE é a distribuição territorial dos sindicatos filiados às centrais sindicais, evidenciando a expansão significativa da CUT em todas as Unidades da Federação e a concentração da Força Sindical no estado de São Paulo, em que responde por aproximadamente metade dos sindicatos que são filiados à alguma Central sindical, conforme Mapa 2.



Outra ordem de problemas que estão relacionados à relativa fragilidade das centrais sindicais, é o da baixa representatividade das entidades sindicais, principalmente se pensarmos em termos de legitimidade para as lutas sindicais, já que nem sempre a taxa de sindicalização expressa a efetiva representatividade dos sindicatos para implementarem ações reivindicativas, como vimos sendo muitas vezes a filiação mero instrumento para acesso dos trabalhadores ao assistencialismo sindical.

A corrente no interior da CUT que se tornou majoritária tem como origem principal os grandes sindicatos, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a APEOESP, enquanto que as correntes mais à esquerda originaram-se das oposições sindicais. Desde a origem, os presidentes da CUT saíram dos grandes sindicatos, principalmente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Um marco importante na história da CUT ocorreu em 1988, no II CONCURT, em que a corrente majoritária logrou êxito na proposta de tornar obrigatória a filiação formal dos sindicatos, favorecendo as direções sindicais, tornando mais forte a institucionalização da central, isolando as correntes mais combativas concentradas nas oposições sindicais, que não puderam mais participar dos congressos, a não ser quando conquistassem as direções dos sindicatos oficiais.

A postura da direção da CUT no Congresso é coerente com os esforços envidados para estruturação da central, a partir da conquista dos aparelhos sindicais, agregados entidades sindicais para tornar mais expressiva a Central, no entanto, isso foi feito às custas de abandonar progressivamente as críticas mais contundentes contra a estrutura sindical oficial.

Nesta conjuntura, marcada pelos diversos planos econômicos de combate à inflação e de preparação da Constituição, a CUT vai sistematicamente posicionar-se contra o governo, não colaborando com as tentativas de pacto social formuladas no governo José Sarney, usando das greves gerais como instrumento de protesto e mobilização dos trabalhadores.

A Aliança Democrática, pacto partidário entre o PFL e o PMDB para estabelecer parâmetros seguros para a burguesia de transição da ditadura, levou ao aumento das diferenças de posicionamento entre a CGT e a CUT, tendo em vista que a Central Geral dos Trabalhadores empenhou apoio à Aliança Democrática. Apesar disso, Comin (1987) avalia que, até meados de 1987 a CGT apresentava uma tendência de aproximação com algumas políticas da CUT, que, no entanto foi sendo marginalizada com a ascensão do sindicalismo de resultados no interior da CGT, que culminará com a dissidência e formação da Força Sindical em 1991, adotando como uma das principais estratégias a diferenciação e o combate à CUT.

Se a postura da CUT quanto ao pacto social, concretizado na Aliança Democrática, é homogeneamente contrária, de caráter inclusive contestatório não legitimando perante os seus integrantes a transição conservadora da ditadura, a CGT apresentará ambivalência que a farão ora apoiar integralmente o pacto social, ora posicionam-se contrários, sobretudo em virtude da presença de segmentos importantes da esquerda partidária, como o Partido Comunista Brasileiro.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte ocorrerá a afirmação de lideranças do “sindicalismo de resultados”, que mais à frente comporiam quadros importantes de partidos conservadores, como Luiz Antonio de Medeiros no Partido Popular e Antonio Rogério Magri, Ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo Collor.

A constituinte marcará também a primeira participação institucional da CUT em nível nacional, e seu posicionamento favorável à convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva não se efetivou, e a partir de então fez campanha para que a Assembléia tivesse grande participação popular, porém sua atuação baseou-se no jogo parlamentar, e não através de mobilizações populares.

Nenhuma das duas centrais sindicais foram amplamente ouvidas pelos constituintes, e a pouca influência que obtiveram demonstrou a fragilidade com que as centrais sindicais se defrontavam no cenário político, porém as diferenças não se resumiram apenas àquelas que marcaram as formas de atuação das duas centrais, mas também posicionamentos mais claros quanto às relações de trabalho no Brasil e à própria legislação sindical.

De qualquer forma as centrais não conseguiram romper a tradição política brasileira, tentaram tanto através de negociações e pactuações quanto através de algumas mobilizações construir canais de diálogo com a vida parlamentar, demonstrando que a transição conservadora teve êxito no sentido de construir uma Constituição sem ter a participação efetiva dos representantes populares.

Para a CGT as estratégias adotadas e a falência do pacto social da Aliança Democrática provocaram seu esfacelamento, diante do comprometimento de sua legitimidade em decorrência do apoio a algumas medidas do governo Sarney, e a ascensão do sindicalismo de resultados provocou o rompimento dos laços de coesão, entrando em franco declínio e tendo sua participação relativa reduzida em comparação com outras centrais sindicais.

Com o declínio da CGT e ascensão do sindicalismo de resultados, esse passa a ocupar o papel de principal opositor à CUT, substituindo a antiga polarização entre o novo sindicalismo e o sindicalismo tradicional. Combinado ao crescimento do neoliberalismo, a partir da eleição de Collor em 1989, o sindicalismo de resultados terá as teses neoliberais como

inspiração e proporá negociações para um quadro de relações de trabalho favorável a expansão neoliberal, procurando ocupar o vazio ideológico do sindicalismo de direita e com isso restringir a expansão da CUT.

Outro efeito do declínio da CGT será a aproximação dos comunistas à CUT, sobretudo em virtude da crescente hegemonia de setores conservadores na CGT, além disso a conjuntura favorece alianças entre vários setores da esquerda, concretizadas, por exemplo, no segundo turno das eleições presidenciais.

Outro fator importante nesta aproximação tem a ver com a perda gradativa da radicalidade com que a CUT criticava a estrutura sindical oficial, acabando por aceitá-la e incorporando-a em sua estratégia organizacional. Com isso, as antigas divergências entre comunistas e *cutistas* sobre a estrutura sindical perdem sentido, já que a CUT não concretizou as transformações radicais que anunciava para a estrutura sindical.

A substituição da CGT pela Força Sindical como principal antagonista da CUT, traz embutida uma mudança significativa do nível de embate e do teor das disputas, já que a Força Sindical, diferentemente do antigo peleguismo, terá uma ação ativa em busca de expansão, e contando com os benefícios de estar próxima do empresariado e do Estado brasileiro sob hegemonia neoliberal, como presente na assertiva de Comin (1994, p. 382):

[...] a CUT passa a enfrentar nos anos 90 a competição de uma adversária com maior grau de coesão interna, com uma liderança claramente consolidada, com um projeto político definido e visceralmente antagônico ao seu e finalmente, aliada a poderosos agentes do sistema político, dos meios empresariais e de comunicações de massa. (COMIN, 1994, p. 382).

O surgimento da Força Sindical como antagonista principal da CUT e a conjuntura política e econômica que surge com a vitória de Collor de Melo, juntamente com a adoção de políticas econômicas neoliberais recessivas para os trabalhadores, trouxeram efeitos importantes para as tendências políticas no interior da CUT, isso porque saem fortalecidas neste processo as correntes que sempre apoiaram a negociação como estratégia de luta, privilegiando a institucionalização do movimento sindical como alternativa de fortalecimento do poder negociador dos sindicatos e das centrais sindicais.

Há, portanto uma inflexão na CUT que vinha sendo gestada desde meados da década de 1980, no sentido de dotar a Central de maior organização institucional em detrimento da confrontação direta como estratégia de luta.

Para Boito Jr. (1996a) a função que a Força Sindical assume no movimento sindical é o de construir a hegemonia neoliberal no interior do próprio movimento sindical, e

seus efeitos podem ser sentidos na disposição conciliadora na CUT, aceitando o defensivismo com alternativa inevitável e irreversível para os trabalhadores.

Além disso, como pontua Antunes (1993), a Força Sindical renova o campo sindical da direita, estimulando a preservação da ordem, colaborando com a difusão da necessidade de abertura comercial, de investimentos estrangeiros, enfim do conjunto de medidas que procuram adequar o Brasil ao padrão de acumulação flexível e mundializado.

Embora o neoliberalismo tenha caráter anti-sindical, por considerá-los nefastos para a constituição de um mercado de trabalho livre das pressões coletivas, deixando-o que se auto-ajuste, no Brasil o sindicalismo ancorado na estrutura sindical oficial será usado para difundir a ideologia neoliberal. Isso foi possível pelas características dos sindicatos, em que as direções sindicais dispõem de relativa autonomia quanto às demandas dos trabalhadores, fixando elas mesmas quais são os conteúdos e as estratégias de lutas, isso tanto pode servir para que as lideranças sindicais promovam avanços importantes na construção de alternativas anticapitalistas, como para a divulgação de ideologias antioperárias.

Então, o fato dessa estrutura sindical possibilitar relativa autonomia das direções sindicais, não pode ser tomada como elemento exclusivo da regressividade da ação sindical, isso porque se sua funcionalidade para o capital já se mostrou por diversas vezes, porém ela foi tanto usada para diluir as tensões do conflito capital x trabalho, quanto para avançar em conquistas sociais importantes, assim como na própria organização dos trabalhadores.

Obviamente que ela encerra em si limites intransponíveis para a luta operária, como por exemplo, a sobrevivência e renovação de lideranças sindicais descomprometidas com as lutas dos trabalhadores ou mesmo lideranças reformistas, sem uma clara compreensão do caráter classista que o lugar social dos sindicatos implicam, como no caso de muitos componentes da direção cutista.

Se essa estrutura pode ou não proporcionar avanços mais significativos para os trabalhadores, e principalmente para o movimento operário, é uma questão relevante, porém só pode ser parcialmente compreendida olhando-se exclusivamente para o movimento sindical.

Não há no país um partido político que se constitua como instrumento de aglutinação do movimento operário, e se relacione com os sindicatos, no sentido da construção da alternativa anticapitalista, de teor socialista e comunista, e esse é um aspecto fundamental para compreender como a estrutura sindical é um obstáculo importante para fazer avançar as forças anticapitalistas no interior do movimento sindical, porém não é a determinante fundamental dessa regressividade atual.

Tumolo (2002) identifica três períodos na trajetória da CUT: 1978/83-1988: sindicalismo combativo; 1989-1991: fase de transição; 1992 em diante: sindicalismo propositivo, demonstrando que a gênese anticapitalista foi paulatinamente sendo substituída pelo concertacionismo como parâmetro de ação, já a partir do III CONCUT com a hegemonização da perspectiva organizacional da CUT em detrimento da CUT-Movimento.

Se no período do sindicalismo combativo a estratégia de enfrentamento da CUT não obteve sucesso no sentido de reverter a tendência de deterioração dos salários e das condições de trabalho, ao menos consolidou setores importantes do sindicalismo em torno de uma certa unidade política e ideológica, com forte participação popular, direcionando tais ações para o interior dos aparelhos sindicais da estrutura oficial, paulatinamente conformou-se à estrutura sindical oficial.

Essa postura terá importantes implicações na conjuntura inaugurada pela derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989, fazendo os movimentos sociais de uma forma geral recuarem em suas estratégias de enfrentamento à crise social e econômica, marcada pela hiperinflação, principalmente pela reconstrução da unidade dos partidos burgueses, parcialmente abalada pelo *impeachment* de Collor, mas que se restabelecem rapidamente elegendo Fernando Henrique Cardoso em 1994, isso restringe o âmbito da ação sindical combativa.

O abandono das concepções socialistas por parte da Articulação Sindical, significará o redirecionamento da CUT para uma acomodação dentro da ordem do capital, e acomodação em termos inclusive da própria realidade sindical e trabalhista no Brasil, pois o culto à negociação como estratégia de enfrentamento das adversidades significa a eliminação da política de classes, cujos efeitos veremos adiante, se traduzem em intensificação da fragmentação identitária dos trabalhadores, rompendo com laços de solidariedade e impondo a conformação com a ordem social capitalista.

Com isso acredita-se que seja possível construir um capitalismo mais humanizado, de diminuir as desigualdades sociais. Esses referenciais são apresentados como uma possibilidade de construção da cidadania, confundindo-a com a capacidade de consumo e inclusão na esfera institucional do Estado, isso tudo, como o horizonte da utopia emancipadora.

A ofensiva neoliberal proporcionou uma reação destes setores do sindicalismo, que avançou rapidamente para o propositivismo como alternativa para influenciar em alguma medida as políticas governamentais, no entanto, os resultados de tal ação foram pífios para o movimento sindical, não obstaculizando a precarização generalizada do trabalho, com aumento da informalidade, que contribuiu para dissolver a base oficial de representação dos sindicatos.

Essa é uma reflexão importante, pois quando o PLANFOR é implantado a partir de 1996, tendo como uma de suas prerrogativas a participação dos sindicatos na formação profissional dos trabalhadores, a CUT já é hegemônica pela perspectiva da cooperação e do concertacionismo, não havendo maiores resistências ao uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para promoção de cursos de qualificação profissional, encimados em fundamentos teóricos conservadores e ineficazes para explicarem o quadro de precarização do trabalho.

A proposta de pacto social foi reelaborada e apresentada novamente, agora pelo governo Collor, em 1990, e a CUT aceitou participar da costura deste entendimento social entre representantes do capital, representantes do trabalho e o Estado. Tal postura consolida-se no IV CONCURT, em que prevalece a estratégia de participação da CUT nos fóruns tripartites, principalmente nas câmaras setoriais.

As câmaras setoriais representam possibilidades novas de ação sindical, ampliando o leque de temas que podem ser discutidos pelos sindicatos, porém isso é realizado sob a noção da colaboração entre as três partes (capital, trabalho e Estado) exigindo dos representantes sindicais uma capacidade de desenvolvimento de propostas que contemplem os interesses das três partes envolvidas, e não simplesmente a defesa dos interesses dos trabalhadores.

É sob essa perspectiva que a CUT aceitará participar destes fóruns, buscando construir a conciliação entre essas partes, como se isso fosse possível, e tal postura deixará refém as posições mais combativas dentro da Central, sob o risco de serem acusadas de não colaborarem com o “Brasil” para a solução pacífica dos problemas nacionais.

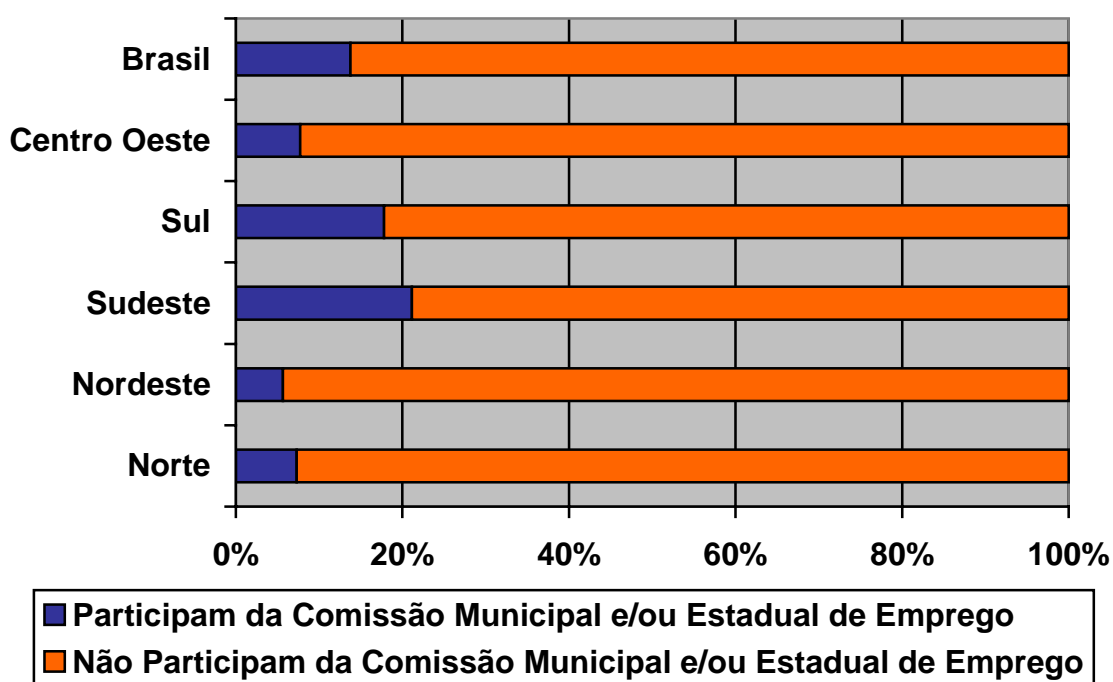
O fiasco para os trabalhadores pode ser medido pela ampliação do desemprego e da precarização do trabalho, como vimos anteriormente, durante a década de 1990, mas podemos lembrar do abandono a que as câmaras setoriais foram submetidas, tanto no governo Collor, como no governo Itamar e FHC, quando não interessavam mais como instrumentos de controle dos trabalhadores, demonstrando a função que o Estado/capital atribui aos fóruns de negociação tripartites, de atuarem como *pelegos* dos conflitos e das tensões sociais, pois o estímulo para criação destes fóruns e da disposição negociadora por parte do capital ocorre nos períodos de crise e ampliação da tensão social, como forma de dirimir as manifestações e mobilizações dos trabalhadores.

A opção de parte das lideranças cutistas em participar das câmaras setoriais, privilegiando inclusive este instrumento em relação à outras formas de mobilização, está relacionada a busca de alternativas setorializadas para as demandas dos trabalhadores,

declinando o discurso e a prática da unidade de luta dos trabalhadores. De certa forma, as câmaras setoriais renovam a postura corporativa no sindicalismo, dando-lhe feição inovadora em termos das relações de trabalho, porém mistificando a força real que os trabalhadores têm nesses fóruns, pois os avanços que conquistam são sempre parciais, restringindo-se a setores específicos e determinadas regiões, acirrando as disputas entre os trabalhadores de diversos setores ou diferentes locais.

A estratégia de estipular comissões ou conselhos tripartitários para controlar a demanda dos trabalhadores é estimulada em diferentes escalas territoriais, desde o Fórum Nacional do Trabalho, instituído no governo Lula, até os Conselhos Municipais de Emprego, que foram privilegiados tanto no PLANFOR, quanto no PNQ, na construção de políticas locais de qualificação profissional, cuja participação dos sindicatos pôde ser dimensionada com a pesquisa realizada pelo IBGE (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Participação dos Sindicatos nos CMEs/CEEs



Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001

A ascensão contínua do sindicalismo nos anos 1980 fez-se acompanhar da consolidação das centrais sindicais como representantes das reivindicações de importantes segmentos dos trabalhadores e fizeram-se presentes de alguma forma, no cenário político nacional, porém a estratégia que seguiram de incorporar os sindicatos organizados sob a estrutura sindical oficial, diminuíram as possibilidades de transformação significativa da

estrutura sindical, como podemos verificar na Reforma Sindical em debate, em que a principal novidade é a legalização das centrais sindicais como representantes dos trabalhadores nas negociações coletivas, institucionalizando a direção das centrais sindicais sobre a ação sindical, porém mantendo muitos princípios do sindicalismo oficial.

Os acordos do ABC durante a década de 1990, reunindo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as comissões de Fábrica, com os empresários e representantes do Estado, gestaram uma nova forma de desenvolvimento da política sindical, independente das avaliações positivas ou negativas para os trabalhadores, o fato é que essas experiências das câmaras setoriais influenciaram a maneira como muitas lideranças sindicais, principalmente na CUT, passaram a pensar as formas de negociação com as empresas.

Para os sindicatos que aderiram aos fóruns de negociação tripartite como modelo de ação sindical, o principal entrave com o capital passa a ser a ampliação da liberdade sindical no interior das unidades de trabalho, e para isso mobilizarão seus esforços, enfrentando a pouca disposição capitalista para aceitar a permanência de tais fóruns nos momentos que não lhe são convenientes, principalmente quando não atravessam crises periódicas.

No entanto para os sindicatos a aposta em tal estratégia significou a possibilidade de participarem na elaboração e alteração dos processos produtivos, propondo formas de organização do trabalho menos regressivas para os trabalhadores, sendo que os resultados desta estratégia para o movimento sindical podem ser sentidos nas mudanças das pautas de reivindicações, incluindo nelas itens sobre a reestruturação produtiva.

Porém se isso garantiu uma inovação importante para as relações de trabalho, embora restrita a alguns segmentos e regiões, no sindicalismo provocou uma ilusão de que os sindicatos poderiam evitar a precarização do emprego, porém o que assistimos durante a década de 1990, como vimos anteriormente, foi a intensificação das formas precárias de exploração do trabalho, mesmo nos setores ou regiões em que os sindicatos mais avançaram nas negociações coletivas sobre a adoção do toyotismo.

Para autores como Galvão (1999) as transformações no sindicalismo cutista ocorrem não só pelo propositivismo, exemplificado pelas câmaras setoriais, mas também pela progressiva perda de capacidade de mobilização de massa, trazendo como consequência o esvaziamento de propostas unitárias de luta, restringindo a ação sindical às campanhas setoriais.

...a combinação de uma crise econômica e político-ideológica com capacidades de pressão e condições de luta desiguais entre os setores de uma mesma categoria profissional fez com que as idéias de solidariedade e unidade de classe acabassem se perdendo, dando lugar a comportamentos cada vez mais diferenciados, fragmentados, corporativizados. (GALVÃO, 1999, p. 120).

A participação nas câmaras setoriais, especialmente no setor metalúrgico no ABC, proporcionou a divisão no interior da própria categoria profissional, provocando reajustes salariais diferenciados, de acordo com as negociações fechadas em cada segmento da categoria. Porém foram criadas várias câmaras setoriais (do complexo automotivo, de bens de capital, de eletrodomésticos, setor naval e de implementos agrícolas), que redimensionaram essas divisões intracategoriais em um novo patamar, que dificilmente permitirá sustentar o discurso da isonomia entre os segmentos.

As câmaras setoriais foram escolhidas pelos segmentos hegemônicos na CUT como a alternativa estratégica para enfrentamento das condições adversas da conjuntura da década de 1990, articulando capital-trabalho-Estado para solução de problemas específicos da economia brasileira, muitas vezes usando da retórica da competitividade para justificar medidas regressivas aos direitos trabalhistas, como as medidas de flexibilização da legislação trabalhista.

O pressuposto existente nas câmaras setoriais, de solução dos problemas de determinado setor, ou determinada região, leva os sindicatos a apresentarem propostas para equacionamento destes problemas, porém se o fazem pensando em termos gerais para resolver tais problemas, deixam de lado a perspectiva classista, e apostam na colaboração com o capital, chocando com interesses de outros setores ou regiões, principalmente com os interesses dos trabalhadores destes setores ou regiões.

Os sindicatos entram nesta disputa retirando reivindicações dos trabalhadores, aceitando a manutenção das condições de trabalho que não comprometam a competitividade empresarial, aguardando o investimento de recursos para manter ou aumentar o número de empregos da categoria representada.

A partir desta lógica de funcionamento os sindicatos promovem uma despolitização da ação sindical, pois eliminam a possibilidade de construção da solidariedade da classe trabalhadora, “modernizando” o corporativismo, tornando-o aceitável pelos trabalhadores, em face das promessas de investimento que as câmaras setoriais prometem.

Isso deixa os trabalhadores vinculados à idéia de que para melhorar suas condições de trabalho, é necessário que a empresa ganhe na concorrência capitalista, e amplie sua lucratividade, intensificando o estranhamento no trabalho, fazendo crer que o próprio trabalho seja compreendido como invenção do capital, e não que a exploração do trabalho é a condição de valorização para o capital.

Com esse neocorporativismo societal e setorial os sindicatos imaginam controlar as decisões do Estado e participar das decisões das empresas sobre a reestruturação

produtiva, porém essa perspectiva camufla a função que o Estado e o capital atribuem às câmaras setoriais, de obterem a cooperação dos trabalhadores, através dos sindicatos. A necessidade dos trabalhadores compreenderem os sacrifícios (desemprego, falta de reajuste, eliminação de direitos) como parte do esforço para manterem as empresas competitivas, para num futuro próximo dividir com os trabalhadores os resultados de tal colaboração. Porém o futuro é distante e mesmo com a partilha dos resultados pelo capital, ela sempre será uma parte ínfima do que foi obtido e acumulado pelo capital (Boito Jr., 1996).

Mas essa é uma estratégia que contradiz de alguma forma as próprias pressuposições do neoliberalismo, já que ele é por princípio contra a existência de sindicatos, no entanto, a funcionalidade do sindicalismo, com sua disposição corporativista e negociadora, para o neoliberalismo está em sua colaboração com a difusão do “modo de ser” neoliberal e do toyotismo.

Contudo é através do sindicalismo neocorporativista que o neoliberalismo logra manter a ação reivindicativa dos trabalhadores dentro de limites compatíveis com a hegemonia neoliberal (BOITO Jr., 1996, p. 100).

Há alguns elementos presentes no discurso neoliberal que permitiram sua aceitação pela sociedade, lembrando que em três eleições presidenciais (1989, 1994 e 1998) os candidatos eleitos apresentaram um discurso pautado pelos princípios liberais. Um destes elementos que encontraram ressonância no ideário popular foi o antiestatismo, que apresenta os direitos trabalhistas do servidor público como privilégio diante do quadro de intensa precarização para os trabalhadores do setor privado.

Dessa forma, a privatização de muitos serviços públicos (telefonia, distribuição de energia elétrica, saneamento básico, etc.), a flexibilização da estabilidade dos servidores, a terceirização no serviço público, o congelamento dos salários no setor público, funcionando como âncora para a estabilidade monetária, são justificados como ações que visam igualar as condições do emprego do setor público ao setor privado, obviamente tendo como exemplo as condições mais aviltantes do emprego.

Pelo fato da política econômica neoliberal e a reestruturação produtiva afetarem desigualmente os trabalhadores, no contexto de renovação do corporativismo sindical, a fragmentação dos trabalhadores tende a se amplificar, rompendo com os laços de solidariedade que poderiam estabelecer um novo patamar da luta de classes no Brasil, com os sindicatos atuando como catalisadores das demandas imediatas dos trabalhadores, e construírem condições para ampliação dos direitos trabalhistas.

Outro elemento que impulsionará a fragmentação são os acordos sobre a PLR, cuja regulamentação estimulou os acordos que substituem os reajustes salariais por ganhos derivados do resultado econômico das empresas, isso fez com que as desigualdades de salários deixassem de ocorrer apenas na escala inter-setores, para ocorrer na escala das empresas, proporcionando ganhos diferenciados por empresas, mesmo desempenhando funções profissionais iguais, e igualmente representados pelo mesmo sindicato.

A crise que se abate sobre o novo sindicalismo no Brasil apresenta características similares à crise do sindicalismo internacional, em que na defensiva, os sindicatos privilegiam as negociações descentralizadas, ganhando mais as categorias ou segmentos profissionais mais fortalecidos, ou em que as empresas estejam em melhores condições econômicas, conforme Galvão (1999) verificou no setor metalúrgico no estado de São Paulo.

No limite tal postura pode levar os sindicatos a defenderem as empresas como “parceiras” dos trabalhadores, tal qual o toyotismo preconiza, ignorando os interesses de classe, o que pode fazer com que os trabalhadores aceitem piorar suas condições de trabalho, para manterem ativa a empresa, sob o risco de perder competitividade, isso num quadro de grande mobilidade do capital pelo planeta.

Porém é necessário compreender que o avanço desta perspectiva de ação sindical, colaboracionista, não decorre da pressão exercida pela competitividade em nível planetário e do próprio padrão de acumulação flexível, mas, sobretudo da perda da unidade política como perspectiva de práxis sindical, deixando que as diversidades entre os setores e territórios sejam usadas como instrumentos de fragmentação dos trabalhadores, num momento de refluxo das lutas sindicais.

2.4 - O Sindicalismo Frente aos Novos Desafios do Mundo do Trabalho : a Conjuntura 90

A atual conjuntura, deflagrada durante a década de 90 no Brasil, apresenta características regressivas para o mercado de trabalho, que repercutiram direta e indiretamente na forma de ser da organização sindical no país. Todavia , tal influência da materialidade econômica não pode ser compreendida como fator exclusivo das mudanças de rumo no sindicalismo brasileiro.

A essa materialidade combinam-se os ventos ideológicos que mudaram a direção de segmentos importantes do sindicalismo no Brasil e no mundo. Nesse aspecto Beynon (2004) apresenta três elementos que podem ser usados para explicar a regressão nas condições de trabalho:

Corporações multinacionais – A ampliação da abertura comercial, a partir dos anos 60, aumentou a importância das corporações sobre o nível de emprego e de renda do trabalho, já que elas passam a ter maior capacidade de barganha, com a ampliação de sua mobilidade.

Agências internacionais – O colapso do sistema de Breton Woods e conseqüente afluência do FMI, que tem atrelado seus programas de apoio aos países um conjunto de medidas ortodoxas, baseadas na responsabilidade fiscal, como forma de manter atrativas os títulos da dívida pública destes países, necessário para financiar o balanço de pagamentos internacionais.

Estados nação – O esgotamento do modelo social-democrata em vários países europeus permitiu o avanço da doutrina neoliberal, provocando uma combinação do neoliberalismo com a social-democracia, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, isso contribuiu bastante para a expansão do discurso sobre o anacronismo do sindicato e das lutas operárias, aparecendo como um discurso consensual.

A compreensão desses três elementos sugerem a ausência de alternativa, pois revelam a despolitização e desmobilização, pois aparentemente não há muito que fazer para reverter esse quadro. Se a crise é verídica, em termos do refluxo das ações e mobilizações, que o autor aponta no sindicalismo europeu, ela não pode ser apontada como definitiva. O autor sugere três caminhos que já estão sendo trilhados pelas organizações de trabalhadores.

O discurso dominante de que os sindicatos são ultrapassados diante do capitalismo globalizado e diante da identificação cada vez mais forte dos trabalhadores como consumidores devem ser tomados com cautela, pois diversas organizações sindicais têm procurado respostas, articulando-se internacionalmente, como no caso da indústria automobilística e dos marinheiros – com articulações internacionais de base - o que a demonstra a percepção de alguns sindicatos, apesar das dificuldades, da necessidade de articulação internacional, esboçando algumas alternativas para esse objetivo.

A emergência dos movimentos sociais das mais diferentes orientações, com uma nova consciência social não está necessariamente agindo contra os sindicatos, pois a questão que se coloca para as lideranças é justamente a capacidade de articular-se com esses movimentos sociais, ampliando a pauta sindical e interagindo com diversos atores sociais, que também são trabalhadores, apesar de muitas vezes não estarem no perfil comum do trabalhador assalariado. No Brasil um tema interessante para análises mais profundas seria a relação entre os sindicatos de trabalhadores rurais, e sua estrutura vertical (CONTAG e CUT), com o MST.

Os Estados nacionais são agentes do capital globalizado e não estão sendo substituídos por um Estado supranacional, o que contraria a tese sobre o desmonte dos Estados nacionais. É certo que muitos Estados nacionais na periferia do sistema-mundo não têm muito como resistir às determinações das instituições multilaterais, porém essa é uma condição anterior à fase atual da mundialização do capital.

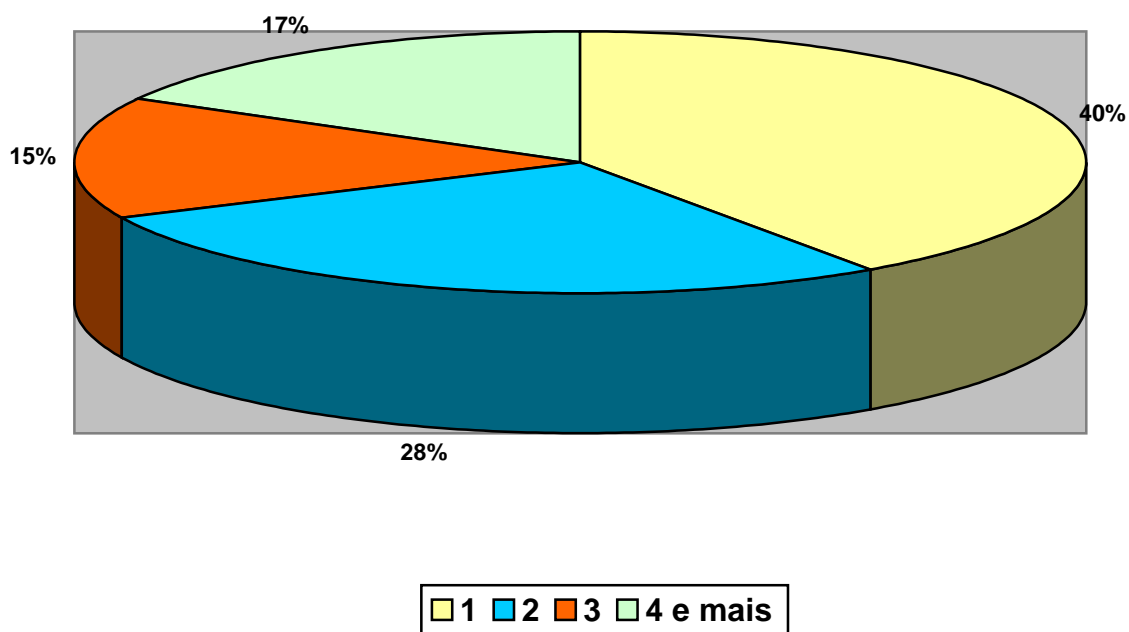
De qualquer forma a mobilidade das fronteiras promoveu deslocamento de trabalhadores entre os países, o que provocou mudanças importantes em termos de uma rede de solidariedade que está se constituindo (redes de advocacia internacional, boicotes de consumo, acordos comerciais com cláusulas sindicais o que permite uma certa fiscalização dos sindicatos sobre as condições de trabalho em outros países).

Um dos aspectos da relação trabalhador-sindicato é o fato de que as pautas da ação sindical, com as reivindicações e demandas que são levadas a cabo nas negociações e mobilizações, são definidas pelos dirigentes sindicais, restando pouco ou quase nenhuma demanda gerada diretamente pelos trabalhadores da base, embora, exista uma relação mais ou menos próxima entre o que os dirigentes definem na pauta e o que os trabalhadores necessitam.

O que pretendemos deixar claro é que essa característica do sindicalismo, em que as lideranças sindicais têm autonomia para definição das demandas dos trabalhadores, inclusive definindo a estratégia ser adotada, potencializa o distanciamento entre o sindicato e os próprios trabalhadores, pois não há obrigatoriedade do dirigente em assumir as demandas dos trabalhadores. Isso é agravado pela relativa independência com que os dirigentes podem manter os sindicatos, já que nem sempre dependem das contribuições voluntárias para a existência dos sindicatos.

Por outro lado os trabalhadores são privados da possibilidade de utilização do aparelho sindical, pois as características políticas dos sindicatos permitem a manutenção de grupos restritos no poder por longos períodos, o que pode ser evidenciado mediante o número de mandatos do presidente no cargo, demonstrado no Gráfico 16, em que aproximadamente 1/3 dos sindicatos são presididos por dirigentes que estão há mais tempo no cargo.

Gráfico 16 - Mandatos do Presidente no Cargo



Fonte: IBGE, Sindicatos – Indicadores Sociais, 2001

Também quando pensamos na relação dos trabalhadores da base com as lideranças sindicais, podemos inferir que há o fato de que as lideranças desejam mudanças mais profundas na estrutura sindical, porém nem sempre podem fazê-la, pois os trabalhadores de certa forma acostumaram-se à idéia do sindicato como fornecedor de serviços assistenciais e recreativos, ou seja, há uma concepção impregnada nos trabalhadores de que os sindicatos precisam funcionar como um “clube” de trabalhadores, com funções voltadas ao atendimento de demandas assistenciais e imediatas dos trabalhadores, do que necessariamente um sindicato de mobilização e conscientização.

É dessa forma que os cursos de qualificação profissional, realizados através do PLANFOR e do PNQ, serão utilizados pelos sindicatos, ampliando o leque de opções assistenciais. Basta ver a diferença entre os sindicatos que realizam cursos de formação profissional, que contribuem mais para a satisfação das necessidades do capital do que dos trabalhadores, e sindicatos que realizam cursos de formação sindical para os trabalhadores da

base, com informações e discussões que vão além das necessidades imediatas dos trabalhadores, preparando-os para compreenderem melhor o mundo que os cerca.

Nos sindicatos que entrevistamos aparece essa distinção entre formação sindical para os dirigentes e a formação profissional para os trabalhadores da base, como no caso dos SEEB de Limeira e de Presidente Prudente, evidenciando a separação entre as duas formações, embora outros sindicatos reiteraram a importância de manter nos cursos de qualificação profissional a formação sindical para os trabalhadores, ou seja, enriquecendo o conteúdo da formação profissional com a história do sindicalismo e do próprio sindicato, no exemplo do STIM de Limeira.

Também na pauta de reivindicações, em alguns segmentos sindicais, tem havido várias demandas além das reivindicações salariais, incorporando temas da conjuntura econômica e política e aspectos sociais das relações trabalhistas. Isto é mais presente nos sindicatos cutistas, demonstrando que existem alguns parâmetros na estrutura sindical corporativa em que os sindicatos podem avançar, extrapolando o sentido original conferido pelo Estado para os sindicatos.

Isso revela, portanto que os limites impostos pela estrutura sindical oficial podem ser alcançados, assim redimensionando os sentidos que essa estrutura evoca para controle dos trabalhadores, e que para alcançar tais limites devemos procurar não na estrutura em si as razões para a conformação dos sindicatos (mesmo os mais combativos) à ordem estabelecida, mas nas próprias relações sociais em que as lideranças sindicais são formadas.

A representatividade dos sindicatos tem um papel central nas possibilidades de superação da estrutura sindical corporativa, pois remete diretamente às possibilidades de democracia nos sindicatos, construída como uma relação interativa entre dirigentes e trabalhadores, em que a identidade de ambos se converge para determinado projeto político.

A flexibilização das relações de trabalho provocou uma intensa precarização do mercado de trabalho no Brasil, reduzindo as possibilidades de emprego formal, e mesmo no emprego formal, reduziu os rendimentos e as condições de trabalho.

Porém tal flexibilização, entendida em seu caráter contraditório, beneficiou alguns segmentos de trabalhadores, que obtiveram com a terceirização, ou mesmo trabalhando em atividades autônomas, rendimentos maiores dos que os obtidos quando assalariados com carteira assinada. Dessa forma, é possível vislumbrar que a precarização do emprego, ao atingir desigualmente os trabalhadores, dificultou ainda mais a construção de identidades coletivas, já que para parcela dos trabalhadores, a flexibilização ampliou as oportunidades de obtenção de renda.

Ramalho e Santana (2003) apontam como fatores da crise sindical, cinco elementos:

- A flexibilização das relações de trabalho, com o crescimento do trabalho temporário, parcial e por conta própria, que diminuiu numericamente a base de trabalhadores formalmente vinculados à representação sindical.
- Aumento da subcontratação, do trabalho domiciliar, da feminilização e do desemprego, que além de atingir da mesma forma que o item anterior a base de trabalhadores representados, alterou o perfil desta mão de obra, para um perfil que muitos sindicatos não souberam se adaptar.
- A redução do emprego industrial, alterando a composição do trabalho, substituindo o padrão fabril, em que grandes aglomerações de trabalhadores em pequeno número de unidades permitiram maiores facilidades na organização dos trabalhadores e na própria organização dos sindicatos.
- Ampliação da possibilidade de descolamento e segmentação das empresas, em contraste com um padrão de organização sindical, que tende à fragmentação territorial e “imutabilidade”.
- As novas formas de gestão da mão de obra, com ênfase na participação dos trabalhadores diretamente nos grupos colegiados, administrados pelo capital, retirando o papel organizador e mobilizador dos sindicatos.

Para estes autores é preciso relativizar a crise sindical, pois no passado não houve nenhum momento dourado, ou seja, em que os trabalhadores caminhavam voluntariamente para as mobilizações e organizações de massa, com um claro projeto de identidade de classe. Trata-se na verdade de uma crise vivenciada por determinado modelo sindical que vingou durante o século XX, e que tem a ver com o padrão de acumulação e com a luta de classes deste período.

A reestruturação produtiva e a adoção de tecnologias que lhe fazem parte ocorrem pela crise estrutural do capital, em que o padrão construído depois da Segunda Guerra Mundial, não lhe garante a lucratividade necessária para o capital, e principalmente, foram construídas ao longo daquele período condições sociais e políticas para o capital implementar ampla ofensiva ideológica e material sobre a classe trabalhadora, retomando o caráter de aumento da exploração do trabalho, para o incremento da acumulação.

Para Soares (1996) o movimento sindical vive sua maior crise, em decorrência da diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e principalmente pela burocratização

dos sindicatos, que os fazem ficarem reféns de modelos tradicionais de organização e fragilizados diante das mudanças no mundo do trabalho.

Disso resultou um posicionamento defensivista por parte das lideranças sindicais, abandonando o conflito como estratégia de pressão, adotando a colaboração como forma de minimizar as perdas decorrentes da reestruturação produtiva e do toyotismo, numa postura concertacionista, fragmentando a unidade de luta pelas ações neocorporativas.

O neocorporativismo é caracterizado, segundo Soares (1996), por uma estrutura específica de intermediação dos interesses, com alguns elementos típicos, como a unicidade sindical, a obrigatoriedade de contribuição financeira, a não competição entre sindicatos, para representarem os trabalhadores, deixando a representação sob monopólio de determinada direção sindical, a hierarquia organizacional, com concentração das decisões no presidente do sindicato e finalmente, a diferenciação funcional, separando os trabalhadores de acordo com as categorias profissionais, existindo vários sindicatos representando categorias diferentes numa mesma empresa.

A fragilidade para os trabalhadores, da representação neocorporativa, com a fragmentação que lhe é inerente, advém do próprio caráter da ação coletiva que os trabalhadores necessitam para enfrentar o capital, pois o trabalho somente pode realizar alguma pressão efetiva sobre a acumulação do capital, quando estão coletivamente organizados, sob interesses comumente identificados, enquanto que o capital pode exercer sua capacidade de pressão tanto através das empresas individuais, quanto através de formas coletivas, principalmente com o controle do Estado.

Disso resulta que a postura propositiva, que ganha força no interior da CUT, amplia a adesão das entidades sindicais ao novo tipo de corporativismo, determinado pelas identidades categoriais em sua dimensão territorializante, ou seja, com os trabalhadores se identificando enquanto categorias profissionais e pertencentes à determinada base territorial, sem necessariamente haver uma obrigação legal, que defina assim o modo de agir destas entidades sindicais.

Para Tumolo (2002) a globalização rompe com a divisão internacional do trabalho baseada na combinação entre a extração da mais valia relativa nos países desenvolvidos e extração de mais valia absoluta na periferia. O que ocorre com a ampliação da mobilidade do capital é a generalização do padrão de exploração do trabalho pelo planetaglobalizando assim a superexploração do trabalho⁴⁷.

⁴⁷ Cf. Chesnais (1996), Beinstein (2001) e Salama (1999)

Todavia, seria preciso considerar a diferencialidade deste processo, que significa a manutenção de um quadro minimamente estável para os países centrais, quando se aponta para a mobilidade do capital crescente como um componente novo de ajuste da exploração do trabalho é preciso tomá-lo com cautela sob risco de sobrevalorização do movimento do capital em detrimento da importância que o espaço nacional e a própria luta de classes têm nestes rearranjos produtivos.

O que nos interessa neste momento é que tais rearranjos em escala planetária encontram o movimento sindical desarticulado em nível planetário, com centrais sindicais mundiais existentes, que quando muito se baseiam na colaboração de classes nas tentativas de humanização do capitalismo, e mesmo assim esbarrando nos limites das organizações sindicais nacionais, que nem sempre são capazes de perceberem a necessidade de articulação internacional para a construção da classe trabalhadora.

A estratégia propositiva que emerge no interior da CUT, em face da conjuntura dos anos 90 era uma alternativa entre outras possíveis, porém a hegemonia da ARTSIND esgotou outras possibilidades de enfrentamento da conjuntura, pois essa corrente nutre uma expectativa de participação na política governamental, que foi alimentada em parte pelos governos deste período, dispensando a Central quando não era mais necessária a participação dela para obter alguma legitimidade diante dos trabalhadores.

Em parte a estratégia da ARTSIND pôde ser vista como uma tentativa de impor a tática do sindicalismo social-democrata europeu, através da participação dos sindicatos nos fóruns de negociação (BOITO JR, 1999), porém essa tática foi imposta sem que houvesse uma conjuntura favorável à participação dos trabalhadores, já que os sindicatos estavam fragilizados diante da crise do emprego e da baixa representatividade destes sindicatos.

O que resulta da estratégia propositiva é que ela é apresentada como uma proposta realista, ou seja, exequível para o capital e para o trabalho, porém ela sempre significa um rebaixamento das propostas dos trabalhadores, ou seja, para tornar aceitável, a proposição dos trabalhadores precisa ser possível de ser executada pelas empresas, sendo que esta possibilidade está sempre aquém das demandas efetivas dos trabalhadores.

O peleguismo se renovou com a Força Sindical, aproveitando o impacto popular de algumas idéias neoliberais, o que revela ainda mais o oportunismo desta central do que efetivamente um compromisso doutrinário mais conseqüente com o neoliberalismo, pois para a maioria dos dirigentes sindicais a ela filiados o neoliberalismo não lhes confere unidade ideológica. O que lhes garante tal unidade é a vinculação com o governo, pois o sindicalismo de

resultados significa necessariamente uma forte dependência do governo para continuar sobrevivendo.

As razões das mudanças da CUT seguem duas vertentes básicas, segundo BOITO Jr. (1999): 1) Uma que privilegia o aspecto ideológico e as decisões da ARTSIND como fator explicativo; 2) Outra que adota os fatores objetivos internos e externos à central como centrais para a explicação destas mudanças.

Segundo o autor a atomização dos trabalhadores não pode ser o fator explicativo preponderante para tais mudanças, pois tal atomização já existia no passado, e não pode ser usada para explicar o sentido das mudanças. Pois essa atomização, no sentido da ampliação numérica das unidades de trabalho, não precisa levar necessariamente à fragmentação dos trabalhadores, já que tal fragmentação é muito mais um componente político e social dos sindicatos, do que derivado unicamente da materialidade dos trabalhadores.

Para Bernardo (1997) as mobilizações dos trabalhadores no início da década de 1980 permitiu a ampliação patrimonial e financeira dos sindicatos, julgadas importantes para a organização sindical, segundo os próprios trabalhadores que estiveram à frente daquelas mobilizações, porém tal crescimento não logrou almejar os trabalhadores à segurança organizacional e política para enfrentamento da ofensiva do capital, pois as lideranças sindicais têm encontrado dificuldades para elaborar estratégias que revertam a regressividade que o capital impôs ao trabalho nos anos 1990.

A estrutura sindical de caráter corporativo cria uma forte tendência para os sindicatos frearem as lutas, assim como restringir as mobilizações e lutas sindicais às categorias representadas em determinados limites territoriais. Além disso, a concepção de sindicato pertinente à estrutura sindical corporativa, faz com que a aquisição de patrimônio seja prioritária em relação às lutas sindicais, aproximando o dirigente sindical de um pequeno empresário, com uma forma de organização muito parecida à própria organização capitalista.

Esta forma de organização faz com que os trabalhadores enxerguem nos sindicatos uma entidade prestadora de serviços, mais do que uma entidade de luta, refletindo a lógica incorporada nos sindicatos.

Os sindicatos entram em crise, segundo Bernardo (1997), a partir da ascensão de uma vertente autonomista no movimento dos trabalhadores, que passa a despender dos sindicatos e de sua estrutura sindical para a realização de ações coletivas, demonstrando uma relativa autonomia em relação às direções sindicais burocratizadas.

Isso porque as entidades sindicais, presas à institucionalidade oficial, ficam sob o crivo de dois objetivos contraditórios, privilegiar a administração dos sindicatos, como um empreendimento capitalista, ou desempenhar papel importante nas lutas dos trabalhadores.

O maior desafio para os sindicatos, e para os movimentos organizados de trabalhadores é o de superar as fronteiras estabelecidas pela legislação, que impõe limites de representação por categorias profissionais e territoriais, num período que o capital avança cada vez mais sobre seus limites de mobilidade, rompendo regulamentações restritivas à sua expansão.

As empresas transnacionais representam desta forma o desafio mais direto à organização dos trabalhadores, pois nelas estão explícitas as estratégias territoriais do capital de estabelecer marcos competitivos entre países e regiões para a atratividade do investimento, vinculando os trabalhadores como condição desta atração, estimulando a identidade deles com o território e não com a classe.

O fato de vivermos numa sociedade capitalista implica na exploração de classe, portanto os princípios básicos da acumulação do capital persistem o que implica numa tentativa recorrente do capitalista em ampliar a extração de mais-valia, agindo contra os trabalhadores, o que mantêm as condições materiais de surgimento dos movimentos organizados dos trabalhadores, como forma de defenderem-se do aviltamento de sua condição.

A heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores muitas vezes são apontadas como motivos para a decadência sindical, porém é preciso relativizar o peso que tal materialidade tem sobre a organização dos trabalhadores, já que os trabalhadores nunca tiveram composição homogênea e mesmo atuando em condições fragmentárias parecidas com as existentes hoje, lograram ganhos significativos dentro da ordem do capital.

O que é preciso ressaltar é que estamos vivenciando o período de transformações na materialidade consolidada durante o keynesianismo e fordismo, e que o modelo sindical adaptado à tal conjuntura capitalista, não é suficiente para atender sequer as demandas imediatas dos trabalhadores.

O que podemos pensar em termos de fragmentação está muito próximo do que se convencionou chamar de classe trabalhadora típica, com forte presença do proletariado fabril, pois sua composição de massa, e a facilitada identificação categorial que a organização fabril permitia foram solapadas, o que evoca a necessidade de reinvenção do sindicalismo, e não necessariamente a decretação de sua inutilidade para os trabalhadores.

Alguns segmentos de trabalhadores tiveram aproximações por conta das novas formas organizacionais da produção, como por exemplo, as antigas clivagens entre os

trabalhadores de nível médio e os trabalhadores do chão de fábrica, ou mesmo algumas separações entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Também a feminização da mão de obra contribuiu para retirar a mulher da trincheira do lar, e partilhar com os homens da exploração capitalista direta, o que potencializa transformações nas relações de gênero baseadas na supremacia masculina, em relações de classe.

Portanto é preciso relativizar a relação direta que se estabelece entre as fragmentações econômicas e sociais com as divisões sindicais, pois isso depende da conjuntura política que estimula tais divisões, como aconteceu, com a divisão entre emprego público e emprego privado, que só passou a ser relevante no cenário sindical a partir da ofensiva neoliberal. Isto é, colocando o funcionalismo público como dotado de privilégios inalcançáveis para o setor privado, e responsabilizando-os pela qualidade do serviço prestado à sociedade, isso no Brasil consubstanciou-se em um marco na atuação da CUT e da Força Sindical, principalmente durante a década de 1990.

Essa postura em relação às atribuições do Estado aparece nas entrevistas que realizamos, pois alguns sindicalistas afirmaram a importância da descentralização na execução dos cursos de qualificação profissional, isto para os STIMs de Itatiba, de Mogi Guaçu e de Matão justifica-se pelo fato do sindicato estar próximo das situações vividas no “chão da fábrica” e por essa razão têm condições de avaliar melhor as demandas, tanto dos trabalhadores quanto do mercado de trabalho.

Isso demonstra que a unidade política dos trabalhadores é uma construção política e social, que parte, portanto da materialidade econômica da organização da produção capitalista, fragmentária e divisionista, e que somente a ação política é capaz de reverter a tendência imposta tanto por esta materialidade, como pela ideologia que mantém identidades fragmentárias da ordem do capital.

Com isso as análises que tomam a reestruturação produtiva como ponto de partida para as transformações no movimento sindical, não podem ignorar o fato de que a reestruturação produtiva só foi possível de ser realizada com o refluxo do movimento operário, e não como o fator determinante da crise sindical.

Sob outro prisma, Cardoso (2003) avalia as dimensões da fragilidade estrutural dos trabalhadores, apontando a insegurança quanto ao emprego e à ocupação, quanto ao salário/renda, quanto às condições de trabalho, quanto à representação dos interesses (sindicatos) e quanto ao futuro (sistema previdenciário e rede de proteção social).

Isso repercute diretamente na capacidade de mobilização dos sindicatos, pois essa condição de fragilidade é ampliada a partir da década de 1990 no Brasil, e atinge a

motivação dos trabalhadores para o enfrentamento, e redefine a pauta de reivindicações para posturas defensivas. Esses são impactos da insegurança socioeconômica sobre os sindicatos, insegurança assim definida pelo autor:

[...] por insegurança socioeconômica se entende a perda de garantias formais ou consuetudinárias de manutenção de padrões devida, ou mesmo de expectativas quanto ao futuro, decorrentes da crescente fragilidade dos vínculos que conectam, de um lado, indivíduos e família e , de outro, as fontes de obtenção de meios de vida. (CARDOSO, 2003, p. 228)

A procura dos sindicatos pelos trabalhadores não está vinculada ao objetivo de participação política, conforme pesquisa realizada pelo IBGE em 1996⁴⁸, isso porque os sindicatos são vistos como entidades de cunho meramente reivindicativo, quando muito, já que os sindicatos pouco atuam em termos de formação política, embora os trabalhadores podem através dos sindicatos passarem a atuar mais efetivamente na política.

A representação sindical é obrigatória para todos os trabalhadores formalizados da categoria, o que implica em afirmar que a filiação é um ato que mede o compartilhamento de objetivos e interesses entre os trabalhadores e o sindicato, embora é claro isto é relativizado pelo acesso a serviços sociais que a filiação permite.

Segundo as informações do PSS-Brasil⁴⁹ é mais importante, para a segurança socioeconômica, pertencer ao setor formal da economia, do que estar filiado a algum sindicato, demonstrando a irrelevância a que os sindicatos são levados, em termos dos direitos que podem proporcionar a filiação aos sindicatos.

Isso porque no Brasil os direitos estabelecidos na legislação trabalhista independem da filiação sindical, por outro lado, os sindicatos não conseguiram estabelecer com os trabalhadores relações de unidade política que permitam a identificação dos sindicatos como instrumento de conquista e respeito dos direitos.

Por estarem muitas vezes confundidos com outras instâncias do Estado, decorrente da burocratização e assistencialismo que graçam em grande parte dos sindicatos, eles não são considerados confiáveis, segundo os trabalhadores entrevistados no PSS-Brasil, pela confusão e identificação dos sindicatos com a estrutura política mais geral, desprestigiada de uma forma geral pelos trabalhadores.

⁴⁸ Cf. CARDOSO, 2003.

O survey sugere que os sindicatos não são percebidos como parte central da solução para os problemas individuais e coletivos dos trabalhadores, embora a filiação sindical seja um indicador de segurança econômica e no trabalho (CARDOSO, 2003, p. 265).

O que sugerem as análises realizadas é o descentramento dos sindicatos como componentes da ação coletiva, embora vistos como fonte de assistência de serviços, os sindicatos não estabelecem relações com os trabalhadores para efetivarem ações identitárias, e esse é um dos motivos que fragilizam sua condição de representantes dos trabalhadores num contexto desfavorável às conquistas sociais.

Esse é um dos desafios mais importantes para a sobrevivência do sindicalismo, e algumas alternativas são esboçadas, como a busca pela participação em projetos públicos, vinculados às questões sociais, como por exemplo no caso da formação profissional dos trabalhadores, em que a CUT postula participação no gerenciamento do Sistema S.

O contexto dos anos 90, com o aumento do desemprego e da precariedade do trabalho, estabeleceu parâmetros importantes para os sindicatos alterarem a pauta de reivindicações, substituindo os reajustes salariais pela manutenção ou ampliação do emprego.

Além disso, os parâmetros da ação sindical são reduzidos pelo tecnicismo com que as políticas econômicas são tratadas, retirando o componente político nas definições dos rumos destas políticas, o que esvaziou no Brasil a possibilidade de participação dos sindicatos, e de outros movimentos sociais, nas redefinições destes modelos, pois as determinações são definidas fora do âmbito territorial de ação dos sindicatos, mesmo que em escala nacional, como no caso das centrais sindicais.

a despolitização da economia, ao aumentar muito a sensação de insegurança socioeconômica, limita (embora não torne exclusivo) o âmbito da atuação sindical à salvaguarda das posições de mercado de seus representados, o que reduz o potencial expressivo, identitário ou simplesmente político da ação dos sindicatos (CARDOSO, 2003, p. 266).

A existência da CLT antes mesmo do predomínio das relações assalariadas no Brasil, permitiu o predomínio do regramento jurídico como parâmetro das relações entre capital e trabalho, fazendo com que as disputas travadas pelos trabalhadores tenham o Estado como objetivo de negociação, já que se espera dele definições jurídicas que ampliem, ou mantenham, as conquistas trabalhistas, em face disso a relação negociada é relegada a segundo plano.

⁴⁹ Os PSS (People's Security Surveys) foram pesquisas financiadas pela OIT com o objetivo de mensurar a insegurança decorrente da flexibilização do uso da força de trabalho no mundo, foi realizada a partir de 2001 no Brasil.

A manutenção desta legislação trabalhista ainda apresenta utilidade para o capital, pois permite manter sob controle as demandas dos trabalhadores, e como dito acima, desloca o foco dos embates dos capitalistas para o Estado, que enfrenta os trabalhadores, sob o discurso de que deve pensar em toda a sociedade, e não apenas em alguns setores econômicos ou sociais.

A direita está longe de ser unânime sobre a questão de manter ou não a legislação existente, e muitos dos que a apóiam relutam em abandonar um sistema que parece servir tão bem aos seus interesses há tanto tempo. (HALL, 2002, p. 15).

Pela sua funcionalidade até o momento comprovada para o capital, a legislação trabalhista e o sistema corporativista concernente foram mantidos, mesmo sob a hegemonia neoliberal, caracteristicamente anti-sindical.

Para autores como Santos (2003b) o caráter reformista do sindicalismo advém da predominância das questões imediatas na pauta sindical, negligenciando as possibilidades de construção de alternativas anticapitalistas. Essa postura desloca a contradição fundamental das relações capitalistas, o conflito capital x trabalho, para uma relação de negociação entre partes juridicamente iguais, mantendo-se neste nível de reivindicação os sindicatos assumem apenas a função de entidades burocratizadas na defesa de melhores condições para a venda da força de trabalho, abandonando qualquer perspectiva de construir alternativas que levem à superação da exploração do trabalho.

Mesmo em termos reformistas é possível vislumbrarmos uma função importante de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, colocando limites à exploração capitalista, quando o movimento sindical extrapola o nível micro das relações econômicas com as empresas e passa a atuar enquanto luta política, saltando as escalas da fragmentação social tributária do metabolismo social do capital.

O apego ao legalismo pelos sindicatos, já citado acima, decorrente da legislação trabalhista de Vargas, transforma a lei no campo das lutas sindicais, que embora legitimado pelo capital, partilhando das mesmas leis, o processo é hegemônico pelo capital, já que a criação, execução e julgamento das leis são dominadas pelo capital, através do Estado, que aparece como isento de interesses classistas, exercendo assim sua função de controle social do trabalho, mantendo a dominação do capital.

A eleição de Lula, proveniente do novo sindicalismo e da corrente majoritária da CUT, que tem na social-democracia europeia a perspectiva de construção das relações de trabalho no Brasil, fortalece ainda mais a consolidação do reformismo como parâmetro de ação

sindical, demonstrando aparentemente a força dos argumentos que preconizam a possibilidade de intervenção dos trabalhadores na condução do Estado, porém camuflando os limites de atuação em que o governo Lula pode agir, limites impostos pela própria natureza do Estado na sociedade capitalista e pelas próprias convicções que regem o grupo no poder.

Limites que transparecem no caráter da reforma sindical do Governo Lula, que revela o interesse em adequar a legislação trabalhista no Brasil ao novo patamar de acumulação do capital globalizado (SANTOS, 2003b), desregulamentando benefícios com a intenção de agregar à formalidade o contingente expressivo de trabalhadores que estão à margem da oficialidade, porém pretende fazer isso reduzindo os benefícios da formalidade, ou seja, nivelando por baixo os direitos sociais.

O comportamento das Centrais sindicais, principalmente a CUT revela o enfraquecimento das proposições de embate e de defesa irrestrita dos direitos trabalhistas, privilegiando a participação no Fórum Nacional do Trabalho, mesmo que signifique legitimar a redução dos direitos.

Se no período Vargas tratava-se de enquadrar o operariado nascente, a reforma atual tem o objetivo de adequar os trabalhadores às necessidades do capital globalizado, flexibilizando um conjunto significativo de itens do direito trabalhista, como os limites à demissão sem justa causa, apresentada como se fossem custos de contratação, o que seria um desestímulo para os investimentos.

Não se trata, a despeito da origem sindical do presidente da república, de conduzir o movimento sindical a um novo patamar de força política, capaz de reverter o caráter regressivo das atuais transformações do capital e sim adequar a exploração da força de trabalho às necessidades do capital.

Um dos temas mais presentes nos debates sobre a Reforma Sindical é o da pluralidade sindical, apontado por Santos (2003b) como desdobramento da prática colaboracionista entre capital e trabalho (tripartismo), já presente em amplos segmentos do movimento sindical, pois se referencia na possibilidade de legitimação direta com os trabalhadores para a existência dos sindicatos, porém escamoteia a influência decisiva que os empresários podem ter na constituição destes sindicatos.

Segundo Santos (2003b) alguns fatores básicos contribuiram para que a pluralidade sindical adquirisse centralidade no debate sobre a Reforma Sindical:

- A unicidade sindical, como um dos componentes da legislação trabalhista de Vargas, é uma imposição do capital, respondendo às reivindicações crescentes dos trabalhadores no início

do século XX, e serviu para refrear a expansão dos sindicatos anarquistas e comunistas no momento de crescimento do assalariamento na sociedade brasileira.

- A unicidade sindical foi intensamente utilizada, tanto pela burguesia, como pelos sindicatos pelegos, para reprimir qualquer manifestação, mais ou menos organizada, que fugisse à lógica da estrutura sindical corporativa.
- O novo sindicalismo, que surge em grande medida exteriorizado da legislação trabalhista, também será combatido pelos sindicatos pelegos usando a legislação trabalhista, voltar-se-ão contra a CLT pelas dificuldades que impõe para a mobilização sindical;
- A pluralidade sindical, naquele momento, era uma questão tática para a possibilidade de ampliação das áreas de atuação dos sindicatos classistas, retirando influência dos sindicatos pelegos;
- A influência do sindicalismo europeu, de cariz social-democrata, era visto como exemplo da força que a autonomia e liberdade poderiam conferir, num cenário de pluralidade sindical.

Portanto, tanto a unicidade sindical quanto a pluralidade sindical podem convergir para atender as necessidades do capital, demonstrando que uma ou outra são conformações que respondem diferenciadamente para manter o controle sobre o movimento sindical, mas que também podem servir aos sindicatos como instrumento de luta coletiva, ampliando os limites impostos pelo capital.

Isso corrobora uma versão mais complexa da unicidade sindical como determinante da fragmentação sindical, já que o fim da unicidade sindical pode diminuir o número de entidades sindicais existentes, cada qual com orientações políticas diferentes e sem unidade orgânica com instâncias da estrutura vertical, porém isso não significa necessariamente o fim da fragmentação sindical e pode, com a pluralidade sindical, ser incentivado a criação de sindicatos para atender aos interesses do empresariado.

A unicidade sindical é uma questão tática para os trabalhadores, refutando os argumentos que apontam a unicidade como o elo definidor das fragilidades do sindicalismo brasileiro. Desta forma, procura-se apresentar a pluralidade sindical como sinônimo de liberdade sindical, porém nenhuma liberdade pode efetivamente existir no âmbito do capital, e não é a pluralidade sindical que construirá *per si* as condições para alcançar tal liberdade, inclusive a Reforma Sindical aponta para a existência em futuro próximo de duas ou três centrais sindicais, unificando a fórceps os sindicatos, que para continuarem existindo devem estar filiados a alguma central sindical, o que não parece ser um cenário de liberdade sindical, já que a hegemonia dos sindicatos estará sendo disputada por grupos no campo do reformismo sindical, como aponta as

tendências atuais de consolidação da CUT e da Força Sindical, como principais expressões políticas no sindicalismo brasileiro⁵⁰.

A pluralidade que se persegue, como sinônimo de liberdade, é pautada pelos limites concedidos pelo capital, ou seja, de atuação dentro da ordem legal preconizada pelo Estado.

A consolidação de relações modernas entre trabalhadores e capitalistas é apontada como um dos resultados da reforma sindical e trabalhista, porém não há nenhuma garantia de que tais relações modernas sejam capazes de ampliar o emprego e os salários, as reais necessidades imediatas dos trabalhadores no Brasil, demonstrando que pode-se mais uma vez aceitar uma solução apriorística para o desemprego e os baixos salários, como é o caso da ampliação e expansão da educação profissionalizante, preconizada pelo PLANFOR e PNQ.

A relação que se estabelece entre pluralidade e sindicalismo europeu, com uma imagem desse sindicalismo como exemplo de sindicatos livres e dinâmicos, demonstra os riscos que a reforma sindical promove, pois o sindicalismo europeu apresenta sinais de fragilidade desde a década de 1980 e está em franco declínio, questionando inclusive o modelo sindical social-democrata como efetivamente útil para as demandas dos trabalhadores.

A prática corporativa e a burocratização do sindicato estão presentes também no sindicalismo europeu, demonstrando que a pluralidade não é capaz de atingir essas mazelas do sindicalismo acomodado à ordem sócio-metabólica do capital.

O exemplo dos sindicatos por empresa nos Estados Unidos e na Europa prova que o capital é duplamente favorecido com esse tipo de organização, pois os capitalistas têm a opção de escolherem o sindicato mais adequado às suas necessidades, com os sindicatos disputando entre si a legitimidade perante os capitalistas.

O argumento de que a baixa sindicalização é decorrente da unicidade sindical, já que os sindicatos não precisam disputar a representação dos trabalhadores, pois ela é dada *a priori*, deve ser tomado com cautela, já que nos países em que a pluralidade sindical é a regra a taxa de sindicalização não é muito diferente da existente no Brasil, portanto essa baixa sindicalização deve ser explicada a partir de outros elementos.

A despeito da unicidade sindical, os sindicatos no Brasil lograram em grande medida se organizarem e constituíram práticas sindicais que suplantaram os limites impostos pela legislação. No quadro de reformas que visam atender às necessidades do capital, as conseqüências só poderiam ser a expansão da precarização do emprego e do trabalho.

⁵⁰ Cf. Santos, 2003b

Foi nesse contexto que os sindicatos foram chamados a participarem do PLANFOR, trazendo consigo a compreensão utilitarista da qualificação profissional como solução para o desemprego no Brasil, e dessa forma a participação sindical se revela na reação sobre a perspectiva da educação para o trabalho do qual o PLANFOR é tributário, que teremos oportunidade de analisar no capítulo 3.

CAPÍTULO 3

O MODELO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO, SEGUNDO O PLANFOR

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi criado em 1995, e instituído em 1996, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, no contexto de reformulações das instituições e políticas federais, estando ligada às iniciativas das políticas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Concebido como política de emprego e renda num quadro de crise generalizada de desemprego e precarização do emprego, o PLANFOR objetivava qualificar a mão de obra para proporcionar maior empregabilidade dos trabalhadores brasileiros, identificada como um fator fundamental para o crescente desemprego. Essa iniciativa do governo federal estava em conformidade com vários projetos e planos estratégicos, muitos deles iniciados durante o governo Collor, que visavam a ampliação da competitividade da economia nacional frente à globalização da economia. Entre eles incluem-se o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), todos no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico⁵¹.

Esses programas, como as denominações sugerem, visavam a capacitação tecnológica das indústrias nacionais, preparando-as para a competição internacional, procurando internalizar rapidamente os avanços obtidos no mundo com a reestruturação produtiva nos países desenvolvidos.

Ainda em 1993, foi criado o PROEDUC – Programa de Educação para a Competitividade, na esfera do Ministério da Economia, como tentativa de reformular a educação profissional segundo as proposições da busca da competitividade internacional, mantendo-se durante o governo FHC sob a gestão do Ministério da Educação.

O PLANFOR pode ser considerado como uma evolução destas proposições, que deitam raízes ainda na década de 1980, na busca de uma educação profissionalizante adequada às novas proposições da reestruturação produtiva.

⁵¹ Para mais detalhes, ver na bibliografia os documentos consultados no Ministério do Trabalho e Emprego.

O fato de ser formulado a partir de preocupações de adequação às demandas produtivas e de estar vinculado aos programas sociais de cunho compensatório, definirá os parâmetros de atuação no PLANFOR, cuja vinculação direta ao CODEFAT e sua experiência de tripartismo (Estado-Capital-Trabalho) marca o modelo de participação sindical.

Portanto, o PLANFOR foi elaborado no contexto de transformações do emprego no Brasil, condicionadas pelas mudanças no capitalismo mundializado. O quadro do mercado de trabalho indica a ampliação do desemprego, maior precarização das relações de trabalho, convivência de formas regressivas de exploração do trabalho com as inovações do processo produtivo originadas no contexto da reestruturação produtiva.

Essa orientação do PLANFOR pela funcionalidade da formação profissional, ou seja, que pressupõe a necessidade de que a educação profissional seja tomada como variável para ajustar a oferta da mão de obra no Brasil em face das supostas demandas do capital, está na raiz da concepção de educação profissional, submetendo-se integralmente ao capital, cujas implicações não se resumem apenas à educação profissional ou ao próprio PLANFOR, mas espalham-se pela concepção de educação, como bem utilitarista, com a renovação da teoria do capital humano.

Na perspectiva do SEFOR/MTE a qualificação é vista como revalorização da competência profissional, articulando educação básica e profissional. Porém, a realidade brasileira mostra que a deterioração do ensino básico e a manutenção da educação profissional com perspectiva empresarial reduzem a educação profissional ao atendimento das necessidades do mercado.

Ao propor a submissão deste tipo de educação às demandas capitalistas, o PLANFOR alimenta a ilusão de que a formação profissional é determinante para criação de empregos e aumento de salários, funcionando como válvula de escape das reais determinações do desemprego e das condições de trabalho.

Dessa forma, o PLANFOR, na assertiva de Ciavatta (2000, p.81), age: “[...] atenuando as tensões sociais e elidindo as contradições intrínsecas à formação profissional para o trabalho incerto” (p. 81).

Embora proponha o desenvolvimento sustentado como meta a ser alcançada, a inclusão do PLANFOR nas políticas sociais do Estado brasileiro, permite supor que a sustentabilidade que se propõe é uma virtualidade, pois se assenta em proposições generosas

de incremento da competitividade pela ampliação das habilidades profissionais dos trabalhadores, evitando qualquer alteração na política macroeconômica realizada pelo governo FHC.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentado proposto por esta via é um engodo, pois ignora os constrangimentos que a economia nacional enfrenta no rumo à esse tipo de desenvolvimento, cujo objetivo subliminar é o da transformação do Brasil num país de “Primeiro Mundo”. Enquanto estratégia do Estado nacional em prover a burguesia local de condições de competir no mercado internacional, o PLANFOR não pode deixar de ser visto como uma iniciativa muito mais de adaptação às condições reinantes, do que efetivamente capaz de promover o desenvolvimento. De qualquer forma, esse esforço pode ser entendido como uma estratégia, bastante usual, de consolidar uma certa homogeneidade no mundo, provendo o capital – expresso nas grandes corporações transnacionais – de territórios já adaptados às suas demandas.

Na perspectiva da própria eficiência que se propôs, o PLANFOR é permeado de incongruências, pois sua função é a adequação à conjuntura econômica. Não obstante os resultados catastróficos da política econômica adotada no Brasil, principalmente para o emprego, ele objetiva a inserção de trabalhadores desempregados ou em situação de desemprego eminente, em ocupações geradoras de renda, independente dessas ocupações serem formais ou informais.

Como resposta às demandas do mercado de trabalho é questionável a capacidade de que tais cursos sejam capazes de habilitar tecnicamente os trabalhadores para o tipo de qualificação desejada, sobretudo se levarmos em consideração suas cargas horárias médias, destes cursos (Tabela 8), que mostra a redução destas o período de existência do PLANFOR, até atingir 62 horas no ano 2000. Além disso, como se observa, essa carga horária é dividida em termos das habilitações que se deseja, desde as habilidades básicas, que são genéricas, as habilidades específicas e as de gestão, que estão voltadas para o aprendizado de gerenciamento do negócio próprio, alcançando pouco mais de $\frac{1}{4}$ das matrículas, o que é de certa forma, um incentivo para a informalização do emprego, já que são ocupações autônomas ou de micro empresários, reconhecidamente com parcelas consideráveis de empregados informais⁵².

⁵² Para mais detalhes ver Malaguti (2000); Pochmann e Borges (2002); DIEESE (2002) e Batista (2003).

Tabela 8 – PLANFOR: Carga Horária e Distribuição Pelas Habilidades

	Carga Horária Média	Treinandos por Habilidades (em mil)*						
		Habilidades Básicas		Habilidades Específicas		Habilidades de Gestão		Total
1996	103	769	33,8%	976	42,9%	528	23,3%	2273
1997	102	1019	31,5%	1429	44,2%	786	24,3%	3234
1998	87	1123	30,6%	1572	42,9%	971	26,5%	3666
1999	94	1353,7	30,9%	1797	41,0%	1229,2	28,1%	4380,5
2000	61,9	2407,6	35,4%	2581	38,1%	1794,6	26,5%	6784,0

Fonte: MTE/SEFOR. **Relatório de Avaliação gerencial 1997**; MTE/SEFOR **Avaliação gerencial 1995/98**; MTE/SEFOR..**Relatório gerencial 2000**; MTE/SEFOR. **Relatório de avaliação gerencial 2000**

* Os números referem-se a soma das matrículas segundo a carga horária dos cursos, portanto o total é sempre superior ao total de treinandos no período.

Com ambições pouco modestas de redesenhar o quadro da educação profissionalizante no país, o PLANFOR buscará a articulação de uma nova institucionalidade para a educação profissional no Brasil, mantendo como princípio de ação, a educação continuada, para prover o trabalhador brasileiro de condições de adquirir habilidades e conhecimentos que o façam ampliar sua “empregabilidade”.

A empregabilidade é usada como artifício ideológico da educação profissional do capital, apresentado o paradigma das competências como modelo de formação do trabalhador, ou seja, de que os trabalhadores sejam capazes de acumular habilidades e competências para alocarem e realocarem recursos cognitivos, psicomotores e sócio-afetivos para ações profissionais específicas. Contudo, a implementação destes paradigmas esbarra nas contradições da luta de classes, pois o capital não pode proporcionar uma formação profissional que permita aos trabalhadores ampla competência para gerir todo o trabalho, sob o risco de perder o controle sobre o processo de produção. Portanto estas competências ficam limitadas à estratégia de controle do capital, o que acaba transformando as habilidades adquiridas em tarefas mecanizadas, mesmo que sejam menos monótonas do que as existentes sob o fordismo.

A população a que se dirige a retórica da empregabilidade é mais suscetível à aceitação de tal paradigma, pois vem na educação a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, e a empregabilidade é justamente essa ilusão de que a educação funciona integrada ao mercado, suprindo sempre que necessário os postos de trabalho vagos por mão de obra qualificada para tal. Porém, o mercado não comporta (e nunca comportará) todos, e a frustração logo se instala.

Por isso, o PLANFOR e a educação profissional, tal como proposta, é uma resposta parcial aos problemas do analfabetismo e do desemprego, procurando vincular a educação ao emprego, como se houvesse essa vinculação direta entre as demandas do mercado de trabalho e a adequação da escola, ou da rede de educação profissionalizante, para atender a esta demanda.

Nessa perspectiva a educação é reduzida a uma variável das forças produtivas, tratada como condição meramente técnica de adequá-la às demandas do mercado de trabalho, isso “[...]desloca a atenção do problema político da formação para uma alternativa funcional à atenuação das condições adversas do mercado de trabalho.” (CIAVATTA: 2000, p. 88).

Essa necessidade de educação continuada está intimamente relacionada às demandas que o processo de reorganização dos padrões de acumulação capitalista enseja. De um lado pela incorporação de tecnologias voltadas à otimização do trabalho, quer seja na produção ou em outras atividades, de outro lado pela própria necessidade de produção de tecnologia e conhecimentos para garantir a manutenção do dinamismo técnico de países ou empresas.

Assim, a elevação geral da educação do trabalhador garantiria um estoque razoável de força de trabalho formado para essa produção tecnologicamente avançada. Porém, o que aparece como contradição desse processo, que é mais evidente nos países desenvolvidos, é justamente a adequação dessa necessidade ao padrão de desenvolvimento econômico brasileiro decorrente da inserção subordinada na economia capitalista transnacionalizada.

Além disso, essa pretensão pela educação continuada no PLANFOR, apresenta contradições importantes. Como aponta Ciavatta (2000), a preparação profissional adequada às exigências da “sociedade do conhecimento”, tendo como suporte a educação como valor estratégico para a produção econômica, subsume a concepção humanista de

educação pela necessidade do pragmatismo pedagógico, instrumentalizando o trabalhador para as necessidades do mercado, sendo que a valorização da educação nos países desenvolvidos se dá para a formação geral, enquanto no Brasil aposta na continuidade da fragmentação e descontinuidade.

Outra contradição apontada pela autora trata do fato de que o PLANFOR pretende preparar para o trabalho, num contexto em que as políticas públicas de educação são insuficientes e descontínuas para escolarização e preparação técnico-científica, ou seja, pretende realizar algo que está além das possibilidades de uma política parcial e compensatória como é o PLANFOR.

Como tivemos oportunidade de analisar no segundo capítulo, a incorporação dos paradigmas de reestruturação produtiva dos países desenvolvidos no Brasil deu-se de forma desigual entre os setores econômicos, e isso provocou, pelas condições específicas da formação sócio-espacial brasileira, a degradação generalizada do emprego, que não pode ser creditada exclusivamente ao desemprego tecnológico, pois grande parte das ocupações não foi simplesmente eliminado, mas sim converteu-se em empregos informais e precarizados, como aliás também ocorre em maior ou menor grau nos próprios países desenvolvidos, com a terceirização. A permanência, e em alguns casos recrudescimento, de formas regressivas de exploração do trabalho, coloca em questão as demandas do mercado de trabalho, foco do PLANFOR, pois em que medida estas demandas podem ser avaliadas como efetivamente necessárias? Em que medida as habilidades promovidas pelo PLANFOR são capazes de atender a estas demandas, com a carga horária média dos cursos reduzida? Como esses cursos são capazes de gerar emprego para os alunos? Como seriam capazes de garantir que as ocupações potencialmente obtidas sejam passíveis de obter remuneração ou renda?⁵³

São questões que envolvem diretamente a eficácia do PLANFOR em atingir seus próprios objetivos, pois está fundamentado em parâmetros simplistas de atendimento das demandas do mercado de trabalho brasileiro sem se preocupar com o seu caráter dual (formal/informal), ou quando muito atuando como paliativo para as ocupações informais ampliarem seu conjunto de opções de trabalho autônomo, como atestam os diferentes cursos voltados à gestão do próprio negócio, o que só amplifica essa dualidade.

⁵³ Para mais detalhes ver: Batista (2002) e Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (1999a e 2001d).

Com isso, o PLANFOR pode promover uma diminuição da renda do próprio trabalho autônomo, pois amplia a oferta destes serviços por parte destes trabalhadores, reduzindo a renda gerada por estas atividades, devido ao aumento da concorrência.

Ainda serão necessários aprofundamentos dos impactos que o PLANFOR gerou nas ocupações, pois elas não corresponderam somente ao trabalho assalariado, como vimos acima, mas estimularam o “empreendedorismo” dos trabalhadores, fazendo-os crer que o negócio próprio é uma alternativa viável de geração de renda. Além de um engodo para muitos destes trabalhadores, essa possibilidade afeta a construção de alternativas contra o sistema sócio-metabólico do capital, pois camufla a exploração do trabalho existente nas relações entre o capitalista e essas ocupações autônomas, transmutando-as como se fossem relações mercantis.

Quanto ao trabalho assalariado, é possível vislumbrarmos a inadequação da proposição de qualificação profissional, tendo como parâmetro a reestruturação produtiva, pois a qualificação e formação profissional que o toyotismo privilegia parece estar voltada à capacidade de articulação de várias habilidades, algo que se realiza pela ampliação da escolaridade média dos trabalhadores, e não pela simples habilitação em funções que o PLANFOR promoveu⁵⁴.

Assim, a inadequação na preparação desta mão de obra para as demandas qualificativas do toyotismo é agravada pela insuficiência das políticas públicas de expansão da escolaridade e pelo fato desta escolaridade ser pautada na divisão entre a educação geral e a educação profissionalizante.

Coerente com a evolução histórica da educação escolar no Brasil, em que essas duas dimensões geralmente são evidenciadas como elementos separados entre si, reproduzindo no plano educacional a clivagem entre trabalho intelectual e trabalho manual, conjugadas às tradições históricas brasileiras, derivadas do escravismo, de discriminação das atividades manuais, o PLANFOR ajudou a reproduzir essa separação entre a educação geral e educação profissionalizante. Nos anos 1990 a reformulação do sistema de ensino público manteve a separação entre o ensino médio e as escolas técnicas, e nestas escolas amplia-se a fragmentação dos cursos técnicos, moldando-os em cursos modulares separando os fundamentos técnico-científicos da formação profissional, como os cursos promovidos pelo PLANFOR.

⁵⁴ Cf. Franco (1998 e 2001); Hirata (2001) e Gentili (2001).

Pelo fato de estarem divididos em duas esferas da administração governamental – o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)– geraram-se alguns embates entre as formulações do ensino profissional. O MEC procurou articular a reformulação do ensino profissionalizante através do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), que “... pretende ser o principal agente de implantação do Sistema de Educação Profissional no País, através de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em articulação com diversos segmentos da sociedade” (MEC *apud* BATISTA 2002, p. 11).

Embora o PROEP fosse constituído de diferentes representantes das esferas governamentais do MEC e do MTE (SEMTEC - Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, SEFOR - Secretaria de Formação Profissional do MTE e CODEFAT), foi se constituindo em seu interior a hegemonia do MEC, já que a presidência ficava a cargo do SEMTEC.

Com isso as reformulações da educação profissional foram, no âmbito do MEC, definidas a partir dos pressupostos explícitos na LDB/1996 e em consonância com as prerrogativas de educação presentes em vários documentos de instituições multilaterais, como o Banco Mundial principalmente.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394 de 20/12/1996), entre outros elementos temos a definição da educação profissional como:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (LDB, 1996, p. 16).

Portanto, a educação profissional é pensada em articulação com outras formas de ensino, dando prioridade à formação de competências profissionais no âmbito da preparação para o trabalho como elemento da cidadania. Deseja-se a constituição de um ambiente favorável à disseminação dos conhecimentos necessários para a consolidação de uma sociedade plenamente desenvolvida no exercício desta cidadania e no pleno emprego. À educação cabendo a responsabilidade por estes princípios norteadores de nossa sociedade, como explícito no Artigo 2º :

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996, p. 1 – grifo nosso).

A preparação para o trabalho perpassa toda a elaboração da Lei, demonstrando a preocupação com as críticas realizadas por organismos internacionais da baixa escolaridade e baixa qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, que seria um dos componentes fundamentais de nosso atraso econômico e social. No entanto, essa aparente unidade em torno da preparação para o trabalho, não se clarifica na operacionalização do ensino público, já que se mantêm a separação entre ensino técnico e ensino médio. Com a possibilidade ampliada de realização de cursos modulares de qualificação profissional, a necessidade de educação geral é diminuída em decorrência da situação emergencial de grande parte dos trabalhadores, que vêm nestes cursos a possibilidade de se inserirem em ocupações com rendimentos regulares.

O PROEP prevê para sua execução um conjunto de parâmetros, que aponta para a disseminação da educação profissional como componente vinculado diretamente ao mercado de trabalho, procurando prover de mão de obra qualificada esse mercado. Suas diretrizes são:

1- A ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico. 2- A separação formal entre o ensino médio e a Educação Profissional. 3- O desenvolvimento de estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos. 4- O ordenamento de currículos sob a forma de módulos. 5- O acompanhamento do desempenho dos(as) formandos(as) no mercado de trabalho, como fonte contínua de renovação curricular. 6- O reconhecimento e certificação de competências adquiridos dentro ou fora do ambiente escolar. 7- A criação de um modelo de gestão institucional inteiramente aberto. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional <http://www.mec.gov.br/semtec/proep/oproprop.shtm> p.2).

Assim, cria-se aparentemente uma dupla referência de operacionalização da educação profissional no Brasil, entre o Ministério da Educação com as escolas técnicas e o PLANFOR que expande essa responsabilidade pelo ensino profissional para diferentes entidades não-estatais, como os sindicatos, escolas privadas e sistema S, incorporando o movimento sindical à estratégia de formação profissional elaborada pelo capital.

Isso está articulado ao esvaziamento das políticas públicas do Estado brasileiro, pois a transferência de responsabilidades para os setores organizados da sociedade civil não foi exclusividade do PLANFOR, também nos casos de transferência de renda, como Bolsa-Escola, ou no atendimento à população carente como o Comunidade Solidária, essas entidades foram convidadas a implementar projetos de inclusão social, desresponsabilizando o Estado, que reduziu consideravelmente o quadro de servidores para atender a necessidade de superávit fiscal.

O padrão de cursos que foi assumindo o PLANFOR demonstra decisivamente o mercado como a referência de organização social, pois além do foco estar voltado às demandas do mercado de trabalho, o modelo de gestão procura retirar a gestão pública da administração do Estado, elegendo um corporativismo de novo tipo, baseado na participação dos interessados em comitês e comissões de debate e deliberação⁵⁵.

O afastamento do Estado na definição das políticas de educação profissionalizante é expressa nos depoimentos de alguns sindicalistas (STIM Matão e STIM Mogi Guaçu), em que assumem a postura da ineficiência do Estado no diagnóstico das demandas locais em termos de mão de obra qualificada.

Além disso, o sistema modular dos cursos favorece a participação destas entidades, pois as mesmas não precisam necessariamente se comprometer a manter estruturas rígidas como as escolas técnicas, ganhando maior flexibilidade para mudar os cursos de acordo com as demandas do mercado.

Esse é um aspecto fundamental para compreender que o PLANFOR foi elaborado de forma a permitir que as entidades da sociedade civil, e para o que nos interessa os sindicatos, participassem da gestão dos cursos de qualificação profissional, isso não envolveu comprometimento dos sindicatos com a elaboração de conteúdos para os cursos profissionalizantes, já que era possível a contratação de profissionais e/ou empresas responsáveis pelo conteúdo pedagógico.

Dessa forma, poucos dos sindicatos entrevistados tiveram influência sobre os conteúdos dos cursos de qualificação profissional, ficando ora a cargo das centrais sindicais e entidades verticais oficiais (SEEB Marília, SEEB Sorocaba, STIM Lins, STIM Mogi das Cruzes, STIM Bauru, STIM Ferraz de Vasconcelos, STIM Taubaté, STIM Itu e STIM Pederneiras), ora sob responsabilidade dos professores e entidades contratadas (STIM São Carlos, STIM Botucatu, STIM Jaboticabal, STIM Monte Alto e STIM Piracicaba). Apenas três sindicatos que tiveram alguma experiência com cursos de qualificação profissional exerceram influência direta nos conteúdos ofertados, o STIM Itatiba, que há mais de dez anos vem realizando cursos de qualificação profissional, tendo criado uma instituição especializada para essa função (Instituto Qualitrabalho), o STIM Mogi Guaçu que elaborou em conjunto com os engenheiros desempregados os cursos de metalurgia como contrapartida

⁵⁵ Como veremos mais adiante, umas das estratégias de operacionalização do PLANFOR foi através do estímulo às Comissões Municipais de Emprego e Comissões Estaduais de Emprego

do sindicato para instalação de empresas no local, por fim o STIM Limeira, que embora não tenha realizado cursos de qualificação profissional no âmbito do PLANFOR tem experiência na educação profissional, mantendo cursos permanentes em que o sindicato junto com professores especializados definem os conteúdos pedagógicos.

O desprendimento que o PLANFOR permitiu ao prever a contratação de terceiros para a realização dos cursos de qualificação profissional, foi o que garantiu sua ampla penetração tanto no meio sindical quanto em diferentes instituições da sociedade civil, que em grande parte foram apenas entidades intermediárias entre a captação de recursos e a realização dos cursos, pela quantidade de entidades executoras participantes do PLANFOR é possível vislumbrarmos a dimensão que esses cursos assumiram, permitindo que os cursos de qualificação profissional no âmbito do PLANFOR alcançassem amplitude territorial expressiva, com ampla disseminação no território nacional, conforme Tabela 9.

**Tabela 9 - Municípios Atendidos pelo PLANFOR.
Brasil e São Paulo, 1996 a 2002.**

	Brasil			São Paulo		
	Municípios Atendidos	Total de Municípios	%	Municípios atendidos	Total de Municípios	%
1996	2614	5502	47,5	189	645	29,3
1997	3843	5507	69,7	338	645	52,4
1998	4279	5507	77,7	339	645	52,5
1999	3990	5507	72,4	359	645	55,6
2000	4890	5562	87,9	417	645	64,6
2001	5151	5562	92,6	433	645	67,1
2002	3163	5562	56,8	321	645	49,7

Fonte: SIGAE/MTE, 2003; MTE/SEFOR **Avaliação gerencial 1995/98**; MTE/SEFOR **Relatório Gerencial 2000**; SERT/SP **Acompanhamento PEQ/SP, 1999**;

O fato de assumir a dimensão nacional com o modelo dos cursos ofertados, através de módulos, e deixando a execução sob responsabilidade de entidades contratadas conforme projetos previamente acordados, demonstra que o PLANFOR foi bem sucedido na

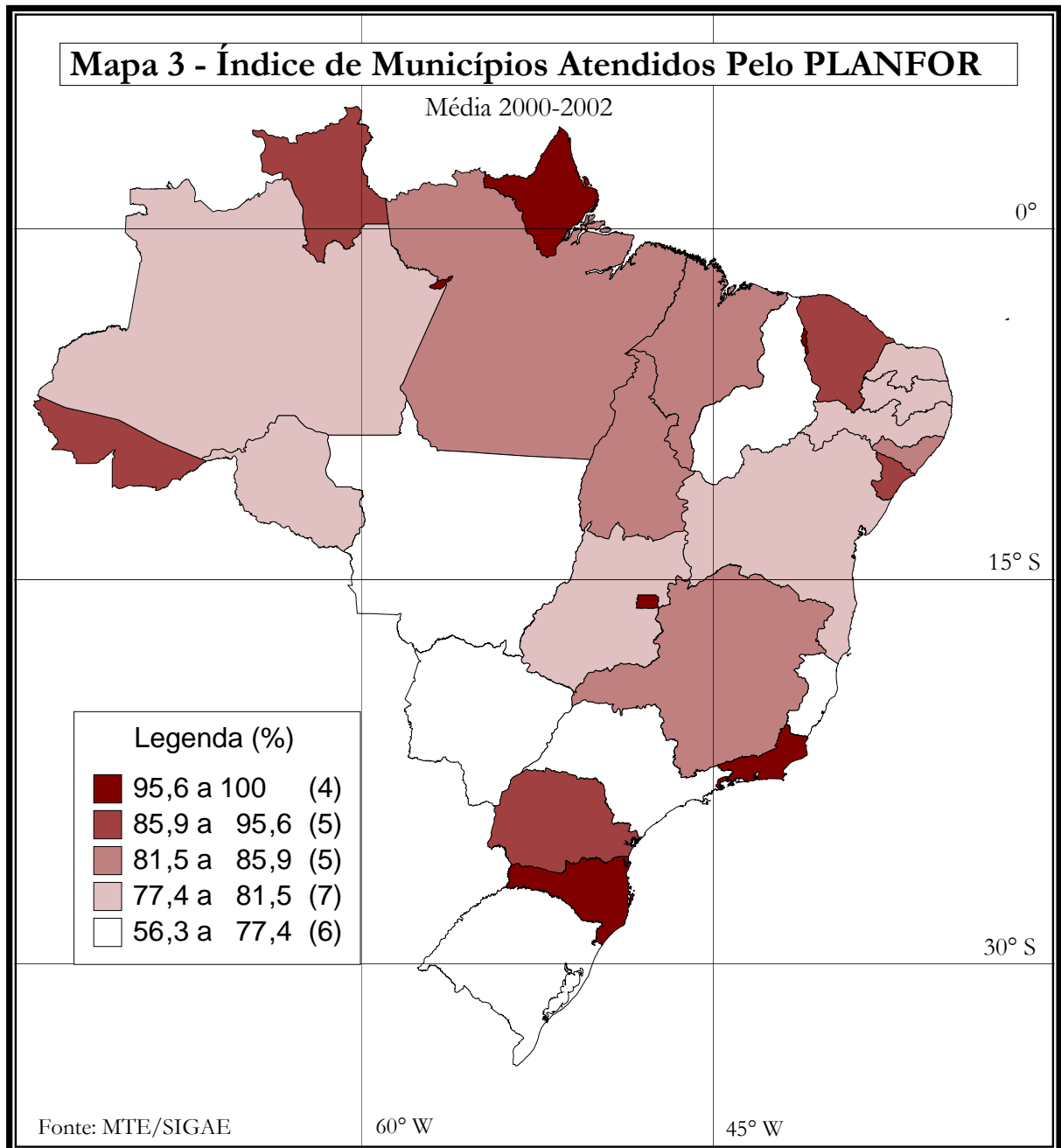
expansão deste modelo de ensino durante o seu período de existência (1995-2003⁵⁶), porém no ano de 2002 houve uma redução significativa dos recursos repassados pelo programa, em decorrência da crise que atingiu duramente o orçamento federal, o que explicita a fragilidade do PLANFOR na continuidade necessária para implementação efetiva de uma “nova cultura” na formação profissional. Análises mais cuidadosas poderiam indicar o quanto as proposições do PLANFOR foram capazes de atingir esse objetivo subliminar de implantação de um novo comportamento produtivo baseado na busca contínua de qualificação profissional.

De qualquer forma o PLANFOR com o estímulo à participação das entidades da sociedade civil, possibilitou uma disseminação ampla pelo território brasileiro de seus princípios e da perspectiva da qualificação profissional como elemento fundamental para a conquista de empregos, atingindo todos os entes federativos, com algumas diferenças quanto ao índice de municípios que tiveram ações do PLANFOR.

A expressão territorial que o PLANFOR assume pode ser visualizada no Mapa 3, no qual é apresentado o índice de municípios atendidos entre os anos de 2000 a 2002, demonstrando sua expansão em território nacional, atingindo em média 79% dos municípios no Brasil durante estes anos. Em algumas UFs este índice esteve muito próximo à totalidade dos municípios em decorrência do baixo número de municípios existentes (Roraima, Amapá e Distrito Federal), mas em outros estados este índice indica a efetividade do PLANFOR em atingir ampla cobertura territorial (Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina).

São Paulo apresenta um dos menores índices de cobertura territorial, com 60% dos municípios atendidos neste período, isso apesar do estado ser o mais industrializado do país, e destino preferencial de vultosos investimentos estrangeiros que foram realizados nos últimos dez anos, o que em tese demandaria uma ampla re-qualificação dos trabalhadores. Talvez essa educação profissionalizante possa ter ocorrido em outras esferas escolares, já que o estado apresenta uma rede bastante complexa de ensino profissionalizante, com escolas técnicas federais, o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, as escolas do Sistema S, e um conjunto bastante amplo de outras.

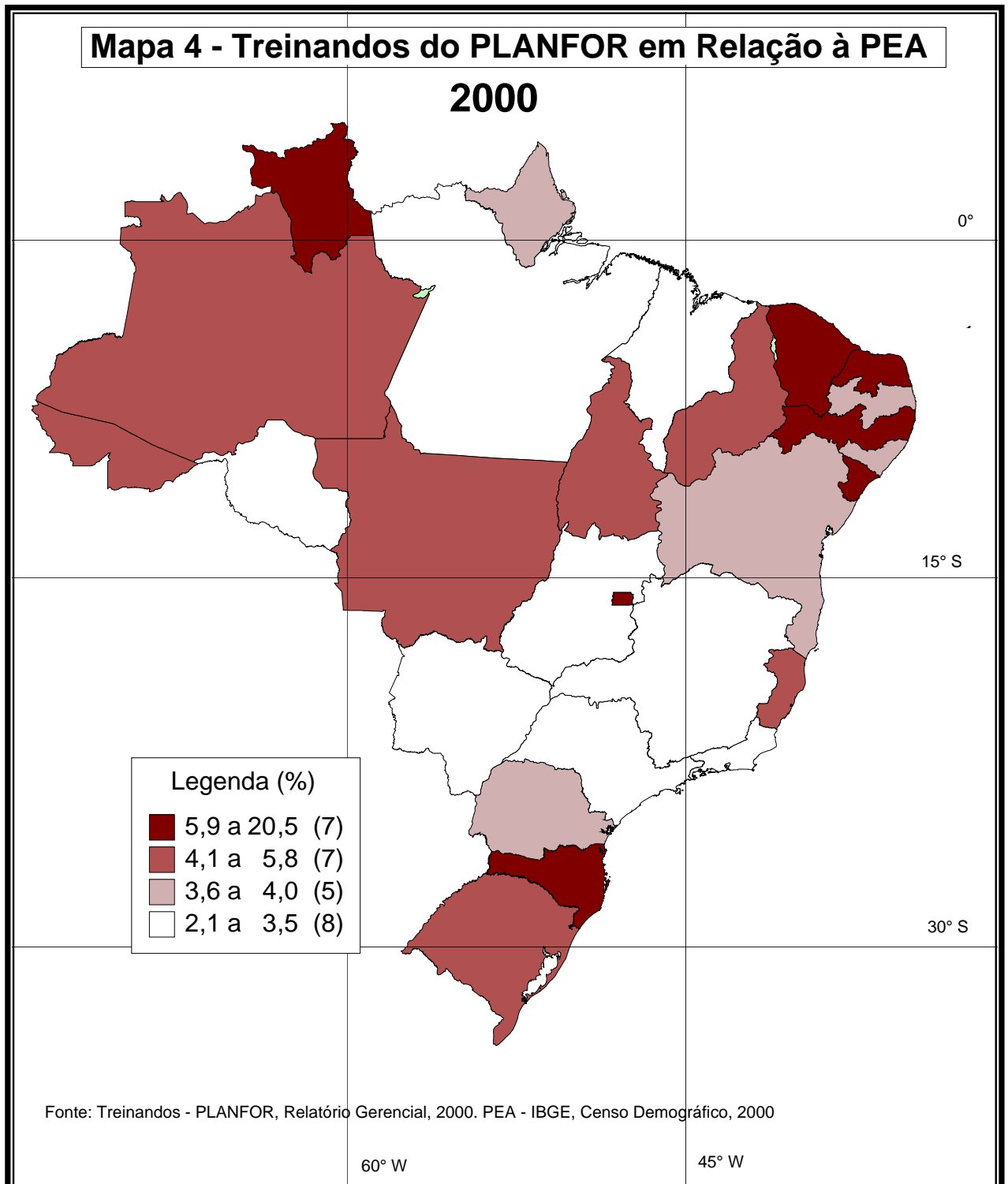
⁵⁶ O PLANFOR foi extinto em Julho de 2003, sendo substituído pelo PNQ, ainda não tivemos condições de realizar uma análise mais aprofundada sobre os termos em que se estrutura o PNQ, porém algumas leituras nos documentos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em sua página eletrônica nos indica a proeminência de elementos da continuidade em relação a alguma ruptura com os princípios do PLANFOR.



Uma outra forma de visualizarmos a participação diferencial do PLANFOR nas unidades da federação é observamos o número de treinandos em relação à População Economicamente ativa, expresso no Mapa 4.

De forma geral, menos de 10% da PEA foi treinada no ano 2000, com alguns estados apresentando índices relativamente altos se comparados à média, como nos casos do Distrito Federal (20,45%), Rio Grande do Norte (9,48%) e Santa Catarina (8,76%). Nos estados com maior PEA (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul) o índice médio foi de 3,41%, com destaque para o Rio Grande do Sul que treinou em 2000, 4,12% de sua população economicamente ativa.

Com meta de atingir anualmente aproximadamente 7% da População Economicamente Ativa com os cursos financiados pelo PLANFOR, podemos verificar que em tais estados tal meta foi atingida, porém a grande maioria não alcançou tal meta, lembrando que em 2002 as restrições orçamentárias levaram à drástica redução dos cursos financiados por ele PLANFOR.



Um ponto de preocupação permanente no PLANFOR é o foco na demanda do mercado, pois isso requer o desenvolvimento de métodos de análise, para poder diagnosticar e prever que as ocupações serão demandadas, embora esforços neste sentido tenham sido dispensados durante os anos de existência do PLANFOR. Esses diagnósticos são de difícil implementação, com o envolvimento de informações por parte do setor produtivo. De qualquer forma, neste momento o que nos interessa debater não é a eficácia destes diagnósticos, mas sim o próprio modelo de educação profissionalizante que se constrói e implementa com o PLANFOR.

Nos parâmetros em que o PLANFOR foi se desenvolvendo, os cursos de qualificação profissional são tidos como meramente técnicos e desprovidos de conotações sócio-políticas, pois ao postular que a demanda existente no mercado de trabalho possa ser suprida com a qualificação do trabalhador, reduzem-se as demandas sociais à esfera do mercado de trabalho, dispensando a própria vontade do trabalhador em escolher as funções que lhe seriam do agrado. Estrangulados pela impossibilidade de sobreviverem sem ocupação, os trabalhadores são levados a aceitar essa imposição do “mercado de trabalho”, porém isso tem limites claros com suas necessidades que vão além do exercício de ocupações e da redução de suas vidas a esse modelo de competências, que prega a necessidade do trabalhador integrar-se totalmente ao programa político e econômico do capital.

A competência diz respeito ao trabalhador colocar à disposição do capital todo seu potencial cognitivo, seu arcabouço de conhecimento, enfim a integralidade de sua potência humana, promovendo o incremento da reprodução ampliada do capital (que esse trabalhador deixe de ser empregado como mera força física de trabalho, para ser empregado em sua totalidade humana para o trabalho). Porém, essa possibilidade requer do capitalista novas formas de exercer o controle sobre a própria produção, mas também sobre a reprodução do sistema sócio-metabólico do capital.

Um trabalhador competente é aquele capaz de desenvolver suas capacidades intelectuais para exercer um conjunto amplo de funções/atividades e de se adaptar rapidamente às inovações técnicas e organizacionais em curso e vindouras, enfim, de prover o capitalista de seu *fazer* e de seu *saber fazer*.

Com o objetivo de implementar transformações na educação profissional brasileira, o modelo de competência definirá o esforço – muitas vezes mais retórico do que efetivo – de ampliação da escolaridade no Brasil, pois esta escolaridade é vista como maior competência, maior possibilidade do trabalhador em aprender rapidamente as novas habilidades técnicas requeridas. Esse diagnóstico é aparentemente correto, já que o

desenvolvimento cognitivo dos trabalhadores deve passar pela ampliação de seu conhecimento, o que é plausível com a escolarização básica, para, pelo menos, serem capazes de receber instruções mínimas para as funções técnicas que exercerão.

Mas a educação, para esse modelo ser eficaz, é vista como o meio de alcançar alguma ocupação, como vimos na LDB. Deve se adequar a esse esforço de tornar os trabalhadores brasileiros competitivos com os trabalhadores de outros países, educando-se com esse fim elementar o de serem capazes de ocupar postos de trabalho qualificados.

Ao assumir o modelo das competências como referência da educação profissional, o PLANFOR escamoteia as contradições fundamentais do sistema do capital – o que é coerente com o fato de ser um programa público/estatal de formação profissional – pois não avança para a construção de paradigmas que tenham no trabalho uma dimensão pedagógica, pelo contrário amplifica a ambivalência intelectual e manual do trabalho sob o capitalismo, reduzindo até mesmo as proposições liberais de uma educação geral à uma educação para o trabalho⁵⁷.

Além disso, o PLANFOR apresentou equívocos até mesmo com os diagnósticos mais superficiais que se podiam fazer sobre o comportamento do mercado de trabalho no Brasil, e o papel que a reestruturação produtiva exerceu (e exerce) na economia nacional. Não há evidências de que a baixa escolaridade tenha sido um empecilho para a expansão do paradigma produtivo do toyotismo no Brasil, e mesmo que as habilidades técnicas requeridas por este paradigma produtivo estejam vinculadas à maior escolaridade, é pouco provável que os postos de trabalho que requeiram essas qualificações sejam massificados. É preciso entender o toyotismo como um processo marcado por algumas continuidades do taylorismo/fordismo, não tendo uma ruptura radical com ele. As transformações no processo de trabalho sob o paradigma da reestruturação produtiva tem mais a ver com a polivalência do trabalhador, do que necessariamente com uma formação mais universalista, baseada numa escolarização sem fins imediatistas como o da conquista do emprego.

3.1 Os Modelos do PLANFOR e as Novas Demandas por Qualificação Profissional

⁵⁷ A divisão técnica do trabalho sob o capital provocou uma crescente parcelização entre as atividades de elaboração do processo de trabalho e as atividades de execução do processo de trabalho, com o taylorismo essa parcelização aumentou significativamente, para mais detalhes ver Braverman (1987); Marx (1984), e Gorz (1996).

Ao considerar os cursos de qualificação como capazes de garantir o emprego aos trabalhadores desocupados ou em risco de desocupação, o PLANFOR estimula a participação destes trabalhadores e promove a concepção de que o esforço para o emprego deve ser individual, e, portanto, o fracasso na conquista desta ocupação também é individualizado. Não há garantias de que a simples qualificação dos trabalhadores, nos moldes preconizados pela reestruturação produtiva, ou nos moldes das competências como referencial de formação profissional, seja capaz de oferecer tal emprego, pois, de uma forma geral, a inovação técnica e organizacional é poupadora de mão de obra, e se o objetivo é alavancar o desenvolvimento econômico nacional rumo ao padrão econômico dos países desenvolvidos, há pouca expectativa de que esses empregos possam vir a existir.

O desenvolvimento desigual do capitalismo mundial e a crescente articulação dos sistemas produtivos, mercantis e financeiros pelo planeta proporcionaram maior fluxo de capital (em suas diferentes formas) e reconfiguraram a divisão internacional do trabalho, sendo que no caso brasileiro a pauta de exportações expressa, que além de fornecer insumos primários ao mundo (soja, minério de ferro, café, carnes e outros), também fornece em menor importância produtos semimanufaturados (aço, couro) e alguns de maior valor agregado (como os aviões). De qualquer forma, a internalização das transformações produtivas provenientes dos países desenvolvidos só pode se realizar combinando as estratégias produtivas das corporações transnacionais com os atrativos de investimento nos países em desenvolvimento. No caso brasileiro, entre outros elementos a mão de obra é relativamente barata, o que não estimula a inovação tecnológica nos níveis ocorridos nos países desenvolvidos.

Além disso, como teremos oportunidade de verificar no capítulo 4, a mundialização do capital proporcionou sua maior mobilidade entre os países do mundo, e no caso brasileiro, um dos atrativos para estimular a vinda de investidores estrangeiros (para ajudar no equilíbrio do balanço de pagamentos) são os altos juros dos títulos da dívida pública, que também captam recursos monetários do mercado interno, estimulando a financeirização das empresas. Este é um dos aspectos que, segundo Salama (1999), desestimulam os investimentos na renovação produtiva das empresas brasileiras, fortalecendo

a exploração do trabalho pela extração da mais-valia absoluta, com menor inovação técnica e organizacional do processo produtivo⁵⁸.

Diante dessa situação é possível questionar a validade do PLANFOR em propor qualificação profissional sob os moldes da reestruturação produtiva, em que as habilidades estariam conformadas aos modelos de competências. Se efetivamente as demandas neste sentido são pouco prováveis de acontecer, ou seja, a despeito do esforço individual em se qualificar para estas habilidades, o trabalhador veria frustradas suas expectativas de empregar-se e pelos parâmetros ideológicos da noção de “empregabilidade” este resultado seria consequência do pouco empenho em se adequar às novas exigências do mercado de trabalho.

O cenário da educação brasileira não favorece as intenções do Estado em garantir à educação a responsabilidade que lhe é conferida, diante da baixa escolaridade do trabalhador brasileiro (Tabela 10) que, a despeito de algum incremento na década recente, foi insuficiente para alcançar os níveis comparáveis aos países desenvolvidos ou mesmo a alguns países da América Latina, cujos índices de analfabetismo são mais baixos do que os encontrados no Brasil (14,3%), como por exemplo, a Argentina (3,1%), México(9%), Uruguai (2,2%), Colômbia (8,2%), Venezuela (7%) e Chile (4,3%)⁵⁹.

⁵⁸ No capítulo 4 teremos oportunidade de tecermos algumas considerações sobre a articulação territorial do capital mundializado e sua relação com as formas regressivas de exploração do trabalho.

⁵⁹ Dados extraídos de Almanaque Abril (2003).

Tabela 10 - Escolaridade no Mercado Formal de Trabalho.**Brasil, 1985 e 2001.**

	1985		2001	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Analfabeto	692.553	3,3	472.585	1,7
4ª Série Incompleta	2.806.010	13,6	1.841.239	6,8
4ª Série Completa	4.261.537	20,9	2.734.614	10,1
8ª Série Incompleta	2.765.641	13,5	3.511.192	12,9
8ª Série Completa	2.503.110	12,2	4.593.503	16,9
2º Grau Incompleto	1.437.236	7,1	2.353.179	8,6
2º Grau Completo	3.167.183	15,4	7.211.704	26,5
Superior Incompleto	755.516	3,7	1.083.923	4,0
Superior Completo	1.844.832	9,1	3.387.675	12,5
Ignorado	258.513	1,2		
Total	20.492.131	100,0	27.189.614	100,0

Fonte: RAIS – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, disponível em www.mtb.gov.br, acesso em 10/10/2002.

O mercado de trabalho formal ampliou a escolaridade no período de 1985 a 2002, com destaque para o segmento de trabalhadores com 2º grau completo, que dobrou em números absolutos e representa cerca de 25% da PEA, o que demonstra a evolução educacional no período. Já em 2002, observamos que 8,5% dos empregos formais exigem menos de quatro anos de estudos (Analfabetos e 4ª Série incompleta) e 1/3 menos de 8 anos de estudo (Analfabetos até a 8ª Série incompleta), notando-se ainda que os maiores avanços na escolaridade deram-se no 2º Grau, onde encontram-se as escolas técnicas federais e estaduais. Diante deste avanço na escolaridade, é de se notar que aquela que apresenta nível superior completo apresenta crescimento considerável no período, o que parece indicar uma

mudança significativa no perfil da escolaridade no mercado formal de trabalho, que podemos apontar conjecturalmente como indicativo das necessidades ampliadas de escolaridade por parte do capital.

Neste aspecto, observando os dados apresentados, é possível realizarmos algumas ponderações sobre os objetivos nem sempre explícitos com a preocupação generalizada pela educação, e como isso estimulou o governo brasileiro a implementar mudanças na educação buscando atingir níveis de escolaridade adequados à entrada no “Primeiro Mundo”.

Um primeiro elemento é o da implementação de cursos profissionalizantes modulares num contexto geral de baixa escolaridade. Como isso é capaz de gerar uma qualificação dos trabalhadores voltada à satisfação das novas demandas qualificativas?

Creemos que apesar de objetivar a adequação da mão de obra brasileira aos novos preceitos do toyotismo, o PLANFOR não tem condições, na forma como foi elaborado, de atender aos desígnios do toyotismo, a não ser como política social para dirimir os efeitos nefastos do emprego das inovações técnicas e organizacionais sobre o trabalho, e se apresentar como esperança de ocupação para os trabalhadores descartados do processo de reestruturação produtiva. É incapaz de atender aos desígnios do toyotismo, pois não está estruturado sob as bases de uma formação profissional “holística”, apesar de estar baseado no modelo de competências, e pode atuar somente sob parcelas restritas de trabalhadores em condições de responder aos treinamentos, já que a baixa escolaridade impede a disseminação ampla (pelo menos com a abrangência que o capital desejaria) destes treinamentos.

Outro elemento é a busca desenfreada pelo Estado brasileiro por índices de escolaridade compatíveis com as exigências das Instituições Multilaterais de “regulação” do capitalismo transnacionalizado (FMI, Banco Mundial e OMC), o que estimulou algumas ações de arranjos institucionais para aceleração do processo educacional, desde a anulação da repetência das séries fundamentais até as imposições voltadas à diminuição dos cursos de Pós-Graduação regulamentados pela CAPES, com a criação inclusive de cursos de nível superior com três anos de duração⁶⁰.

Como a qualidade do ensino é também uma preocupação destas instituições, justificável pela ineficiência produtiva de um trabalhador escolarizado, mas com baixa qualidade no ensino, desta forma, o Estado brasileiro ocupou-se de garantir que o processo

educacional fosse minimamente avaliado nos propósitos gerais de formação básica dos trabalhadores, em que pese a validade efetiva destas avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio e o Provão.

Pode-se argumentar que esses rearranjos institucionais foram efetivados muito mais para atender às proposições de organismos internacionais e proporcionar condições de obter empréstimos, fundamental para a manutenção do modelo de estabilidade monetária, do que efetivamente uma necessidade concreta do sistema produtivo territorializado no país. Essa é efetivamente uma questão de difícil elucidação, pois requer uma análise realmente ampla e profunda para verificar se, efetivamente, as demandas do processo produtivo no Brasil caminham para as demandas de mão de obra superqualificada, em quais dimensões esta demanda alcança, enfim, analisar o empírico na escala nacional e problematizá-lo à luz da dinâmica do capital em seu “jogo” escalar de desenvolvimento desigual e articulado globalmente, algo que nem os estudos de caso, por seus particularismos inerentes e nem as generalizações baseadas nas experiências dos países desenvolvidos são capazes, isoladamente, de responder.

Pelo que expusemos a escolaridade proposta pelo PLANFOR tem como objetivo a educação para o trabalho, pois é uma educação voltada prioritariamente à aquisição de conhecimentos e do raciocínio lógico-formal expresso nas preocupações com avaliação voltadas prioritariamente ao aprendizado da língua (essencial para a leitura de manuais de operação, segundo os defensores da expansão da educação) e da matemática (desenvolvimento do raciocínio), reduzindo os conteúdos prioritários da educação a esses dois aspectos.

Isso está em consonância com o papel que se pretende atribuir à educação para ser instrumento de adestramento da mão de obra, reduzindo os conteúdos pedagógicos à função de tornar operacional a força de trabalho, no sentido de serem capazes de realizar raciocínios simplificados e leitura de manuais, ignorando o caráter contraditório da educação de fornecer muito mais do que se pretende, conforme teremos oportunidade de discutir no Capítulo 5, especificamente quando nos reportamos à educação como componente da luta de classes.

⁶⁰ Para mais detalhes ver Neves (2000)

Além do mais, o próprio conceito de cidadania é a tentativa de esvaziamento das contradições de classe, postulando a inserção no mercado de trabalho, ou o próprio consumo como fatores fundamentais de pertencimento à sociedade civil.

Outro aspecto que deve ser ressaltado ao verificarmos os cursos ofertados pelo PLANFOR e decorrente da própria meta traçada é o da significativa participação dos cursos voltados à auto-gestão de negócios e às ocupações autônomas. Embora pautados pela necessidade de prover os treinandos destes cursos para melhorarem o salário, eles acabam reforçando a informalidade existente no mercado de trabalho, pois estimulam o negócio próprio como alternativa para a geração de renda. Essa é uma proposição que tende a ampliar a precarização do emprego, pois amplia a concorrência no próprio mercado informal.

Sem análises específicas das razões estruturais da precarização, essas propostas que vislumbram no auto-negócio a saída para a escassez do emprego e renda, são limitadas pelas condições estruturais da lógica do capital, e também pelas características singulares da sociedade brasileira, com baixo desenvolvimento das forças produtivas, e distante do paradigma do *welfare state*, o que provoca o acirramento da competição entre trabalhadores no auto-negócio, reduzindo a renda da atividade.

No quadro de ampliação das estratégias de terceirização das empresas, o auto-negócio estimula a substituição de empregos formais por empresas terceirizadas, que a grosso modo, são também empresas contratantes de trabalhadores, porém muitas delas sem contratos formais de emprego, o que amplia a degradação do mesmo⁶¹.

Além disso, o auto-negócio amplia a divisão entre os trabalhadores, pois muitos deixam de se identificar com os trabalhadores do chão da fábrica e passam a se ver como pequenos empresários, e como tais abandonam posturas e reivindicações do trabalhador assalariado, mesmo que fossem restritas ao plano salarial, intensificando o despertencimento de classe ao mesmo tempo em que se afasta da corporação sindical.

Também propaga a alternativa individual como solução para satisfação das necessidades materiais do trabalhador. Isso favorece a desmobilização da classe trabalhadora no momento em que o contingente de trabalhadores formalmente empregados sofre diminuição drástica, e o movimento sindical é atingido pela raiz, tendo em vista estarem voltados ao universo das relações de trabalho formais.

De certa forma, podemos afirmar que o auto-negócio propõe a solução individual como alternativa de renda e de modo de vida, postulando, assim como a noção de empregabilidade presente no PLANFOR, o *darwinismo social*⁶² como legítimo diante dos sucessos e derrotas individuais, ou seja, nele é a concorrência individual que prevalece, transformando a solidariedade operária num contra-senso. Só os mais eficientes são alçados à condição de empresários bem sucedidos e aqueles que não se esforçaram bastante ou não se mostrem aptos para o sucesso, são responsabilizados individualmente por seu fracasso, independente de outros fatores.

Pelo que expusemos, as propostas do PLANFOR num contexto de baixa escolaridade no Brasil, podemos postular que um dos aspectos a ser investigado é o de seu sentido como componente do controle social ao estimular determinado comportamento produtivo dos trabalhadores e o delineamento de determinadas habilitações, como nos cursos de informática.

Num cenário em que, pelos objetivos e pela própria estrutura que assume o PLANFOR, a qualificação profissional não é capaz de oferecer as condições de emprego que os trabalhadores almejam. A retórica da qualificação como algo essencial para a continuidade no mercado de trabalho, ou para a entrada neste mercado, mesmo que informal, ou como pequeno empresário, serve para conformar a atitude destes trabalhadores à busca contínua de habilitações técnicas, o que favorece a ampliação da oferta de mão-de-obra para o capital, assim como mantém aqueles que estão momentaneamente fora deste mercado estimulados a se comportarem como empregados potenciais, inclusive com a manutenção da liturgia do trabalho sob o capitalismo, mantendo-se adequados à contratação ou ocupação autônoma⁶³.

Portanto, no contexto da baixa escolaridade existente no Brasil e das formulações que prevêm a escola como preparação para o trabalho, não é difícil vislumbrar que o PLANFOR e as reformas educacionais dos anos 1990 colocam o trabalho no centro de suas preocupações. Porém isso é realizado tomando-se o limite histórico do capital para o trabalho. Transformado em produtor de mercadorias e retirando do trabalho os sentidos que o

⁶¹ Essa degradação assume várias facetas, a terceirização, o trabalho domiciliar, a camelotagem, mais detalhes ver Thomaz Jr.(1994), Martins e Ramalho (1994), Colli (2002), Malaguti (2000), Gonçalves (2000), Druck (1999) e Gennari (1997).

⁶² Trata-se aqui da transposição da teoria darwiniana para a evolução das espécies, em que os melhores adaptados ao meio são capazes de sobreviver, no caso do darwinismo social aqui empregado impõe-se a regra em que os melhores serão aceitos nos melhores empregos, e que portanto as maiores riquezas fiquem para os melhores.

⁶³ Para mais detalhes ver Bernardo (2000).

fazem ir além das proposições do capital, preocupação essa que pode ser compreendida como o esforço do capital em intensificar o controle sobre a criação do trabalho, de onde parte a preocupação com a formação do trabalhador, o que em outras palavras, pode-se dizer na redução do ser social ao trabalho capitalista, mesmo que isso signifique a retomada de uma dimensão criativa no emprego, através do redimensionamento do controle do processo do trabalho no toyotismo, que prega a participação ativa do trabalhador em sua plenitude (fazer e saber fazer).

Colocar o trabalho como o centro da formação educacional é não entendê-lo como princípio educativo. Na verdade é uma inversão, não só semântica, mas estrutural, pois não é o trabalho tomado como princípio educativo, mas é a educação para o trabalho, substituindo o potencial pedagógico do trabalho pela educação das competências. Desta forma, a dimensão da produção do conhecimento é separada do trabalho, entendido como a mediação do homem com o meio e mediação de si mesmo.

Como o modelo das competências, que é o paradigma conceitual do PLANFOR, não propõe superar o reducionismo do trabalho ao emprego, como se ambos fossem igualmente fonte de sentidos para o ser social, podemos afirmar que tal modelo propõe a ordem sócio-metabólica do capital como horizonte último da sociabilidade do trabalho e da sociedade como um todo, o que é absolutamente coerente vindo do Estado. Isso nos estimula, em nossa pesquisa, a apreender a estratégia territorial do Estado de incorporar os sindicatos em suas formulações, e como o movimento sindical reage diante da aproximação com as contradições existentes na educação para o trabalho e as necessidades imediatas e históricas do trabalhador. Esse fator é importante pelo que representa em termos da captura da subjetividade do trabalhador pelo capital, ao promover um comportamento produtivo que seja competitivo com outros trabalhadores, e que adotem a alternativa individual como possibilidade de satisfação das necessidades.

Em seus objetivos o PLANFOR esperava alcançar efetividade no combate ao desemprego e subemprego, articulando o combate à pobreza e a desigualdade social com o aumento da produtividade do trabalho, o que é incongruente com a ordem metabólica do capital.

Nesse quadro de política públicas, o PLANFOR tem o objetivo de desenvolver ações de educação profissional – incluindo cursos, treinamentos, assessorias, seminários, oficinas, extensão, assistência técnica - que contribuam para:

- Reduzir o desemprego e o subemprego da PEA;

- Combater a pobreza e a desigualdade social;
 - Elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo;
- (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2001, p.6)

Para isso buscava a integração com outros programas sociais de geração de emprego e renda, financiados principalmente pelo FAT, como o Seguro Desemprego, crédito popular e intermediação de desempregados. Dessa forma, o PLANFOR foi constituinte das políticas sociais do governo FHC e esteve a elas atreladas nos conceitos que definiram essas políticas ao longo dos dois mandatos (1995-2002), entendendo-as como políticas de cunho compensatório que visavam ao atendimento de demandas sociais provocadas pelo padrão de gestão econômica atrelado à doutrina neoliberal, preconizada pelas instituições multilaterais do capital transnacionalizado, como a OMC, Banco Mundial e FMI.

O PLANFOR tinha como meta prover de qualificação anualmente 20% da PEA, o que correspondia a aproximadamente 15 milhões de trabalhadores, esperando-se que o FAT financiasse cerca de 1/3 destes 15 milhões de trabalhadores, e o restante fosse financiado por outros fundos públicos e/ou pela iniciativa privada, através do que se convencionou como Rede de Educação Profissional (REP). Os números levantados pelo MTE até 2000 indicam que essa meta não havia sido alcançada até aquele ano. (Tabela 11).

**Tabela 11 – Trabalhadores envolvidos nas atividades do PLANFOR, em relação à PEA
1995-2000**

	PLANFOR		Rede de Educação Profissionalizante		Total	
	Treinandos (milhões)	% da PEA	Treinandos (milhões)	% da PEA	Treinandos (milhões)	% da PEA
1995	0,1	-	3,4	5	3,5	5
1996	1,2	2	3,9	5	5,1	7
1997	2,0	3	4,5	6	6,5	9
1998	2,3	3	5,0	7	7,0	10
1999	2,6	3	7,7	10	10,3	13
2000	3,1	4	8,4	11	11,5	15

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, PLANFOR 2000. Relatório gerencial Brasília: FAT, 2001.

Com metas ambiciosas de atingir parcela significativa da População Economicamente Ativa, o PLANFOR foi alçado à condição de componente articulador dos esforços de qualificação e formação profissional integrando e coordenando as ações profissionalizantes das diferentes instituições. Para isso buscou estruturar-se em três eixos fundamentais:

1) Articulação Institucional - Avanços na consolidação de uma nova institucionalidade da educação profissional no Brasil, integrando diversos atores sociais numa rede de educação profissional, visando a qualificação permanente da mão-de-obra nacional, de forma descentralizada e participativa. As organizações sindicais foram convidadas a ser sujeitos ativos nesta rede de colaboração para a formação profissional permanente. Além disso, a articulação institucional do PLANFOR desejava inserir a qualificação profissional como um marco nas políticas públicas brasileiras, inserida no Plano Plurianual 2000-2003, para compor com outros planos, as políticas sociais de geração de emprego e renda com enfoque em algumas dimensões e grupos sociais⁶⁴, e tornar permanente as políticas públicas voltadas à educação profissional.

2) Avanço conceitual – Pretendia construir referenciais teóricos e metodológicos para a educação profissional no Brasil, com base em algumas dimensões conforme descritas abaixo:

Foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, orientada pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários, comunidades;

Direito do cidadão produtivo, em bases contínuas, permanentes, em caráter complementar (e nunca substitutivo) à educação básica (fundamental e média), que é direito constitucional do cidadão;

Desenvolvimento integrado de habilidades básicas, específicas e ou gestão do trabalhador, por meio de cursos, treinamentos, assessorias, extensão e outras ações, presenciais ou à distância;

Atenção à diversidade social, econômica e regional da PEA, promovendo a igualdade de oportunidades nos programas de qualificação e no acesso ao mercado de trabalho. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **PLANFOR Guia 2001** Brasília, 2001, p. 7 – grifos no original)

3) Apoio à sociedade civil – Procura promover o apoio a grupos socialmente vulneráveis, que têm relativamente maiores dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho. A vulnerabilidade neste caso é a conjugação de vários fatores: pobreza, gênero, cor/raça, escolaridade e necessidades especiais.

Como estratégia de implementação das metas o PLANFOR prioriza a destinação dos recursos do FAT ao público-alvo definido segundo os critérios acima descritos, pretendendo que esses recursos alcancem entre 80 a 90% dos totais.

Um resumo do público-alvo do PLANFOR pode ser vislumbrado na Tabela 12, indicando a focalização social que se pretende com os cursos profissionalizantes, almejando os segmentos da população com maiores riscos de desemprego ou com dificuldades de escolarização.

Tabela 12 - Público Alvo do PLANFOR

Grupos	Composição
1. Pessoas desocupadas	Desempregadas com seguro desemprego Desempregadas sem seguro desemprego Cadastradas no SINE e Agências de Trabalho de sindicatos Jovens buscando 1º trabalho
2. Pessoas ocupadas, em risco de desocupação permanentes ou conjuntural	Empregados/as em setores que estão passando por modernização ou reestruturação, enxugando quadros e/ou exigindo novos perfis profissionais. Ex.: bancos, portos, indústrias, administração pública Trabalhadores/as em atividades sujeitas à instabilidade por fatores como clima, restrição legal, ciclo econômico. Ex.: pescadores/as em períodos de defeso; agricultores/as em atividades sujeitas a flagelos do clima (seca, geada, inundação) e a conjunturas do mercado internacional (crises financeiras, medidas de protecionismo) Trabalhadores/as domésticos/as
3. Empreendedores (que já tem ou querem iniciar micro e pequenos negócios)	Beneficiárias do crédito popular (PROGER, PRONAF) Beneficiárias do Brasil Empreendedor Agricultores/as familiares Assentados/as rurais Sócias ou proprietárias de pequenos negócios urbanos
4. Pessoas autônomas associadas, cooperadas, auto-geridas	Trabalhando por conta própria Participantes de associações, cooperativas, grupos de produtores Que assumem a gestão de empresas, para garantir sua continuidade e os empregos

Fonte: BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **PLANFOR, Guia 2001**, Brasília, 2001, p. 11.

⁶⁴ Os enfoques e compromissos estão divididos em sete componentes: Direitos Humanos, Segurança Pública, Assistência Social, Gênero e raça, Jovens, Desenvolvimento Sustentável e Reestruturação Produtiva, cf. BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **PLANFOR, Guia 2001**, Brasília, 2001, p.8.

As restrições orçamentárias do governo federal atingiram duramente os recursos provenientes do FAT e já a partir de 2001 os recursos destinados ao PLANFOR tiveram drástica redução, comprometendo ainda mais a meta desejada de atingir os cinco milhões de treinandos como estipulado desde 1995 (Tabela 13).

Para operacionalização dos recursos do FAT, o PLANFOR os distribuiu sob duas rubricas: os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), e as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), conforme expresso na Tabela 13, que caracterizou a dimensão territorializante do PLANFOR, já que procurou articular na esfera político-administrativa os governos estaduais, através das Secretarias Estaduais do Emprego (SERT em São Paulo), que por sua vez redistribuía a responsabilidade para os Municípios através das Comissões Municipais de Emprego, evidenciando a relação das várias escalas administrativas no esforço pela qualificação profissional, além disso as PARCs enquanto convênios do MTE com entidades nacionais articulam em todo o território brasileiro a participação destas entidades, como no caso das Centrais Sindicais, que dessa forma relacionaram-se diretamente com o governo federal, garantindo relativa autonomia em relação aos governos estaduais e municipais.

Os PEQs por sua vez são constituídos pelas Secretarias de Emprego das Unidades da Federação, sob homologação dos Conselhos Estaduais de Emprego (CEEs) e Conselhos Municipais de Emprego (CMEs), e têm prioridade na destinação de aproximadamente 70% dos recursos do FAT. Possuem relativa autonomia para operacionalização dos cursos, contratando entidades que os executem mediante projetos de formação profissional, sendo que seus objetivos devem estar em conformidade com o estabelecido pelo PLANFOR, cabendo em grande parte às Secretarias Estaduais de Emprego a responsabilidade pela avaliação dos programas executados.

Tabela 13 – Recursos destinados aos PEQs e Parcerias (em R\$ milhões)**PLANFOR 1995-2002.**

	PEQs	% do Total	Parcerias	% do Total	Total
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões
1995	N/D		N/D		28,2
1996	220,5		N/D		220,5
1997	310,2	89,1	37,9	10,8	348,1
1998	318,5	77,9	90,3	22,0	408,8
1999	248,0	69,5	108,4	30,4	356,4
2000	304,5	66,3	154,7	33,6	459,2
2001	335,7	66,3	170,3	33,6	506
2002	70,3	41,1	100,4	58,8	170,7

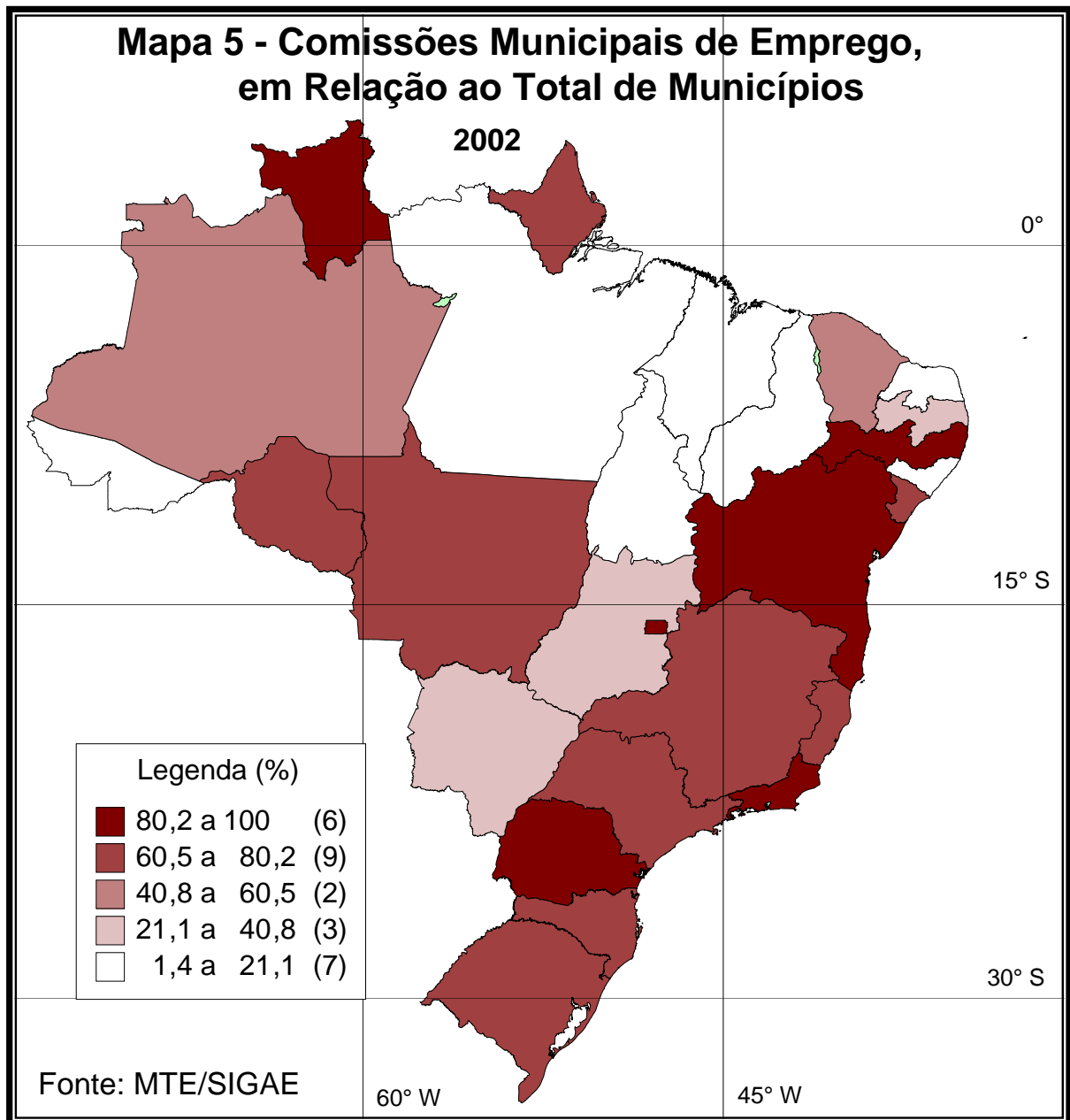
Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **Relatório Gerencial, 1997; Relatório Gerencial 1998; Relatório Gerencial 1999.**

N/D – (Dados não disponíveis)

Obedecendo à hierarquia escalar que acompanha a organização político-administrativa do Estado brasileiro, o PLANFOR define a obrigatoriedade de que os PEQs sejam coordenados pelas Secretarias Estaduais de Emprego sob orientação dos Conselhos Estaduais de Emprego, que definem seus eixos prioritários.

Para viabilização e operacionalização foram instituídos os Planos Municipais de Qualificação (PMQ), sob coordenação dos Conselhos Municipais de Emprego (CME), que foram responsáveis pelo diagnóstico das demandas do mercado de trabalho local, para determinar quais cursos seriam prioritários, como define o próprio PLANFOR.

O alcance que as CMEs obtiveram nos anos recentes podem ser vislumbrados no Mapa 5, que indica o percentual de municípios com as CMEs instituídas, o que demonstra a capacidade que o PLANFOR obteve de dinamizar o surgimento destas comissões, já que são fundamentais para a busca efetiva nas demandas do mercado de trabalho.



As Parcerias Nacionais e Regionais são constituídas por diferentes entidades da sociedade civil, incluindo entidades sindicais, ONG's, que também podem participar dos PEQs como entidades executoras, sendo que essa participação é fundamental para a executabilidade do PLANFOR e a tentativa de ampliar significativamente a rede de educação profissional no Brasil.

Neste sentido a participação das entidades sindicais (Tabela 14), foi significativa na destinação de recursos das PARCs, alcançando nos últimos três anos do PLANFOR o índice de 61,9% do total destinado pelo CODEFAT às parcerias nacionais e regionais, com destaque para a CUT (35,4%) e Força Sindical (35,2%).

TABELA 14 - Participação das Entidades Sindicais na Destinação de Recursos das Parcerias Nacionais e Regionais (em R\$ mil).

	2000		2001		2002		Total	
	R\$ mil	(%)*	R\$ mil	(%)*	R\$ mil	(%)*	R\$ mil	(%)*
CUT	35.000	36,5	35.000	35,2	22.500	34,0	92.500	35,4
CGT	10.000	10,4	10.400	10,5	7.500	11,3	27.900	10,6
DIEESE	900	0,9	900	0,9	300	0,4	2.100	0,8
Força Sindical	25.000	26,0	40.000	40,3	27.000	40,7	92.000	35,2
Sind. dos Metal. De São Paulo	13.000	13,6					13.000	5,0
SDS	12.000	12,6	13.000	13,1	9.000	13,6	34.000	13,0
Subtotal sindicatos	95.900	61,9**	99.300	58,3**	66.300	66,0**	261.500	61,9**
Total Geral	154.728		170.300		100.480		425.508	

Fonte: MTE. Repasse de recursos 2000, 2001 e 2002

* Em relação ao total repassado às entidades sindicais

** Em relação ao total de recursos repassados pelo PLANFOR –Parcerias Nacionais e Regionais

Este é um componente essencial em nossa discussão, pois uma das características das políticas sociais implementadas pelo governo FHC foi a de prever e estimular a participação de diversas entidades civis na gestão destas políticas sociais,

restringindo a esfera de atuação do Estado, tanto quanto possível à coordenação destas políticas.

No momento é importante ressaltar outro aspecto relevante em nosso debate que é o das políticas de qualificação/formação profissional como políticas de emprego. Já tivemos oportunidade de debatermos anteriormente sobre os sentidos da qualificação/formação profissional no PLANFOR, e como isso se desdobra para a própria compreensão que se tem sobre a educação. Assim, o PLANFOR apresenta-se com este duplo objetivo: criar um novo contexto institucional e comportamental da qualificação e formação profissional no Brasil, simultâneo ao combate ao desemprego.

Apresenta em suas metas a reformulação conceitual da educação profissional, tendo em vista o foco na demanda do mercado de trabalho que apresenta questões que consideram cruciais para a definição dessas demandas, critérios objetivamente coletados no mercado, assim como na demanda social.

Ao priorizar a formação profissional voltada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, o PLANFOR redimensiona o papel da educação para a população de baixa renda, pois para essa população as necessidades emergenciais de renda fazem-nos priorizar as estratégias imediatas de busca destas. Se o PLANFOR apresenta-se como a alternativa de inserção no mercado de trabalho, então a educação geral é negligenciada.

Porém, além disso, o PLANFOR reitera-se como política de emprego voltada para atender as demandas do mercado de trabalho, e surge como preocupação central à eficácia no diagnóstico desta demanda.

Onde, quando e em que setores ou ocupações há/haverá demanda de qualificação profissional?
Que tipo/nível de qualificação profissional é/será exigido?
Quantas e quais pessoas podem ser qualificadas para atender a essas demandas?
(BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **PLANFOR, Guia 2001**, Brasília, 2001, p. 25).

O foco no atendimento destas demandas é constantemente enfatizado, vinculando-o a melhor eficácia na definição de qual tipo de qualificação se necessita. Apresenta polêmicas quanto à sua efetiva possibilidade de se realizar, como vimos anteriormente, porém essa preocupação delimitará o campo de atuação do PLANFOR e das entidades partícipes na busca pela satisfação do mercado, sem se preocupar com a definição

destas demandas, ou seja, ao focalizar o mercado, toma-o como elemento supremo na definição dos destinos dos homens e mulheres, não obstante essa supremacia ser a fonte da própria degradação que atinge o emprego e as ocupações, mas que afeta todo o tecido social.

As questões que se propõem são de difícil resolução, pois buscam-se alternativas para superação de contradições que são estruturais (tanto do capital), como na expressão singular que assume no território brasileiro.

...O importante é saber, com a máxima precisão possível, em que atividades os trabalhadores vão poder trabalhar e obter renda depois de concluir os programas de qualificação? (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **PLANFOR-Guia 2001**, Brasília, 2001).

O cenário que se avanta é o do pleno emprego/ocupação, mas como isso será possível sem reajustes estruturais na economia nacional? Será possível a realização deste cenário com um neo-keynesianismo? Parecem ignorar os formuladores do PLANFOR as marcas indelévels que a reestruturação produtiva deixou nos países desenvolvidos, com aumento do desemprego, que tende a se tornar permanente. A internalização desta reestruturação produtiva no Brasil é realizada mantendo e ampliando formas regressivas de exploração do trabalho, por exemplo, trabalho domiciliar, trabalho infantil, trabalho escravo, etc.

Podemos concordar com Amaral (2001), para quem a formação profissional como política de emprego é expressão do domínio do capital na formação profissional, e podemos afirmar que é o domínio do capital na própria formação dos trabalhadores, através das formulações da educação voltada ao trabalho. Isso não representa nenhuma novidade, o que nos interessa é reconhecer esse, como um princípio sob o qual os sindicatos participam da formação profissional dos trabalhadores nos marcos do PLANFOR. Será essa a única possibilidade dos sindicatos participarem da formação profissional? Como podem reformular os sentidos da formação profissional existentes no PLANFOR? A participação, sob os moldes da educação para o trabalho, pode contraditoriamente fomentar o engajamento dos sindicatos na educação do trabalhador, não necessariamente voltada ao trabalho? Por que é importante os sindicatos participarem disso? Essas são questões que fornecem parâmetros para a “leitura” geográfica que pretendemos realizar ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Mas se a formação profissional como política de emprego é uma meta subjacente ao PLANFOR, o plano buscará fomentar um conjunto de práticas e ações, tanto

internamente ao próprio Estado, quanto ao conjunto das entidades que participam diretamente do PLANFOR. Este é o sentido mais amplo que ele adquire, com a pretensão de formular uma nova institucionalidade no país, baseada na qualificação contínua dos trabalhadores.

Para esta nova institucionalidade, o PLANFOR reformulará as responsabilidades entre Estado e sociedade civil quanto à formação dos trabalhadores, pois coerente com as políticas neoliberais de afastamento do Estado das ações diretas na sociedade, deixará para diferentes entidades a responsabilidade pela execução destes cursos, servindo-se como experiência inovadora e estimuladora desta participação.

Para qualificar 20% da PEA ao ano, o PLANFOR precisa articular a capacidade e competência de EP do país – pois não se deve supor que os recursos do FAT sejam suficientes para atingir essa meta, servindo, antes de tudo, como “alavanca” ou “catalisador”, mas não como única nem principal fonte de financiamento. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SEFOR, 1999, p. 27).

A nova institucionalidade em educação profissional deverá ser buscada, segundo o MTE sob as seguintes metas:

- Estado como articulador e fomentador de políticas globais, ficando a execução sob responsabilidade das entidades da sociedade civil;
- Ser uma educação complementar, não substitutiva do ensino médio;
- Gestão integrada no âmbito do Estado, articulando os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego;
- Articulação da rede de educação profissional, formada pela escolas públicas de ensino profissionalizante, escolas privadas, escolas vinculadas às ONG's, entidades empresariais e sindicatos;
- Implantação do sistema de certificação ocupacional, para garantir que o foco na demanda do mercado de trabalho seja atendido;
- Implantação da rede nacional de formação de formadores;
- Reforma do ensino médio, transformando as escolas técnicas públicas em centros públicos de educação profissional, sendo mais flexíveis para atender à demanda fragmentada do mercado de trabalho e com capacidade para incluir os trabalhadores alijados do sistema público de ensino técnico, em parceria com entidades da sociedade civil;

- Reestruturação do sistema S;

Como se observa, as metas são de reformulação e adequação da educação profissional, para ampliação da eficiência no treinamento da mão de obra que o mercado venha a exigir, contando para isso com a participação de entidades da sociedade civil, flexibilizando o treinamento e as responsabilidades do Estado. Sobre este aspecto é importante observar que:

No Brasil, a implementação da reforma do ensino técnico-profissional e do PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) propõe-se a contribuir para o desenvolvimento de uma “nova” institucionalidade que supere o modelo de regulação das relações de trabalho baseado na garantia de direitos individuais e coletivos, para um outro, capaz de garantir uma maior flexibilização das relações trabalhistas e a conquista de direitos através de negociações entre os interlocutores sociais e políticos (FIDALGO, 2001, p.80)

Desta forma, a transformação que se busca na educação profissional está relacionada com as transformações que se desejam nas relações de trabalho, flexibilizando tanto quanto possível os contratos de trabalho, retirando da esfera estatal o controle público sobre as relações de trabalho, conforme discutimos no Capítulo 1. O êxito destas formulações está na compreensão que tanto o capital como o trabalho podem fazer da substituição da institucionalidade corporativista consolidada na ditadura Vargas. De qualquer forma, a proposta de solução negociada dos conflitos trabalhistas tem ganhado respaldo nos setores mais organizados do sindicalismo brasileiro, principalmente com o predomínio de correntes politicamente vinculadas às proposições social-democratas de participação na gestão pública, caracterizada por alguns autores como concertacionismo ou propositivismo. É nesse contexto político interno que o sindicalismo brasileiro pautará sua participação no PLANFOR.

O PEQ/SP foi estruturado já a partir de 1996, atendendo como não poderia deixar de ser, às definições do PLANFOR. Então, o que apontamos anteriormente para o PLANFOR é válido também para o PEQ/SP em suas proposições gerais, e pretendemos apenas ressaltar algumas proposições que consideramos relevantes para o presente texto.

Como peculiaridade, o PEQ/SP apresenta já a partir de 2000 uma estrutura operacional de recorte municipal, com a instituição dos Planos Municipalizados de Qualificação (PMQ), em que as demandas por cursos foram definidas pelas Comissões Municipais de Emprego e uma estrutura operacional de âmbito estadual, Programas Estaduais (PE), cujos cursos foram definidos pelas Instituições de Educação Profissional participantes.

Os objetivos do PEQ/SP estão atrelados aos objetivos do PLANFOR, sendo que o público alvo definido pelo CODEFAT deve ser priorizado: trabalhadores desocupados, pequenos e micro produtores urbanos e rurais, trabalhadores sob risco de desocupação, trabalhadores autônomos, cooperados, auto-gestionados. Todavia, a Secretaria de Estado das Relações de Trabalho, do governo do Estado de São Paulo e a Comissão Estadual de Emprego, elaboraram alguns objetivos específicos, como forma de procurar atender a algumas peculiaridades do Estado.

Avaliar a interface do programa em relação ao mercado de trabalho local identificando sua adequação às necessidades do mercado e à população alvo do Estado;

Avaliar os procedimentos de gestão da SERT em relação à implementação, execução e resultados do PMQ;

Avaliar o papel dos atores sociais na implementação do programa;

Avaliar o processo de seleção dos alunos e das entidades executoras;

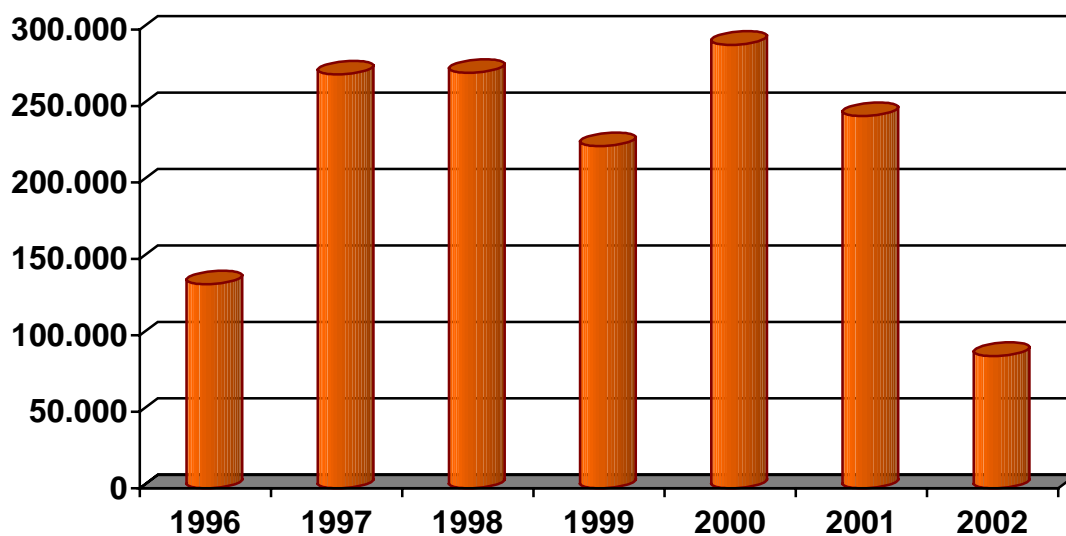
Avaliar o perfil e o desempenho das instituições responsáveis pela execução dos cursos;

Avaliar a adequação do público-alvo em relação às definições do PLANFOR e às necessidades específicas do Estado; tendo em vista as definições de público alvo prioritário do Programa Estadual, e as definições do CODEFAT em relação à preferência de acesso a pessoas vulneráveis econômica e socialmente;

Avaliar os resultados finais do programa, através da pesquisa realizada com egressos; (UNIEMP: 2001, p.5)

No período de 1996 a 2002 foram treinados mais de um milhão e meio de indivíduos, compreendendo tanto os cursos realizados no âmbito do PEQ/SP, como do PLANFOR- Parcerias Nacionais e Regionais, sendo que em 2001 e 2002 houve uma significativa redução no número de treinandos, conforme gráfico 17.

Gráfico 17 - Treinandos no Estado de São Paulo - PEQ



Fonte: Secretaria do Estado das Relações de Trabalho, www.sert.sp.gov.br. Acesso em 13/03/2004.

Essa redução está diretamente relacionada ao esgotamento do modelo de financiamento pelo FAT, pois com as crescentes restrições orçamentárias e redução do mercado formal de trabalho (fonte de recursos para o FAT), os programas sociais são relegados à mera propaganda oficial, e dessa forma, parece ter ocorrido com o PLANFOR.

Em São Paulo a distribuição dos treinandos privilegiou a Grande São Paulo, concentrando pois, quase a metade deles neste período, o que se explica em parte pela própria concentração populacional (Tabela 15).

Tabela 15 – Treinandos em São Paulo, por Regiões Administrativas.**PLANFOR, PEQ/SP.****(1996 a 2002)**

Regiões Administrativas	Treinandos		Regiões Administrativas	Treinandos	
	nºs absolutos	%		nºs absolutos	%
Grande São Paulo	726.807	47,82	Santos	49.359	3,25
Campinas	190.232	12,52	Marília	36.249	2,39
São José dos Campos	106.518	7,01	Bauru	30.729	2,02
Sorocaba	98.136	6,46	Araçatuba	25.201	1,66
Ribeirão Preto	65.141	4,29	Franca	14.173	0,93
Presidente Prudente	57.080	3,76	Barretos	13.589	0,89
São José do Rio Preto	50.995	3,36	Registro	6.007	0,40
Central	49.523	3,26	Total	1.519.739	100,0

Fonte: SERT/SIGAE, 2003.

Segundo informações do Relatório Final de avaliação externa do PEQ/SP, realizado em 2001 pela UNIEMP, que traz informações das ações executadas em 2000 a participação dos sindicatos de trabalhadores correspondeu a cerca de 38% das entidades executoras do PEQ/SP⁶⁵, o que demonstra a ampla aceitação dos sindicatos com os propósitos do PLANFOR, a despeito destes números não revelarem a magnitude dos cursos oferecidos pelos sindicatos, pois a maior presença deles em número de entidades executoras está relacionado também ao grande número de sindicatos existentes.

⁶⁵ Cf. UNIEMP, 2001, p. 36.

CAPÍTULO 4

TERRITÓRIO, TRABALHO E SER SOCIAL

Para compreendermos as transformações recentes do capitalismo, que induziram um conjunto significativo de mudanças na forma de ser da classe trabalhadora, tentaremos apresentar algumas questões que consideramos importantes para as tendências que se vislumbram para o capital e para o trabalho.

Há de certa forma uma concordância entre os intelectuais que se debruçam sobre as mudanças recentes no mundo do trabalho, de que estas transformações estão ligadas diretamente às mudanças do capitalismo, que por sua vez são uma resposta à crise de acumulação vivenciada a partir da década de 1970. Estas mudanças visam a recuperação de um ambiente de lucratividade das empresas, em declínio desde o fim do impulso de crescimento decorrente da recuperação europeia e japonesa no pós-Segunda Guerra Mundial.

Longe de estarem restritas ao processo produtivo, ensejam um conjunto variado de transformações na ordem societal capitalista, que se expressam na dinâmica territorial do capital, seja com a amplificação da área de elaboração estratégica das grandes corporações mundiais, ou no fracionamento da atividade produtiva com a terceirização, que levam a formas espacialmente regressivas na exploração do trabalho, com a utilização da mobilidade crescente do capital para chantagear os trabalhadores na aceitação de menores salários e condições de trabalho.

No mundo do trabalho as transformações implicam em graus variados de insegurança do emprego, que rebatem diretamente na disposição de luta das entidades organizadas da classe trabalhadora, cujas respostas majoritariamente acompanham a trajetória histórica do sindicalismo europeu e estadunidense de concertação social.

No Brasil essa disposição demarca claramente a transmutação do embate trabalhista do final da década de 1970 – transformado rapidamente de embate salarial para contestação da ditadura militar, com potencialidades para alavancar um salto para a organização e compreensão dos trabalhadores como classe antagônica ao capital – para a hegemonia do neocorporativismo e da concertação social nos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro, com a revitalização do sindicalismo pelego em novos patamares de subordinação às exigências do capital, nos moldes que se consolidaram nas centrais sindicais como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGTB), Força Sindical (FS), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e Social

Democracia Sindical (SDS), inclusive com rebatimentos na Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁶⁶.

A economia brasileira acompanhará o ritmo das transformações no capitalismo mundial com o reajuste macroeconômico iniciado com o desastrado governo Collor no início da década de 1990, ampliando a subordinação da economia brasileira e promovendo uma abertura indiscriminada aos produtos importados e adequando o sistema financeiro nacional à nova regulação financeira internacional. Desta forma, a economia brasileira assiste a uma readequação intensa de seu parque produtivo, colocando-o à mercê da concorrência internacional, o que provoca uma corrida das empresas à internalização dos avanços tecnológicos e organizacionais já consolidados nos países desenvolvidos.

Essas tendências aprofundam-se com a implantação do Plano Real a partir de 1993, sob o governo Itamar Franco, em que a estabilidade inflacionária é obtida com a supervalorização da moeda nacional, aproveitando-se da liquidez internacional para compensar o balanço de pagamentos comprometido com o déficit comercial com o exterior. Uma das formas de obter os dólares necessários à manutenção do equilíbrio financeiro é o incentivo ao investimento estrangeiro, obtido em grande parte graças à venda de ativos estatais às grandes corporações transnacionais.

A adequação do Brasil à regulamentação financeira internacional é realizada sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional, que durante o governo FHC condiciona o socorro da entidade à manutenção de um rígido controle dos gastos públicos, priorizando os pagamentos de juros das dívidas, consolidados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um dos efeitos deste reajuste macroeconômico foi a internalização dos ajustes no mercado de trabalho, aumentando sobretudo, a precarização do mercado de trabalho brasileiro, que a despeito da rápida industrialização no século XX estava longe de vislumbrar a condição de pleno emprego vivenciado pelos países da OCDE nos trinta anos gloriosos após a Segunda Guerra Mundial.

Durante o governo FHC o mercado de trabalho brasileiro dualizou-se cada vez mais, de um lado regido pela legislação trabalhista, e de outro, com tendência ao predomínio da informalização do emprego, em grande parte pelo pífio crescimento econômico nacional, mas também como um mecanismo de ajuste à estabilidade monetária e inflacionária, restringindo as possibilidades de reajuste salarial neste período, ao mesmo tempo em que consolidava este “modelo” de flexibilidade do mercado de trabalho.

⁶⁶Neste sentido é importante lembrar as contribuições de Santos 2003 (a) e 2003 (b), Bernardo (2000), e Thomaz Jr. (2000).

Teremos oportunidade de aprofundarmos este debate em momento posterior, principalmente em relação aos impactos destas mudanças na luta de classes, no plano da organização dos trabalhadores.

O que nos interessa nesse momento é contextualizar alternativa que o Estado brasileiro apresentou aos trabalhadores de inserção no mundo do emprego formal, que tem como concretude o PLANFOR e sua continuidade com o PNQ.

A adaptação da força de trabalho brasileira aos novos paradigmas produtivos foi apresentada como uma das justificativas para a construção do PLANFOR, consolidando projetos e propostas que vinham sendo realizadas desde o governo Collor, com a preocupação de adequarem tecnologicamente as empresas nacionais e instituir regramentos compatíveis para o capital mundializado. Dessa forma a força de trabalho no Brasil também deveria ser adequada a atender aos desígnios da qualificação profissional requerida, que como veremos mais à frente, será tentada tanto através do Ministério da Educação como através do Ministério do Trabalho e Emprego, durante o governo FHC.

Essas mudanças são consoantes às transformações no capitalismo, que encerram um período de crescimento relativamente estável das economias dos países desenvolvidos, com simultânea emergência de alguns novos países industrializados ao rol de economias com algum grau de inserção nas transações internacionais.

Articulam-se as determinações gerais das transformações no capitalismo com as particularidades da formação espacial brasileira, em que a industrialização tardia e a subordinação, através do balanço de pagamentos, perfazem parâmetros importantes, porém não exclusivos, da forma como se internalizam as mudanças globais do capitalismo⁶⁷.

Portanto, com o reordenamento do capital em suas diferentes manifestações, em resposta à crise profunda vivenciada com o modelo de acumulação baseado na expansão da demanda, assistimos a transformações importantes na própria sociabilidade que o capitalismo enseja, com implicações no plano da luta de classes, através de formas ofensivas de captura da subjetividade operária ao projeto civilizatório do capital.

Tendo como um de seus componentes de controle mais eficazes a hegemonia sobre o território, pode o capital operar com desenvoltura sua estratégia de acumulação, realizando-a sob as circunstâncias de operacionalização do território mundial, se não em sua totalidade, com certeza tendo-o como perspectiva cada vez mais presente, embora sendo contraditado em parte pela existência dos Estados nacionais.

De qualquer forma, o capital em sua crise estrutural evidencia os limites de seu projeto civilizatório, pois carrega em sua lógica uma nefasta necessidade de acumulação ampliada e desenfreada, que transmuta-se em uma constante capacidade destrutiva.

Está na raiz da crise esta lógica destrutiva, portanto não se trata de uma crise de um determinado tipo de acumulação do capital, mas da própria crise do capital que foge da capacidade de controle constituído nas últimas décadas, e se manifesta cruelmente em várias partes do planeta, inclusive nos próprios países desenvolvidos. Não se pode de nenhuma forma acreditar que o momento atual seja mais ou menos regressivo do que há um século atrás, pois ainda requerem-se estudos com amplitude mundial para estabelecermos alguns parâmetros de análise⁶⁸.

De forma geral as produções acadêmicas que analisam a história do capitalismo no período do pós Segunda Guerra Mundial, qualificam exageradamente o período como os Anos Gloriosos, ignorando a articulação necessária do relativo “sucesso” do desenvolvimento capitalista da Europa Ocidental e Japão, com a pauperização de amplos territórios no planeta, como América Latina, África e Ásia.

Antes de aprofundarmos a análise sobre o caráter da crise capitalista recente, tentaremos esboçar algumas questões que perfazem a lógica destrutiva do capital, com o intuito de fornecer subsídios para a compreensão dos efeitos nefastos que a dinâmica capitalista enseja na sociedade, articulando a destruição de formas e regulações sociais, tanto não-capitalistas como as relações capitalistas que se tornaram arcaicas para o padrão de acumulação, com a recriação de relações não capitalistas em lugares diferentes⁶⁹. Além disso, depara-se o sistema sócio-metabólico do capital com as limitações impostas pela finitude dos recursos naturais, e que a despeito disso não freiam as atividades econômicas destruidoras do meio ambiente do homem.

⁶⁷ É importante ressaltar as contribuições de Oliveira, A. (1998), Fiori (1998 e 2001), Santos e Silveira (2001), Moreira (1985) e Gonçalves (2002).

⁶⁸ Podemos encontrar na bibliografia algumas indicações consistentes sobre análises globais, ver Bihl (1998), Mészáros (2002, 2003), Chossudovsky (1999), Chesnais (1996) e Salama (1999).

⁶⁹ Cabe menção aqui às obras de Martins, J.S. (1995), Oliveira, A.U. (1991) e Thomaz Jr. (2000 e 2003)

4.1 A Lógica Própria do Modo de Produção Capitalista: a Destruição da Humanidade e do Ser Social

A forma de ser da sociedade capitalista é portadora de uma lógica auto-destrutiva que submete a totalidade das relações sociais à sua dinâmica societal, o que implica em extrair das potencialidades humanas aquilo que for necessário para a produção/reprodução do capital, não importando qual a sustentabilidade ambiental e humana de sua dinâmica⁷⁰.

É necessário que se realize produção/reprodução do capital, objetivando o acúmulo ampliado deste, já que é essa a condição de manutenção dos capitalistas individuais enquanto tais, ou seja, que tenham condições de investimento em ampliação da produção, com redução de custo e/ou melhora da qualidade, para a conquista de mercado, sob pena de serem ultrapassados pelos capitalistas concorrentes.

A face desta destrutibilidade é a face da depredação da natureza, o que implica na predação da natureza do homem, e o torna prisioneiro do leviatã criado por sua própria sociedade, que por sua vez não se restringe a uma sociedade genérica, e sim dividida em classes sociais que se sobrepõem na dominação da burguesia sobre o trabalho, fato necessário para extração do valor exclusivamente criado por este.

Esta crescente incorporação do ser social aos desígnios da reprodução ampliada do capital molda o homem do capital, num estranhamento radicalizado no próprio estranhamento do trabalho, que o fragmenta em seres definidos pela inserção de sua existência no plano da circulação do capital, tirando-o da esfera da produção de si mesmo para ser reconhecido como ser identificado enquanto classe de consumo que sua renda lhe permite. O trabalho passa a ser confundido com o emprego, como se não fossem dimensões antagônicas da realização do ser social (o trabalho) e da realização do capital (emprego como possibilidade de consumir).

O trabalhador que emerge desta lógica mercantil tem na sua atividade laboral o fim último de sua identificação como trabalhador, ainda mais evidente com a padronização e especialização decorrentes da taylorização e do toyotismo. Isto é visível não apenas no labor manual, mas também de uma forma generalizada nas mais diferentes parcelizações do trabalho.

⁷⁰ Ver Bihr (1998), Foladori (2001) e Thomaz (2000)

Este é um referencial importante para deitarmos os olhos sobre a formação profissional como sendo um processo contínuo de constituição de diferenças entre os trabalhadores, que a despeito de serem constitutivas do próprio processo de trabalho capitalista, implicam em delimitações importantes para a compreensão das profissões, como sendo momentos do trabalho, e portanto, dos profissionais como trabalhadores parcelares, mas potencialmente constitutivos da classe trabalhadora.

A necessidade do capital em transformar continuamente o processo produtivo para manutenção de sua lucratividade, impõe também a necessidade de reformular continuamente as bases de formação do trabalhador para movimentar a produção. Dessa forma a acumulação flexível impele para um trabalhador de novo tipo, baseado na incorporação em um trabalhador individual das forças e conhecimentos do trabalhador coletivo, ou seja: “[...] não querem mais um trabalhador coletivo combinado, mas um trabalhador que seja a síntese da combinação de diversas operações parciais” (Teixeira: 1995, p. 111).

O novo trabalhador coletivo é refeito a partir das determinações que recaem sobre o trabalho abstrato, redimensionado segundo o paradigma da acumulação flexível, sem romper definitivamente com o padrão taylorizado, como já vimos anteriormente. Isso se faz através da captura da subjetividade do trabalhador, seja através do processo de trabalho ou através das estruturas sociais construídas sob as determinações do capital, como a escola, o que mantém o trabalhador alheio à sua condição exploratória, “naturalizando” a relação capitalista como sendo a fonte de seu trabalho e não o oposto.

O que temos é a própria consolidação, já a partir do momento da formação do trabalhador, das atividades laborais pré-definidas nas escolas profissionalizantes. Há, pois, a necessidade da divisão entre os saberes que o trabalhador deverá desenvolver ao longo de sua carreira profissional, à medida que amplia sua escolaridade. Maior especialização acompanha sua educação profissional, que por fim está intimamente ligada à própria divisão na produção do conhecimento com a disciplinarização do conteúdo escolar.

Rompe-se a unidade do trabalho, enquanto protoforma do ser social, enquanto determinante da humanidade do homem, como meio de estabelecer sua capacidade criativa na relação com a natureza, saltando do domínio da mera intuição, para a pré-ideação e objetivação

Esta é uma condição fundamental do domínio do capital sobre o trabalho, pois transmuta a necessária relação metabólica do homem com a natureza, que se dá no plano ontológico com o trabalho, com uma relação que tem interposto entre o homem e a natureza,

o capital como empreendedor do trabalho, como a força histórica do desenvolvimento humano. Porém, esta condição não é realizada sem um custo alto para a humanidade, já que à finitude da capacidade de exploração do trabalho e à finitude dos recursos naturais, não há utopia do capital que seja capaz de sobreviver à sua sanha exploratória/destrutiva.

No processo de transformação do capital sobre as relações pré-capitalistas, a revolução industrial, que marca o início da hegemonia capitalista sobre a produção, intensifica as separações entre a natureza e o trabalho, entre população e trabalho, e por conseqüência separa população e força de trabalho, procurando tratá-los enquanto elementos distintos e distantes um do outro.

Essas separações são fundamentais para o capital impor sua forma de ser, pois através delas subverte a relação do homem com a natureza, dominando o trabalho e fazendo dele os grilhões do trabalhador.

Trabalho então passa a ser o processo da transformação da natureza pela força de trabalho, numa clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais. (Moreira: 2001, p.11)

Com o domínio do capital sobre o processo de produção, passa-se a alterar a lei do metabolismo ambiental, levando-o a ser determinado pela lei do valor, o que transforma o trabalho, de relação ontológica do homem com a natureza, em uma relação técnica, destruindo a unidade que o trabalho faz entre o ser social e o meio.

O trabalho é então o trabalho abstrato, fonte de estranhamento. A alienação passa a ser não só em relação ao seu resultado, mas sobretudo em relação ao seu processo, ou seja, o trabalhador não tem alienado apenas o produto que realiza, pois de certa forma todo resultado de trabalho é alienado em relação ao próprio trabalhador, porém isso sob o capital é feito desde o início do processo de produção.

O homem é força de trabalho e a natureza é transformada em recursos naturais, eis o resultado das separações que o capital impera, refletindo na forma como o homem e a natureza serão estudados na Geografia e nas ciências de uma forma geral.

A geografia do trabalho no mundo é profundamente alterada, o caráter local dos meios técnicos na era pré-industrial passa a ser progressivamente global. O caráter metabólico do trabalho transmuta-se em mudanças na dimensão espacial, com os territórios sendo incorporados e articulados pelo comércio e pela produção capitalista, estimulando posteriormente a criação de Estados nacionais, primeiramente na América, depois na África, Ásia e Oceania, como os instrumentos necessários para o controle social do capital.

Com a revolução industrial, a dimensão intra-natural do metabolismo praticamente desaparece, reinando o metabolismo do capital no planeta, com o trabalho sendo dividido e fragmentado em todas as escalas; da sua divisão técnica nas fábricas à sua divisão territorial, incorporando nesta lógica fragmentária a totalidade social, que passa a depender exclusivamente do emprego capitalista para sobreviver e fica à mercê da mobilidade do capital, que ora implanta determinadas atividades em alguns locais, ora as transfere para territórios em que a acumulação é mais vantajosa.

O trabalho é para o homem a liberdade em relação à natureza, tornando-o capaz de suplantar as limitações impostas pela evolução da espécie, porém essa liberdade é tolhida pelas determinações históricas que o impedem de se tornar senhor de seu próprio destino. Essa apropriação da natureza é historicamente determinada no meio social em que vive. Com o capitalismo, esse meio social impõe a necessidade da acumulação de capital como fim último da humanidade, aprisionando o trabalho neste objetivo.

As forças que fizeram emergir o capital como processo civilizatório na Europa, e posteriormente no planeta, propugnam uma ruptura importante para o desenvolvimento ulterior do capitalismo, que está relacionada à forma como o homem retira do meio, através do trabalho, os recursos necessários à sua vida. Não mais se limitará o homem, com o capitalismo, a produzir meramente o suficiente para seu consumo (mesmo que isso seja indiretamente vinculado às formas pré-capitalistas de produção mercantil), pois passará a ter como necessidade que o trabalho executado seja capaz de produzir excedente, em proporções crescentes, com o avanço da maquinofatura e de técnicas organizacionais.

Isto foi possível através da disjunção da necessidade com a produção da riqueza⁷¹, em que as necessidades humanas estão sob o crivo da mercantilização capitalista, e como isso não basta para a produção capitalista, faz-se necessária a criação artificial de necessidades e a perpetuação destas necessidades em níveis desigualmente distribuídos pela sociedade e pelo espaço, ou seja, enquanto necessidade podemos vislumbrar desde a *internet* para um francês ou estadunidense médio, até o acesso à água potável na Somália.

De qualquer forma o importante para a realização do capital é a manutenção das necessidades, quer seja realizando a sua satisfação de forma desigualmente distribuída, quer seja com a criação artificial destas.

⁷¹ Mézáros (2002), pontua essa disjunção como o momento do domínio do capital sob a produção, desvencilhando parcialmente a produção das necessidades sociais.

Sem dúvida essa interpretação abre possibilidades para o questionamento da insuficiência no capitalismo, em atender na plenitude, as necessidades de sobrevivência de parcelas significativas da população mundial.

Esta incapacidade está intimamente ligada aos objetivos da produção capitalista, que se voltam para atender aos desígnios de sua reprodução ampliada, esse caráter “egoísta” da produção.

Ou nas palavras de Mészáros (2002):

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolhiam seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela. (p.606)

A esfera da necessidade foi progressivamente sendo substituída pela lógica imanente de produção para a acumulação, para a reprodução ampliada de capital (de trabalho não pago) esse efeito radical de inversão na valoração social transforma o trabalho.

A partir do momento em que o circuito de realização do trabalho tem por finalidade uma produção estranhada ao produtor, já que a alienação própria da atividade laboral impõe uma exterioridade ao resultado da prévia ideação, consubstanciada no produto do trabalho, o trabalho torna-se fonte de disrupção no ser-que-vive-do-trabalho em relação a si mesmo e em relação à natureza; superado o limite da necessidade imediata. O capitalismo pôde impor sua forma de ser ao trabalho, retirando da potencialidade criativa humana as condições para a ampliação da produção e da produtividade, com o que pôde vencer os obstáculos das produções não-capitalistas ao redor do mundo, durante os séculos XVIII e XIX.

A subordinação do valor de uso ao valor de troca impôs ao trabalho esta mudança radical, que se por um lado estimulou o potencial criativo humano retirando-o do domínio das limitações naturais imediatas, por outro lado fê-lo através da consolidação de uma eterna desigualdade na condição do ser social, discriminando-o em relação às possibilidades de emancipação do gênero humano, a humanidade acrescenta às limitações naturais imediatas as limitações das classes sociais.

O domínio do trabalho abstrato – criador de valores de troca – sobre o trabalho concreto - criador de valores de uso, acontece sob um violento sistema de controle social que busca impedir qualquer forma de superação destas limitações sociais, e esse

sistema requer o domínio e controle do território e da dinâmica territorial subjacente aos movimentos do capital e do trabalho.

A subordinação do trabalho concreto ao trabalho abstrato é fundamental para o capitalismo, pois é através desta subordinação que o capital impõe ao trabalho o controle sobre a quantidade produzida e a forma de fazê-lo, pois se restrito ao trabalho produtor de valores de uso, a acumulação ampliada não pode se realizar. O capitalismo já teria esgotado sua possibilidade de reprodução.

As determinações que fazem o trabalho sob o capital viver sob a dimensão do trabalho abstrato são descritas por Teixeira (1995) sob cinco aspectos: 1) A redução dos diferentes trabalhos concretos a um trabalho uniforme, qualitativamente idêntico; 2) A indiferença do trabalhador diante do tipo de trabalho que realiza; 3) A transformação do trabalho num simples meio de produção de riqueza; 4) O trabalho passa a ser uma fonte de exploração; 5) O trabalho torna-se uma fonte de desumanização do homem.

O capital não trata meramente como separados *valor de uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor de troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último. Como já mencionado, na sua própria época e lugar, isto representou uma inovação radical que abriu horizontes antes inimagináveis para o desenvolvimento econômico. Uma inovação baseada na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 660)

Essa é uma condição imprescindível de acumulação do capital, já que a necessidade passa a existir sob o crivo da necessidade para ele, embora obviamente a mercadoria não possa descartar sua utilidade efetiva para quem a consome, daí a aposta efetiva na individualização crescente do consumo, como uma estratégia de manutenção do nível deste adequada à acumulação ampliada.

Essa tendência da taxa de utilização decrescente é um instrumento fundamental, para ampliar a sobrevida do sistema do capital, postergando o colapso do consumo *necessário* para o capital.

Porém isso, contraditoriamente, afeta negativamente o desenvolvimento capitalista sob três dimensões, conforme Mézáros (2002).

1. Em relação aos bens e serviços a utilização decrescente só é possível com a obsolescência planejada dos produtos, criando usos individualizados e

estimulando o desperdício generalizado do uso de bens e serviços, porém essa estratégia é limitada pela capacidade de consumo dos indivíduos;

2. Fábricas e equipamentos que apresentam como manifestação desta tendência, a subutilização crônica, necessitando serem substituídas pela inovação tecnológica, sem terem mesmo alcançado a compensação pelo investimento realizado, neste caso o Estado assume deliberadamente o ônus da inovação, quer com subsídios diretos, quer com o financiamento da pesquisa básica e de cunho tecnológico;

3. O uso declinante da força de trabalho socialmente disponível, que se manifesta como “desemprego estrutural”, a economia de trabalho vivo, que é fundamental para o ciclo de acumulação ampliada do capital, intensificando a extração da mais-valia. Como a força de trabalho não é apenas mercadoria, mas encontra-se diretamente vinculada à massa de consumidores, o capital encontra nesta contradição um elemento explosivo de sua condição, pois lhe escapa o controle absoluto das condições de exploração do trabalho socialmente disponível, incapaz que é de absorvê-los integralmente no circuito da reprodução, tendo que recorrer ao Estado como instrumento de controle das tensões sociais, executando as políticas estatais compensatórias, tão ao gosto neoliberal nas últimas décadas;

A conjugação destas três dimensões oblitera a apologia da sustentabilidade do sistema, sendo o ônus de seu desenvolvimento a permanente periculosidade, pois no momento do êxito das estratégias de perenizar o crescimento da acumulação, anulam-se seus baluartes pelas contradições acima apontadas. Não pode o capital requerer da sociedade mais do que ele já extrai, sob pena de perecer sob sua regressividade a civilidade que é seu substrato de existência, o caos que o capital gestiona em seus princípios necessita ser mantido enquanto potencialidade, sob o risco de destruição da civilização.

Em suas contradições o capital não é somente inovador, não atende exclusivamente às formas construídas sob sua perspectiva, como o assalariamento ou o processo de trabalho, mas reitera quando necessário o retorno de formas anteriores de produção.

O capitalismo sobrevive re-introduzindo, e de maneira crescente, todo tipo de relações pré-capitalistas de produção, trata-se de um modo de produção inteiramente reacionário que ameaça hoje até as conquistas sociais obtidas nos primórdios do movimento sindical. (COGGIOLA, 1995, p. 135)

Este é o fardo que o sistema sócio-metabólico do capital carrega para si. Não podemos pensar na sua permanência sem se levar em consideração a constituição de um poderoso sistema de controle social extra-econômico, e mesmo esse sistema deve ser flexível o bastante para se acomodar à própria dinâmica do capital e à luta de classes e ao mesmo tempo ser consistente para resistir às contradições que emergem de seu funcionamento.

Enquanto totalidade social, o capital necessita redefinir os meandros da sociabilidade, subvertendo relações pretéritas - mesmo que recheadas de sentidos para os indivíduos - que não se prestam aos seus desígnios. Desta forma, as constantes mudanças no processo produtivo capitalista do século XX, alteraram substancialmente a forma como os trabalhadores operam seus empregos, não só pelas alterações técnicas do processo, mas fundamentalmente pelas transformações espaciais do trabalho⁷², que perfazem um conjunto amplo de relações, mas que definem como os trabalhadores se relacionam entre si, como indivíduos e como classe social.

A destruição de carreiras profissionais é uma constante ao longo da história do processo de trabalho capitalista, geneticamente ligada à necessidade de transformações que o capital exige para a acumulação ampliada. Mais recentemente apregoa-se a própria inevitabilidade da extinção das carreiras profissionais, com a constituição do exército industrial de reserva altamente qualificado para exercer toda e qualquer atividade no âmbito da produção capitalista.

Em breve teremos oportunidade de retomar esse assunto sob o crivo da discussão sobre a crise capitalista e sua operacionalidade para as transformações no mundo do trabalho.

Neste momento, o que nos interessa é ressaltar os princípios fundamentais da lógica capitalista de tornar mercadoria todos os fatores que integram a produção capitalista, assim como os meandros das relações sociais de sua reprodução, pois essa é a forma de circulação do capital, e quanto mais circuitos sociais se integram à lógica mercantil, maiores são as oportunidades de acumulação desse sistema.

Dessa forma, a transformação em mercadoria de diversas relações sociais e de diferentes objetos de uso do ser humano consiste na redefinição da própria necessidade.

⁷² Harvey (1999) procura demonstrar a relação entre as transformações do capital e a organização espacial, com especial destaque para as mudanças induzidas no processo de trabalho e que rebatem diretamente na formação espacial, como por exemplo, a flexibilidade na produção e a cultura pós-moderna ensejando prédios inteligentes, capazes de serem flexíveis no uso e na administração.

O Capital define “útil” e “utilidade” em termos de vendabilidade: um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca. (MÉSZÁROS, 2002, p. 661)

O predomínio da lógica produtiva de valores de troca caracteriza as relações sócio-metabólicas do capital e impõe à humanidade uma relação destrutiva, já que é necessário essa mercantilização para a realização da auto-reprodução ampliada. Porém, ao realizar tal redução da totalidade social promove a generalização do desperdício como valor social, o que é ainda insuficiente para a superação das contradições do sistema sócio-metabólico do capital como vimos acima.

É auto-destrutiva, pois está centrada numa relação violenta que extrai do homem a virtualidade do trabalho como fonte de criação de sua humanidade, o que equivale dizer numa alienação estranhada com o homem e com a natureza.

Pelas condições de auto-reprodução do capital, impondo o imperativo da lucratividade crescente e limitado pelas contradições internas de sua racionalidade, o desenvolvimento capitalista é perdulário, portanto, sujeito aos declínios cíclicos de crescimento econômico, porém isso acontece sob uma crescente capacidade de articulação do território mundial, e simultaneamente, sofrendo com as crises periódicas que o acometem⁷³. Em parte decorrente da insuficiente sustentabilidade da acumulação ampliada ocorrer indefinidamente, em que a taxa decrescente de utilização das mercadorias depõe contra a auto-regulação do capital, apregoada pelos sacerdotes liberais, e obviamente também em decorrência da própria luta de classes que demarca em sua dinâmica os limites da exploração do trabalho.

A fase mais recente do capitalismo, inaugurada com a expansão desenfreada do capital financeirizado pelo mundo, inclui uma capacidade de destruição do planeta em várias dimensões. A emergência desse ritmo de acumulação financeirizado significa um certo descolamento com as necessidades de produção material para o ciclo de acumulação, porém isso não significa uma redução ou manutenção dos níveis de dilapidação dos recursos naturais e da poluição decorrente das atividades produtivas. Ao contrário, o que assistimos é uma planetarização da destruição, com a exportação de indústrias poluentes dos países desenvolvidos rumo aos países que compõem a periferia do sistema.

Embora já seja suficiente para asseverar a capacidade destrutiva do capital, os problemas ambientais não são a única expressão desta capacidade, pois a isso se soma o

⁷³ Ver: Alves (2000), Mézáros (2002), Braga (1996), Beinstein (2001)

contingente cada vez mais expressivo da população que não tem condições de garantir sua existência com sua atividade laboral, ficando dependente do assistencialismo em suas várias escalas e tipos. Como vimos anteriormente, a relação da força de trabalho enquanto fator de produção submetida à lógica da taxa decrescente de utilização das mercadorias.

Essa é a demonstração cabal de que após a destruição das possibilidades de desenvolvimento “fora” da lógica do capital, com a incorporação crescente de territórios e sociedades por ele, instituindo sua norma social em todos os cantos do planeta, não há a possibilidade de manutenção desta exploração para a totalidade dos trabalhadores, ficando estes excluídos da possibilidade de desenvolverem trabalho autônomo ao capital ou o trabalho sob o capital.

Entre outras coisas, a expansão espacial do capital não deixa outra opção para a realização do trabalho, sendo obrigatória a formatação deste trabalho à lógica de acumulação do capital, com a expropriação da mais-valia dos trabalhadores, mesmo quando não estão diretamente submetidos ao assalariamento, como provam os diferentes mecanismos de extração de mais-valia e renda da terra dos produtores rurais integrados.

Obviamente que isso significa uma situação bastante explosiva para o capital, já que ao excluir essa massa de trabalhadores do acesso ao mercado de trabalho, diminui consideravelmente as dimensões do mercado consumidor.

Porém, isto não encerra sua capacidade destrutiva. Talvez o exemplo mais concreto desta capacidade seja a hipertrofia que o complexo militar-industrial adquiriu, ganhando certa “autonomia” em relação à própria lógica econômica, já que em muitos países esses gastos significam um insustentável déficit das contas públicas, inviabilizando, principalmente nos países pobres, a promoção do desenvolvimento econômico-social.

Podemos escolher se esta é a expressão mais cruel da face destrutiva do capital, pois emerge desta condição a possibilidade concreta de destruição do planeta, no momento em que a intervenção estadunidense no mundo vem se tornando mais semelhante com o imperialismo europeu dos séculos XIX e XX, denunciando as limitações dos Estados nacionais como “entes” da territorialidade mundializada do capital.

Sem dúvida os EUA centralizam o tipo de ação mais contundente em termos de defesa de sua via de desenvolvimento capitalista, baseado na consolidação das grandes corporações transnacionais sediadas em seu território, no domínio do dólar como equivalente monetário internacional de troca, no controle das principais instituições internacionais e no poderio militar incontestado de suas Forças Armadas, e do poder de persuasão do centro de inteligência e do Estado Maior, sendo cada vez mais utilizada segundo seus interesses, não

havendo mais tanta necessidade de buscar justificativas inteligentes para sua ação, como no exemplo recente de ataque ao Iraque e as perspectivas de ataques ao “Eixo do Mal”, como se não bastasse a chacina no Afeganistão.

O que expusemos acima são apenas efeitos sentidos da destrutibilidade do capital e as razões dessa destruição estão na sua própria lógica interna, pois está centrada na mercadoria e na valorização do capital. Isto pode ser expresso na incapacidade crônica deste sistema em prover parcelas crescentes da população de necessidades básicas de uma vida digna, cheia de sentidos, o que inclui alimentação, moradia e segurança.

Sua força destrutiva está no cerne de sua relação metabólica com a natureza, que portanto prescinde da subjugação do trabalho aos ditames da valorização do capital.

Essas condições perfazem a lógica própria do capital, que se expressa no caráter cíclico de suas crises, cujos resultados são a derrocada de marcos regulatórios que permitiram a sustentabilidade da acumulação ampliada por um certo período. Buscaremos nas páginas seguintes trazer alguns elementos do debate sobre a crise estrutural do capital e os seus efeitos (e das alternativas capitalistas para postergarem seus limites estruturais) no mundo do trabalho, especificamente sobre os condicionantes da formação do trabalhador para o trabalho sob o capital e a reação sindical, já que o PLANFOR é uma tentativa de adequação da mão de obra à simultânea condição de inovações técnicas no trabalho e ampliação da precarização do emprego.

4.1.1 - A Crise Estrutural do Capital

O capital apresenta em sua evolução histórica um permanente estado de crise, quer pela insuficiência de acumulação para os capitalistas, quer pelos limites da exploração do trabalho, além disso, mais recentemente ficou explícito que podemos agregar a tais componentes da crise, os limites ecológicos da produção capitalista, ou seja, a insustentabilidade ambiental do capitalismo⁷⁴.

O caráter cíclico em que se expressa essa crise não nos deve levar a uma compreensão de que ela seja capaz de perdurar infinitamente, pois as alternativas conjunturais

⁷⁴ Neste sentido o debate apresentado por Bihr (1999) nos remete diretamente às dificuldades de compreensão da crise ecológica com a lógica própria do capital, provocando muitas vezes um debate surdo entre ambientalistas e socialistas, que ou enfatizam a perspectiva ambientalista – desprovido da perspectiva classista e anticapitalista – ou enfatizam a perspectiva obreirista que luta pela ampliação do emprego e crescimento econômico a despeito dos limites ambientais.

de solução para os capitalistas requerem uma desvalorização brutal do capital em suas várias formas.

Como vimos anteriormente a taxa decrescente de utilização das mercadorias gera uma cultura do desperdício, que por sua vez é uma das principais contradições que o capital encontra para sua realização, à medida que se torna necessário para o sistema sócio-metabólico do capital a preservação de uma elevação contínua do consumo para realização de sua valorização crescente, porém como o valor de troca é limitadamente capaz de subsumir o valor de uso, pois nem tudo o que se cria como mercadoria, pode verdadeiramente se tornar um bem necessário, “essencial” vale dizer, como muitos produtos se tornaram (automóvel, telefone, geladeira, etc.). Além disso, outro limite importante é o fato da força de trabalho ser simultaneamente consumidora de mercadorias, o que agrava a capacidade auto-destrutiva do capital com o avanço das forças produtivas.

Esta é a razão profunda do caráter perdular do crescimento econômico capitalista, pois à medida que os capitalistas individuais investem na capacidade produtiva, ampliam a produção alcançando mais rapidamente o esgotamento da demanda, simultaneamente à intensificação da exploração do trabalho que diminui a parcela da mais-valia retida pelos trabalhadores.

Segundo Brenner (1999), a crise é derivada do caráter intrínseco do capital, em que sua lucratividade é limitada pelo excesso de capacidade e de produção, e as manifestações da natureza desta crise podem ser evidenciadas pelo seguintes aspectos: 1) o deslocamento de capital para as finanças foi decorrente da incapacidade da economia real de proporcionar uma taxa de lucro adequada; 2) a alavancagem das políticas neoliberais só ocorreu depois do esgotamento do keynesianismo; 3) a restrição de crédito e o equilíbrio orçamentário tem sua gênese na lógica de redução do crescimento da demanda para promover a recuperação da lucratividade, através do aumento do desemprego (diminuição do crescimento salarial) e rearranjo das empresas visando a mantê-las de custos baixos e lucros altos (aumento da taxa média de lucro); 4) a adoção das políticas neoliberais teve um papel crucial na transição dos problemas de lucratividade de longa duração para a intensa crise atual.

A crise capitalista é decorrente, portanto, da contradição entre a lógica expansiva, inerente ao capital, e os limites à essa expansão, portanto, sempre que o crescimento econômico não se efetiva assistimos a crise do sistema. Orientado que está para o crescimento permanente, tal característica deve-se à necessidade de reprodução ampliada do capital para a manutenção (no mínimo é isso que espera um capitalista) da taxa de lucro,

decisões que são tomadas pelos capitalistas individuais, mas que impelem para que o sistema econômico capitalista tenha a necessidade de que sua acumulação seja sempre ampliada em relação ao momento anterior.

Toda essa capacidade de acumulação está baseada na subordinação do trabalho vivo à lógica produtiva capitalista, e isso é tão verdadeiro quanto a necessidade de controle sobre o trabalho vivo, já que essa subordinação é feita contraditando os interesses e necessidades do trabalhador. É isso o que faz da sociedade capitalista uma sociedade de classes, e articula sua necessidade de manutenção (ou crescimento) da taxa de lucro com a inovação tecnológica e exploração da classe trabalhadora.

O estranhamento e a divisão social parametrizam os interesses e necessidades do trabalhador, moldando-os sob as necessidades que podem ser também do interesse do capital em sua totalidade, como por exemplo a demanda por aumento salarial, que na perspectiva do capitalista é algo nefasto, mas é algo fundamental para a reprodução ampliada do sistema do capital.

O parcelamento do trabalho, que é algo anterior ao próprio capitalismo, é levado ao extremo a partir da irrupção do sistema do capital, intensificando-se com o taylorismo, e este é um instrumento primordial para o controle do capital sobre o processo produtivo, que se desdobra em controle sobre o trabalho, já que a parcelização das atividades obreiras é realizada sob a direção da acumulação capitalista, que articula os meios necessários para a produção, ficando os trabalhadores com conhecimento apenas parcial de todo o processo produtivo, reificando a relação capitalista, como se sua própria existência dependesse do capital.

Sua lógica expansiva encontra limites internos à sua própria racionalidade, pois não é capaz de estabelecer estratégias de longo prazo para sustentar a acumulação ampliada, o que certamente só o faz através da coerção extra-econômica exercida pelo Estado capitalista, que supre o capitalista privado das condições básicas para o desenvolvimento tecnológico até a regulamentação do sistema financeiro internacional, que mantém lucrativas as atividades produtivas moribundas das grandes corporações. Isso é particularmente visível na constituição do Estado de Bem-Estar Social, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A acumulação ampliada é predatória dos recursos para a sustentação do sistema social. Isso vale para os recursos que sustentam a própria ordem da reprodução metabólica do capital, inclusive o próprio homem, que na referida ordem é reduzido a fragmentos unilaterais, ora consumidor, ora fornecedor de força de trabalho.

Por essa razão, somente através de um sistema poderoso de controle social, o capitalismo pode resistir, pois esse sistema consolida-se com a construção do Estado e por mais que a apologia liberal sustente a eliminação da participação estatal na economia, isso não pode de fato ocorrer, sob pena de redução drástica da capacidade de acumulação do capital.

Onde quer que se apresente a ordem liberal como substituta do Estado keynesiano, não se pode atribuí-la senão como alternativa momentânea e muito parcial para a “superação” da crise de crescimento econômico. O Estado mínimo apregoado não é senão uma peça fantasiosa da propaganda capitalista, ainda mais quando se justifica a manutenção do Estado apenas e tão somente para atendimento de demandas sociais a que o capitalismo não é capaz de atender. A própria hipertrofia financeira de que nos fala Chesnais (1996) tem na dívida pública e nos tesouros nacionais um sustentáculo fundamental das atividades financeiras, que perfazem parcelas consideráveis do lucro empresarial, como vimos anteriormente.

De qualquer forma o Estado é imprescindível para a constituição de um sistema de controle social para manutenção da ordem reprodutiva do capital, e as iniciativas que formulam a necessidade de diminuição do Estado apenas o fazem pela impossibilidade de se realizar a tendência expansiva do capital, e deve então requerer que o Estado transfira atividades para o setor privado acumular capital. Porém, isso é feito às custas de um tremendo rasgo no tecido social, quer seja nos países desenvolvidos em que os trabalhadores conheceram uma certa segurança no emprego, com melhoras substanciais na qualidade do consumo, quer seja nos países da periferia, em que o Estado aparece como a alternativa mais plausível de investidor de longo prazo e garantidor das condições mínimas de sobrevivência para o próprio sistema econômico.

Vivemos atualmente a crise da ordem social que buscou regular as tendências destrutivas do capital, consolidadas no Estado do bem estar social que conformou tanto o capital quanto o trabalho, através de institucionalidades definidas *a priori* como politicamente aceitáveis e desejando retirar do conflito a radicalidade das contradições. Esta configuração do Estado está atrelada às formulações keynesianas que, em conjunto com o fordismo/taylorismo, procurou estimular a demanda através de políticas públicas que garantissem a manutenção da renda dos trabalhadores.

Nas análises que se fazem sobre a constituição do *welfare state* é comum a negligência com a articulação global que o capitalismo executa, com mais intensidade a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pois não é sem motivos que a consolidação do keynesianismo nos países desenvolvidos se deu simultânea com o desenvolvimento de países

recém-industrializados com concomitante abertura de novos mercados e expansão da produção fabril pelo mundo. Portanto, creio ser necessário ampliar a análise que se faz deste período do desenvolvimento capitalista, retirando a exclusividade do desenvolvimento nos países desenvolvidos e pensá-lo em sua articulação global nos moldes do desenvolvimento desigual e combinado que configura os territórios sob a dinâmica do capital, combinando a sua lógica e suas contradições que perfazem um conjunto multidimensional de fatores explicativos para a configuração territorial, nos termos da exploração do trabalho.

O Capital, através do taylorismo/fordismo/keynesianismo foi bem sucedido enquanto logrou satisfazer a sanha acumulativa. Porém, à medida em que seu impulso globalizante atingiu proporções planetárias, sentiu reduzida a velocidade desta expansão e esta ordem passou a ser questionada pelos capitalistas como sendo inviável para a sustentação do crescimento desejado.

Assim exprime Antunes (1999) o caráter da crise do keynesianismo/fordismo:

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos acima mencionados. Era também a manifestação, conforme indiquei anteriormente, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente a Europa. (p. 31)

Portanto, a crise apresenta raízes profundas na própria lógica do capital e sua manifestação conjuntural está relacionada com o colapso da ordem que emergiu após a Segunda Guerra Mundial e busca-se uma nova conformação que tem na doutrina neoliberal a ideologia que sustenta essa alternativa, e na reestruturação produtiva e mundialização financeira, a ação do capital em busca da sustentação das taxas de lucro.

Então, na medida em que o capital foi encerrando sua capacidade de se expandir globalmente e incorporar contingentes populacionais “novos” à sua esfera de consumo, suas contradições foram se tornando mais explícitas.

Assim, dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor -, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para

benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois do perverso ponto de vista do “processo de realização” do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais*. Houve época em que o aumento do círculo do consumo se fazia acompanhar do imperativo destrutivo da auto-realização ampliada do capital. Com o fim da ascensão histórica do capital, as condições de reprodução expandida do sistema foram radical e irremediavelmente alteradas, empurrando para o primeiro plano suas tendências destrutivas e seu companheiro natural, o desperdício catastrófico. (MÉSZÁROS, 2003, p. 21 – grifos do autor)

Essas contradições estão irremediavelmente ligadas à tendência caótica do sistema do capital, pois evocam alternativas para a solução da crise capitalista, que não se sustentam, como por exemplo, a do Estado mínimo.

Estando assentado na construção do Estado como centralizador das medidas de controle social, não pode requerer o capitalista a redução substancial da participação estatal na vida social, mesmo que se considere apenas a participação estatal focada no atendimento social, com vistas à diluição das tensões sociais decorrentes da desigualdade inerente ao capital. O Estado é central no controle social do sistema sócio-metabólico do capital, mas não se restringe ao papel de policial da vida. Ele exerce pois, papel fundamental na regulação econômica, social e política do sistema, desde o papel institucional propriamente dito, até sua função de provedor de recursos impossíveis para o capitalista, como os investimentos na produção científica, na infra-estrutura de transporte e comunicação, saúde ou na formação/adequação da mão-de-obra ao padrão produtivo.

Efetivamente à educação escolar no sistema capitalista, cabe uma função que não se resume ao controle social do proletariado. Ela fornece ao capitalista condições básicas de formação de um escopo de formas de aprendizado de conhecimentos e desenvolvimento de raciocínios para a constituição de trabalhadores das mais diferentes habilitações. O grau de incerteza e o tempo necessário para a formação desta mão-de-obra são de tal monta, que torna-se inviável para o capitalista assumir tal responsabilidade individualmente.

Essa é sem dúvida uma das funções que a educação escolar assume no capitalismo, como protoforma do trabalhador qualificado para a execução das tarefas necessárias à produção e reprodução capitalistas.

A expansão e crescimento do conhecimento escolar acompanha o próprio crescimento capitalista, e sua expressão é nitidamente uma evolução das preocupações em fornecer uma mão-de-obra com mínimas habilitações, e de outro lado, fornecer um arcabouço de compreensão do mundo que seja útil como controle social.

À medida que a produção científica é crescentemente realizada sob os moldes dos paradigmas capitalistas a educação escolar torna-se mais importante, como forma de propagar a capacidade mínima de “leitura” de manuais para o trabalhador da linha de produção, ao mesmo tempo que busca atender às necessidades de alta qualificação que o sistema exige.

Mas a perdularidade do sistema e o avanço das forças produtivas remodelam a cada período as necessidades do tipo de formação do trabalhador. A isso soma-se a dinâmica geográfica do capital e do trabalho, em seu movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização⁷⁵, abarcando a plasticidade e capilaridade do capital⁷⁶, que se diferenciam na consolidação de mobilidades seletivas do trabalhador, pertinentes à forma como o capital se reproduz nos diferentes territórios. Assim, quando se fala em formação do trabalhador, deve-se pensá-la em termos da dinâmica geral do capital e a sua territorialização, que indica qual o perfil de trabalhador que se deseja nos diferentes lugares.

Isso se deve ao fato de que o modo de produção capitalista está voltado à satisfação da acumulação ampliada de capital, como condição de sobrevivência do próprio

⁷⁵ As diferentes frentes de luta dos trabalhadores, compreendendo-as em sua dinâmica territorial, podem ser vislumbradas em várias pesquisas que estão em andamento ou já foram concluídas no âmbito do CEGeT: “Reestruturação produtiva do capital e (re)qualificação do trabalho: a territorialização do SENAI no sudeste goiano”, de Leonardo de Oliveira Mendes (Mestrado em andamento), “A luta pela terra, o MST e o papel da imprensa”, de Sônia Maria Ribeiro de Souza (Mestrado em andamento), “Os movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema”, de Edvaldo Carlos de Lima (Mestrado em andamento), “A participação da mulher na luta pela terra no Pontal do Paranapanema”, de Renata Cristiane Valenciano (Mestrado em andamento), “Carvoaria e exploração do Trabalho no Mato Grosso do Sul”, de Altamira Pereira (Mestrado em andamento), “Reestruturação produtiva do capital e os desdobramentos para o trabalho na agropecuária no sul goiano”, de Marcelo Rodrigues Mendonça (Doutorado em andamento), “O trabalho no lixo: informalidade e precarização do trabalho no circuito econômico da reciclagem”, de Marcelino Gonçalves Andrade (Doutorado em andamento), “O poder da mídia no projeto de desenvolvimento do capital na agricultura. A modernização tecnológica e o rearranjo territorial no sudoeste do Paraná”, de Marli Terezinha Szumilo Schlosser (Doutorado em andamento), “Luta pela terra e controle social”, de Jorge R. Montenegro Gómez (Doutorado em andamento), “A intensificação do controle social do capital sobre o trabalho domiciliar em Presidente Prudente/SP: uma contribuição aos estudos de gênero e para a geografia do trabalho”, de Terezinha Brumatti Carvalho, “O território de luta pela terra e os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema: uma contribuição para a geografia do trabalho sob um enfoque de gênero”, de Maria Franco Garcia (Doutorado em andamento), “As contradições da apropriação capitalista da práxis social: uma perspectiva a partir da luta pela moradia”, de Fernanda Keiko Ikuta (Doutorado em andamento), “As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho”, de Ana Maria Soares de Oliveira (Doutorado em andamento), “Espacialização dos camelôs em Presidente Prudente: informalidade e precarização do trabalho”, de Ivanildo Dias Rodrigues (Iniciação científica em andamento), “O processo de reordenamento territorial e a expansão da agroindústria canavieira na região de Presidente Prudente”, de José Roberto Nunes de Azevedo (Iniciação científica em andamento), “A dinâmica das mudanças ocupacionais do trabalho na região de Presidente Prudente: faces e nuances do metabolismo do capital”, de Roberison Wittgenstein Dias da Silveira (Iniciação científica em andamento), “A questão campo-cidade: a “leitura” geográfica a partir das experiências de gestão dos trabalhadores operários e camponeses envolvidos respectivamente em uma fábrica ocupada e em um assentamento rural”, de Alex Paulo de Araújo (Iniciação científica em andamento).

⁷⁶ Cf. Thomaz Jr. (2004)

capitalismo enquanto tal, e por conseguinte da própria reprodutibilidade de seu sistema sócio-metabólico. Essa condição imanente de acumulação ampliada e crise permanente é pois, decorrente do salto que o capitalismo promoveu na circulação de mercadoria e dinheiro, ao transferir da esfera da circulação para a esfera da produção o *locus* essencial da mais-valia, mas tendo na circulação o viés de “leitura” que reproduz a dominação do capital.

A crise do capital expressa no colapso da ordem keynesiana/fordista vai então afetar a forma de regulação do sistema, o que implica em transformações significativas no mundo do trabalho, atingindo a materialidade, em decorrência de mudanças no processo produtivo, e a subjetividade do trabalhador, com impactos na organização da classe trabalhadora nos enfrentamentos da luta de classes.

4.1.2 – Os Efeitos da Crise Estrutural do Capital Sobre o Mundo do Trabalho

A desvalorização do capital que comporta a alternativa de diminuição dos efeitos da crise implica na destruição dos componentes imobilizados do capital, como máquinas e equipamentos, quer seja diretamente, quer seja pela obsolescência, podendo ser expressa como a decadência de alguns locais que deixam de centralizar o dinamismo inovador capitalista em suas várias escalas, desde a escala de distritos industriais até a escala de regiões e países⁷⁷.

Essa desvalorização expressa-se também com a diminuição do trabalho necessário para a produção capitalista, que embora aparentemente deve ser creditada ao aumento da produtividade promovida pelos capitalistas, não deve a ela ser considerada exclusiva, pois são nos momentos de crise aguda que o capital logra avanços significativos no aumento da produtividade ao ter a primazia de redefinir a pauta de reivindicações dos trabalhadores, já que nestes momentos eles podem ter reduzidas suas capacidades de barganha. Desta forma, as experiências de aumento de produtividade, que significam aumento na taxa de exploração do trabalho, podem ser realizadas pelos capitalistas com a resistência dos trabalhadores devidamente diminuída, diante da situação de crise generalizada, embora isso não anule as contradições e disputas entre o capital e o trabalho, ela é redefinida em outros termos, colocando para os trabalhadores novos desafios.

⁷⁷ Mais detalhes em Smith (1988 e 2000).

Ou seja, com o advento da crise e concomitante períodos recessivos observamos uma maior intensificação da ofensiva do capital sobre o trabalho, cujo resultado é o aumento da taxa de exploração do trabalho, numa combinação da mais valia relativa e da mais valia absoluta, que em termos burgueses é o aumento da produtividade.

Valendo-se da massificação do desemprego com o colapso do modelo econômico keynesiano nos países desenvolvidos, intensificado pela maior liberdade de circulação do capital pelo mundo, o capital avança sobre as conquistas trabalhistas do pós-Guerra, exigindo maior flexibilidade para contratação e dispensa de trabalhadores, diminuição do poder sindical e utilizando como estratégia a ameaça de paralisação das atividades com transferência para lugares que atendam às suas exigências.

A atual fase da ofensiva capitalista perpassa a destruição de um modelo de controle da sociedade construído no pós-Guerra, que efetivou-se entre outras coisas pela relativa segurança do emprego nos países desenvolvidos. Isso é mais significativo quando constatamos que tal intento foi efetivado às custas da derrocada política do sindicalismo, a exemplo do que aconteceu anteriormente no Japão com a ofensiva sobre os sindicatos, cuja derrota foi uma das condições da implantação do toyotismo.

O aumento do desemprego nos países desenvolvidos é o epifenômeno da conjugação da derrota política do sindicalismo social-democrata com a reestruturação capitalista, nos moldes da mundialização financeira e da reestruturação produtiva⁷⁸.

Até mesmo não podemos considerar a existência deste contingente crescente de trabalhadores desempregados como componentes do exército industrial de reserva, já que as possibilidades de aproveitamento destes trabalhadores são reduzidas, ou nas palavras de Mézáros (2003):

[...] a questão do desemprego também foi significativamente alterada para pior. Ele já não é limitado a um “exército de reserva” à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico* (p. 22 – grifo do autor).

O que o autor procura ressaltar é a incapacidade do sistema em incorporar essa crescente massa de “inutilizáveis” à produção capitalista. Além disso, ressaltamos que não se pode manter esses trabalhadores alheios ao sistema reprodutivo do capital, ou seja, não pode o capital simplesmente “libertar” esses trabalhadores para se auto-realizarem sob o risco de perder a hegemonia sobre a formação destes, com a possibilidade de que eles se defrontem

⁷⁸ Mais detalhes ver Bihr (1998), Alves (2000), Antunes (1995 e 1999) e Santos (2001).

rapidamente com as alternativas de superação de sua própria condição de classe, fazendo com que o próprio capitalismo se defronte com seus limites concretos.

Assim, o capital necessita manter tais trabalhadores sob os desígnios de seu controle social, talvez uma parcela como um novo tipo de exército industrial de reserva, porém, a totalidade dessa massa de desempregados no mundo não tem condições de estar incorporada ao círculo produtivo capitalista.

As políticas liberais apresentam um êxito parcial. Segundo Bihl (1998), a alternativa para resolver a crise de valorização do capital, através da adoção de políticas neoliberais, acrescentou a essa crise de valorização uma crise de realização potencial, com aumento do desemprego, diminuição do poder de compra, compressão dos gastos públicos, alta das taxas de juro, o que provoca um agravamento das condições para uma crise latente de superprodução⁷⁹.

A dualidade exclusão/inclusão só faz sentido aparente, se nos remetermos à participação (ou não) aos benefícios da integração total dos trabalhadores à produção capitalista, ou seja, inclusão como possibilidade de consumo, como acesso a oportunidades de se realizarem na sociedade capitalista, inclusão no mercado de trabalho, portanto, é falsa a compreensão de que a exclusão seja de fato social, pois como afirmamos anteriormente, não pode o capital abrir mão de ter sob seu controle a totalidade social, não podem os desempregados, estar excluídos das determinações do controle social⁸⁰. Isso fica mais evidente com a substituição da referência do Estado do Bem Estar Social pelas políticas sociais compensatórias, que visam tão somente à manutenção dos “excluídos” como indivíduos incapazes de viverem “fora” do crivo daquilo que o capital determina através do Estado, em outras palavras, não têm esses indivíduos a “felicidade” de viverem sem o domínio do capital. Não há como ele abrir mão da determinação destas relações sociais⁸¹.

As transformações em curso não estão, portanto, restritas às condições materiais do trabalho, pois afetam e são determinadas pelas condições subjetivas do trabalhador, de incorporarem em suas perspectivas profissionais a integração ao sistema do capital, como possibilidade de realização pessoal e social, ou de se resignarem diante da

⁷⁹ Mesmo em países em que os partidos de esquerda foram alçados ao comando da política nacional o neoliberalismo continua sendo adotada como estratégia de contenção da crise estrutural do capital, seguindo o receituário estabelecido pelo FMI, como no caso brasileiro, em que o Ministro da Fazenda Antonio Palocci assume integralmente o compromisso de manutenção do superávit fiscal como garantia de pagamento aos credores internacionais, a despeito das necessidades de investimento para a reprodução do capital ou das necessidades sociais.

⁸⁰ Sobre o controle social ver Mészáros (2002).

⁸¹ Para mais detalhes sobre o debate em relação à exclusão social ver Malaguti (2000)

possível falta de alternativa à sociabilidade do capital. Obviamente que essas não são as únicas possibilidades de postarem-se diante do mundo contemporâneo, mas é assim que o capital gostaria que o fizessem, e nossa preocupação é como essa restrição às possibilidades de vida que o capital impõe aos trabalhadores transforma-se na única agenda de lutas dos trabalhadores organizados, mesmo quando buscam garantias de “inclusão” ao sistema produtor de mercadorias.

As possibilidades abertas com as transformações no processo produtivo, com a ampliação do capital constante na composição orgânica do capital, de oferecer condições para que o trabalhador se converta em supervisor e regulador do processo de produção, ganham sentidos diversos a partir da luta de classes, já que tais possibilidades podem ampliar a reificação do trabalho ou permitir a conquista do controle sobre o processo produtivo. Por essa razão a reestruturação produtiva é efetivada pelos capitalistas, procurando afastar os sindicatos de caráter classista, promovendo a ascensão do sindicalismo de resultados, sindicalismo por empresas, ou seja, favorecendo os sindicatos que aceitem a subordinação do trabalho ao capital.

Esse é um dos aspectos (que a pluralidade sindical, reivindicada como um avanço para as lutas sindicais, na atual Reforma Sindical) que caracteriza um risco muito grande para o movimento sindical, pois amplia consideravelmente a capacidade de intervenção do capital diretamente na organização dos trabalhadores, como já tivemos oportunidade de analisar.

A alteração na composição do trabalho, com o impacto da introdução de novas tecnologias em sua produção e organização, redefinem algumas funções no interior de sua divisão técnica, alterando com isso também a definição profissional dos trabalhadores, com diminuição de algumas categorias profissionais e acréscimo de outras.

sob o capitalismo, mesmo sob o impacto tecnológico, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dada pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho (ANTUNES, 1997, p. 68)

O que procuramos ressaltar é o aumento da heterogeneidade na composição do mundo do trabalho, que em relação ao padrão fordista apresenta-se mais fragmentado, mais complexo e composto de maior diversidade. Isto é em parte decorrente da diminuição do trabalho fabril típico da era fordista, que em maior ou menor grau apresentava uma clara distinção entre trabalho manual e intelectual, com forte hierarquização e especialização das tarefas, apresentando como componente social a estabilidade do emprego e possibilidade de

construção de carreiras profissionais seguras. Isso é mais evidente nos países desenvolvidos, e em grau menor em alguns países recém-industrializados, como o Brasil.

Incorporam-se nestas transformações técnicas e organizacionais a perspectiva de integração do trabalhador mais completa - do que a realizada pelo fordismo - e deseja-se que ele assuma as responsabilidades pela produção, e que tenha alguma participação no processo produtivo, isto é, que vá além da mera execução de tarefas. Enfim, que tenha condições de vender sua força de trabalho “humanizada”, com as vantagens que isso significa para a produção capitalista (efetivo controle de qualidade da produção, diminuição de postos hierarquizados e redução da resistência operária às inovações produtivas, além é claro, das mudanças substanciais no desenho societal).

As implicações desta adesão dos trabalhadores ao horizonte do capital são significativas para o movimento operário, pois consolidam uma clivagem importante entre os trabalhadores com empregos estáveis e melhor remuneração, com os trabalhadores de empregos parcelizados e precariamente inseridos no mercado de trabalho.

Também em relação à qualificação profissional, as transformações em curso apontam para uma demanda por qualificações desigualmente distribuídas, de novo tipo, que exige uma superqualificação em alguns setores, ao mesmo tempo que desqualifica outras atividades profissionais. Quando se apresentam essas exigências de novas qualificações é preciso distinguirmos entre efetivamente novas qualificações decorrentes da materialização de inovações técnicas, com máquinas e equipamentos qualitativamente diferentes dos anteriores, qualificações que, na verdade, apontam para a multi-qualificação do trabalhador, para o desenvolvimento de várias atividades pelo mesmo trabalhador, qualificações voltadas para o comando e controle do processo de trabalho. Enfim, são múltiplos os sentidos que as exigências de novas qualificações adquirem neste processo multifacetado de transformação técnica e organizacional do trabalho.

De qualquer forma, a organização dos trabalhadores é duramente atingida, afeita que estava ao padrão de organização produtiva fordista, no caso brasileiro em particular, a concepção corporativista de organização sindical sente os efeitos nefastos da “flexibilização” do mercado de trabalho, tanto pelas alterações em relação à estabilidade no emprego e formalização do contrato de trabalho, como pela restrição territorial imposta à representação sindical⁸². A disposição de amplos setores do sindicalismo combativo de se adaptarem ao cenário posto, sem apresentar formulações de resistência organizativa e de

impulso às lutas estratégicas dos trabalhadores, fez com que o “novo sindicalismo”, em geral, recuasse em seu tom reivindicativo e se restringisse às demandas econômicas imediatas.

Isso coloca o movimento sindical numa encruzilhada, já que as estratégias desenvolvidas durante o compromisso fordista, principalmente na Europa, mas que com repercussões no sindicalismo brasileiro, já que grande parte do sindicalismo combativo adota como perspectiva de organização e de objetivos o movimento sindical europeu, estão fadadas ao esquecimento. A aposta que se fez, por setores do movimento operário, de atrelar-se taticamente ao sindicalismo social-democrata mostrou-se ineficaz (BIHR, 1998), pois o rompimento deste pacto pelas políticas neoliberais deixou claro que o atrelamento tornou-o frágil para enfrentar os novos desafios.

Segundo Bihr (1998), no modelo social-democrata o Estado é visto como a via obrigatória e inevitável para a emancipação do proletariado, privilegiando ora a via reformista, com seu apego à legalidade, com destaque para a estratégia parlamentar e eleitoral de conquista do Estado, ora a via revolucionária com a expropriação da burguesia e estatização dos meios de produção, sob forte influência da experiência comunista da União Soviética.

O apego ao Estado, que como vimos no Brasil é um dos desdobramentos da estrutura sindical varguista, marca as estratégias de condução do sindicalismo, porém, isso não é exclusividade da influência populista na formação dos sindicatos no Brasil. De forma geral o fetichismo de Estado é presente em várias formulações e estratégias de luta sindical, o que transfere para o Estado e a conquista de seus aparelhos estatais a luta de classes travada diretamente com o capital.

Isso porque o Estado assume a forma de uma unidade social, de um consenso que está além das classes sociais, aparecendo para os trabalhadores como um forma de defender-se do poderio do capital, e de certa forma isso é realizado, como forma de regular a própria exploração capitalista, porém, ao custo de manter sempre sob controles aceitáveis pelo capital as demandas trabalhistas.

O Estado assume então, com suas estruturas de comando, a função de ser o lugar próprio para a resolução dos conflitos de interesses, como um ente imparcial e justo, isso evidentemente tolhe dos trabalhadores a possibilidade de construírem alternativas que levem à superação do sistema sócio-metabólico do capital.

⁸² Além do enquadramento em categorias profissionais, os sindicatos tem sua ação limitada territorialmente pela definição de sua base territorial de representação. Para mais detalhes ver: Thomaz Jr. (2002).

O compromisso forjado entre os trabalhadores e os capitalistas, principalmente na Europa Ocidental, é resultado do equilíbrio de forças entre a burguesia e os trabalhadores e do próprio desenvolvimento capitalista, que em face da crise de 1929 e da experiência estadunidense de recuperação através do *New Deal*, orientou-se pelo keynesianismo e sua política de fortalecimento da demanda.

De qualquer forma, o compromisso fordista não eliminou a luta de classes, pois sua modelagem foi construída a partir de barganhas e negociações que permitiram sua implementação, portanto, resultado de determinado equilíbrio em que a burguesia não conseguia impor suas alternativas sem o consentimento dos representantes proletários. O efeito de tal pactuação foi a conquista de melhores condições de trabalho com relativo aumento salarial para os trabalhadores, porém, mantendo sob as raias da normatização social capitalista as organizações dos trabalhadores, que ficaram assim, distantes das alternativas anti-capitalistas.

Assim pôde o capitalismo intensificar sua expansão num quadro regulatório mais estável, marcado pela manutenção de determinados patamares de exploração, que manteve a demanda em alta por um período significativo. Dessa forma também conseguiu acumular capital e instrumentos para operar novas transformações que vieram a romper este compromisso, com a emergência da acumulação flexível.

Segundo Bihl (1998) o fordismo promoveu transformações na condição operária: a) parcelização e mecanização do processo de trabalho, divisão do proletariado em qualificados e desqualificados, processo esse que levou ao enfraquecimento da função sócioeconômica do proletariado, já que sua força social de agente econômico foi colocada em questão; b) integração do processo de consumo do proletariado à relação salarial, através do fim da produção doméstica do proletariado, do acesso ao crédito de consumo e a socialização do salário. Isso provocou a substituição de sua afirmação como produtor coletivo pela consciência de consumidor individual; c) Mobilização geográfica e profissional do proletariado, o que ajudou a dissolver identidades e as solidariedades locais e profissionais; d) Ampliação do quadro funcional de supervisores e administradores, tornando mais difusos os limites de classe; e) Aumento da dependência do proletariado em relação ao Estado, sob a forma do Estado de bem estar social.

Essas transformações importantes na condição operária, repercutiram diretamente na sua forma de organização e mobilização através dos sindicatos, que a partir do desmoronamento do quadro social herdado deste período, entra em crise, pois as respostas e

alternativas pautadas pelo modelo social-democrata não podem mais servir para a acumulação capitalista.

De certa forma, o limite da organização sindical consolidada no período fordista está na incapacidade de alavancar as demandas imediatas para as lutas estratégicas de controle do processo produtivo e do projeto contra-hegemônico. Isso é particularmente verdadeiro para o sindicalismo nos países em que o *welfare state* foi consolidado, e o movimento sindical vislumbrou as conquistas deste período como irreversíveis, sem no entanto apresentar perspectivas de avanço para a luta dos trabalhadores⁸³.

Segundo Antunes (2003a) as conseqüências da fragmentação do mundo do trabalho são ampliadas, pois os trabalhadores mais qualificados estão mais sujeitos às ações de caráter neocorporativo, ou seja, dispostos a agirem para proteger a melhor condição que possuem em relação a outros trabalhadores, contribuindo pouco para ações coletivas anti-capitalistas, deixando para os setores mais precarizados a responsabilidade para tais mobilizações.

A nova divisão social e sexual do trabalho, principalmente através da feminização e participação das mulheres no mercado de trabalho, por um lado significa uma emancipação parcial da opressão masculina, por outro o capital transforma-a em fontes de desigualdades no mercado de trabalho⁸⁴.

A retirada de enorme contingente de trabalhadores do processo produtivo capitalista, que passa a ocorrer de forma mais intensa a partir da década de 1980 nos países desenvolvidos, e a partir da década de 1990 no Brasil, só aparentemente pode ser compreendida como um descentramento do trabalho na sociedade capitalista, pois restringe a compreensão de trabalho a noção de emprego formal, ignorando as transformações que atingem a totalidade do mundo do trabalho, complexificando as relações de trabalho, e ampliando a heterogeneidade de ocupações que o trabalhador desempenha, rompendo com o padrão do pleno emprego nos países desenvolvidos, tornando mais volátil a noção de emprego.

No Brasil atual tal perspectiva encontra-se fortemente arraigada no sindicalismo propositivo, que alimenta algumas esperanças de efetivar conquistas rumo a algo semelhante ao Estado do Bem Estar Social europeu.

As mudanças que ocorrem no mundo do trabalho vão além do desemprego estrutural, referem-se à maior complexificação do trabalho que acompanha a reação do capital

⁸³ Cf. Mészáros (2002 e 2003), Bihl (1998), Antunes (1995 e 1999), Braga (1996), Alves (2000) e Santos (2001)

à manifestação recente da crise estrutural, pois simultâneo ao avanço das forças produtivas, que garantem uma inovação de fato no processo de trabalho, como as decorrentes da incorporação da tecnologia informacional na produção, assistimos ao retorno de formas regressivas de ocupação, com o incremento do trabalho precarizado.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até mesmo estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (HARVEY, 1989, p. 145)

O enfraquecimento do fordismo ocorre por quatro fatores interligados, segundo Bihl (1998): 1) Diminuição dos ganhos de produtividade, decorrentes dos limites técnicos e sociais; 2) Elevação da composição orgânica do capital, com aumento do capital fixo em relação ao capital circulante e portanto, diminuição da rotação do capital, dois fatores que levam à diminuição da taxa de lucro; 3) Saturação da norma social de consumo, saturamento do mercado de bens duráveis nas décadas de 60 e 70; 4) Desenvolvimento do trabalho improdutivo, o fordismo foi condenado à uma inflação dos custos de organização.

O esgotamento do fordismo como estratégia de manutenção da acumulação sob níveis adequados para o capital, proporcionará a busca de alternativas pelo capital, e aos poucos foi se consolidando um novo padrão de acumulação que se desenvolveu procurando resolver alguns entraves para a acumulação. Para essa alternativa contribuiu decisivamente a acomodação do movimento sindical ao padrão fordista, com isso as mudanças implementadas, através da acumulação flexível, só foram possíveis com a derrocada do sindicalismo postando-se na defensiva, porém, sem condições de arremessar os trabalhadores para ampliarem suas conquistas no rumo da emancipação operária.

A concorrência inter-capitalista promoveu o retorno da exploração do trabalho em suas formas mais brutais, através sobretudo, do enfraquecimento político e organizacional dos trabalhadores, isso tudo tendo que satisfazer além das necessidades de acumulação do capital a remuneração do capital financeiro, que passa a ser o parâmetro básico da acumulação capitalista⁸⁵.

⁸⁴ Ver Carvalho (2004), Nogueira (2004), Garcia (2002).

⁸⁵ Chesnais (1997) apresenta a construção do referencial financeiro como o parâmetro básico da lucratividade, como também pode ser constatado pela significativa parcela da receita financeira sobre as receitas operacionais, conforme apresentado pelo jornal Folha de São Paulo, de 03 de Setembro de 2002, “Empresas imitam bancos para salvar lucro”, p. B6, em que empresas como Bombril, Petroquisa, Transmissão Paulista, Cargill fertilizantes e outras lucraram mais aplicando dinheiro no mercado financeiro do que produzindo.

As alternativas neoliberais apontam para uma crescente instabilidade do sistema capitalista, intensificando as crises em sua escala temporal e espacial, tornando-as mais frequentes, mais devastadoras e de alcance cada vez mais global.

A globalização não expressa uma opção consciente pela ‘economia de escala’, nem uma tendência natural, mas a concorrência desapiadada num mercado mundial em retrocesso devido à própria crise. (COGGIOLA, 1998, p. 3)

A flexibilidade na produção buscada pelo toyotismo está, de certa forma, sendo alcançada nos setores organizados da economia com uma forte sustentação desta economia “informal”, subterrânea, que pode servir como um instrumento de absorção desta força de trabalho disponível, mas não aproveitável pelo capital, como alguma forma de garantir sua sobrevivência e não catalisar suas demandas sociais numa reação explosiva, que ponha em risco a estabilidade social necessária à acumulação.

Além disso, a própria organização fabril contemporânea contempla a necessidade desta “economia marginal”, como forma de flexibilizar seus custos, adequando, sem grandes custos, a disponibilidade dos recursos e serviços à sazonalidade e temporalidade das crises de demanda. As grandes empresas através da terceirização passam a atuar como articuladoras de diversos fornecedores, postando-se em setores estratégicos de controle da produção e venda dos produtos. Com isso o mercado de trabalho fragmenta-se em empresas com menor número de funcionários, sendo que nestas pequenas empresas reinam as relações de trabalho precárias, com baixa remuneração, escamoteação dos mecanismos de proteção contra o despotismo patronal, frequentemente não obedecendo às legislações trabalhistas. Além disso, a própria camelotagem assume feições de regulação do mercado de trabalho no Brasil⁸⁶.

Segundo Pires (1993) a existência e persistência da economia formal e legal, além da desregulação estatal da força de trabalho, é consequência de dois processos distintos de distribuição concentrada de renda: 1) Concentração na distribuição funcional da renda – lucros hegemônicos sobre os salários na renda nacional; 2) Concentração da distribuição pessoal dos salários e outros rendimentos do trabalho.

Isso, porque a concentração de renda estrutural no capital, torna-se crescente com a desregulação estatal, e a partir disso o setor informal é a alternativa para substituir o

⁸⁶ Sobre a terceirização ver Thomaz Jr. (1994), Colli (2002), Druck (1999) e Martins e Ramalho (1994).

Estado na providência de recursos para a sobrevivência, apresentando uma diferença substancial quando comparamos os países.

...no caso de países como o Brasil o impropriamente chamado 'setor informal' é a pressão de não emprego – sendo o dos países desenvolvidos uma espécie de 'pós-emprego' - que produz valores de uso, bens e serviços, que de alguma maneira contribuem para sustentar parte dos custos de reprodução da força de trabalho. (PIRES, 1993, p.6)

Então, além de fornecer elementos para a produção capitalista, através da redução de custos salariais e maior flexibilização para adaptar-se às variações de demanda, o setor informal funciona como um “colchão” social, provendo os trabalhadores de uma renda mínima, sem proporcionar maiores gastos públicos.

O trabalho informal não apresenta autonomia em relação à economia, e ao próprio processo de acumulação do capital. O fato de estar ou não legalizado não impede que as transnacionais e grandes empresas nacionais beneficiem-se da informalidade, portanto não há um setor informal, no sentido de estar marginal quanto à acumulação do capital, mas estão articulados numa rede de fornecedores, ampliada com a terceirização nas empresas.

O fato do desemprego ser tratado como uma questão social, com enfoque para políticas sociais compensatórias, no espírito do neoliberalismo reinante, retira da dimensão econômica sua causalidade e reposiciona o debate político para o âmbito de políticas sociais que amenizem o sofrimento provocado pelo desemprego. Isso favorece ainda mais a despolitização da economia, já que apresenta como inevitável o desemprego, em face das transformações do capital mundializado.

É por isso que o setor informal não está vinculado somente à sobrevivência dos trabalhadores, trata-se sobretudo de um setor em expansão, que vem apresentando grande funcionalidade ao sistema capitalista, tanto do ponto de vista da acumulação, com fornecimento de mercadorias ou de serviços para as empresas, quanto do ponto de vista do controle social, através do fornecimento de alternativas de remuneração para trabalhadores desempregados.

A terceirização no rol das estratégias capitalistas de diminuição de custos de produção, expressa na verdade, conforme Thomaz Jr. (1994), três objetivos básicos do capital, a saber:

- Econômico: Principalmente através da redução de custos;

- Organizacional: Ampliação da flexibilidade na produção, podendo atender de forma mais eficiente as variações de demanda, tanto em termos quantitativos, quanto em diferenciação de produtos;
- Políticos: Redefinição da atuação sindical no *chão da fábrica*, provocando o desmantelamento da organização sindical, com a extinção de setores e/ou departamentos inteiros. Mas isso ocorre também através da diminuição e postos de trabalho formais e de redução salarial, em que parte substancial dos trabalhadores são deslocados para categorias menores e desmobilizadas.

Assim, o capital destrói as formas de regulação que o manteve em crescimento durante três décadas, mas que já apresentava sinais de esgotamento desde a década de 1960. Isso atinge duramente os trabalhadores em sua materialidade e subjetividade. Mais recentemente assistimos à emergência de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho que implicam, de um lado numa redução drástica do emprego, e de outro numa reorganização das habilitações para (re)adequá-las à reestruturação produtiva. De qualquer forma, a organização dos trabalhadores é colocada em questão, tanto em decorrência da capacidade de articulação estratégica de suas lutas, quanto porque adequou-se à institucionalidade forjada pelo padrão fordista, e também pela sua formação num ambiente de forte rigidez na divisão técnica e territorial do trabalho.

Essa dinâmica destrutiva do capital redimensiona vários aspectos da formação profissional, que passam a estar vinculados à necessidade dos trabalhadores reagirem rapidamente ao dinamismo das demandas por qualificação profissional. Dessa forma, as carreiras profissionais, que no fordismo eram relativamente estáveis, passam a estar vinculadas à alta qualificação para atender aos desígnios da flexibilidade de funções requeridas pela empresa toyotista. Isso ocorre motivado pela destruição do escopo de tecnologias, que levam ao rearranjo organizacional do trabalho.

No Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista do tipo fordista tem um caráter subordinado, pois tanto a institucionalidade, como a própria incorporação de tecnologia na produção e no território, ocorrem sob as determinações estruturais do capitalismo mundial, e no decorrer da instalação do complexo industrial brasileiro - sob forte apoio do Estado desenvolvimentista - ocorre a redefinição do país na divisão internacional do trabalho.

O que resulta deste processo de industrialização é a constituição do operário-massa entre as décadas de 1960 e 1980, nos moldes do operariado dos países desenvolvidos, porém, fortemente vinculados ao sindicalismo corporativista da era Vargas, que além do corporativismo apresenta um forte atrelamento ao Estado em decorrência da legislação sindical.

A partir da abertura econômica nos anos 1990 houve a rápida adaptação institucional do país aos arranjos neoliberais, com a privatização de serviços públicos, congelamento salarial e restrição fiscal aos gastos públicos. Isso provocou no Brasil uma redução do emprego formal, com queda constante dos salários. Outra medida importante foi a abertura comercial que intensificou a adoção do pacote tecnológico e organizacional do toyotismo.

Fato esse que provocam transformações significativas no mundo do trabalho no Brasil, invertendo a perspectiva da década de 1980, que apontava para a conquista de melhores condições de trabalho. Além disso, a perspectiva da formação profissional do trabalhador passa a estar pautada na busca das qualificações adequadas ao novo padrão tecnológico e organizacional do paradigma toyotista.

A rapidez com que são destruídas carreiras profissionais tem a ver com a necessidade do capital de revolucionar constantemente suas formas de produção e circulação, e nesse aspecto a atual reestruturação produtiva significa a ampliação ou surgimento de determinadas profissões em ritmo menor do que a destruição de postos de trabalho e de algumas profissões.

Disso resulta um acirramento da competição no mercado de trabalho com a ampliação do estoque de mão de obra. No caso brasileiro, a alternativa ao desemprego crescente é a ampliação do emprego informal, o que de certa forma demonstra o modelo de inserção da economia nacional no contexto da mundialização do capital. A flexibilidade à brasileira foi obtida tanto pela via legal, como pela ampliação da ilegalidade, já que vai ocorrer justamente com a desmobilização do aparato estatal de fiscalização, ao mesmo tempo, que mantendo a legislação sindical, e a tradição que ela estimula, a ação sindical não consegue estimular a luta anticapitalista. Mesmo o debate recente sobre a reforma trabalhista indica uma atualização das leis ao que de fato já ocorre no mundo real, do que efetivamente uma antecipação de problema futuro ao capital.

Convivem no Brasil as mudanças no processo produtivo, tal qual acontece em vários países desenvolvidos, com a manutenção de estruturas antigas de relação de trabalho, e o resultado dessa combinação é uma ofensiva contra as conquistas obtidas pelos

trabalhadores ao longo da década “ganha” de 1980⁸⁷, que faz ampliar as desigualdades sociais, com impactos negativos na materialidade do trabalho, como a redução da participação dos salários na renda nacional durante a década de 1990.

Uma das respostas que o Estado brasileiro avança para a crescente precarização do emprego, e que está em coerência com a doutrina neoliberal adotada para solução dos constrangimentos econômicos vividos pelos países, é a necessidade de aumentar o nível de qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros através de uma reformulação abrangente no processo de formação profissional. Isso vai ocorrer mais claramente a partir do governo FHC em 1996, tanto através do Plano Nacional de Formação Profissional, como da reorganização do ensino técnico de 2º grau nos moldes definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, embora estando ambos os programas em instâncias diferentes do governo, respectivamente o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Educação. O que se ressalta neste momento é a percepção do Estado brasileiro de que era necessário melhorar a “vendabilidade” da força de trabalho para atração de investimentos estrangeiros, que são fundamentais para a manutenção do plano de estabilidade inflacionária, adotado ainda em 1994, sob a presidência de Itamar Franco.

Os resultados das mudanças no ensino profissionalizante no Brasil ainda não foram completamente compreendidos, pelo menos em termos da eficácia em prover a força de trabalho brasileira da qualificação desejada pelo capital transnacional, já que a despeito do aumento da escolaridade na última década e ampliação deste tipo de capital transnacional na economia brasileira, não tivemos a redução da precarização do emprego, ao contrário, um aumento constante da degradação do trabalho (ampliação do desemprego e do trabalho temporário, manutenção do trabalho infantil e escravo, etc.).

A abertura econômica brasileira ocorrida no início da década de 1990, com a presidência de Fernando Collor de Melo, e ampliada durante o governo FHC, juntamente com um conjunto de medidas institucionais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, o comprometimento do endividamento público, a flexibilidade do mercado de trabalho promovida pela informalização do emprego, permitiram ao país tornar-se mais atraente para os investidores estrangeiros. Esse é um componente extremamente significativo para compreendermos como se articulam a lógica destrutiva do capital com a “crise” do trabalho,

⁸⁷ A década de 1980 é considerada a década perdida, em decorrência da estagnação econômica, porém isso só é possível de ser assumido se ignorarmos completamente o mundo que existe além das estatísticas econômicas, pois do ponto de vista dos movimentos sociais, e do próprio movimento sindical, a década de 1980 foi a década do ressurgimento e do nascimento destes movimentos, com a redemocratização, que a despeito de suas limitações trouxe condições para o estabelecimento destes movimentos sociais (Sader, 1988).

já que é através da destrutibilidade própria do capital, que este busca recompor sua lucratividade, contando com os efeitos desta destruição para o mundo do trabalho, sendo um instrumento estratégico de manutenção do domínio sobre o trabalho, embora a um custo humano trágico e crescentemente inseguro para o próprio capital.

Como componente da estratégia capitalista da linha de menor resistência, a mobilidade territorial do capital, ampliada pela mundialização, adquire visibilidade com o aumento dos fluxos comerciais e financeiros, acompanhados por um ordenamento institucional e jurídico que garantem segurança ao capital transnacional, porém mantêm sob severas regras a mobilidade do trabalho, e mesmo que isso não impeça a rota sul-norte de migração mundial, ela ocorre clandestinamente, e é assim que ela se torna operacional para os Estados dos países desenvolvidos, pois permitem a manutenção do clima de insegurança para o operariado nativo.

Porém a mundialização não é homogênea para todos os países, não é uma imposição absoluta sobre as determinações locais, pois os lugares influenciam a forma como a mundialização se manifesta.

Os fenômenos globais não devem ser considerados uma implantação alienígena e que se manifestariam da mesma forma em qualquer canto do mundo. Partindo de sua origem localizada, eles atingem o patamar da globalização e materializam-se territorialmente por meio de sistemas sociais e políticos que os moldam, adquirindo características singulares. (PEREIRA, 2001, p. 6).

A facilidade de mobilidade do capital é contrastada pela rigidez territorial da organização dos trabalhadores, o que é um fator importante para a condição de precarização generalizada do mundo do trabalho. Essa é a condição do domínio de classe do capital, que não é absoluto, mas tem a hegemonia na construção da identidade de classe, escamoteando-a como identidades étnicas, territoriais, sexistas, profissionais, etc.

4.2 - O Capital e Sua Dinâmica Territorial Auto-Destrutiva

Ao consolidar seu domínio sobre a totalidade social, pôde o capital ampliar a sua influência pelo mundo, pois a expansão quer seja a mercantil entre os séculos XVI a XIX ou a de suas diferentes etapas de produção durante os séculos XIX e XX, é inerente à sua lógica.

Necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. A mobilidade do capital circulante durante surtos de desvalorização rápida torna-se um meio não para a igualização geográfica, mas uma diferenciação sobre a qual a sobrevivência do capital é firmada (SMITH, 1988, p. 188).

Para avançarmos em nossa discussão sobre o território como instrumento de controle sobre o trabalho, em que a dinâmica territorial diferenciada do capital e do trabalho é o pressuposto da efetividade da hegemonia do capital, é fundamental compreendermos de que forma, e quais as razões da necessidade de tal domínio para a realização dos ditames do capital. Neste sentido é importante ressaltar que essa necessidade de controle tem no território apenas uma das dimensões da hegemonia⁸⁸, e que efetivamente o capital tende a apresentar sinais de controle da totalidade da reprodução social.

A internacionalização de etapas produtivas, antes concentradas nos países desenvolvidos, buscam redução substancial dos custos de produção, entre outras coisas com baixa remuneração dos trabalhadores, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte.

A própria distribuição territorial do trabalho acontece em consonância aos equipamentos fixos no território, com a consolidação de meio técnico-científico-informacional, conforme a elaboração de Milton Santos (1996), como também das qualidades da força de trabalho, que se distribuem desigualmente no território.

Assim, a velocidade de introdução de inovações e as transformações na divisão espacial do trabalho estão associadas tanto à estrutura produtiva subjacente em cada região quanto à natureza de sua força de trabalho, no que se refere ao nível de qualificação e de escolaridade formal (KON, 1998, p.15).

A exportação de capitais, neste sentido, assume maior importância do que a exportação de mercadorias, já que o investimento estrangeiro direto possibilita a internalização da reestruturação produtiva nos países periféricos, com efeitos sobre a força de trabalho tanto dos países investidores, quanto dos países investidos. Além disso, a importância crucial assumida pelos fluxos de capitais pelo globo, redireciona de forma mais hábil e dinâmica os investimentos financeiros para os países que sejam mais fiéis a “cartilha do consenso” e pune os países que desafiem a nova ordem mundial. Isso faz com que muitos

⁸⁸ Em minha dissertação de mestrado tive oportunidade de discutir amplamente sobre hegemonia e território, tendo como mote a comunicação sindical, ver Carvalhal (2000).

países sejam “obrigados” a aceitarem as determinações do capital mundializado sob pena de minguaem os recursos para financiamento do balanço de pagamentos, inclusive em áreas além da esfera econômica, como atestam as intervenções do Banco Mundial na seara ambiental e educacional.

Por essas razões é que a globalização aparece para os trabalhadores como um discurso conformista, para que se adaptem o melhor possível aos humores do capital, tornando-se sinônimo de processos e mecanismos em que os políticos, empresários e sindicalistas reconhecem ter cada vez menos controle sobre ele, recaindo sobre o trabalho a intensidade da exploração capitalista.

Por outro lado, a circulação internacional do trabalho obedece à severas restrições legais, que não impedem o fluxo crescente de trabalhadores dos países não-desenvolvidos para os países desenvolvidos, mas garantem um suprimento considerável para o “submundo do trabalho” pronto a aceitar a flexibilidade das leis trabalhistas, inclusive com os casos de trabalho escravo.

Com o que expusemos, pretendemos deixar claro que a dinâmica territorial do capital e do trabalho estão submetidas aos parâmetros próprios do sistema do capital, que implica num desenvolvimento desigual da expansão territorial do capitalismo, ou seja, sua expansão promove simultaneamente a transformação radical na composição orgânica do capital, recriando em outros lugares os patamares técnicos existentes no centro do sistema.

Desigual em termos da composição orgânica do capital que, simultaneamente, processa um conjunto de avanços regulatórios e tecnológicos no processo produtivo em determinados locais, e em outros promove o deslocamento de processos produtivos superados para a acumulação capitalista das regiões desenvolvidas para países e regiões em relativo atraso produtivo.

Este desenvolvimento desigual promove concomitantemente uma reconfiguração do trabalho, quer seja onde o avanço tecnológico é mundialmente inédito, quer onde se trata de aplicação de processos produtivos desenvolvidos em outras regiões, mas que são importados para regiões menos desenvolvidas.

Em ambos os casos o trabalho é constrangido a se adequar a essas modificações, tanto em relação ao cumprimento das obrigações que o capital impõem, quanto em termos da organização coletiva que os trabalhadores precisam redefinir para resistirem de algum modo a ofensiva do capital.

Estas transformações não se resumem aos lugares de inovação tecnológica, estão também nos lugares que importam tecnologias de produção ou formas de organização

do trabalho já presentes em países desenvolvidos. Assistimos assim, transformações profundas na organização do trabalho, com a implantação de novos parques produtivos ou avanço de determinadas tecnologias e organização produtiva que promovem um conjunto não menos importante de mudanças.

Esta dinâmica territorial diferenciada do capital e do trabalho é portanto, capaz de prover o capital de possibilidades aparentemente ilimitadas, de realocar os fragmentos das etapas produtivas em locais convenientemente escolhidos segundo suas necessidades. Não é outra a razão de que, com o advento da empresa mundial a situação de desemprego e/ou emprego precarizado globaliza-se, ganhando dimensões jamais vistas.

Porém, essa maior liberdade de circulação do capital potencializa sua lógica irracional em nível mundial, já que esse processo de intensificação de trocas comerciais entre os países, que vem acompanhada de aumento dos investimentos estrangeiros pelo mundo, assim como um ritmo alucinante de trocas financeiras pelo globo, promove uma acelerada incorporação de capacidade produtiva, remodelando a produção das grandes corporações e intensificando o processo de concentração de capitais e de superprodução mundial.

Isto só foi possível com uma ruptura dos limites de intermediação financeira que garantiu lucros extraordinários para as corporações com a financeirização de seu lucro. Esta financeirização é promovida de um lado pelas possibilidades concretas de intercâmbio mundial das diversas praças financeiras em tempo real, e de outro pela enorme sangria de recursos dos orçamentos públicos, principalmente com a dívida dos países do Terceiro Mundo, conforme Chesnais (1996):

A organização de mercados financeiros, escancarados para fora e largamente abertos aos investidores institucionais, permitiu que os governos procedessem à securitização (titularização) dos ativos da dívida pública, isto é, ao financiamento dos déficits orçamentários mediante aplicação de bônus do Tesouro e outros ativos da dívida, nos mercados financeiros. Os interesses capitalistas, especialmente os de caráter rentista, saíram ganhando em todas as instâncias. Beneficiaram-se de mudanças no regime fiscal, inspiradas pela 'revolução conservadora', bem como das oportunidades de evasão oferecidas pela liberalização dos fluxos financeiros, ao mesmo tempo que enriqueciam detendo títulos públicos de curto prazo, no quadro dos fundos mútuos de investimento ou SICAVs. Quanto mais se aprofundaram os déficits orçamentários, mais aumentou a parte dos orçamentos reservada para o serviço da dívida pública, mais forte se tornou sua pressão sobre os governos. (p. 256)

A dinâmica da acumulação capitalista nas duas últimas décadas apontam para a relativa autonomia que a esfera financeira adquire, em termos da acumulação de capital, pois não somente as instituições financeiras realizam grandes lucros, como também as grandes empresas do setor não-financeiro têm parcelas significativas de sua lucratividade

através de aplicações financeiras, substituindo sua função precípua de centralização/investimento para uma função de manutenção da própria atividade acumulativa, porém isto não ocorre sem promover uma crescente instabilidade sistêmica.

É o mesmo Chesnais (1996) que nos aponta para os efeitos sistêmicos desta mundialização do capital rumo a um padrão de depressão profunda.

Se considerarmos os elementos decorrentes da análise que apresentamos, pode-se sustentar a hipótese de que as formas assumidas pela mundialização dos grupos industriais, dos grandes grupos de distribuição (comércio atacadista e varejista) e do capital monetário exercem de modo estrutural, um efeito depressivo sobre a acumulação. Esse efeito é global, embora seu impacto sobre os países e os conjuntos 'regionais' (isto é, continentais) permaneça diferenciado, de modo que o caráter mundial da depressão não comportou uma sincronização das conjunturas dos três pólos da Tríade (antes pelo contrário). (p. 304)

Portanto, com a alternativa capitalista de regulamentar a “autonomização” da esfera financeira, o sistema econômico mundializado ganha força para impor aos Estados nacionais o regramento que considera seguro para sua circulação, entretanto à medida que amplia a liberdade de circulação, acirra ainda mais a concorrência inter-capitalista, levando a reboque os Estados nacionais. O resultado é uma sangria de recursos para a acumulação financeira, que por sua vez é o porto seguro para as grandes corporações implantarem métodos e técnicas de produção que ampliem a lucratividade e a exploração do trabalho.

A hipertrofia financeira é particularmente parasitária em países não-desenvolvidos. Conforme aponta Salama (1999), nos países da América Latina o setor financeiro expande-se sem promover o investimento produtivo. Esse baixo investimento aliado à concorrência internacional, em decorrência da abertura comercial e valorização cambial, não é capaz de promover ciclos sustentáveis de crescimento, pelo contrário, a saída para combater a vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos é o incremento da mais-valia absoluta, através da redução da massa salarial e da reorganização do trabalho, que atende então muito mais ao ciclo vicioso financeiro do que às inovações técnicas, embora esta também esteja presente.

E como a insuficiência do investimento se explica em parte pela arbitragem a favor das atividades financeiras, o peso maior das finanças no balanço das empresas aumenta a importância da busca de uma flexibilidade maior do trabalho. (SALAMA, 1999, p.78)

Há portanto, uma relação direta da acumulação de tipo financeiro com a flexibilidade do trabalho – eufemismo para precarização do emprego. Ao tornarem-se

referência de lucratividade, as atividades financeiras estimulam o setor produtivo a avançar sobre garantias trabalhistas, conquistadas no contexto da luta de classes do Pós-Guerra, principalmente na Europa Ocidental, com o objetivo de redução de custos e conseqüente aumento dos lucros. Porém, isso também é possível porque as empresas têm parcelas significativas de seu lucro obtidas com as atividades financeiras, sentindo-se mais seguras para promoverem inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo⁸⁹.

Essa tendência é particularmente visível nos países desenvolvidos, e embora possamos levantar algumas hipóteses sobre a presença “virtuosa” da esfera financeira para o desenvolvimento capitalista nestes países, não conseguimos reunir argumentos para sermos conclusivos quanto a essa expressão do desenvolvimento desigual capitalista, já que em outros países a hipertrofia financeira é um sério obstáculo para o desenvolvimento capitalista local.

Neste sentido Salama (1998) busca explicações quanto ao retorno de formas regressivas de extração de mais valia na América Latina. Para isso aventa a hipótese de que a forte queda nos investimentos (em parte para atender aos serviços da dívida externa) e a preferência por atividades especulativas, leva à uma impossibilidade de aumento da produtividade através da modernização tecnológica ou mesmo organizacional do trabalho, promovendo uma desigualdade crescente entre a remuneração do trabalho e a valorização do capital. Este modelo baseado em formas arcaicas de trabalho tem seus limites na sustentabilidade política e social e pelo fato de ser pouco eficaz para a acumulação capitalista, não permite obter meios suficientes para investimento produtivo ou financeiro.

Talvez isso explique parcialmente a sobrevivência (e até mesmo o retorno) de formas arcaicas de exploração do trabalho na América Latina, no entanto no Brasil observamos uma combinação de diferentes estratégias do capital, que de certa forma, tem na esfera financeira um sustentáculo importante para a implementação de formas avançadas de exploração do trabalho, convivendo com as formas regressivas (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho domiciliar e outros), tanto pela incapacidade de absorver o estoque de mão de obra disponível nas formas avançadas de exploração, quanto pela “operacionalidade” destas formas regressivas na acumulação do capital.

De qualquer forma, o que pretendemos frisar neste momento é o aumento da mobilidade do capital devido à mundialização do sistema financeiro, onde a articulação da hipertrofia financeira com o desenvolvimento desigual e combinado do capital provoca

⁸⁹ Conforme Salama (1998 e 1999)

tendências de precarização do emprego, quer nos locais de recente inovação produtiva, quer nos locais tradicionais de produção capitalista. De outro lado, o trabalho não acompanha a rapidez desta mobilidade e, embora os fluxos migratórios sejam significativos dos países do sul rumo aos países desenvolvidos, os constrangimentos legais e precarização generalizada dos empregos impedem o fortalecimento de laços de solidariedade entre trabalhadores nativos e trabalhadores migrantes.

A destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos, não é só uma espécie de fatalidade atribuída “à tecnologia” em si mesma. Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, “em casa” ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional. O efeito desses fatores, por sua vez, é acentuado, de forma crescente, pela mudança de propriedade do capital industrial. Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, “eliminando gorduras de pessoal” e automatizando em velocidade máxima. É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário (CHESNAIS, 1996, p.306)

O setor financeiro funcionando como baluarte da mobilidade do capital, favorecendo o deslocamento, tanto do capital em sua forma monetária, quanto os investimentos produtivos, alia a instabilidade que gera no mundo do trabalho pelas condições anteriormente citadas, com a vantagem estratégica de maior mobilidade do capital, promovendo o contexto de sua mundialização e manutenção das restrições à mobilidade territorial dos trabalhadores.

Neste sentido, as grandes corporações transnacionais exercem direta ou indiretamente (através das diversas instituições multilaterais como o FMI, OMC e Banco Mundial) pressão sobre Estados fragilizados pela dependência de recursos externos, como o caso brasileiro, para constituírem regras favoráveis ao seu estabelecimento nesses territórios, incluindo legislação ambiental menos restritiva (se possível regras mínimas de proteção ambiental) e trabalhadores devidamente enquadrados na devoção ao “Deus capital”, quer seja através de alterações na legislação trabalhista, quer seja no desmantelamento de estruturas sindicais permeáveis à combatitividade dos trabalhadores.

No Brasil, discute-se atualmente a reforma sindical e trabalhista, e o sentido claro que ela assume é o da adequação do ordenamento jurídico brasileiro à fase atual do capitalismo mundializado.

Disfarçada sob o leque da “necessidade” ou da “justiça social” a atual reforma sindical e trabalhista proposta pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva persegue um objetivo claro: atender, acima de tudo, aos interesses do capital em seu estágio globalizado. (SANTOS, 2003, p.7)

Promovendo em instâncias nacionais e supranacionais, a necessidade de revisão do ordenamento jurídico dos diversos países para se adequarem às regras da livre circulação do capital, tornam-se os Estados nacionais mais ou menos livres para a circulação do capital, e através desta homogênea tendência de planificar os territórios nacionais o capital mundializado vai, na verdade, articulando as diferentes porções do planeta de acordo com seus desígnios, utilizando-se das vantagens oferecidas por alguns Estados nacionais para pressionar os Estados relutantes a aceitarem a nova ordem mundial.

Todavia, não se encerra no reordenamento jurídico-institucional a estratégia do capital de articular desigualmente as territorialidades nacionais e regionais, com a possibilidade de optarem por diferentes locais para estabelecerem suas unidades de acumulação, as corporações transnacionais estimulam a concorrência entre os Estados nacionais (em suas diferentes escalas de organização política), para proverem de ofertas generosas para o capital mundializado, quer seja através da garantia de investimentos na infraestrutura necessária para a realização das atividades, quer seja pelos subsídios fiscais oferecidos.

Um dos elementos que compõem o rol de exigências destas corporações está relacionado diretamente à capacidade dos trabalhadores locais de executarem as atividades propostas de acordo com o escopo tecnológico que a empresa pretende instalar. Isso remete diretamente à necessidade de adequação da força de trabalho local à formação profissional exigida pelo capital mundializado.

Desta forma, o esforço, ou pelo menos a retórica, do Estado brasileiro em estar promovendo um abrangente programa de qualificação profissional através do PLANFOR, embora renomeado para PNQ, mas com o mesmo objetivo, está vinculado intimamente à vontade de que a qualificação da mão de obra local seja um atrativo interessante para definir as escolhas de investimento.

Esses são elementos que reforçam a dinâmica territorial do capital em sua ofensiva acumulativa, levando consigo seu efeito destrutivo, contraditoriamente favorecendo sua expansão, como por exemplo, a dilapidação dos direitos sociais do Estado do Bem Estar Social nos países desenvolvidos, e limitando sua acumulação, com a diminuição dos salários do trabalhador.

Por outro lado, as organizações dos trabalhadores estão de forma geral, ainda estabelecidas sob o marco da divisão profissional e territorial dos empregos, e isto dificulta o estabelecimento de ações mais abrangentes para o estabelecimento de formas não-regressivas de exploração do trabalho.

No caso brasileiro, este controle territorial sobre a representação política aparece claramente na legislação trabalhista, que entre outras coisas propugna a delimitação do município como limite da ação sindical, prevalecendo a fragmentação territorial da representação sindical. Mesmo que isso possa ser subvertido pela existência de sindicatos de abrangência territorial mais ampla (regional, estadual ou mesmo nacional) ou pelas próprias centrais sindicais, a existência desta limitação impõe obstáculos e preserva uma diferenciação importante em termos da dinâmica territorial do capital e a dinâmica territorial do trabalho. A polêmica instalada sobre a unicidade sindical, no bojo das discussões sobre a reforma sindical, são um exemplo importante de arraigamento – em alguns segmentos sindicais - de proposições baseadas em modelos europeus de representação sindical, ao mesmo tempo que outros segmentos têm na unicidade, a possibilidade de monopólio da representação e o exercem encastelando-se nos sindicatos⁹⁰.

Mas a participação do território na delimitação da ação sindical vai além do regramento institucional. É importante considerar que a imposição legal não teria efeito se não tivesse um mínimo de legitimidade entre as próprias organizações sindicais, a despeito do caráter autoritário que historicamente marcou a constituição dos sindicatos no Brasil, principalmente após a CLT (1943). O que pretendemos frisar é que os sindicatos e os trabalhadores estão em maior ou menor grau sujeitos à fragmentação, em grande parte devido às identidades forjadas sob determinadas territorialidades, ou seja, em maior ou menor grau identificar-se como pertencentes a algum lugar/categoria/corporação faz mais sentido para os trabalhadores e para os sindicatos do que identificar-se enquanto classe social.

Segundo Thomaz Jr. (1997) a gestão territorial das entidades sindicais renova as fissuras corporativas, desestimulando a identidade de classe, combinando a dimensão territorial e categorial na estrutura sindical e na própria ação sindical, no caso referenciado pelo autor das entidades sindicais dos trabalhadores rurais, cuja dinâmica vertical (FETAESP e FERAESP) estimula ainda mais o corporativismo com a busca de manutenção de suas estruturas através da conquista territorial, pela via da criação de sindicatos de categorias diferenciadas – permitido pela legislação sindical – ou através da conquista de

⁹⁰ Sobre a discussão recente sobre a unicidade sindical ver Santos (2003)

direções sindicais, sem isso muitas vezes significar mudança significativa para os trabalhadores.

Nem sempre pode-se fazer a relação direta e mecânica entre a centralização progressiva e a concentração do capital com a concentração física da produção, para Murray (*apud* Antunes, 1995) a descentralização produtiva articulada ao avanço tecnológico, adquiriu, no caso italiano, o sentido de combate à autonomia e coesão dos trabalhadores italianos, pois utilizou-se da característica estruturante do sindicalismo italiano de basear-se no trabalhador coletivo de massa para dificultar as mobilizações sindicais que incorporem esse trabalhador coletivo mais fracionado e segmentado.

Para Bihl (1998) o proletariado apresenta-se fragmentado em três seções que são articuladas pela exploração do trabalho, mas que têm se apresentado como um obstáculo importante para a unidade política dos trabalhadores.

Um primeiro segmento caracterizado pelo emprego estável e com todas as garantias que o direito social e trabalhista existente lhes preserva, esse é o setor que apresenta diminuição crescente, com o prolongamento da crise. Outro segmento caracteriza-se pelo desemprego de longa duração, são os trabalhadores excluídos do trabalho, o que significa para muitos destes trabalhadores a pobreza e a miséria, por ficarem distantes da seguridade social, cada vez mais restrita.

Um terceiro segmento ocupa uma posição intermediária entre o núcleo estável e os trabalhadores excluídos do emprego. Compõe uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, são os trabalhadores de empresas terceirizadas ou que operam por encomenda, trabalhadores em tempo parcial, sem muitos dos benefícios garantidos aos trabalhadores estáveis das mesmas empresas, trabalhadores temporários, estagiários, trabalhadores da economia subterrânea.

Os efeitos sobre o movimento sindical podem ser sentidos pelas dificuldades de agregar tais situações heterogêneas do trabalho à construção da unidade política para ampliar o espectro da segurança social, com expansão dos direitos sociais, incorporando tanto os trabalhadores do terceiro segmento à legislação trabalhista, quanto os trabalhadores do segundo segmento, estabelecendo práticas de integração social e às lutas sociais.

[...] todos os estudos efetivados sobre o desenvolvimento do desemprego e da instabilidade mostram que estes tendem a reativar e a reforçar as antigas divisões e desigualdade de status no seio do proletariado (BIHL, 1998, p. 86).

A nova configuração da produção capitalista significou em profundas alterações no modelo da fábrica fordista. Isso repercutiu diretamente na capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores. Essa nova configuração, segundo Bihl (1998) caracteriza-se por três formas:

1) A fábrica difusa, na concentração típica do padrão fordista, à medida que se ampliava tal concentração acima de certo nível, os custos excedentes tornavam inviáveis à concentração, além disso, a concentração facilitou a organização sindical. Aos poucos foi se estabelecendo a necessidade de tornar as fábricas menores, articulando um leque maior de fornecedores ou de unidades fabris, porém, em tamanhos menores.

2) A fábrica fluida, com a produção tendo em perspectiva o contínuo ideal, sem tempo morto, o que representa uma certa evolução do taylorismo. Isso resultou na exclusão de algumas categorias profissionais, como os operários especializados, desestabilizando outras categorias como os antigos operários qualificados e também ascendendo outras categorias, como os operários em sistemas automatizados.

3) A fábrica flexível, com a capacidade produtiva ajustada a uma demanda variável, tanto em volume quanto à composição desta demanda. A flexibilidade do processo produtivo requer uma organização flexível do trabalho, isso faz com que a mão-de-obra tenha que se tornar polivalente, com ampliação das qualificações. Nem tanto maior qualificação no sentido de especialização, mas sobretudo qualificações diferenciadas, reorganizando o paradigma da produção em linha para a produção em equipe. Isso aumentou a cisão entre os trabalhadores, devido à flexibilidade da força de trabalho, com o afrouxamento das condições jurídicas do contrato de trabalho (trabalho parcial e temporário), subcontratação e trabalho por encomenda.

Segundo Moreira (1997) a técnica age unindo a diversidade ao seu padrão uniforme, o que significa dizer que ela suprime e redimensiona os segmentos da vida em simples frações da divisão territorial do trabalho, fragmentando e articulando os locais (de produção e circulação) num espaço uniformizado pelo modo de produção capitalista. Essa uniformidade técnica é orientada para a hegemonia de classe, convertendo as diferenças em unidade da função econômica, apresentando a desigualdade social como forma natural da diferença.

Relacionam-se às estas mudanças técnicas, as mudanças no mundo do trabalho, conforme já tivemos oportunidade de tratar. No entanto, a análise torna-se mais complexa quando nos reportamos a dimensão territorial desta repercussão, pois se em termos

de sociabilidade transformam-se alguns padrões no mundo do trabalho, diluindo a perspectiva do pleno emprego nos países desenvolvidos, ou no caso brasileiro, destruindo a possibilidade de inserção no consumo através do emprego, já que a remuneração salarial é extremamente baixa, em termos territoriais o padrão sindical de identificação regionalizada e a baixa articulação entre os trabalhadores de diferentes categorias profissionais agem contra as alternativas de resistência dos trabalhadores, além disso, a articulação territorial que o capital enseja, significa a articulação da totalidade social, o que implica na hegemonia do pensamento burguês em todas as esferas da vida social. Isso permite pensar a totalidade territorial do trabalho hegemônica pelo capital como a fragmentação das dimensões da vida do trabalhador, o que permite o uso do território fetichizado como instrumento de controle do capital.

Diversas são as dimensões com as quais os trabalhadores se identificam, fragmentando inclusive sua representação política, os sindicatos restringem-se à confrontação direta com o capital, no plano da circulação da força de trabalho, ou seja, estão majoritariamente restritos às demandas da venda da força de trabalho, não promovendo a articulação espacial do trabalhador, que ora é representado pelos próprios sindicatos nas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, ora são representados por associações de moradores para reivindicarem melhorias no bairro, ora articulam-se nas igrejas para demandas sociais, como o combate à fome, enfim sem representação unitária e classista, pois os partidos de trabalhadores que reivindicam essa unidade são também fragmentadores da representação, pois acomodam-se ao sistema sócio-metabólico do capital, não constituindo-se verdadeiramente em partidos operários, classistas e anticapitalistas.

Neste sentido a participação dos sindicatos na formação profissional poderia ampliar o leque de inserções dos sindicatos nas esferas da vida social, porém, tal participação é parametrizada pelas necessidades do capital, e os sindicatos em sua grande maioria acomodam-se à uma participação assistencialista com algumas contribuições para o indivíduo, ampliando sua esperança de emprego, mas sem construir a unidade de classe.

Também a norma social de consumo é alterada com as transformações do capital, repercutindo nas identificações que o trabalhador faz de si mesmo, principalmente no caso do consumo coletivo, com a substituição do Estado pelo mercado nas áreas de saúde, educação, assistência social, o que contribuiu ainda mais para a fragmentação dos trabalhadores, já que estipulou uma divisão entre os que podem pagar por tais benefícios privatizados e outros que não têm essas condições, e ficam dependentes da assistência estatal,

em franca deterioração, esvaziando o debate político sobre os serviços estatais com a divisão destes.

A fragmentação dos trabalhadores provoca o enfraquecimento do sentido de pertencer a uma classe, pois aparentemente a distância entre trabalhadores inseridos em condições desiguais no processo produtivo é de tal ordem que não se justifica identificarem-se como tais, já que os interesses são diferentes entre eles, ou às vezes, até contraditórios, como quando se caminha na perspectiva das identidades territoriais, com os trabalhadores de determinados lugares reivindicando a instalação ou manutenção das empresas em seu território, lutando contra os trabalhadores do “território inimigo”.

Isso torna-se mais agravante quando nos reportamos ao papel que a mundialização do capital tem na separação entre a esfera econômica e política da sociedade, pois à esfera estatal restringe-se o campo da ação social e política, na gestão do capital, ficando a gestão econômica sob as determinações diretas dos agentes do capital, sem que essa dupla forma de gestão sinalize para qualquer tipo de enfraquecimento do controle de classe exercido pelo capital.

Para Smith (1988) o desenvolvimento desigual, mais evidente com a mundialização do capital, é a marca própria da geografia do capitalismo, pois é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. (SMITH, 1988, p. 19)

Nesse contexto, o movimento sindical de uma forma geral, tem no território nacional os limites de sua atuação, pois tem de um lado o regramento jurídico institucional delimitando o território da ação, que no Brasil restringe ainda mais estes limites à escala municipal, ou intermunicipal, para muitas categorias profissionais, provocando uma atomização da representação sindical, que se intensificou com a maior democratização do controle estatal sobre os sindicatos a partir da Constituição de 1988. Por outro lado, o movimento sindical, principalmente sob a influência social-democrata, pautou sua ação pela conquista dos Estados nacionais, como estratégia de luta.

Assim, o desenvolvimento transnacional do capital torna inoperante todas as estratégias de luta experimentadas, no quadro do Estado nação, pelo movimento operário ocidental, sob hegemonia social-democrata. Ao mesmo tempo, os modelos organizacionais atuais do movimento operário também são colocados em questão. (BIHR, 1998, p. 119)

A dinâmica territorial do capital, que articula as instituições do Estado nacional no controle social da classe trabalhadora, com as instituições transnacionais do capital, retira dos sindicatos a posição privilegiada que haviam conquistado com a manutenção por certo período do Estado-nação como escala territorial de estratégia do capital. Com a transterritorialização deste Estado pelo capital transnacional, os sindicatos perdem as conquistas obtidas no âmbito do Estado-nação, e a partir do desmonte de suas estratégias centrais, o capital consegue rearticular nas diferentes escalas sua hegemonia territorial, ora fazendo prevalecer a competitividade transnacional como justificativa para o rebaixamento das exigências dos trabalhadores, ora reiterando os particularismos locais como forma de evitar a unidade política dos trabalhadores em âmbito planetário.

Dessa forma, a força de trabalho, desvalorizada pelas transformações profissionais e ocupacionais da reestruturação produtiva, migra para os locais de concentração de riqueza (mesmo que relativa), enquanto que a força de trabalho valorizada migra para gerir a produção em diversas partes do mundo, ou seja, a força de trabalho move-se segundo a lógica do capital (Del Roio, 2002).

Além disso, como nos lembra Bihl (1998) o cimento ideológico do sindicalismo social-democrata, forjado durante o período do compromisso fordista, em que o fetichismo de Estado e o nacionalismo ganharam proporções significativas na práxis sindical, fez com que o movimento sindical e os partidos a ele articulados, ficassem atados quando o Estado-nação foi redimensionado, a partir da ofensiva neoliberal e das amarras construídas pelo capital transnacionalizado e financeirizado, pois as conquistas eleitorais de partidos de esquerda se mostraram frustradas pela incapacidade de reverter o quadro geral de precarização⁹¹.

Enfim, a DIT hierarquiza severamente os diferentes espaços econômicos mundiais, coloca-os em concorrência e pode, em certos casos, tornar contraditórios os interesses imediatos de diferentes partes do proletariado mundial (BIHR, 1998, p. 121)

Estimular a identificação territorial como estando acima do sentido de pertencimento de classe, favorece bastante a concorrência dos locais na atração de

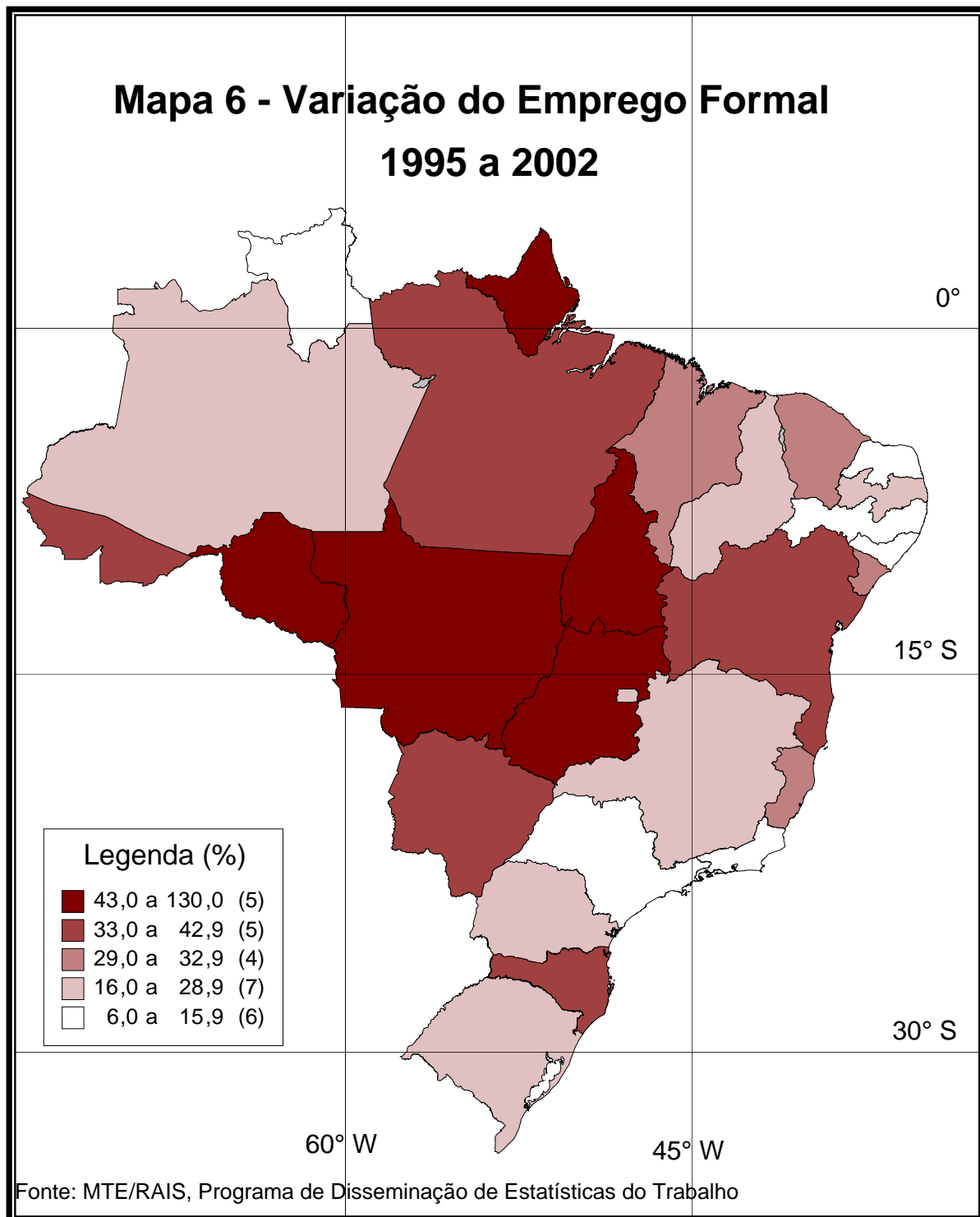
⁹¹ No Brasil, só a partir da eleição de Lula essa frustração pode ser sentida de forma contundente no movimento sindical, particularmente no âmbito da CUT, face à perplexidade desta central quanto as ações que devam ser realizadas para obstruir o avanço das medidas neoliberais no governo Lula.

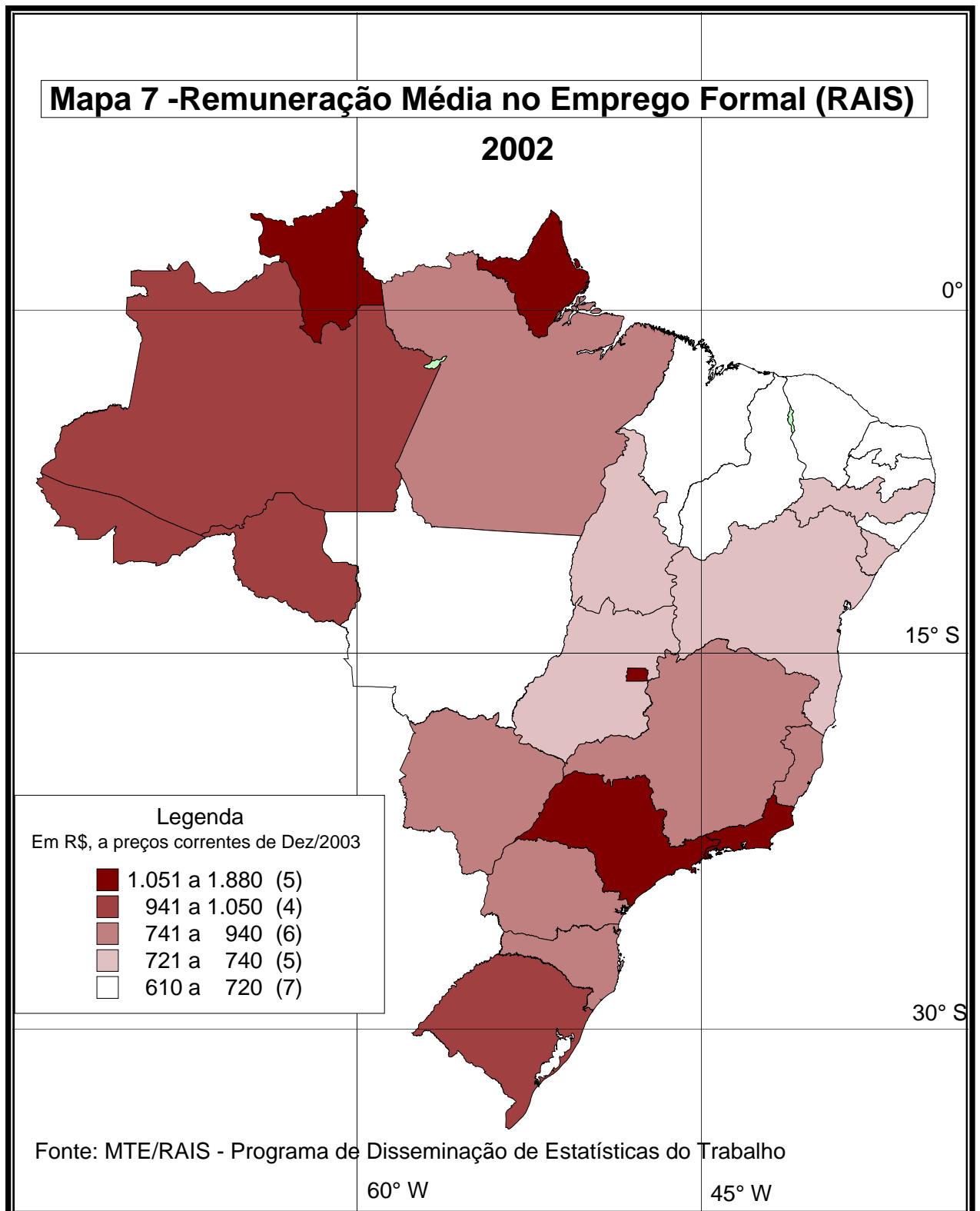
investidores, e o controle sobre esta identificação territorial garante ao capital um instrumento refinado de bloquear tentativas de solidariedade entre os trabalhadores, mantendo-os politicamente fragmentados. Tal uso do território vai além da materialidade que o próprio território possui, para compor um dos instrumentos de controle social, que passaremos em seguida a debater, tendo em vista os impactos que a proposta de formação profissional do Estado brasileiro tem sobre os sindicatos.

O território é uma das dimensões deste controle, que simultaneamente busca disciplinar o tempo e o espaço da vida às necessidades da produção capitalista. (Moreira, 1997), o que é perceptível com a similitude de organização de todas as esferas da vida social ao padrão de organização do trabalho fabril - fragmentação e adequação do tempo diário, periodizando-o em tarefas previamente qualificadas como a hora de dormir, a hora de levantar, a hora de trabalhar, a hora de almoçar...; estanquização do espaço em locus diferenciados de viver, de trabalhar, de lazer, com a própria divisão rígida do trabalho espelhada na divisão do lar em cômodos, a padronização de locais distantes e simultânea diferenciação em padrões produtivos e de consumo.

Portanto, ao nos referenciarmos no território como dimensão de controle, estamos nos reportando diretamente ao exercício do domínio da produção do espaço em suas diferentes escalas, o que só é possível tendo-se em conta a dimensão do controle que o capital exerce sobre a sociedade (Smith, 2000).

No Brasil tal domínio sobre a produção do espaço pode ser evidenciada nas transformações na distribuição do emprego formal entre as Unidades Federativas, com aumento da participação das regiões menos desenvolvidas (Mapa 6), em que os salários médios são inferiores aos praticados nas regiões mais desenvolvidas (Mapa 7), demonstrando que a mobilidade do capital altera o perfil da distribuição do emprego em busca de vantagens competitivas em que o custo da mão-de-obra tem papel significativo.





O capital realiza continuamente transformações no regramento institucional que ora parcelizam o território, tornando-o descontínuo em seu fato econômico, com os diversos protecionismos mercantis e regionalismos produtivos, ora subvertem esta parcelização retirando as “artificialidades” advindas com as políticas econômicas nacionais e/ou regionais, globalizando seu fato econômico e homogeneizando sua geografia. Assim é que vivemos no atual momento; uma fase de expansão das forças transnacionais, expressas nas grandes corporações, porém é preciso cautela ao eleger este movimento do capital entre nações como a face exclusiva da globalização, fornecendo uma falsa impressão de que estas trocas ocorrem sob a tendência de equalização dos países, ignorando o fato de que se trata de uma mundialização majoritariamente marcada pela presença das grandes corporações dos países desenvolvidos, mais precisamente com a marca hegemônica do capitalismo estadunidense, num arroubo caracterizado por alguns como imperialista.

A reestruturação produtiva, de certa forma, criou a necessidade de uma nova qualificação dos trabalhadores para o capital. Assim com isso há o esforço dispendido pelos Estados nacionais de promoverem a rápida adequação da força de trabalho às exigências da reestruturação produtiva, incluindo os esforços de qualificação e requalificação no rol de políticas públicas voltadas a garantir o investimento.

A qualificação que se deseja do trabalhador está voltada a flexibilidade de funções que pode desempenhar, além do treinamento com maquinário e equipamentos informatizados, que como vimos no Brasil está mais relacionada à internalização dos processos de gestão do trabalho do que necessariamente ao uso da automação, o que requer, de forma geral, uma adaptação do trabalhador à gestão flexibilizada do trabalho, exercendo várias funções.

Assim, a vantagem competitiva, em termos de força de trabalho, está de alguma forma relacionada a esse “acúmulo” de qualificações do trabalhador, funcionando como atributo a ser considerado para investimento, porém articulado a variáveis como o custo da mão de obra. Isso ganha dimensão particularmente interessante para nosso debate, considerando a qualificação da mão de obra como um componente importante na decisão de investimento das empresas, que portanto compõe um fator territorializado, pois são trabalhadores que habitam determinado local, e que a distribuição territorial desta mão de obra qualificada permite maiores facilidades para a mobilidade do capital.

Dessa forma, a participação dos sindicatos volta-se contra os trabalhadores na forma de maior liberdade do capital em seu deslocamento territorial, ampliando o leque de alternativas já que a disseminação da qualificação profissional amplia o território da força de

trabalho adequada à exploração pelo capital em sua fase de reestruturação produtiva, o que permite a ampliação do cenário de mobilidade do capital.

Uma das evidências pode ser constatada na estratégia do PLANFOR de incentivar a participação dos sindicatos nos cursos de qualificação profissional, ampliando com isso a rede de educação profissionalizante, intensificando a capilaridade desta rede no território, em que são apresentados os municípios em que houve presença de sindicatos, nos cursos de formação profissional como no PEQ/SP de 1999, notando-se a expressiva disseminação da participação destes.

O capital, portanto, enseja dinâmicas territoriais, mas não é por elas limitado, a não ser pontualmente ou quando isso envolve disputas inter-capitalistas, tendo à sua mão a livre movimentação de sua representação política, vinculado unicamente ao seu próprio fato econômico (Thomaz Jr., 2002). Quanto ao trabalho, o que vemos é o contínuo esforço de mantê-lo preso a limitações territoriais rígidas, que se não o mantém fixo enquanto força de trabalho, delimita seu campo de ação política, fragmentando sua representação no caso dos sindicatos nas corporações sindicais ou criminalizando-os como imigrantes ilegais, aproveitando e fomentando o componente cultural do preconceito racial e sexista para manutenção de taxas diferenciadas de exploração do trabalho.

Assim, os trabalhadores têm esferas da representação política que se fragmentaram em categorias profissionais. Além disso, a representação sindical transmuta-se em localismos diversos, desde a escala municipal até a escala nacional, quando o que está em jogo é a capacidade de resistência à exploração do trabalho sob o capital mundializado. Isso tudo compromete a compreensão de pertencimento de classe, pois os trabalhadores se identificam como componentes parciais do processo de trabalho, na razão direta da divisão técnica, cada vez mais territorialmente divididos.

Esse despertencimento tem papel fundamental na aceitação por parte dos sindicatos das formulações mais gerais do PLANFOR, a partir de 1995, e no contexto da década de 1990, batizada por alguns autores como a década neoliberal, pelo predomínio de políticas econômicas inspiradas no liberalismo econômico que farão os sindicatos declinarem de posturas agressivas, inclinando-se para o concertacionismo social e propositivismo.

Para compreender as implicações da concordância dos sindicatos aos preceitos estabelecidos pelo PLANFOR, é necessário entender a qualificação/formação profissional como componente da formação do trabalho para o capital, o que pretendemos realizar no capítulo 5.

CAPÍTULO 5

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

SOB O CAPITAL

O trabalho sob o capital apresenta-se como trabalho abstrato, produtor de valores de troca. Essa é uma assertiva fundamental para tentarmos compreender os sentidos da formação do trabalhador sob o capitalismo, pois se resgatarmos o caráter ontológico do trabalho, verificaremos em Marx e Lukács, que ele é que forma o ser social, e esse cria outras dimensões de sua vida social, que redefinem as funções do próprio trabalho.

Mais do que uma aparente definição teológica, o trabalho surge para o homem como a ação intermediante do homem com seu meio, ação que se realiza pré-ideada, mas que não se restringe à pré-ideação, pois ela é objetivada, e enquanto tal, surge para o ser social a recriação de sentidos daquilo que havia sido pré-ideado.

É então, o trabalho como protoforma do ser social, que buscaremos analisar neste capítulo; verificando em dois momentos a formação do trabalhador para o trabalho sob o capitalismo. Num primeiro momento o caráter ontológico do trabalho e os significados disso para a formação do trabalhador e, em outro momento a compreensão de como as transformações no trabalho capitalista ensejam um trabalhador de novo tipo, adequado às proposições da reprodução ampliada do capital.

A formação profissional, enquanto momento da formação do trabalhador no capitalismo, quando confrontada com o caráter polissêmico do trabalho, apresenta significados mais amplos que o da mera habilitação técnica, assumindo a própria formação do trabalhador como seu objetivo mais amplo, pois sem tal formação as profissões deixam de ser úteis para a reprodução do capital.

Isto é, a formação do trabalhador em seu sentido mais amplo, com a ideologia do capital assumida pelo trabalhador como sua visão de mundo, deve ser buscada pelo capital em todas as esferas da totalidade social, para que o próprio trabalho seja transformado em fonte de estranhamento e desidentidade de classe.

O capital não pode prescindir da submissão da totalidade da prática social aos imperativos da reprodução do capital, “Pois a reprodução dessa relação social central, que é o capital, depende de elementos e de condições que sua dinâmica econômica (seu processo de acumulação) sozinha não tem possibilidade de garantir” (Bühr, 1999, p.144).

Disso decorre que a formação profissional deve ocorrer segundo as necessidades do capital, portanto, de forma a manter apenas parcial o conhecimento do trabalhador sobre o processo de trabalho. Caso contrário, com uma formação profissional que proporcione o conhecimento pleno para o trabalhador de todo o processo produtivo o levará o trabalhador a ter no próprio trabalho a fonte da construção deste conhecimento, tornando-se independente do capitalista, o que provocará a perda deste, do controle do processo de produção. Daí que a formação profissional no capitalismo deve ser sempre parcial e acompanhar as especializações da divisão técnica do trabalho, sob o risco de desconstrução da lógica do capital.

A apropriação da práxis social, segundo os termos de Bihr (1999), envolve o controle sobre a produção do capital constante (infra-estrutura material) e a produção/reprodução do capital variável, o que significa que a formação do trabalhador deve ocorrer moldando-o às necessidades da reprodução do capital, embora isso não pode ocorrer sem gerar contradições com o próprio capital em processo⁹².

Isso porque muitas vezes a formação profissional é apresentada como um elemento neutro do processo de trabalho, enquanto elemento necessário para o aumento da produtividade, independente de suas conotações de classe. A aparente naturalização que acompanha a formação profissional no capitalismo camufla o sentido do controle do processo produtivo que o capitalista exerce e intensifica com a divisão técnica e social do trabalho.

Essa redução do trabalho a fator produtivo, não permite vislumbrar a própria redução que o trabalho – enquanto protoforma do ser social – apresenta no capitalismo, que em sua concreticidade localiza-se no plano da luta de classes. A postura de encarar o trabalho sob o capitalismo, como sendo a “atividade natural” da relação do homem com a natureza, é empobrecedora do debate e só mantém-se com ares de discussão pertinente, por seus evidentes desdobramentos políticos.

As necessidades que se impõem aos trabalhadores enquanto elementos formadores de seu saber técnico estão longe de serem neutras e definidas meramente pela “imposição” do avanço tecnológico, sendo que este mesmo é configurado pelas determinações do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes.

⁹² A tendência de reduzir a vida social às determinações do capital esbarra na própria necessidade de que o capital necessita do ser social para existir, a contradição entre a heteronomia e autonomia, o que leva à “[...] impossibilidade de uma sociedade integralmente capitalista, integralmente submetida às exigências da reprodução do capital” (BIHR, 1999, 149).

Baseamos nossas reflexões, portanto, na compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, o que se traduz em superar o aparente dilema que se interpõe entre a centralidade ontológica do trabalho e a irreduzibilidade do ser social ao trabalho.

Em outras palavras, quando nos reportamos a compreender o trabalho como fundante do ser social, queremos apontar que é na sua atividade que se encontram os elementos que transformam o homem em ser social, cuja evolução (em seu sentido espiralado, não-linear) leva o homem a criação de outras esferas sociais que “autonomizam-se” em relação ao trabalho, podendo de certa forma, influir mesmo sobre ele, definindo-lhe conteúdos e sentidos “estranhos” aos seus desígnios, o que é próprio de um fundamento ontológico, que enquanto tal, permite ir além de si mesmo, o que para o trabalho significa uma crescente socialização do ser social⁹³.

Nessa perspectiva nos referenciamos para compreender a educação enquanto esfera social determinada pelo trabalho, porém autonomizada, ou seja, no desenvolvimento do complexo dos complexos a educação adquire valoração de acordo com as determinantes da sociedade capitalista.

Delimitar nosso campo de debate é fundamental para não confundirmos a centralidade ontológica do trabalho, com a centralidade política do proletariado, pois em algumas circunstâncias o debate sobre a própria centralidade do trabalho assume a identificação redutora do trabalho com o operariado, e, por conseguinte, a identificação trabalho-emprego, o que só é capaz de gerar confusões pouco estimulantes para o debate, já que procura apresentar grupos sociais que não teriam mais no trabalho seu momento fundamental de identificação, como portadores de um potencial anticapitalista⁹⁴.

Este debate, particularmente, apresenta como prerrogativa o declínio do operariado típico do fordismo, ou seja, o operário fabril e de grandes concentrações em uma mesma unidade produtiva, como sendo o declínio da própria classe trabalhadora e, em consequência, do trabalho como figura central na coesão social⁹⁵.

⁹³ A discussão sobre a centralidade do trabalho é bastante ampla, tendo sido tratada com especial ênfase no campo marxista, em nosso caso procuramos através da leitura de dois trechos da obra de Lukács (Por uma ontologia do ser social – O trabalho e A reprodução da sociedade como totalidade), e do livro de Sérgio Lessa (1997), em que o autor debate a centralidade do trabalho polemizando com os autores que apregoam o descentramento do trabalho, principalmente Habermas, de forma a construir nosso texto para compreensão da articulação entre o trabalho, a formação do trabalhador e a reprodução do capital, numa perspectiva geográfica.

⁹⁴ Neste sentido estão presentes as teses do grupo Krisis, que evocam a necessidade de superação da ordem do capital, pela superação do trabalho, impingindo um manifesto contra o trabalho, de alguma forma reduzindo a classe trabalhadora ao operariado fabril, ver Kurz (1993).

⁹⁵ Este é o principal sentido das teses elaboradas por Offe (1989), que além disso justifica a perda da centralidade do trabalho através da constatação da diminuição da produção científica voltada ao trabalho, fazendo uma confusão entre a sociologia da ciência com a própria sociologia, negligenciando completamente o caráter parcial

Desta mesma forma alguns autores apresentam um esgotamento dos conflitos políticos assentados na luta de classes, decorrente da incorporação da classe trabalhadora na mesma lógica societal do capital.

Ora, o que essas prerrogativas escondem é a forma histórica do trabalho sob o capitalismo; o estranhamento provocado pela alienação do produto do trabalho de seus produtores diretos na transformação dos produtos deste e dos sentidos que recobrem a vida sob o trabalho, que por sua vez está sob a égide da mercadorização da sociabilidade do ser social.

Entender que os complexos sociais fundados pelo trabalho sejam capazes de delimitar os parâmetros de atuação dele mesmo, ou seja, um retorno para o próprio trabalho daquilo que funda o ser social, e que por sua característica intrínseca de não se esgotar na realização do trabalho, vem a definir como uma realização do criador, que como criatura, ganha vida própria.

Em primeiro lugar é fundamental a compreensão de que o trabalho é a mediação necessária entre o homem e a natureza, seja porque é através dele que o homem supre suas necessidades básicas de sobrevivência, retirando da natureza aquilo que lhe convêm, ou porque nessa relação o homem transforma sua própria natureza, da mesma forma que todos os outros seres vivos que se relacionam com ela, mas sendo só este capaz de obter nesta relação um salto qualitativo de sua consciência, um salto ontológico, para sermos fiéis a Lukács.

Tal salto tem no trabalho seu momento fundante, pois é na sua esfera que o homem executa o ato teleológico, aquilo que o permite ter em sua mente o que se objetiva quando se põe a trabalhar, antes mesmo de efetivar a transformação daquilo que se propõe.

No mundo dos homens, segundo Lukács, temos um processo em tudo e por tudo distinto. Em primeiro lugar, porque as transformações apenas podem vir a ser por meio de atos teleologicamente postos que exibem, sempre, um caráter de alternativa. Isto confere à processualidade social uma qualidade radicalmente distinta da natureza (LESSA, 1997, p.43)

Compreende-se, como já dito anteriormente, que a causalidade, o conjunto das coisas existentes, é transformada em causalidade posta, pelo ato teleológico, ou seja, o ser-em-si existente é levado à transformação num sentido preciso, fornecido pela teleologia, que só é crível de existência no interior do trabalho, que por sua vez só torna possível essa inteligibilidade quando verificamos a existência da alternativa.

O que a citação acima propõe para o debate vai além da relação do homem com a natureza, para situar-se na dinâmica intrínseca do trabalho de extrapolar-se e redefinir-se em outros complexos sociais, sua socialização. Pois, com o trabalho sendo o momento que unifica o mundo dos homens, onde a utilização da natureza na processualidade social e os objetos naturais não têm transformado seu estatuto ontológico, apenas estão agora, enquanto causalidade posta, objetivados nesta síntese que é o mundo dos homens.

Mas, o que efetivamente há no trabalho que lhe dá esta característica ontologicamente intermediária de fundar o ser social, mas de não prendê-lo à sua esfera exclusiva?

Antes mesmo de procurar uma saída simplista para o problema proposto, cabe entender na *démarche* lukacsiana a busca dos meios e a posição do fim como momentos distintos do ato teleológico, e que permite compreender a autonomização dos complexos sociais fundados pelo trabalho.

Enquanto ato teleológico, o trabalho requer para sua plena realização o conhecimento da legalidade das “coisas” que devem ser transformadas num sentido conhecido. Esse momento é o da busca dos meios, que, no limite é a razão de ser da curiosidade humana, fundadora da ciência por exemplo, mas que não pode a ela imputar exclusividade na busca do conhecimento da legalidade existente.

Porém, esta busca dos meios não se encontra desarticulada dos outros complexos sociais, e fundamentalmente suas determinações encontram-se na posição do fim, ou seja, na finalidade proposta ao trabalho, neste sentido, o processo de valoração social é imprescindível para compreender como se relacionam indivíduo e processualidade social, pois são nos valores entronizados no indivíduo que estão configurados os atos que realizam como trabalho, como ato teleológico. Portanto, embora somente ao indivíduo possa ser atribuído o ato teleológico, este ato não deve ser considerado isolado do processo social, já que é o

contexto dos complexos sociais que contribui para a definição das alternativas postas aos indivíduos.

Para finalizar a questão proposta cabe salientar outra característica presente no trabalho, e que também está relacionada aos “saltos” que este proporciona ao ser social. Trata-se da alienação, entendida como o momento em que a causalidade, transformada em causalidade posta, transmuta-se em algo que já não pertence ao seu realizador, ou seja, a objetivação do ato teleológico faz com que o ente objetivado ganhe contornos e sentidos “próprios”, diferentes daqueles que lhes foram atribuídos.

É esta alienação que é capaz de fornecer ao ser social resultados diferentes daqueles planejados anteriormente. Ao concretizar o trabalho, o resultado dele passa a ser apreendido diferencialmente pela sociedade, adquirindo novos sentidos e que podem ser incorporados aos objetos desta sociedade. Com o desenvolvimento da ciência e do capitalismo, tais resultados são cuidadosamente avaliados e a alienação sob o capital deixa de ser apenas um momento da realização do trabalho, para ser incorporada como estratégia de domínio do capital sobre o trabalho, já que seu resultado do trabalho é alienado não só em sua propriedade pelo capital, como também na interação que poderia realizar com o trabalhador, passando a ser uma relação estranhada entre o trabalhador e o resultado de sua obra.

5.1 – O Sentido Ontológico do Trabalho na Formação do Ser Social

Assim, o trabalho como momento fundante do ser social, cuja posição ontologicamente intermediária potencializa outros complexos sociais e a educação como esfera do ser social, autonomiza-se sobredeterminado por outras relações sociais, que sobre a égide do capital, adquire a expressão fenomênica da mercadoria.

Antes de aprofundarmos nossa discussão sobre a esfera social da educação e do conhecimento no ser social, é preciso salientar que a preocupação de Lukács assenta-se na busca de uma ontologia do ser social, não uma ontologia geral, o que é significativo, já que não há pretensão de reduzir a ontologia a ontologia do ser social, e também não se reduzir a ontologia do ser social ao trabalho, isto seria injusto com o “espírito” de Lukács.

Creio que uma das noções fundamentais neste sentido é o da historicidade do ser social, somente compreensível em sua magnitude para o pensamento marxista, quando nos reportamos ao próprio Lukács:

Para compreender de maneira justa o marxismo, a historicidade do ser, enquanto sua característica fundamental, representa o ponto de partida ontológico que leva à correta compreensão de todos os problemas (Lukács apud LESSA, 1997, p. 32)

Essa ressalva é importante, pois não se trata de levar a história à condição de ser. É fundamental para compreensão da ontologia do ser social, que não há nenhuma possibilidade de que a história tenha um caráter teleológico, o ser social é que é histórico, de forma que a essência e expressão de sua forma sejam compreendidas em uma historicidade em que o ato teleológico, no interior do trabalho, só é realizável pelo indivíduo.

Não se deve confundir tal perspectiva com a ausência de sentido do ser social, porém é claro que tais sentidos encontram-se não no ato teleológico em si, mas no processo de valoração, constitutivo da finalidade do trabalho.

Assim a historicidade do ser social é compreendida como a possibilidade concreta de continuidade, de irreducibilidade da essência ao fenômeno, simultaneamente à sua ineliminável distinção, pois conforme assevera LESSA (1997, p. 33): “[...]o ser é histórico, porque sua essência ao invés de ser dada *a priori*, se consubstancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico”.

Ou seja, tendo na essência o *locus* da continuidade, é preciso salientar que seu desenvolvimento desdobra-se concretamente através das mediações do ser-precisamente- assim das formas fenomênicas, que por sua vez, influenciam decisivamente no desdobramento posterior da essência, determinações reflexivas essência-fenômeno, portanto.

Coloca-se premente, então, compreender no esquema geral explicativo de Lukács o trabalho como momento fundante do ser social. Isto é possível com a compreensão de que a objetivação é o momento do trabalho em que há a transmutação da teleologia em causalidade posta, sendo que o ato teleológico só é possível de existir no interior do complexo trabalho, compreensível pela categoria da alternativa.

Em outras palavras, o ato teleológico imprime à causalidade a transformação em causalidade posta, que por sua vez em outro momento será a causalidade que outro ato teleológico transformará. Desta forma, o trabalho fundando o ser social é transformado pelas esferas sociais que se autonomizam, como acontece com a criação e dominação do produção dos valores de troca sobre a produção de valores de uso, que foi possível com a sobredeterminação do trabalho pelo trabalho voltado à produção de mercadorias. Isto acontece sem alterar a essencialidade do trabalho, enquanto ato ontológico do ser social na sua relação com a natureza.

Para a realização do ato teleológico interpõe-se como necessária a busca dos meios para a transformação desejada, este é o momento da ontologia lukácsiana em que se funda a busca do conhecimento e, por conseguinte, da ciência e da educação formal.

Para a correta transformação, no sentido teleológico desejado, faz-se necessário compreender a legalidade da causalidade, já que sua incompreensibilidade impossibilita a transformação teleológica. Assim, é que na busca pelos meios adequados que se fundamenta a busca pelo conhecimento, cuja singularidade no capitalismo, ao libertar as forças produtivas do capital, ensejando a separação entre valores de uso e valores de troca, têm a possibilidade de desenvolvimento de uma esfera social autônoma que vai se incorporando no processo produtivo: o conhecimento científico, que elaborado sistematicamente durante séculos, acumulando saberes e dando ordenamento racional a eles, constitui-se cada vez mais como um importante instrumento para o capitalista realizar a acumulação ampliada do capital.

Da mesma forma, a não-realização teleológica - que acontece pelo desconhecimento daquilo que se pretende transformar, não se lasca uma rocha com uma pena! - impossibilita qualquer relação com a natureza, logo qualquer possibilidade de trabalho, o que na perspectiva lukácsiana é a não-realização do ser social, pois assim os nexos causais, como nos aponta LUKÁCS:

...continuam a operar no seu modo natural e a posição teleológica se suprime por si, já que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência... ...impotente frente à natureza (LUKÁCS *apud* LESSA, 1997, p. 70)

Porém, em nenhum momento pode-se aventar um nihilismo gnosiológico decorrente deste necessário conhecimento da legalidade causal, pois poderíamos crer que não haveria possibilidade do conhecimento pleno destas legalidades, já que mesmo antes da construção da ciência, o trabalho não deixou de existir como momento fundante do ser social, e mesmo com o desenvolvimento desta não se pode acreditar que tenhamos atingido a plenitude do conhecimento, mas também nem por isso o trabalho deixa de existir.

O que procuramos ressaltar é o trabalho como momento fundante do ser social e, portanto, fundante dos complexos sociais, que no desenvolvimento dialético do ser vai se tornando um complexo de complexos, socializando de forma crescente a relação do homem com a natureza, o conhecimento.

Ou seja, a transformação, pelo trabalho, da causalidade em causalidade posta, e a objetivação/alienação de todo ato teleológico são capazes de nos fornecer os elementos

para tornar inteligível essa capacidade do trabalho de fundar o ser social em sua permanente complexificação dos complexos sociais que o compõe.

Quando ocorre a transformação desta causalidade num sentido definido pelo ato teleológico, o que requer compreender a legalidade desta causalidade, temos a objetivação em causalidade posta, para exemplificarmos, podemos pensar na transformação de fragmentos de rochas em machados, previamente concebidos, e são estes machados a objetivação do trabalho, de tornar-se concreto o que era apenas potencial. Observe-se que desta forma, entre tantos usos que se poderia dar à rocha, foi a alternativa de transformá-la em machado que se concretizou.

Porém, um outro momento é fundamental para continuarmos nosso debate: todo ente objetivado é também alienado, no sentido de que aquilo que se tornou objetivo passa a ganhar sentidos diferentes daquilo que se propôs, e que a apropriação (entendida não somente como propriedade de algo, mas como a apreensão mental do objeto) sendo apropriação relacional, incorpora no ser social os sentidos alienados do ente objetivado, é como afirmar que o capital criador de formas degradantes de trabalho é criação humana, e não uma coisa alienígena ao ser social.

5.1.1 – O Indivíduo e a Alternativa

Os complexos sociais, conforme já afirmamos anteriormente, autonomizam-se com os saltos ontológicos realizados pela humanidade, que indicam uma intensificação do social, mesmo que seu momento fundante esteja vinculado diretamente ao trabalho, e devido à ação que a totalidade social exerce na constituição das alternativas postas aos indivíduos, estes atuam sob estes parâmetros, embora isso não implique numa *totalização* da totalidade social, ou seja, não se trata do fim do indivíduo.

E a totalidade social no capitalismo tem em sua centralidade o fetiche da mercadoria, a transformação do trabalho em uma dupla condição (produtor de valores de uso e produtor de valores de troca) é o que caracteriza sob o metabolismo societário do capital a transformação da mercadoria como razão-de-ser das ações humanas no capitalismo.

Ou seja, esta razão-de-ser está fundada na característica do trabalho enquanto momento fundante do ser social, se este trabalho assume portanto uma dupla característica no capitalismo, isto é, sendo possível “comercializá-lo”, a condição de mercadoria passa a ser constitutivo referencial das relações sociais. Desdobra-se desta consequência para a formação

profissional a possibilidade real no capitalismo, de formar/qualificar a força de trabalho “desformando/desqualificando” o trabalhador, o ser social trabalhador.

As alternativas postas para os indivíduos são aquelas possíveis, por isso são alternativas postas, quer dizer que uma alternativa só se configura como impossível, não pela sua possibilidade concreta, de imediato. O impossível aqui, significa que ela não está nem mesmo colocada enquanto superação das condições atuais, enquanto teleologia.

Em outras palavras, não sabemos o que é impossível. A possibilidade neste sentido ontológico da alternativa posta para o ser social é portanto, o que é realizável no imediato e na superação se o que se realiza é apenas e tão-somente o imediato, isto implica que a totalidade social exerce sobre o indivíduo influência no sentido de que ele considere-se “satisfeito” com estas realizações imediatas, não vislumbrando comumente as possibilidades de superação.

O plano concreto da mercadoria (satisfação das necessidades) está subsumido no plano da organização social que oculta seu caráter fetichizante, ou seja, o fato de que a mercadoria apresenta-se alheia às relações do trabalho individual dos produtores com o trabalho total, apresenta-se como coisa, o que é a essência do movimento do trabalho sob o capital:

Duas contradições põem-se: de um lado a produção social da igualdade de coisas distintas (troca de mercadorias distintas), de outro a aparência da organização social, que oculta sua efetiva racionalidade, dessa forma promovendo uma cultura de homogeneidade e igualdade sociais, o que poderia constituir-se em base para a produção da ideologia liberal (SILVA Jr., GONZÁLEZ, 2001, p.89).

A cultura produzida pelo capitalismo tende a estabelecer como nexo relacional de compreensão e apreensão do mundo a possibilidade da troca de tudo o que existe e é criado, e a educação componente deste complexo social apresentará a contradição entre o estabelecido pelo iluminismo, em que através da razão se constituiria a potencialidade da emancipação humana e o realizado sob o capitalismo através da fetichização da mercadoria. Tal contradição, insere-se na impossibilidade de se cumprir pela razão a prerrogativa da emancipação humana, pois é negado ao sujeito do trabalho a realização para si, a possibilidade de libertar a criatividade das amarras da “necessária” produção de mercadorias, limite intangível da vontade.

A proeminência da razão decorre de sua gênese e limitação no campo social da cultura capitalista, o que indicam para SILVA Jr. e GONZÁLEZ (2001) o destino genético da razão: de não permitir uma educação dos trabalhadores para os trabalhadores, nos marcos

da razão a educação e a formação do sujeito somente se objetivam na concordância com a totalidade social do capitalismo. Estas assertivas talvez sejam discutíveis, já que aparentemente negam qualquer possibilidade dialética de alternativa, mesmo pela educação formal, de superação da condição do trabalho abstrato.

O que procuramos ressaltar é a autonomização dos complexos sociais que são fundados pelo trabalho, e neste sentido, é importante nos determos um pouco mais sobre a valoração social como processo de determinação das finalidades do trabalho.

5.1.2 – O Processo de Valoração Social

O indivíduo ou a individualidade no capitalismo tem uma relação muito forte com o trabalho abstrato, isso implica reafirmar duas coisas: que existem outras relações com implicações na formação do indivíduo, o qual, portanto, não se restringe à esfera do trabalho e esta proximidade indivíduo-trabalho abstrato é fetichizada pela mercadoria enquanto *ethos* capitalista.

Em outras palavras, quanto mais próximo e identificado com as expressões do trabalho sob o capital, menos vislumbra-se a identificação plena do ser social com o trabalho fundante de sua condição, o que não implica numa negação da alternativa, por parte destes mesmos sujeitos, de a partir de sua condição concreta superarem esta condição. Isto nada mais é do que a reafirmação do papel revolucionário que só cabe aos trabalhadores (que é diferente de afirmar a imanência revolucionária de todo trabalhador)

Nesta relação íntima do indivíduo no capitalismo com o trabalho abstrato existe a construção de uma rotina, de uma naturalização da venda da força de trabalho, e mais do que isso de uma forma particular de realização deste trabalho (emprego, salário, fordismo, toyotismo) que influencia significativamente nas individualidades. Porém, não se pode ignorar que há muitos elementos nas individualidades que não se limitam a esse comportamento obreirista, indicando claramente que não se pode resumir o indivíduo, mesmo no capitalismo, ao trabalho (concreto ou abstrato, sendo fiéis a ontologia do ser social de Lukács de irredutibilidade do indivíduo/sujeito/ser social ao trabalho).

Uma das conseqüências desta compreensão é a afirmação do “descentramento” do trabalho na sociedade contemporânea, em face da diminuição do operariado. Oras, isso é “encarar” o touro pelo rabo, já que a transformação do padrão de

emprego não significa em absoluto que deixam de existir indivíduos que precisem comercializar sua força de trabalho.

Portanto, mesmo considerando o trabalho abstrato, não há elementos consistentes que afirmem a redutibilidade do indivíduo ao trabalho e de que este não mais constitui-se como elemento fundante do ser social.

O indivíduo no capitalismo está muito mais próximo do trabalho abstrato que do concreto, isso é válido para entendermos como muitos autores fazem confusão entre trabalho e emprego, e passam a ver o próprio trabalho como degradação humana⁹⁶, porém esquecendo-se de sua necessidade imanente para a sobrevivência humana.

A formação para o trabalho sob o capital, requer que o princípio educativo constitua-se como o princípio da própria educação do ser social, apresentando-se sem seu conteúdo de classe, porém, devidamente condicionado na retórica humanística, formada a partir da própria natureza do trabalho sob a ordem sócio-metabólica do capital,. Dessa forma o princípio educativo deve ser apresentado como uma:

[...] proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, para formar os intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais decorrentes das formas históricas de divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2001, p. 55)

A educação, a formação profissional, enquanto esferas constitutivas do ser social, não se reduzem ao trabalho, porém têm nele seu momento fundante, daí o caráter ontológico do trabalho, pois as determinações que lhe direcionam, em cada período histórico, sobredeterminam as outras esferas, portanto põe-se premente o conhecimento do modo constitutivo do trabalho sob a hegemonia do capital, e os princípios que regem seu movimento, para compreendermos na radicalidade dos complexos sociais, suas contradições e possibilidades de superação.

5.2 - Educação e Luta de Classes na Formação Profissional

O taylorismo significou para os trabalhadores a destruição do saber de ofício, com conseqüências diretas sobre o controle do processo de trabalho, resistindo muitas vezes, contra as tentativas de aliciamento e enfrentamento do capital, reconhecendo a

⁹⁶ Ver sobretudo as teses que se alinham no grupo Krisis, que tem na obra de KURZ (1993) seu expoente mais conhecido no Brasil

profundidade das transformações que estavam sendo operadas, pois sabiam que seria irreversível no capitalismo o retorno ao controle que detinham a partir da introdução dos métodos tayloristas.

Assim, o taylorismo deve ser encarado mais como o desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho na produção capitalista, do que desenvolvimento técnico, o que evidencia o papel que desempenhou na luta de classes, ampliando o leque de estratégias de que o capital dispunha para derrotar os trabalhadores, principalmente através do redimensionamento da divisão técnica do trabalho.

Isso foi obtido através da aplicação de alguns princípios fundamentais no processo de trabalho, que segundo Braverman (1987) tiveram impacto direto na organização dos trabalhadores e na qualificação das atividades exercidas.

O Primeiro princípio preconiza a dissociação desse processo das especialidades dos trabalhadores, ou seja, retira as antigas qualificações dos trabalhadores e as re-elabora a partir da organização do trabalho que permita aumento de sua produtividade, independente dos interesses dos trabalhadores, o que intensifica a dependência do processo de trabalho às políticas gerenciais, elevando a precariedade com que os trabalhadores podem resistir ao despotismo capitalista.

O segundo princípio taylorista versa sobre a separação entre concepção e execução da mercadoria a ser produzida, intensificando a quebra da unidade do processo do trabalho, característica ontológica do ser social, que como vimos no primeiro princípio torna mais difícil a retomada do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores que passam a depender do capitalista, não só em relação ao fornecimento dos meios de produção para executar o trabalho, mas também da própria elaboração que passa a ser realizada em outros setores da empresa, criando uma clivagem entre os trabalhadores onde não vislumbram a unidade do processo de produção.

Esse é exatamente o terceiro princípio do taylorismo, como afirma Braverman (1987), em que o monopólio do conhecimento sobre o processo de trabalho em sua totalidade é detido pela gerência, em última instância o capitalista, fornecendo os instrumentos de controle para cada fase do processo e de sua execução.

O avanço do conhecimento técnico e científico permite amplificar a qualificação do maquinário, isso faz com que mais trabalhadores possam ser “empregáveis” para a produção, já que a formação profissional anteriormente vinculada à experiência do trabalho, vai sendo substituída pela formação baseada em conhecimentos de códigos técnicos, como no caso da informática ampliando também a produtividade do trabalho fabril. O

aumento da produtividade e a desqualificação do trabalho fabril permitem a ampliação do exército industrial de reserva, servindo para o capitalista oferecer menor remuneração em decorrência da maior oferta de mão-de-obra.

Além disso, a mundialização do capital com ampliação de sua mobilidade, corrobora para que o mercado de trabalho também se mundialize, levando o estoque de mão de obra à escala planetária. Disso decorre a necessidade de uniformização nos padrões de formação profissional destes trabalhadores, deixando-os aptos a serem contratados através do novo padrão técnico e organizacional das empresas capitalistas.

Porém, contraditoriamente à expansão desta mão de obra qualificada pelo mundo inibe a própria expansão do toyotismo, já que o rebaixamento dos custos do trabalho torna desnecessária a aplicação dos novos preceitos técnicos e organizacionais, para garantir a lucratividade.

O maquinário, segundo Braverman (1987), aparentemente induz a maior qualificação, porém é necessário relativizar o conceito de maior qualificação com o novo maquinário, pois nem sempre a qualificação almejada significa de fato um conjunto maior de habilidades ou conhecimento requerido para o trabalhador, mas simplesmente uma habilidade técnica de novo tipo, ou quando muito uma capacidade maior do trabalhador adaptar-se às mudanças técnicas e organizacionais, ampliando suas “competências”.

O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito: mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito re-interpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação” etc. (BRAVERMAN, 1987, p. 375-grifo do autor)

Esta é a re-elaboração da qualificação sob o capital, retirando do trabalhador a possibilidade de conhecimento que o processo de trabalho induz, deixando-o conhecer apenas parcialmente o processo e ficando a mercê do capital para gerenciar a produção.

Embora no taylorismo o parcelamento seja elevado a níveis brutalizantes, o toyotismo não rompe com a lógica da hegemonia do capital sobre o controle do processo produtivo, mesmo que reduza os níveis hierárquicos e o parcelamento das atividades, com as atividades em grupo, flexibilizando as especializações tayloristas, que requerem a participação do trabalhador em pequenos grupos, sem que efetivamente detenham o

conhecimento sobre todo o processo de trabalho, que devido à complexidade crescente das mercadorias produzidas, tem seu controle cada vez mais centralizado pelas gerências.

É em decorrência do caráter classista que assumem as diferentes feições do processo de trabalho, que tentaremos elucidar o papel que a educação assume na formação do trabalhador, com a retórica recente que procura ligar diretamente a educação ao trabalho, fomentando a expectativa de que a educação seja restrita à educação para o trabalho, e como se ela fosse capaz de prover os trabalhadores de empregos necessários.

A educação para o trabalho é um dos campos da luta de classes em que as estratégias do capital se camuflam como alternativas de melhor equidade social. Neste sentido, é comum observarmos que a educação universal é tida como uma das conquistas da revolução burguesa, algo só possível de ser compreendido a partir de uma vulgar confusão entre a ascensão burguesa e a Revolução Francesa (exemplo mais nítido de importantes conquistas no campo democrático e social). Desta forma, é necessário distinguir os avanços sociais decorrentes de lutas sociais, daqueles engendrados para atender aos interesses da burguesia.

Entendendo, portanto, que não existe um só modelo de educação que seja capaz de atender consensualmente aos interesses das diversas classes e grupos sociais em disputa, é que podemos entender como ao longo da institucionalização da educação formal, o capital ensinou modelos que exprimiam a correlação de forças existentes entre as diversas classes.

No Brasil esta disputa demarca claramente, por exemplo, a criação do sistema de educação profissionalizante, gestado e controlado pelas entidades patronais, conhecido por Sistema S⁹⁷, e sua consolidação como um dos marcos da transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial-dependente.

Há uma retomada da centralidade que a educação alcança, no sentido de promover a inserção e re-inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, baseadas na necessidade do capital de mão de obra capacitada a exercer funções que se tornaram mais complexas com o toyotismo, porém, isso nem sempre é realizável, ou seja, a educação não garante o emprego, e o uso recorrente desta relação causal educação-trabalho embute os riscos

⁹⁷ O Sistema S é composto por uma rede de escolas profissionalizantes vinculadas às instâncias federais de representação patronal: Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT).

de encarar a educação como mero fator produtivo, algo que o capital não pode realizar em sua plenitude, pois a educação é contraditória; ao mesmo tempo em que procura conformar os indivíduos à sociedade capitalista, fornece-lhes os códigos de acesso para a leitura da própria sociedade capitalista e seu sistema de exploração do trabalho.

Outro risco desta relação causal é o de estabelecer como absoluta a função da educação para o trabalho, e encarar a escola como mero instrumento de adestramento do trabalhador, não refletindo o caráter contraditório da educação.

Por isso, as relações que são estabelecidas entre as relações sociais de produção e a modelagem da organização escolar devem ser tomadas com cautela, já que a escola adquire uma certa autonomia em relação à organização do trabalho no capitalismo, assumindo funções que vão além do adestramento do trabalhador, pelo caráter contraditório que o conhecimento e o desenvolvimento do raciocínio provocam, embora essa relação seja o objetivo do capital para a escola.

Os processos de educação, enquanto processos de humanização, são complexos e fogem às tentativas de fixidez mecânica de suas determinações pelo capital (Arroyo, 1999), assim, a formação do trabalhador para o capital não é função exclusiva da escola, embora tenha contribuição importante para isso. Também é verdade que o trabalhador não é natimorto quando se forma como tal, já que a própria condição da exploração pelo capital fornece-lhe pistas sobre sua condição, o que revela que a educação pode contribuir para o adestramento deste trabalhador para a condição de exploração, porém ele não fica castrado diante da situação.

O trabalhador é então moldado à condição de exploração pelo capital em todas as esferas da vida social, prolongando no tempo sua formação contínua e estendendo-se especialmente pela totalidade social, incorrendo sob esse aspecto a pluralidade de lógicas que se sobrepõem e se combinam para manter o trabalhador sob os desígnios do capital.

Essa pluralidade na formação do trabalhador requer compreender como a produção do capital enseja toda a vida na formação deste, e como as diferenças da condição humana (gênero, etnia, territorialidades) condicionam a formação do trabalhador.

Disso decorre a necessidade de encarmos a feição da luta de classes na definição do teor pedagógico que a escola assume, tanto em relação à educação de uma forma geral, como na própria educação profissional.

A ação educativa, portanto, extrapola a dimensão escolar, e a preocupação em compreender a formação do trabalhador sob o capital deve procurar compreender a ação educativa na totalidade das relações sociais capitalistas: “A teoria pedagógica deveria dar conta dos fenômenos educativos que acontecem em todos os tempos e espaços” (ARROYO: 2001, p. 148).

Assim, compreender a formação do trabalhador, significa compreender todas as relações que definem o papel que o sujeito trabalhador deve exercer no capitalismo, sendo que a formação profissional é tributária deste papel designado pelo capital, o que não significa absolutamente a completa resignação do ser social aos imperativos deste.

Existem três dimensões que Arroyo (2001) pondera para os estudos sobre a ação educativa: 1) analisar para saber se a educação está superando a tradição de que educação é inculcação; 2) à visão de inculcação impõe-se contrariamente a visão da educação como produção vinculada às condições materiais em que as pessoas vivem, assim o corpo, o trabalho e os sentidos devem ser componentes da teoria pedagógica; 3) toda ação educativa é ação humana.

Portanto, compreender essas dimensões sobre a ação educativa requer compreender que a educação não ocorre isoladamente de outros processos sociais, que por isso, a formação do trabalhador deve ser compreendida como a própria tentativa de conformação do ser social ao capital, que não é capaz de domar completamente o gênero humano e alienar completamente o ser social daquilo que ele transforma, e do que é transformado. Só assim pode-se caminhar para entender a educação como ação humana, apropriada historicamente pelo capital para a formação de indivíduos para sua acumulação, mas que igualmente potencializa os instrumentos para a superação da condição exploratória do capital.

As transformações históricas que perfazem os diferentes modelos de acumulação no capitalismo engendram transformações também na superficialidade de como os trabalhadores devem ser formados para atender a essas nuances, assim, a acumulação flexível com as mudanças que ensejam deve ser compreendida em termos de demandas qualificativas novas, somente em seu caráter habilitacional, já que as tendências inclusas neste padrão de acumulação não significam novidade em relação à inerência do trabalho sob o capital, ou seja, ela intensifica algumas tendências presentes no taylorismo, que por sua vez consolidaram tendências já presentes na produção capitalista, como o controle do processo

produtivo através do parcelamento e especialização do trabalho, rompendo sua unidade ontológica.

Recentemente a acomodação ao paradigma de acumulação flexível e globalizado do capital trouxe ao Brasil um conjunto de transformações no processo produtivo engendrado pelos países capitalistas do centro do sistema. O rebatimento destas transformações no trabalho é sentido como uma complexificação das atividades do trabalho, embora isso possa ser visto também como um aumento de sua intensidade, em que termos como a polivalência e multifuncionalidade são utilizados para designar, na perspectiva do capital, as novas demandas qualificativas da mão-de-obra.

O discurso presente em políticas públicas como o PLANFOR é o da articulação da educação com a empregabilidade, ou seja, a de que a educação é capaz de prover os indivíduos de um conjunto de competências que os tornam aptos a exercerem diversas atividades ao longo de sua trajetória ocupacional, ampliando assim a sua capacidade de estar empregado.

Essa é uma revitalização da Teoria do Capital Humano, em que o paradigma da formação profissional é resumido em dois termos: polivalência e flexibilidade funcional (Catani, Oliveira e Dourado, 2001), funcionando como uma doutrina que inverte a razão emprego-educação para reduzir a educação a um fator produtivo, um fator de “valorização” da força de trabalho.

A Teoria do Capital Humano surgiu no ápice do taylorismo-fordismo e serviu para promover a explicação da impossibilidade de se generalizar o crescimento econômico capitalista, colocando suas fichas no “investimento em capital humano” para promoção da equalização do desenvolvimento. As três décadas de predomínio destes postulados nas políticas governamentais não lograram evidenciar a validade do investimento em capital humano.

Ainda assim, serviram de fundamento para a construção de políticas públicas de formação profissional, revigorada pelo conceito de empregabilidade que o PLANFOR instituiu como objetivo a ser perseguido, porém seus princípios não ficaram restritos ao âmbito do Ministério do Trabalho.

A reforma curricular construída no governo FHC privilegiou a flexibilidade curricular, como forma de adaptar as escolas à própria demanda do mercado de trabalho e à necessidade de ampliação da empregabilidade. O amplo esforço realizado para

institucionalizar a flexibilidade curricular nos cursos superiores no Brasil, feito pelo Ministério da Educação, ocorre no sentido de fornecer a formação continuada como forma de melhor adaptação da universidade ao mercado profissional.

Isso porque o capital domina a formação profissional apresentando-a como se fosse uma política para o emprego, ou política educacional em seu sentido humanístico, tomando o desenvolvimento tecnológico como uma ação neutra, desprovida de conotação estratégica para a luta de classes, em que o capital amplia o escopo de sua dominação sobre o processo de trabalho, procurando diminuir sua dependência em relação ao conhecimento do trabalhador.

A tendência das centrais sindicais e dos sindicatos de uma forma geral, de aceitarem a participação nas políticas do Estado brasileiro para a formação profissional, aceitando as formulações genéricas sobre a educação profissional para a formação do trabalhador, tendo como perspectiva a educação para o emprego, revelam a fragilidade com que o sindicalismo enfrenta a formação do trabalhador, aceitando reduzir a dimensão de seu papel enquanto sujeitos coletivos, para sua mera formação técnica do trabalhador.

Segundo Amaral (2001), o PLANFOR foi capaz de aglutinar em torno de si, a percepção da educação profissional como alternativa para o desemprego, moldando a própria ação sindical, postando os sindicatos numa condição de tratamento dos trabalhadores sob a concepção da igualdade formal, em que estes podem ser dotados de qualificações tais, que lhes permitam melhor alocar sua força de trabalho, subvertendo a lógica classista que rege a sociedade capitalista.

Os sindicatos acabam aceitando a retórica da cidadania, como justificativa para implementarem estratégias de inclusão social, ignorando o caráter da sociedade de classes, que impõe e requer a desigualdade como condição da exploração, deixando os sindicatos esvaziados do conteúdo histórico que os faça construir as alternativas para além do capital.

Discutiremos neste item o que se estabelece como uma demanda de qualificação nova em relação ao paradigma anterior do fordismo/taylorismo e os sentidos para a luta de classes destas demandas e da reação dos trabalhadores face a estas transformações no processo produtivo.

5.2.1 As Tendências da Formação Profissional com as Mudanças no Processo Produtivo

Para muitos autores as transformações no processo produtivo capitalista, mais intensas a partir de 1960, vêm atender às necessidades de alternativas para as crises recorrentes do capital, que a partir do esgotamento do modelo keynesiano são buscadas com um revigoramento de antigas teses liberais.

É fato que se analisarmos a retomada do liberalismo em sua vertente contemporânea, perceberemos que ganha impulso com a crise do modelo fordista de acumulação e regulação, principalmente após o choque do petróleo em 1973.

A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX. O fordismo como conjunto de medidas de contratendência, incorporou uma nova modalidade de gestão fabril. O taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda, por parte dos trabalhadores, da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, forçada pela coerção, pelos métodos policiais, se acrescentou a imposição de uma nova subjetividade (DIAS, 1999, p. 99)

Essa crise é decorrente da incapacidade do fordismo em solucionar os problemas estruturais do capitalismo, como a tendência à queda da lucratividade e da produtividade nos países desenvolvidos, a desvalorização monetária e a concorrência capitalista com a recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental nas décadas de 50 e 60.

Para Harvey (1999) o fordismo entra em crise pelo esgotamento das opções para resolver a superacumulação. Este, sem dúvida, é o problema central e crônico do capitalismo que a burguesia busca solucionar por meio de algumas alternativas, entre outras a desvalorização das mercadorias (inclusive força de trabalho), controle macroeconômico e absorção da superacumulação.

Neste último aspecto é que se encontraria o nó górdio do fordismo, pois esgotou-se a solução baseada no deslocamento temporal e espacial da superacumulação, em que o deslocamento temporal são os investimentos de longo prazo e investimento público que consomem o excesso de capital criado, protelando a crise de superacumulação. O deslocamento espacial é a absorção deste excedente pela expansão geográfica, criando novos locais de produção capitalista. Tais estratégias aparecem combinadas sob a forma de investimentos em países subdesenvolvidos, financiando a infra-estrutura local ao mesmo tempo que forma o capital fictício, essencial para esses deslocamentos.

Porém, tais deslocamentos encerram em si o germe de contradições crescentes do capital, como Harvey (1999) nos assevera quando observa a crise capitalista:

O deslocamento temporal estava acumulando dívida sobre dívida até que a única estratégia governamental viável foi afastar o problema através da monetização. Isso foi feito, na verdade, imprimindo-se tanto dinheiro que se disparou um surto inflacionário que reduziu radicalmente o valor real das dívidas passadas (os milhares de dólares emprestados dez anos antes têm pouco valor depois de uma fase de inflação alta). O tempo de giro não podia ser acelerado facilmente sem a destruição do valor dos ativos de capital fixo. Foram criados novos centros geográficos de acumulação – o sul e o oeste dos Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão – e, em seguida, um conjunto de países recém-industrializados. Com a maturação, esses sistemas fordistas de produção se tornaram centro de superacumulação novos e, com frequência, bastante competitivos. A competição espacial entre sistemas fordistas geograficamente distintos se intensificou, com os regimes mais eficientes (como o japonês) e os de custo de mão-de-obra mais barato (como os de países do Terceiro Mundo em que faltavam noções de um contrato social com o trabalho ou em que esses contratos não tinham muita força) levando outros centros a paroxismos de desvalorização através da desindustrialização. A competição espacial aumentou ainda mais, em particular depois de 1973, à medida que se esgotava a capacidade de se resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico. Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado... (Harvey, 1999, p. 173)

O que ressaltamos é que a estratégia bem-sucedida (num determinado período) do fordismo não foi capaz (e nenhum outro modelo de gestão do capital pode ser) de superar as contradições da acumulação capitalista, e sua eficácia foi possível tanto pelo protelamento da crise de superacumulação como pela tentativa de controle da luta de classes, embora não se possa negar o papel que tais lutas desempenharam para o esgotamento do modelo.

Essa estratégia, contudo, compunha uma rigidez do mercado de trabalho, que se interpôs como um limite para a expansão capitalista, tão logo buscaram-se alternativas para a quebra dessa rigidez. Dias (1999) afirma que isso ocorre através da destruição das conquistas dos trabalhadores obtidas logo após a Segunda Guerra Mundial, durante a construção do Estado do Bem Estar Social.

A crise geral dos anos 70 e 80 rompeu o compromisso do Estado de Bem Estar Social. Na resposta à esta crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo, face ao desmonte objetivo das experiências socialistas, reciclou-se muito mais rapidamente. Ele necessitou livrar-se das grandes conquistas sociais que fora obrigado a aceitar face ao avanço da alternativa socialista, articulando e pondo em cena a passivização da Ordem do Capital: trata-se da revolução passiva como conjunto de medidas de contratendência e articulação da “nova”/velha institucionalidade. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva são

suas estratégias e constituem uma unidade indissolúvel, uma mesma processualidade (DIAS, 1999, p. 120)

Essa compreensão pressupõe a articulação das alternativas do capital face à luta de classes, já que com o fim da Segunda Guerra Mundial a alternativa socialista da União Soviética era um temor real para a burguesia européia. Em alguns países ela se concretizou formando o Leste Europeu, em outro hibridizou-se com suas nuances social-democratas.

Decorre dessa interpretação que não se pode compreender as atuais transformações no processo produtivo e do próprio capitalismo, desconsiderando-se a luta de classes, já que em maior ou menor medida a destruição da rede de proteção social atinge duramente os trabalhadores e a institucionalidade constituída por eles para a conquista destes direitos. Falamos aqui do sindicalismo social-democrata e do modelo de concertação social.

Direta ou indiretamente essa destruição está vinculada à reestruturação produtiva, pois possibilita pelo recrudescimento do desemprego um aumento da competitividade entre os trabalhadores, que com a expansão das corporações transnacionais atinge proporções mundiais.

Certamente que o que temos aí é uma causação circular que pode nos levar a falsos dilemas, pois em que medida podemos tomar o desemprego como alavanca de si mesmo? Creio que há de se considerar a relevância do mercado de trabalho mundializado para a precarização do mundo do trabalho, em que a maior liberdade do capital corresponde ao aprisionamento do trabalho pela sua própria condição de subordinação ao capital.

Além disso, a precarização do emprego é diferenciada segundo as empresas, principalmente se tomarmos a noção das empresas-rede, que com a terceirização diminuíram etapas de produção, ou atividades acessórias sob sua responsabilidade direta, com isso a precarização do emprego é maior nas empresas terceirizadas. Isso se revela também em termos das qualificações que são exigidas, que se diferenciam de acordo com a função que a empresa desenvolve ao longo da cadeia produtiva, apresentando conforme Leite (1998), variações na qualificação segundo o gênero masculino ou feminino.

As mudanças no processo produtivo estão em conjunto com a adoção de doutrinas econômicas de matizes liberais na condução de políticas de governos e das instituições multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que proporcionaram um novo tipo de regulação da acumulação capitalista fundamentado na acumulação financeira. A articulação da reestruturação produtiva com a financeirização mundializada construiu um

quadro de instabilidade constante e precarização generalizada do emprego, como faces da própria lógica destrutiva do capital como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte.

A participação destas instituições transnacionais na direção de reformas econômicas nos países periféricos, extrapola o terreno estreito das políticas econômicas estatais, e apresenta uma vinculação muito forte entre educação e desenvolvimento, procurando demonstrar para esses países que o investimento em educação é a alternativa fundamental para o desenvolvimento. Disso decorre que a educação básica e a educação profissionalizante devem ser priorizadas como forma de nutrir rapidamente a força de trabalho nacional das qualificações necessárias para atrair investimentos.

Uma demonstração de que a expansão da escolaridade da população não foi suficiente para promover os empregos desejados, pôde ser vista no Gráfico 05, em que a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo, segundo os níveis de escolaridade, demonstra que embora o desemprego seja menor quanto maior a escolaridade, isso não evitou que entre os de maior escolaridade aumentasse também o quadro de desemprego desde a década de 90, acompanhando o quadro geral.

A taxa de desemprego para os trabalhadores com escolaridade média ou fundamental é maior do que a taxa para trabalhadores sem escolaridade, o que contraria as proposições correntes de que a escolaridade é capaz de fornecer maiores condições de “empregabilidade” para os trabalhadores, pelo menos para os trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo isso não é verídico.

É através de uma mistificação em torno de uma relação unívoca entre educação e trabalho que foi se constituindo um consenso aparente sobre as motivações do desemprego, e a função que a educação e a escola devem exercer para “curar” a falta de empregos, negligenciando as relações próprias do sistema sócio-metabólico do capital, sob o falso conceito da empregabilidade.

A reestruturação produtiva, portanto, é um conjunto de práticas adotadas pelos capitalistas para ampliarem a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, aumentarem a extração da mais-valia e recuperarem a lucratividade da produção.

Caracteriza-se sob duplo aspecto, de um lado com a adoção de práticas gerenciais inovadoras em relação à linha de produção taylorizada e de outro pela aplicação de novas tecnologias no processo de trabalho.

Alterações significativas no processo produtivo vêm sendo observadas desde a década de 60, inicialmente restritas a alguns locais e regiões, como Kalmar na Suécia, norte da Itália e de forma mais sistemática no Japão. Porém, é a partir dos anos 70 que as alterações ganham intensidade, espalhando-se pelos países desenvolvidos e posteriormente pelos países de industrialização recente.

Por um conjunto de características a experiência japonesa foi a que melhor se adequou às necessidades de retomada da lucratividade pelas empresas. O Japão do pós Segunda Guerra Mundial apresentava-se com um mercado bastante restrito para suas empresas e as alternativas de produção tiveram de se adequar a estas restrições, adotando como paradigma portanto, a economia de escopo em substituição a economia de escala.

A flexibilidade passa a ser o instrumento privilegiado para o referencial das mudanças, o que implica em transformações qualitativas importantes na racionalidade do trabalho típica do fordismo/taylorismo, pois a adequação exigida é a de manter a lucratividade.

Forjou-se então um conjunto de mudanças organizacionais no trabalho com vistas a garantir maior potencial de adaptação às alterações da demanda do consumidor, destacando-se como expressão desta paradigma três elementos: Automação/auto-ativação; Just-in-time/kanban; Polivalência operária.

O que unifica tais procedimentos é a flexibilidade da produção que altera significativamente a organização do trabalho em sua divisão técnica e territorial.

Todavia, a radicalidade destas transformações não está na adoção de tais procedimentos per se, mas são relevantes se tomadas a partir da distinção apresentada por Alves (2000) entre nexos contingentes e nexos essenciais. Por esta distinção observamos como expressão fenomênica da reestruturação produtiva seus nexos contingentes, que são o efeito aparente destas transformações, que por serem a aparência, a contingência do processo, não revelam em si a motivação e sua existência. Assim é que os nexos essenciais do toyotismo se revelam quando vislumbramos o componente da luta de classes, já que sua efetividade inovadora é re-qualificar a captura da subjetividade operária, isto é, seu nexo essencial, que é uma redefinição de um objetivo acalentado pelos capitalistas desde pelo menos o século XIX

O toyotismo é capaz de fornecer algumas alternativas para o capital, na tentativa de minimizar os efeitos de sua crise estrutural, com o aumento da produtividade do trabalho, alterando o contexto da luta de classes, principalmente nos países desenvolvidos,

deixando os sindicatos em posturas defensivas, ou seja, tendo como perspectiva apenas a manutenção de conquistas anteriores.

Isto é possível pelo aumento da produtividade do trabalho com a implantação de mudanças organizacionais e incorporação de tecnologia no processo produtivo que reduzem substancialmente a necessidade de trabalho vivo, intensificando a exploração do trabalho com a diminuição dos “tempos mortos” na produção.

Conforme vimos anteriormente a automação do processo garante uma eficiência no controle da produção que dispensa vários níveis hierárquicos e permite (ao mesmo tempo é possibilitada) pelo surgimento da microeletrônica/processamento de dados, a dispensa de vários trabalhadores.

Pelo caráter das funções desempenhadas, cujo elemento central é a realização de operações pré-definidas, é que podemos compreender o toyotismo como uma continuidade do paradigma taylorizado na produção, em que as funções a serem desempenhadas dependem dos cargos ocupados pelos trabalhadores, que nada mais são do que um conjunto de operações objetivadas, associando requisitos de qualificação profissional e comportamento social, além do atendimento de requisitos preestabelecidos de desempenho (Zarifian, 1998).

Também no toyotismo o trabalhador está preso às normas de conduta e de atividade, pois não pode alterar autonomamente a conduta estabelecida para exercer determinada função; então a autonomia que se apregoa como decorrência dos novos métodos de trabalho, só pode ser compreendida a partir da comparação com o taylorismo caricaturado como se fosse a forma própria de exploração do trabalho.

O controle do processo de trabalho na acumulação flexível é pautado pelos objetivos definidos pelas empresas, é a partir deles que os trabalhadores tem uma autonomia relativa para exercerem as atividades, contudo, jamais podem questionar os objetivos estabelecidos, mesmo que sejam impossíveis de serem alcançados, aliás estratégia recorrente para intensificar o trabalho.

Para os trabalhadores podem estar sendo gestadas novas possibilidades de resistência, já que a maior autonomização relativa dos procedimentos do trabalho permitem ampliar sua capacidade de resistência, pois muitas vezes são os trabalhadores de diversas qualificações que têm os conhecimentos necessários para a solução dos problemas que surgem no processo produtivo.

Para o capital a necessidade de depender dos trabalhadores para aperfeiçoar o processo de produção é recolocada sob novo contexto, já que o núcleo de trabalhadores decisivos para tais medidas é reduzido, porém ampliam sua capacidade de intervenção no processo. Disso decorre a necessidade de controlar os trabalhadores pelas metas a serem alcançadas e pela participação induzida através de PLRs e outras formas de compensação e premiação.

Essas transformações no universo produtivo apresentam algumas experiências que contestam as possibilidades aventadas como o novo éden capitalista, em países como a França isso provocou forte regressão na gestão do trabalho, já que ocorre um acirramento da competição capitalista, estimulada pela rentabilidade financeira como parâmetro de lucratividade, pelas políticas neoliberais de abertura comercial no planeta e de destruição do Estado de Bem Estar Social, além da própria crise vivenciada pelo sistema de relações de trabalho e sindicais construído nos últimos quarenta anos.

Pelo que expusemos, a reestruturação produtiva irá determinar um conjunto de mudanças nas necessidades de habilidades técnicas do trabalhador, mudando substancialmente a própria formação profissional, não apenas pelas habilidades técnicas requeridas pelas novas tecnologias, mas pelo próprio comportamento produtivo requerido pelas mudanças organizacionais, tanto no chão da fábrica como no próprio mercado de trabalho.

A viabilização de uma nova ordem na organização do trabalho ocorre devido ao acesso à nova base técnico-científica. Em termos de qualificação, a questão é compreender o que esta base demanda em nível de habilitações profissionais, para verificar em que medida podem os cursos de qualificação profissional promoverem a satisfação destas demandas.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação SEADE no estado de São Paulo, no ano de 1996, os requisitos para contratação exigidos pelas indústrias caracterizam-se pela baixa escolaridade, sendo mais importante para essas empresas a experiência profissional. Os dados divulgados revelam que há uma distinção marcante segundo a posição que o trabalhador ocupa na empresa, sendo exigida maior escolaridade para os trabalhadores não vinculados diretamente à produção, como nos cargos de gerência e chefia, conforme demonstra a tabela 16.

Tabela 16 – Requisitos de Contratação na Indústria Paulista.

1996.

Requisitos para Contratação	Pessoal Ligado à Produção		Pessoal Não Ligado à Produção		Gerência e Chefia	
	Empresa	PO*	Empresa	PO*	Empresa	PO*
Ensino Fundamental	46,1	52,6	17,5	11,6	5,1	2,6
Ensino Médio	10,1	15,8	41,7	48,3	26,8	18,3
Educação Superior	2,6	5,6	11,9	29,6	38,5	68,9
Cursos Profissionais/Técnicos	22	41,7	25,5	53,3	39,8	59,6
Experiência Profissional	67,6	66,7	64,1	79,4	68,3	85,3
Conhecimento de Línguas	1	2	3,7	19,4	11,1	38
Conhecimento Informática	4,1	9,3	40	67,2	44,5	70,5
Responsabilidade e Iniciativa	66	72,4	66,1	81,1	70,5	85,6
Capacidade de Liderança	30,5	28,7	41,4	47,8	68,1	84,8
Capacidade de Trabalho em Grupo	69,6	75,5	63,9	80	68,3	84,1

* PO – Pessoal Ocupado

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep (1996).

Pouco menos da metade das empresas pesquisadas exigem o ensino fundamental para os trabalhadores ligados à produção, o que representa 52% do pessoal ocupado nas empresas. Para os trabalhadores não ligados à produção a exigência mais freqüente é o Ensino Médio (41% das empresas, o que representa 48% do pessoal ocupado). Nos níveis gerenciais, o Ensino Superior é exigido por quase 40% das empresas, que perfazem pouco mais de dois terços do pessoal ocupado nesse estrato.

Os cursos técnicos ou profissionais são mais exigidos para os trabalhadores da gerência/chefia (60% nesse estrato funcional). Infelizmente a pesquisa não detalha os tipos de cursos exigidos, pois nessa nomenclatura podem entrar uma miríade de conteúdos e formatos, como nos treinamentos ou mesmo cursos de nível médio, com cargas horárias muito diversas.

Entretanto é a experiência profissional que conta como requisito mais freqüente na contratação de trabalhadores. Independente dos estratos funcionais, mais de 60% das empresas requerem a experiência profissional anterior do trabalhador como critério para contratação, atingindo no caso dos cargos de chefia e gerência 85% do pessoal ocupado, o que demonstra a valorização do conhecimento adquirido pela experiência do trabalho. Tal resultado contrapõe em certa medida a necessidade de qualificação profissional para os trabalhadores desempregados, pois é mais relevante para as empresas a experiência profissional anterior do trabalhador do que os cursos de formação profissional. Porém, isso não significa que a formação profissional seja irrelevante para essas empresas, mas há uma conjugação entre a formação e a experiência profissional como requisitos de contratação.

Comparando-se tais exigências de experiência e formação técnica/profissional com a escolaridade exigida segundo os estratos funcionais, é possível verificarmos que para os trabalhadores ligados diretamente à produção, a experiência profissional tem peso maior relativamente à escolaridade exigida, o que significa que o conhecimento derivado da atividade laboral tem um peso relativamente maior do que o conhecimento formal para a contratação pelas empresas. Isso de certa forma está vinculado tanto à um certo tipo de desqualificação do trabalho na produção, já que essa qualificação está materializada nas máquinas e equipamentos, e respondem à baixa necessidade de conhecimento formal, quanto também podemos pensar numa certa qualificação do trabalho, no sentido de valorizar a experiência como fonte de conhecimento para a atividade laborial.

Outro aspecto que merece ser ressaltado ao se observar a Tabela 16 são os requisitos valorizados pelas empresas, com destaque para a responsabilidade e iniciativa dos trabalhadores, alcançando mais de 70% em todos os estratos funcionais, e a capacidade de trabalho em grupo, com mais de 75% em todos os estratos funcionais, isso reitera o peso significativo da reorganização do processo de trabalho na reestruturação produtiva.

Isso pode ser comprovado também através da Tabela 17, em que é demonstrado o percentual de empresas que se utilizam de técnicas de produtividade e qualidade, que são técnicas de gestão do processo de trabalho, e os percentuais de implantação de formas automatizadas de manufatura e de processo, como pode se observar as técnicas de gestão do trabalho são bem mais difundidas do que a automação de uma forma geral, em que pese as diferenças entre os setores de atividade econômica expresso no percentual de 82,6% para o setor de refino de petróleo e álcool e o de 34,7% no setor de móveis e indústrias diversas.

Tabela 17 - Empresas que Utilizam Técnicas de Produtividade/Qualidade, Automação de Manufatura e Automação de Processo.

Estado de São Paulo, 1996.

Segmentos de Atividades	Unidades de Empresas Usuárias de Técnicas de P&Q (1)	Unidades Usuárias de de Autom. de Manufatura (2)	Unidades Usuárias de Autom. de Processo (3)
	%	%	%
Material de Escritório e Informática	76,6	30,5	26,0
Instr. Cirúrgica e Automação Industrial	57,6	21,2	12,2
Eletrônica e Comunicações	67,8	33,0	16,6
Minerais Metálicos	60,3	22,8	22,8
Química	65,2	18,3	12,6
Máquinas e Equipamentos	57,0	26,9	10,6
Refino de Petróleo e Álcool	82,6	32,7	31,3
Outros Equipamentos de Transporte	49,2	24,5	9,0
Automobilística	59,3	29,5	15,3
Borracha e Plástico	57,7	21,8	13,2
Material Elétrico	50,2	19,5	12,6
Metalurgia Básica	64,9	21,2	9,1
Móveis e Indústrias Diversas	34,7	10,1	3,0
Metal (Exlc. Máquinas e Equipamentos)	51,4	15,5	6,8
Papel e Celulose	51,2	18,1	9,1
Têxtil	42,2	14,9	5,9
Minerais Não-Metálicos	47,4	7,2	4,3
Edição, Impressão e Gravação	49,7	19,3	7,5
Couro e Calçados	45,7	7,7	3,5
Alimentos e Bebidas	44,4	9,2	7,0
Vestuário e Acessórios	48,1	8,9	4,0

Fonte: Fundação SEADE. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista-PAEP, 1996

- (1) Refere-se às unidades produtivas de empresas que adotaram, em 1996, novas técnicas de organização do trabalho e gestão da produção, como just-in-time, programa de qualidade total, etc.
- (2) Refere-se às unidades produtivas que, em 1996, utilizavam equipamentos de automação como MFCNC, robôs industriais, centros de usinagem, etc.
- (3) Refere-se às unidades produtivas que, em 1996, utilizavam equipamentos de automação de processo como CLPs, computadores de processo, etc.

No empresariado brasileiro, principalmente a partir dos anos 1990, vai se constituindo um consenso em torno da importância e necessidade de uma educação formal elevada e não simplesmente básica, ou parcial como no caso de cursos técnicos. Isso porque busca-se o trabalhador com capacidade de análise e abstração, para adaptar-se rapidamente às mudanças no processo produtivo, que tendem a serem contínuas, aprendendo celeremente novas técnicas que venham a serem criadas no futuro.

A polivalência gerada pela formação contínua do trabalhador, pois o capacita a aprender rapidamente a operar máquinas e equipamentos, pode significar maior qualificação efetivamente, em termos de habilidades diferenciadas ou até mesmo capacidade ampliada de aprendizado, porém podem implicar simplesmente numa simples intensificação do trabalho, usando dos conhecimentos e da capacidade adquirida pelo trabalhador, para aumentar a intensidade do trabalho, operando várias máquinas simultaneamente, reduzindo o quadro de trabalhadores nas empresas.

A requalificação que a reestruturação produtiva enseja promove a destruição do valor de uso da força de trabalho, pois elimina o “valor” da qualificação baseada no padrão produtivo anterior, isso envolve em maior ou menor grau tanto o aspecto técnico desta qualificação, como também a destituição do poder de controle do processo de trabalho que alguns grupos de trabalhadores reconquistaram com o domínio do padrão taylorista.

Essa “desqualificação” do saber adquirido, responsável pela desvalorização da força de trabalho, é possível com as inovações técnicas e organizacionais, que provocam usos renovados da força de trabalho e contraditoriamente a reaparição de formas “tradicionais” desta força, como o desemprego e o subemprego, que funcionam como limites à própria expansão destas inovações.

Segundo Antunes (2002), a incorporação da ciência e da tecnologia redimensiona a participação do trabalhador. Na interação máquina-trabalhador há a transferência de novos atributos do trabalhador para a máquina, isso exige uma força de trabalho melhor adaptada a ativar o maquinário, o que implica em uma complexificação dos procedimentos em relação ao padrão anterior, já que implica em uma forma de interagir com a máquina, mais do que simplesmente operá-la.

Isso aparentemente amplia o *savoir fare* operário, pois acresce a capacidade executiva do trabalhador, aumentando o escopo de máquinas e equipamentos que passam a operar, mas executando-os com outra qualidade, já que devem estar atentos não somente aos

procedimentos padrões de operação, mas também desenvolver capacidade de resolver problemas que apareçam na operação ou no processo de produção. Porém, o seu saber é incorporado de tal forma que a reificação do processo de trabalho capitalista também é ampliada vinculando o sucesso do trabalhador ao próprio sucesso empresarial, apresentando-os como parceiros do empreendimento.

As novas demandas em termos de qualificação, que requerem uma formação profissional de novo tipo, já estão bem delineadas para os capitalistas, ou seja, têm por objetivo aumentar a produtividade, visando à ampliação da competitividade, e mantendo ou incrementando o controle sobre o processo de produção, redimensionando a reificação dos trabalhadores, eliminando tanto quanto possível a resistência destes às determinações da produção capitalista, afastando qualquer organização coletiva autonomamente organizada para defender os interesses obreiros.

Quantos aos trabalhadores, os sindicatos que procuram resistir à precarização que acompanha as novas formas de produzir, ainda não conseguiram definir estratégias de enfrentamento eficazes, em sua grande maioria aceitam as proposições gerais sobre a formação profissional e a empregabilidade.

Para Franco (2001) o modelo japonês de organização do trabalho encontra barreiras importantes para sua expansão no Brasil, em decorrência da diversidade cultural, do nível educacional e das relações de trabalho baseadas no despotismo capitalista e na “cultura” da baixa remuneração.

Essas características no Brasil impediriam, segundo a autora, a implantação dos métodos organizacionais inspirados na experiência japonesa, pois as relações de trabalho apresentam elementos que precisam ser suplantados, para que a cooperação implícita no modelo japonês seja capaz de se consolidar, como no caso da intensa exploração do trabalho, que tende a ampliar com o toyotismo, sem que isso se reverta em benefícios para os trabalhadores, se isso é parcialmente verdadeiro no Japão, ou em outros países desenvolvidos. No Brasil esses benefícios tem sido bastante restritos, em decorrência da própria inserção do país no capitalismo mundializado.

A Flexibilização da produção requer um trabalhador adequado a ela, portanto a força de trabalho deve se tornar atrativa para ser empregada; isso num contexto mais competitivo, já que a oferta desta mercadoria é crescente e abundante, apontando enquanto alternativa individual a qualificação e a requalificação profissional, abandonando as

perspectivas de lutas coletivas. Dessa forma, a própria noção de qualificação é transformada, adquirindo noções mais próximas do desejo capitalista, o de poder ampliar o leque de escolhas, com os trabalhadores possuindo competências variadas para exercerem também variadas atividades no processo produtivo. É essa noção de competências que está na base das transformações sobre o conceito da qualificação profissional.

A noção de competência instalou-se por todos os segmentos da vida social, e apresenta alguns aspectos de aparente positividade para o trabalho, principalmente a noção de privilegiar a autonomia, a participação, a diminuição do trabalho repetitivo e a valorização do trabalho em grupo, características muitas vezes apontadas como fatores da brutalização do trabalho taylorizado.

Na escola, tais princípios são valorizados como instrumentos pedagógicos para torná-la mais apta na preparação dos trabalhadores, adaptando conceitos e formulações do construtivismo, da Pedagogia popular de Paulo Freire e de outras correntes pedagógicas, aproximando o “mundo das empresas” do “mundo escolar”, com as ressalvas de que qualquer relação unívoca entre escola-capital é empobrecedora da dialética da luta de classes e das disputas de projetos de sociedade, que ocorrem tanto no chão da fábrica quanto nas escolas.

Mas a competência exigida, que apresenta elementos positivos de autonomia e participação, é realizada centrada no indivíduo, reduzindo as possibilidades de que tal autonomia/participação desenvolvida nos bancos escolares, seja capaz de desenvolver-se em sua plenitude, pelos limites impostos pela individualização no capitalismo, ou seja, em que medida podem os indivíduos ter autonomia num mundo dominado pela necessidade de acumulação capitalista. Segundo Kober (2004), a competência centrada no indivíduo, está baseada:

[...] em suas capacidades, empenho e características particulares, concretizada em carreiras desenvolvidas e monitoradas individualmente e em salários negociados um a um. (p. 34).

Disso resulta a culpabilidade individual pelo desemprego, pois o emprego é o prêmio individual pelo esforço realizado e pelas competências acumuladas, fazendo com que os trabalhadores aceitem tal assertiva como correta e justa, ignorando as determinações econômicas, sociais e políticas.

Segundo pesquisa realizada pela autora com trabalhadores em diferentes situações ocupacionais⁹⁸ e que estavam cursando o ensino supletivo, para aqueles com baixa escolaridade é mais evidente o ganho que o aumento da escolaridade proporciona, ao garantir-lhes acesso à leitura e escrita, ampliando significativamente suas potencialidades, enquanto que para os trabalhadores alfabetizados a relação com a escola é mais credencialista, ou seja, buscavam com os cursos supletivos principalmente o certificado que comprovasse seu nível de escolaridade. Nesta mesma pesquisa a autora constatou que para as empresas o interesse do retorno de trabalhadores à escola está ligado a necessidade de ampliar a capacidade de relacionamento e comunicação destes, mais do que a ampliação de conteúdo e conhecimento.

A qualificação profissional, para esses trabalhadores, é mais do que a escolaridade pode proporcionar. Está ligada também ao seu modo de ser, ou seja, as demonstrações de interesse pela aprendizagem, o bom relacionamento interpessoal, a curiosidade e a capacidade de observação. Além disso, privilegiam como aspecto fundamental da qualificação o fator de estarem aptos a aprender com facilidade o que deve ser feito, demonstrando que o comportamento produtivo desejado pelas empresas está neles internalizado, pois demonstram a motivação para adequarem-se às funções exigidas e desejam estar adaptados para uma formação contínua, como a desejada pelo capital.

Porém, para estes trabalhadores a qualificação profissional vem a partir da experiência no próprio trabalho, embora considerem relevante a escolaridade para o aprendizado que a experiência profissional requer, ou seja, vislumbram no trabalho a possibilidade de aprender e as potencialidades que tal percepção adquire podem ser compreendidas como uma tentativa de readquirirem o controle sobre a própria formação profissional, pois admitindo que o trabalho é capaz de proporcionar aprendizagem, estes trabalhadores reafirmam a força da experiência como trunfo para a realização das funções exigidas, o que é um sinal de resistência contra a noção de que qualquer trabalhador formado nos bancos escolares seja capaz de desempenhar suas funções. Por essas razões é que se justifica para esses trabalhadores o reconhecimento da qualificação profissional grafada na carteira profissional, mais do que os certificados escolares.

A qualificação profissional colocada como um objetivo que deve ser alcançado a qualquer custo apresenta-se como uma grande possibilidade de frustrações para o trabalhador, pois o investimento em tempo e recursos para adquirir conhecimentos é

⁹⁸ A autora pesquisou dois cursos supletivos no município de São Paulo, um curso supletivo de ensino fundamental, fornecido pela Prefeitura do Município de São Paulo, e outro grupo que frequenta o curso supletivo de ensino médio no interior de uma empresa não identificada, ambos realizados no ano de 2002.

rapidamente volatilizado se ele não se empregar rapidamente. Quando inicia o processo de qualificação, o trabalhador não tem instrumentos para avaliar se tal escolha será a correta, no sentido de obter o emprego ao término do curso. Essas são considerações tomadas a partir dos pressupostos individuais que a qualificação profissional pensada a partir da noção de competências encerra, pois os desdobramentos para o sujeito coletivo trabalhador são também nefastas como já tivemos oportunidade de analisar.

Por sua vez, Frigotto (2001a) a partir de pesquisas realizadas no campo educação-trabalho apresenta algumas considerações importantes: 1) É uma ilusão propagar que todos os países podem alcançar o nível de produção industrial dos países desenvolvidos. Além dos limites ambientais, há os limites intrínsecos ao sistema sócio-metabólico do capital, portanto a qualificação para atender essa suposta demanda é facilmente compreendida como engodo; 2) A proposta de educação embutida nesta preocupação do capital revela que o que se pretende é um adestramento mais profundo do trabalhador, buscando torná-lo déspota de si mesmo; 3) Processo de educação de caráter democrático está vinculado a projeto político-econômico que valorize o trabalho como centro criador de valores de uso, com limites ao desenvolvimento.

A própria função da escola no capitalismo pretende ser alterada, para torná-la mais adequada à nova fase de acumulação do capital, mudando sua feição e organização de forma a fornecer a qualificação da força de trabalho que seja capaz de atender às necessidades que as inovações técnicas e organizacionais provocam, além de prover o capital de um exército industrial de reserva devidamente formado. A expansão territorial do capital, sob a acumulação flexível propõe a expansão do paradigma econômico da educação escolar, baseado na necessidade de mobilidade do capital, sob o invólucro dos investimentos externos que a reengenharia financeira tornou indispensável para os países capitalistas do planeta.

...a crise da era de ouro do capitalismo contemporâneo, e o seu estrondoso desmoronamento a partir dos anos setenta, marcou uma alteração substantiva na função econômica atribuída à escolaridade. (GENTILI, 2001, p. 78).

Essa transformação no sentido econômico da escola, que acompanha as transformações do capital, atinge o Brasil a partir de meados dos anos 80 e de forma mais intensa a partir dos anos 90 com a propagação da noção da escola integradora, ou seja, da escola capaz de prover de condições os indivíduos para o emprego. Porém em face da realidade excludente do mercado de trabalho, ou seja, de alto desemprego, à escola será

atribuída uma função de deixar os trabalhadores desempregados ativos, vale dizer, prontos para substituírem a qualquer momento os trabalhadores que se tornarem ineptos ao emprego.

[...] na atual conjuntura do desenvolvimento capitalista tem se produzido um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito de formação para o emprego [...] para uma nem sempre declarada ênfase no papel que a mesma deve desempenhar na formação para o desemprego. (GENTILI, 2001, p. 78).

As perspectivas de pleno emprego e o aparente crescimento ininterrupto proporcionaram condições para que a escola fosse concebida como uma instituição capaz de integrar a força de trabalho ao mercado, formando capital humano para a sociedade capitalista, com o Estado nessa perspectiva assumindo a função central de promover a integração através da escola.

Com o fim da perspectiva do pleno emprego nos países desenvolvidos e a impossibilidade de continuar atribuindo à escola a função de integrar os trabalhadores ao emprego, a escola vai paulatinamente sendo privatizada em sua função econômica, ou seja, desresponsabilizando o Estado em promover a integração prometida a ela.

A promessa integradora (Gentili, 2001) vai sendo substituída pela empregabilidade como objetivo da atividade escolar, individualizando a responsabilidade pela formação dos indivíduos, transformando o emprego de direito social em um mérito para o esforço individual, revertendo as conquistas sociais, mais presentes nos países desenvolvidos, em novas formas de exclusão e desigualdade sociais. De certa forma, a desintegração da promessa integradora significa a desintegração do ideário liberal que conduziu a expansão educacional desde meados do século XIX.

Portanto, a participação dos sindicatos na qualificação profissional ocorreu em grande medida do incentivo oferecido pelo PLANFOR, que apresenta como objetivo principal a educação como instrumento de conquista do emprego, ampliando a empregabilidade do trabalhador brasileiro, porém os sindicatos não reagiram de forma homogênea às proposições do PLANFOR, e essas reações, elaboradas de forma mais efetiva pelas centrais sindicais, serão alvo de nossa análise a seguir, com ênfase para as propostas da Força Sindical e da CUT.

5.3 - As Teses Sobre Educação Profissionalizante em Debate no Sindicalismo Brasileiro

Conforme já afirmarmos anteriormente no capítulo 2, a proposta de educação profissionalizante do PLANFOR suscitou uma significativa participação das entidades sindicais, isso porque o PLANFOR tinha como uma de suas prerrogativas a ampliação da rede de educação profissionalizante, capilarizando o território em busca de efetiva integração de diversas entidades da sociedade civil (inclusive os sindicatos) aos ditames da educação para o trabalho, nos termos da empregabilidade.

As centrais sindicais pela legitimidade que foram alcançando no decorrer das últimas duas décadas (1980 e 1990), como vimos anteriormente, principalmente como interlocutoras do trabalho diante do conflito direto com o capital, mas também como interlocutoras com os diferentes governos, nas disputas por influência nas políticas econômicas e sociais do Estado, hegemonizaram os repasses de recursos do PLANFOR.

Neste sentido a Força Sindical, surgida no início da década de 1990, influenciada pelo sindicalismo de resultados norte-americano, e a CUT herdeira direta do novo sindicalismo, polarizaram as atenções no cenário político-sindical, com as outras centrais exercendo menor influência no debate nacional. Independente disso, como demonstramos na Tabela 11, as centrais lograram obter recursos consideráveis para seus respectivos projetos de educação profissional.

Para a CUT, a possibilidade de participação no PLANFOR significou rever alguns princípios que regiam sua política de formação sindical, aliás, a única central sindical com organização efetiva de um setor de formação sindical, no contexto de crescente hegemonização da Articulação Sindical e suas propostas de participação em fóruns tripartites e na concertação social.

Dessa forma, a trajetória da formação profissional na CUT passou por mudanças significativas desde a década de 80. Se no período de 1984-86 a ênfase recaía sobre a formação sindical, com o propósito da transformação social, nos períodos subsequentes a ênfase recaí na formação profissional. Segundo Tumolo (2002) isso está relacionado com a crescente hegemonização da ArtSind na condução da Secretaria Nacional de Formação, o que facilitou a adesão, em certa medida, da CUT ao PLANFOR, mesmo mantendo posições críticas às proposições conceituais do Ministério do Trabalho e Emprego, principalmente em relação à empregabilidade e à separação da educação profissional e o ensino propedêutico.

Com o tempo as escolas de formação da CUT passaram a ser o locus preferencial da formação sindical, seja através das escolas conveniadas, seja através das escolas orgânicas. Para Tumolo (2002) a ArtSind logrou uma estratégia inicial de promover a formação nas escolas conveniadas, que assim ficavam sob seu controle, e só posteriormente, quando tinha hegemonia sobre a Secretaria Nacional de Formação é que promoveu a formação com as escolas orgânicas. Com isso, principalmente a partir de 1987 a formação vai deixando de ser uma formação sindical voltada para os trabalhadores da base, mas para ser instrumentalizadora dos dirigentes sindicais, em consonância com as transformações da central rumo ao propositivismo.

A mudança importante na CUT ocorreu com a incorporação da formação profissional nos debates e implementações, principalmente a partir do 7º PLENCUT (1995), como rebatimento do surgimento do PLANFOR. Essa incorporação acontece portanto sob os auspícios das políticas de combate ao desemprego, associando a qualificação profissional à conquista de empregos, comungando da mesma perspectiva apresentada pelo capital. Associa-se isso inclusive às justificativas sobre a disputa das verbas do FAT, concorrendo com outras centrais sindicais, notadamente a Força Sindical, demonstrando o declínio na ênfase sobre a formação sindical para os trabalhadores da base, substituindo-a pela formação profissional, sob o crivo da empregabilidade.

Num segundo momento, segundo Tumolo (2002), ao assumir a responsabilidade pela formação profissional, desresponsabilizando o Estado por tal formação, a Central age de acordo com o ideário neoliberal do Estado mínimo, com políticas sociais compensatórias e geridas pela sociedade civil, caracterizando, como já debatemos anteriormente, uma nova forma de assistencialismo e provavelmente um atrelamento de novo tipo aos recursos administrados pelo Estado.

Para o autor, a análise sobre o Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, permite afirmar que nele não se apresentam na radicalidade os problemas e limites do capitalismo, aparecendo as questões do desemprego e da pobreza a partir de suas materialidades superficiais, sem apresenta-las como componentes intrínsecos do capitalismo.

A partir desta compreensão, é possível entender por que a crítica radical do sistema capitalista, a luta de classes, de caráter internacional, e a necessidade da ruptura revolucionária e da construção de uma sociedade socialista não aparecem. Em seu lugar, a crítica de um determinado modelo e, por conseguinte, a apresentação de um projeto nacional com Estado soberano, baseado na democracia e na justiça social; ou seja, sem “traumas revolucionários”, a construção da “sociedade cidadã”.(TUMOLO: 2002, p.211)

Isso vai estar presente também nos documentos e avaliações que a CUT fará sobre sua proposta de educação profissional dos trabalhadores, advindas com sua participação no PLANFOR, consolidadas no Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT/Brasil (PNQP/CUT/Brasil), que incorpora os princípios e a experiência do Programa Integrar da CNM/CUT, ou seja, na perspectiva de uma educação integral dos trabalhadores, unindo o ensino profissional com o ensino básico e fundamental, procurando ampliar o âmbito da educação profissional para o ensino propedêutico, rompendo com os preceitos do PLANFOR de restrição das ações ao treinamento profissional.

Para isso a CUT procurará ampliar sua influência sobre os sindicatos filiados, estruturando uma rede própria de formação profissional, aproveitando-se da estrutura das escolas sindicais (sete em todo o Brasil) e da própria Secretaria Nacional de Formação (SNF/CUT), como forma de induzir os sindicatos a participarem da proposta de formação profissional elaborada pela SNF/CUT, na perspectiva da organicidade sindical, que, aliás, ganha força com a proposta de Reforma Sindical elaborada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com a pretensão de vincular organicamente os sindicatos às centrais sindicais, eliminando a autonomia dos sindicatos em relação às centrais.

A proposta de educação profissional da CUT é gestada nos princípios progressistas da teoria pedagógica, com a integração de tal educação ao ensino propedêutico, propondo uma educação unitária, que articule o mundo do trabalho ao mundo da educação formal, tendo o trabalho como o princípio educativo. Isso confronta diretamente com a formação profissional do PLANFOR, baseada no acúmulo de treinamentos e habilidades como forma de proporcionar ao trabalhador maior empregabilidade, na busca de melhores condições para obter as vagas no mercado de trabalho.

É claro nos documentos da CUT a intenção de participar ativamente das definições de políticas públicas. Desta forma, a própria Central estimula a participação dos dirigentes sindicais nos diferentes fóruns tripartites, alcançando em 1995 uma importante vaga no CODEFAT, além disso, a Central procura estimular a presença dos sindicalistas cutistas nas Comissões Municipais de Emprego e Comissões Estaduais de Emprego, como uma forma de intervenção nas definições sobre as políticas de desenvolvimento local.

Os programas e projetos de qualificação profissional desenvolvidos pela CUT fortalecem esta institucionalidade e contribuem com o avanço conceitual, isto é, com um novo enfoque conceitual e metodológico da educação profissional, orientada pelas demandas do setor produtivo mas, sobretudo, como um exercício de cidadania,

de elevação da qualidade de vida da população, como um instrumento de combate a exclusão social, especialmente num momento de acentuada crise econômica e crescente desemprego [CUT-Brasil/SNF, 1994: 4, citado em CUT 2003 (b), p. 35]

Assim, no interior da Central é gestada uma miríade de proposições articuladas nos preceitos do desenvolvimento sustentável e da economia solidária, o que implica em proposições que tem na conquista da cidadania para os trabalhadores a consolidação dos objetivos do sindicalismo cutista.

Daí, embute sutilmente uma negação do caráter contraditório e irreconciliável da luta de classes, já que pressupõe a possibilidade de condução de algumas políticas parciais de “humanização” do capital pelo “Estado democrático”, o que potencializa frustrações para a classe trabalhadora, já que o exemplo histórico da social-democracia europeia demonstra a reversibilidade das conquistas sociais no seio do capital.

Na CUT a perspectiva de superação da ordem do capital é paulatinamente substituída pelas tentativas de concertação social, culminando na vitória de Lula como representante máximo deste sindicalismo que alçou voo ainda nos estertores do levante sindical do fim da década de 1970.

Nas assertivas e nos documentos e resoluções da Central, como no 5º CONCUR:

“a formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção de competitividade dos sistemas produtivos” [5º CONCUR, 1995, p.52](In: CUT 2003 (a), p.19)

As críticas que a Central faz à proposta de educação profissional do PLANFOR permite visualizar a conflitualidade com as proposições baseadas na empregabilidade e na educação profissionalizante como redenção do desemprego e das péssimas condições de trabalho, porém não apresenta uma crítica radical, no sentido de fornecer elementos para que a formação profissional seja encarada como a própria formação do trabalhador, no sentido de que a continuidade de uma sociedade baseada na subordinação da classe trabalhadora requer a formação de trabalhadores adequados para tal. Por isso, a proposta de educação da CUT por mais que seja inovadora e progressista em relação à proposta original do PLANFOR, conclamando inclusive o trabalho como sendo o elemento central do processo pedagógico, não é capaz de apresentar alternativas para a formação do

trabalhador para além do capital, conformando-se às situações de melhores salários e melhores condições de trabalho.

A disputa que trava com as proposições do PLANFOR não contemplam a dimensão classista, em que pese os conflitos internos à própria central, e que a faz refém do concertacionismo que a hegemoniza.

Dessa forma, a CUT insere-se num campo de disputa de um novo paradigma de formação profissional no País, que possibilite aos trabalhadores uma formação ampla e crítica, que considere as múltiplas dimensões dos sujeitos, superando as formas historicamente instituídas de formação profissional oferecida aos trabalhadores, restritas ao mero treinamento de habilidades e desenvolvidas de forma fragmentada (CUT, 2003a, p. 19).

A proposta da CUT é a de articular a formação profissional no âmbito de suas ações, com a formação política e sindical. Porém, ressalte-se que a formação política é pautada na ausência da classe como protagonista da ação contra-hegemônica, o que caracteriza o próprio comportamento da Central nos últimos anos, preocupada fundamentalmente com as formulações do sindicato-cidadão.

Desta forma o PNQP/CUT/Brasil, consolida as críticas da Central ao PLANFOR, assim como solidifica os princípios e conceitos experimentados em situações anteriores, como os decorrentes da realização do Programa Integrar da CNM/CUT, cuja estrutura foi definida a partir de projetos nacionais, regionais e setoriais.

São três projetos nacionais: Integrar [CNM], constituído pelo: PID (Programa Integrar para Trabalhadores Desempregados), PIE (Programa Integrar para Formação de Dirigentes), PID (Programa Integrar para Formação de Dirigentes), LDSS (Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário); Integração [SNF], em quatro frentes: 1-Educação, emprego e geração de trabalho e renda; 2-Educação, qualificação profissional e desenvolvimento sustentável solidário; 3-Educação, qualificação profissional, processo produtivo formal e desafios do mundo moderno; 4-Educação, qualificação profissional, gestão e sistema público de emprego; CONTAG, Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local e Sustentável, em que um dos principais objetivos é: “...qualificar a intervenção do movimento sindical nos processos de um desenvolvimento local sustentável e nos espaços de elaboração e negociação das políticas públicas”. (CUT, 2003b, p. 71).

Complementam os projetos nacionais, quatro projetos regionais: Vento Norte (Região Norte), Nordeste, Centro-Oeste e Semear (Sudeste e Sul); e dois projetos setoriais: 1) Hotelaria e Turismo e 2) Terra Solidária.

O Programa Integração, sob responsabilidade direta da SNF/CUT constitui a principal experiência gestada pela CUT, por consolidar experiências anteriores e referenciar os debates internos da Central na continuidade da participação da CUT no PNQ, sob o governo Lula.

A abrangência territorial da experiência do Programa Integração priorizou a constituição de núcleos de educação integrada, garantindo ao mesmo tempo a formação escolar do ensino fundamental e médio, com a educação profissionalizante, ampliando assim o tempo médio dos cursos moldados no PLANFOR, com cargas horárias que alcançaram a média de 816 horas para o Ensino Fundamental e 1030 horas para o Ensino Médio⁹⁹ (Tabela 18).

**Tabela 18 - Abrangência do Programa Integração/CUT.
1999 a 2002.**

	Fundamental	Médio	Total
Goiás	1		1
Rio de Janeiro	1	1	2
Paraíba	3		3
Paraná	3		3
Rio Grande do Sul	3		3
Minas Gerais	2	2	4
Pará	6	3	9
Pernambuco	7	3	10
Bahia	9	1	10
Espírito Santo	10		10
São Paulo	18	1	19

Fonte: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES 2003b.

A implementação do Programa Integração foi constituída através de uma estrutura nuclear, com duas turmas de trinta educandos cada uma para o Ensino Fundamental, com dois educadores (área de exatas e área de humanas), e três turmas com 30 educandos cada, com três educadores (exatas, humanas e biológicas).

⁹⁹ Conforme consta em CUT:2003 (a) p. 25

Sua consolidação dá-se com algumas críticas ao próprio PLANFOR, basicamente porque deixou de enfrentar o problema da baixa escolaridade dos trabalhadores, a ausência de sistema público de Formação Profissional, além da ausência de sistema público de emprego, para colocação de trabalhadores desempregados em vagas disponíveis no mercado.

Para a CUT os resultados medíocres do PLANFOR são resultantes de alguns fatores fundamentais: 1) a política econômica implementada não conseguiu gerar trabalho e emprego; 2) desarticulação do PLANFOR com outros programas do governo federal; 3) limitação conceitual, com uma visão tecnicista da formação profissional e um viés clientelista com as entidades executoras.

O PLANFOR permitiu a realização de um conjunto muito expressivo de cursos de curta duração, sem forjar um roteiro formativo, capaz de ao menos constituir um mínimo de coerência aos cursos de qualificação profissional. A CUT **ele**geu esses aspectos como as principais críticas à efetividade do PLANFOR na formação profissional do trabalhador. Dessa forma a ênfase da CUT recaiu sobre o aumento da escolaridade, ampliando a carga horária dos cursos e fornecendo instrumentos para os trabalhadores obterem a escolarização formal.

Sem dúvida que isso representa um avanço importante para as entidades sindicais, pois possibilita intervir diretamente no processo formativo do trabalhador, muito mais do que simplesmente na formação profissional, já que o processo de escolarização é um processo de conscientização, portanto é um processo de formação política, e tendo o sindicalismo controle sobre esse processo significa ampliar seu poder de intervenção na sociedade. Deve-se ressaltar que o objetivo da CUT com seu PNQP é de formar o cidadão, e não necessariamente a formação da classe trabalhadora.

Outro aspecto importante do PNQP/CUT é que se propôs articular dois tipos de demanda; de um lado as necessidades de qualificação das empresas articuladas às demandas por formação básica dos trabalhadores, de outro lado, a necessidade de formação de formadores e gestores para implementarem o PNQP/CUT. Isso revela um importante avanço em relação às proposições do PLANFOR e em relação à participação de outras centrais sindicais, pois a CUT procurou durante a existência do PLANFOR formar formadores a partir de seus pressupostos teóricos e conceituais, não terceirizando essa atividade como, por exemplo: a Força Sindical realizou (o que demonstra a articulação efetiva da SNF com o PNQP) a incorporação da formação de formadores ao patrimônio da ação sindical cutista.

Essa característica do PNQP/CUT diferencia a participação da Central, pois utilizou a estrutura pré-existente da SNF, com as escolas sindicais fornecendo subsídios teóricos e experiência sobre a formação sindical, que de algum modo foram incorporados nos cursos promovidos através do PLANFOR, o que demonstra que mesmo com a extinção deste, e continuidade através do PNQ, a Central teve condições de assimilar a formação profissional como campo da ação sindical, relacionando-a à formação escolar e política, o que representa sem dúvida um importante substrato para futuras ações voltadas à educação dos trabalhadores.

Outra característica da CUT que garantiu uma diferenciação importante em relação às outras entidades sindicais é a das experiências democráticas no interior da Central. Muito embora seja uma democracia limitada pelo centralismo e hegemonia da Articulação Sindical, o PNQP logrou manter uma certa permeabilidade em relação às demandas dos sindicatos, como demonstrado pelo relatório de avaliação sintetizado em CUT (2003a), em que o conhecimento empírico das entidades sindicais teve o maior peso na definição dos cursos, seguido pela solicitação direta dos educandos.

Através então, da articulação dos debates na SNF com as demandas das entidades sindicais, respeitando os parâmetros legais definidos pelo PLANFOR, a Central definiu seu público-alvo da seguinte forma:

1. Trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego.
2. Agricultores familiares
3. Trabalhadores autônomos ou do setor informal da economia
4. Jovens em situação de risco social
5. Dirigentes e assessores sindicais
6. Gestores de políticas públicas e educação profissional
7. Educadores
8. Instituições parceiras

Como pode se observar o público-alvo contempla as demandas focalizadas do PLANFOR, ou seja, de atender aqueles trabalhadores que apresentam inserções frágeis no mercado de trabalho, ou que têm dificuldades de se inserirem, atendendo aos desígnios do PLANFOR que, como vimos, está assentada em políticas sociais compensatórias e focalizadas. Porém a CUT procura ir além e contempla a formação de formadores/educadores, além dos próprios dirigentes sindicais, visando talvez a uma certa autonomia em futuros programas de educação que ela venha a implementar.

A formação dos formadores é uma estratégia fundamental da PNF da CUT. Para tanto, basta verificar-se que 90,8% dos formadores receberam alguma formação para

ministrar os cursos/programas, sendo que a formação foi proporcionada, na sua maioria, pela própria instituição executora do curso (60,3%) ou por outra instituição vinculada à CUT (36,9%). (CUT, 2003b, p. 84).

Fica nítido nos documentos de avaliação do PNQP da CUT a apresentação da proposta de qualificação profissional como antagônica aos princípios estabelecidos pelo PLANFOR, o que é não apenas uma delimitação do campo de disputa, mas efetivamente uma compreensão diferenciada, e em grande parte, oposta à compreensão da qualificação profissional exposta no PLANFOR.

Por fim, a experiência de qualificação profissional é avaliada pela própria Central como oriunda da evolução de programas anteriores e das experiências das escolas sindicais. Neste sentido destaco os principais pontos das avaliações que a CUT fez de seu Programa de Qualificação Profissional.

1. A concepção predominante é a da educação integral dos trabalhadores. Esse é o objetivo onipresente nos documentos da CUT e seus esforços estão voltados para a formação integral do ser humano;
2. Valorização da participação dos dirigentes da CUT nas CMEs e CEEs;
3. Investimento da CUT na formação de formadores tem obtido bons resultados;
4. A possibilidade de participar da educação dos trabalhadores é vista pelos dirigentes como uma forma de fortalecer a intervenção da Central e dos trabalhadores no cenário social, seja na relação direta com o capital, seja na gestão das políticas públicas.
5. Para a CUT a articulação da formação profissional e da escolarização básica com as políticas de geração de emprego e renda ajudam na difusão de conceitos de sustentabilidade e solidariedade.
6. Para a CUT há maior efetividade quando a formação profissional é articulada à outras políticas públicas, em parcerias com o poder público com outras organizações da sociedade civil, buscando intervir na elaboração e definição de políticas públicas.

Portanto, o que vemos é que a CUT logrou obter resultados expressivos em termos de sua organização e participação na qualificação profissional dos trabalhadores, através do PLANFOR, ampliando inclusive o escopo do tipo de educação preconizado pelo Programa, procurando abranger a formação integral do trabalhador, com ampliação da escolaridade, o que como vimos nos capítulos anteriores, não está em contradição com

algumas demandas do capital em termos de mão de obra escolarizada, com maiores potencialidades de uso da força de trabalho.

Se a CUT procura realizar alguns avanços sobre a concepção original do PLANFOR, contestando inclusive o caráter parcial deste Programa, a Força Sindical se mostrará disposta desde o início a compactuar com o modelo exposto, reiterando sua participação como uma forma de alavancar a empregabilidade do trabalhador.

Dessa forma, os relatórios de avaliação da Força Sindical serão pautados pelos critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com ênfase para a dimensão quantitativa e esmero na informação estatística.

Por estes relatórios é possível observar que a escolaridade do público atingido pelos cursos realizados pela Força Sindical é bem maior do que a escolaridade média da População Economicamente Ativa, o que servirá de justificativa para que a Força Sindical expresse sua compreensão do papel da educação na conquista de emprego pelo trabalhador.

Esta questão mereceu atenção especial da PARC. A FS considera que as transformações sociais e econômicas decorrentes do processo da globalização acarretam no mundo do trabalho uma elevação das exigências em torno da qualificação profissional e do nível de escolaridade. De outro lado, um grande contingente de trabalhadores não consegue trabalho porque não se preparou para atender tais exigências (Força Sindical, 2001, p. 12).

A Força Sindical, assim como a CUT, coloca-se na busca de aumentar a escolaridade dos trabalhadores, o que se pretende ser realizado através de cursos supletivos, cuja característica fundamental é a busca da certificação formal, mais do que necessariamente a própria educação.

Também diferentemente da CUT, que se utilizou da estrutura de formação sindical existente para implementar o projeto de qualificação profissional, a Força Sindical dada a ausência de estrutura semelhante em sua composição realizará seus cursos de qualificação, financiados pelo PLANFOR, através da contratação de empresas especializadas em educação, como expresso no Tabela 19 em que são apresentadas as instituições contratadas em 2000.

**Tabela 19 - Instituições Contratadas pela Força Sindical.
2000.**

Instituição contratada	Repassse R\$	(%)
IPEC – Instituto Paulista de Ensino e Cultura	19.797.696,00	54,57%
Instituto Trading de Treinamento	5.436.138,85	14,98%
IBEPEC – Instituto Brasil de Educação, Cultura, Pesquisa, Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante e Cidadania	3.327.121,08	9,17%
Instituto Millenium de Pesquisa, Desenvolvimento, Ensino Profissionalizante e Ação Social	2.462.400,00	6,79%
Força Sindical do Paraná	1.333.800,00	3,68%
Centro Cape – Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor	1.279.680,00	3,53%
APDL – Associação de Promoção do Desenvolvimento Local	1.010.664,00	2,79%
Força Sindical de Minas Gerais	718.200,00	1,98%
Instituto Inesp de Treinamento S/C Ltda	697.680,00	1,92%
Fundação João Donini	215.460,00	0,59%
Total	36.278.839,93	100,00%

Fonte: FORÇA SINDICAL, 2000.

Assim como o PLANFOR de uma forma geral, a efetividade social dos cursos de qualificação profissional é baixa, para os propósitos para os quais foram realizados, pois na pesquisa com os trabalhadores egressos dos cursos realizados em 2000, apenas 40% daqueles que estavam desocupados conseguiram obter alguma ocupação, enquanto que 5% que estavam ocupados perderam a ocupação, conforme expressa a Tabela 20.

**Tabela 20 - Condição de Ocupação dos Trabalhadores Egressos.
Força Sindical. 2000-2001.**

Condição de ocupação à época da realização do curso			Condição de ocupação à época da entrevista de egressos		
165	Ocupados	35,1%	143	Continuaram Ocupados	30,4%
			22	Ficaram Desocupados	4,7%
305	Desocupados	64,2%	119	Conseguiram ocupação	25,3%
			186	Não conseguiram ocupação	39,6%

Fonte: Força Sindical 2001

Mesmo no caso dos trabalhadores que obtiveram ocupação, não se pode computar tal êxito à qualificação fornecida pelos cursos, pois 56% destes trabalhadores não estão em ocupações condizentes à capacitação realizada.

Outro ponto importante de convergência da Força Sindical e da CUT refere-se à participação nos fóruns tripartites, principalmente tecendo elogios ao estímulo dado pelo PLANFOR aos Conselhos Municipais de Emprego.

As comissões Municipais representam um grande avanço em todo esse processo, na medida em que funcionando de forma tripartite e igualitária, se constituindo como mais um espaço para discussão sobre política pública de Trabalho e Renda. (Força Sindical: 2001, p. 27)

Portanto, os pontos de coincidência entre a ação sindical cutista e da Força Sindical revelam-se na ênfase às possibilidades de participação dos sindicatos nos fóruns de decisão de políticas públicas, o que garante de certa forma uma convergência para a compreensão do trabalhador como cidadão, que ambas as centrais reivindicam como objetivo para uma sociedade justa e igualitária. Essas são convergências importantes para o sindicalismo brasileiro, pois significam o abandono por parte da CUT de experiências que estão em sua gênese, que de alguma forma incorporaram a compreensão da luta de classes como componentes indissolúveis das lutas sindicais.

Porém, há que se ressaltar as diferenças existentes entre a compreensão que a CUT tem sobre a formação profissional do trabalhador, integrando-as às expectativas de formação integral do trabalhador, ou seja, de valorização de uma formação unitária, que seja

capaz de simultaneamente prover o trabalhador de habilitações técnico-profissionais e de formação humanística, com valores que ultrapassam a função pragmática da educação para o trabalho.

Isso contradita frontalmente às proposições fundamentadas na valorização das competências que regem o PLANFOR e que são aceitas acriticamente pela Força Sindical, demonstrando o alinhamento inequívoco da Central às propostas de cunho neoliberal e sendo por isso “abençoada” com os vultosos recursos que para suas mãos correram, embora sua representatividade seja mais frágil do que a CUT, inclusive com uma distribuição regional extremamente concentrada no estado de São Paulo.

Essas convergências e diferenças no âmbito das duas principais centrais sindicais no Brasil demarcam um campo interessante e prolixo de investigação na geografia e nas ciências humanas de uma forma geral, pois ao tentar articular a análise sobre a proposta pedagógica existente nos cursos elaborados pelas centrais com as proposições que articulam a educação ao trabalho, pudemos verificar a dimensão territorializante desta participação sindical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que concluímos no momento é resultado de nossa preocupação em compreender a participação dos sindicatos na formação profissional dos trabalhadores, principalmente pelo fato de tal participação estar encimada nas proposições do Estado e, portanto do Capital, através do PLANFOR, continuado pelo PNQ. Isso significa que a ação sindical é parametrizada pela fragmentação da ordem do capital, impondo ao trabalhador diferentes facetas identitárias, seja decorrente da inserção categorial e profissional, seja pela identificação com os lugares e territórios de origem, distanciando-o da compreensão unitária do trabalho como componente estrutural da sociedade capitalista em classes.

Participar da formação profissional dos trabalhadores implica em potencializar a compreensão sobre seu próprio processo educacional e formativo, o que evoca em conflitualidades e contradições para o movimento sindical. Isso amplia a escala de intervenções do sindicalismo, pois salta da esfera econômica/reivindicativa para a própria formação do trabalhador.

Se a própria construção de habilitações e competências profissionais para os trabalhadores pode ser visualizada como potencialmente estratégica para as lutas sindicais, ao estabelecer novos parâmetros da ação sindical, incorporando a formação do trabalhador em seu sentido estrito, como uma forma de buscar maior controle sobre o próprio processo de trabalho, essa possibilidade é castrada pela conformação dos sindicatos à busca de melhores condições de trabalho no âmbito do capital, e não como uma estratégia efetiva de contra-controle capitalista.

Portanto, a participação dos sindicatos nos marcos de uma política pública compensatória desestimula a construção de estratégias emancipatórias, sob a crença na possibilidade de intervir na condução do Estado, construindo uma ação sindical, quando muito, preocupada com a inclusão cidadã do trabalhador e não na construção dos elementos que caracterizam a noção de pertencimento de classe.

Se de um lado a participação da CUT no âmbito do PLANFOR, ocorre sob o marco de uma conflitualidade participativa, no sentido de uma inserção geral nos parâmetros definidos pelo Estado, portanto pelo Capital, ensejando uma ação sindical que, se não comunga completamente com as propostas do capital, não se apresenta como contradição a ele, aparecendo como um elemento de crítica ao estabelecido e propondo ações por dentro do que está instituído. De outro lado a Força Sindical sem nenhum posicionamento crítico em relação às determinações do PLANFOR, inclusive reiterando a função pragmática da

educação para o trabalho, amplia no campo sindical a presença das formulações originárias do capital.

Tais definições no âmbito das centrais sindicais rebatem nos sindicatos, configurando os diferentes posicionamentos que constatamos nas entrevistas, que de alguma forma, no caso das duas centrais citadas, demonstram o alinhamento destes sindicatos.

Nestas disputas em torno de projetos políticos, o uso do território que ambas centrais realizam faz parte de suas estratégias de hegemonização sobre os sindicatos, e que estão nos parâmetros definidos pela legislação sindical, de garantia da unicidade sindical e da representação territorialmente monopolizada.

A dimensão territorializante do PLANFOR aparece pois, como um instrumento de estímulo dos sindicatos à educação moldada pelo pragmatismo do mercado de trabalho. Mesmo quando se propõe a fornecer subsídios para uma educação integral dos trabalhadores ela é realizada sob os marcos delimitados pelas políticas sociais compensatórias e parciais do estatuto neoliberal.

Essa é a questão que emerge quando nos propomos a pensar sobre a dimensão territorializante da participação sindical, pois o estímulo à participação sob os moldes do concertacionismo é realizado nas diversas escalas do Estado nacional, desde o nível municipal com os diversos Conselhos Municipais, principalmente o Conselho Municipal de Emprego, até o recente Fórum Nacional do Trabalho.

A consolidação desta participação dos sindicatos na gestão de políticas públicas ocorre sob os auspícios da responsabilização da sociedade pelas mazelas, conclamando a própria sociedade para resolver seus problemas, numa tentativa de ação autonomista, independente do Estado, o que só pode se caracterizar como um ato ingênuo e inócuo, porque estabelecido sem construir a unidade de classe.

Essa ação sindical pautada na colaboração amplia o poder de mobilidade do capital, fazendo uso do território para a busca de hegemonia no meio sindical, sem que isso signifique necessariamente resistir à estratégia do capital de usar o território para estimular a competição entre os trabalhadores de diversos lugares.

As entrevistas e análises dos documentos revelaram a disposição clara de segmentos do sindicalismo em colaborar diretamente com o capital, reivindicando inclusive o afastamento do Estado pela sua suposta ineficiência, como nos revelou o STIM de Mogi-Guaçu. Já em outros segmentos essa colaboração assume o caráter sutil de discussão das políticas públicas e da procura em estimular o Estado a instituir os fóruns tripartites, que com

a vitória de Lula foram alavancadas, consolidadas no Fórum Nacional do Trabalho e no Conselho de Desenvolvimento Econômico.

A qualificação profissional é um dos aspectos envolvidos na mobilidade do capital, pois freqüentemente é evocada como motivação para o não-investimento em determinados lugares, transferindo para o Estado, ou para os próprios trabalhadores (individualmente ou através dos sindicatos) a responsabilidade pela qualificação profissional. A participação dos sindicatos neste sentido ganha os contornos que nossa “leitura” geográfica procurou evidenciar, demonstrando que o território é livre para o capital, porém fragmentado e estranhado para o trabalho, que não percebe a ação sindical como dimensão territorializante.

Mesmo quando a centralidade do trabalho é evocada, como é o caso da proposta pedagógica da CUT, o caráter de classe está ausente de sua práxis, não existindo em termos de superação/emancipação, apostando muito mais na consolidação do chamado sindicato-cidadão. Essa é uma característica interessante do sindicalismo cutista, e aponta para perspectivas de análise que procurem compreender como a compreensão do sentido ontológico do trabalho serve de justificativa para a construção do sindicato cidadão.

O que nos estimulou a propor este trabalho é o de compreender como as lideranças sindicais se fazem presentes neste cenário, como atores desprovidos de iniciativa e portadores de gestos condizentes com os desígnios do capital, ou como atores rebeldes que compreendem que o papel do sujeito trabalhador não se resume à sua exploração, e podem e devem promover outro ato, outro espetáculo que é o da vida vivida para a emancipação humana, comungando as humanidades sem a exploração do homem pelo homem.

Além disso, a Reforma Sindical em discussão no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho apresenta algumas soluções de continuidade para a estrutura sindical, com a ampliação da hegemonia das centrais sindicais sobre os sindicatos, procurando garantir maior organicidade, sob o risco da centralização de poderes, se procura diminuir a fragmentação da representação sindical. Porém, em que medida isso não pode significar um aumento do controle sobre os sindicatos, extinguindo as possibilidades de construção de um sindicalismo de classes, fora do âmbito aceitável pelo capital?

A dedicação às leituras sobre o trabalho e sobre a educação para o trabalho, tendo a preocupação de compreendê-los à luz da leitura geográfica, nos suscitou um elenco formidável de dúvidas e questões, que algumas vezes pudemos pontuar ao longo do trabalho, contudo sem o necessário aprofundamento. Essa é uma das maiores contribuições que o trabalho ora concluído é capaz de fornecer, renovando e aprofundando questões que ao longo

da carreira acadêmica possam ampliar a contribuição para o escopo de própria geografia, ampliando seu olhar sobre temas e perspectivas inovadoras.

Outro elemento suscitado com os debates no trabalho ora em conclusão, é o das contradições da dinâmica territorial do capital e do trabalho expressos na mobilidade divergente do capital e do trabalho. Enquanto o primeiro tem crescentemente se constituído à luz de um regramento jurídico universalizante, com a ampliação de sistemas legais adequados à livre circulação e acumulação, tanto produtiva, quanto financeira – extrapolando quando necessário o direito nacional restritivo pela extra-territorialidade dos paraísos fiscais, o segundo (o trabalho migrante) é severamente punido, principalmente quando envolve migração dos países pobres para os países desenvolvidos, com a sujeição dos trabalhadores ao trabalho escravo, mesmo no caso de migrações intra-fronteiras nacionais, como no Brasil.

Essa é uma questão que nos provocou bastante durante as leituras e reflexões e verificamos que pouco tem sido debatida no âmbito da Geografia. Às vezes prioriza-se o estudo do trabalhador migrante e sua situação de fragilidade diante do novo, e as motivações que os fazem migrar, enfim com o enfoque voltado a compreender os sentidos da mobilidade do trabalho.

Em contrapartida há uma preocupação em compreender as constantes realocações do capital, por meio da migração de empresas e territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital. Cremos que é possível caminhar para um maior relacionamento destas duas esferas da dinâmica territorial, procurando compreender as contradições da mobilidade do capital em suas mutações, carregando consigo a mobilidade do trabalho, que está absolutamente subordinada à lógica do capital, isso para entender o trabalho como algo mais do que simples fator produtivo, mas como a contradição viva que ancora a expectativa de superação da ordem sócio-metabólica do capital.

Portanto, compreender a dinâmica territorial do capital e do trabalho se coloca como uma pauta relevante para nossa trajetória acadêmica, que procura consolidar a centralidade do trabalho para a Geografia, não apenas como novo tema e objeto de pesquisas, mas fundamentalmente como perspectiva de compreensão do mundo sob a “leitura” geográfica.

Outro ponto relevante que a realização dessa tese suscitou tem a ver diretamente com o tema da formação do trabalhador sob o capital, compreendendo-o na perspectiva do território, as dúvidas que permanecem sobre os instrumentos e estratégias do capital de utilizar o território para proporcionar a formação do trabalhador em diferentes locais, mas sob parâmetros equivalentes de qualificação profissional, proporcionando a

ampliação de sua liberdade de locomoção, pois o código educativo-formacional procurar ser padronizado para todos os recantos do planeta.

Essa amplitude da mobilidade do capital, transnacionalizando sua locomoção, padronizando o diverso, e simultaneamente diferenciando o mundo a partir dos princípios da acumulação capitalista, constrói sua unidade de controle social tendo o planeta como cenário estratégico. O termo mundialização ganha contornos mais dramáticos para o trabalho, à medida que vislumbramos o potencial de controle que o capital procura exercer. No entanto as resistências pipocam em vários lugares do mundo, ainda não radiografadas na radicalidade que podem apresentar, em termos, por exemplo, de uma unidade do trabalho, os eventos e manifestações anti-globalização podem ir além do capital?

Essa é uma das questões com que nos debatemos ao longo destes quatro anos de pesquisa e reflexão. A de procurar compreender de quais as formas que o trabalho se utiliza frente à planetarização mais evidente de sua exploração. Há alguma construção de internacionalização da resistência do trabalho frente ao avanço do capital? Como tais estratégias são delineadas?

A pesquisa das estratégias internacionais do trabalho (tanto as entidades sindicais, como outros movimentos sociais) permitiriam compreender de forma mais completa, como tais entidades fazem uso do território, como ancoram suas estratégias a partir de uma leitura espacializada do mundo, confrontando a universalidade do capital. Será que a resposta é unicamente a força do local, evocada por tantos movimentos anti-globalização? Ou pode o trabalho confrontar o capital no plano da universalidade, proporcionando resistência unitária em todo o planeta às forças destrutivas do capital, e ao próprio capital?

Sob a fragmentação do trabalho o capital e busca a manutenção de seu controle social, o que como vimos é o desdobramento da liberdade construída para si em locomover-se pelo planeta, usando o território como instrumento, aprisionando a representação política do trabalho aos limites jurídico-institucionais.

Isso revela o quanto é importante compreender o uso do território pelo trabalho e pelo capital, mais do que constatar a construção dos meios locais como pontos na rede pela acumulação do capital, faz-se necessário vislumbrar tais meios como a construção dialética do conflito capital e trabalho, materializando conquistas e recuos dos trabalhadores, mas não uma simples imposição das prerrogativas do capital. Assim é que o uso do território pelos sindicatos estão desprovidos de um sentido estratégico efetivo para a luta de classes, aparecendo muito mais como um elemento de conquista do poder sindical, outorgado pela legislação sindical.

Neste sentido, as perspectivas da Reforma Sindical de ampliação da organicidade dos sindicatos com as centrais sindicais, flexibilizando a unicidade sindical numa forma de multiplicidade sindical controlada, podem apenas consolidar o uso do território pelos sindicatos para hegemonia de determinadas correntes no seio do movimento sindical, sem com isso prover a classe trabalhadora de instrumentos para a construção de alternativas para além do capital.

O PLANFOR pelo volume de recursos envolvidos, pela fundamentação explicitamente ancorada nas teses neoliberais, com a empregabilidade assumindo o objetivo central a ser construído pelas políticas de educação profissionalizante, provocaram reações diversas no movimento sindical, o que pôde ser constatado nas entrevistas que realizamos (Tabela 2), que retratam a compreensão que os sindicalistas tem da educação para os trabalhadores, demonstrando um entendimento parcial da questão e de cunho imediatista, pois muitos deles aceitaram ser tergiversar as proposições da educação para o trabalho implícitas no PLANFOR.

A dimensão territorializante da participação dos sindicatos no PLANFOR é apenas um dos elementos da estratégia do capital, que não pode ser negligenciada, mas que precisa ser desvendada para o trabalho construir as alternativas de sua emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Lais Wendel “A subjetividade do trabalhador frente à automação” In: NEDER, Ricardo Toledo e outros. **Automação e movimento sindical no Brasil**. São Paulo/SP: Hucitec, 1988, p. 87-132. (1ª edição);
- AGUDELO, Hugo “Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil” In: PRIORI, Angelo (org.) **O mundo do trabalho e a política: ensaios interdisciplinares** Maringá/PR: EDUEM, 2000, p. 11-32. (1ª edição);
- ALMEIDA, Marilis Lemos de e LIEDKE, Elida Rubini “Inovação tecnológica, mercado de trabalho e qualificação” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/SP;Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.77-100; (1ª edição);
- ALVES, Giovanni “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos 90” In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho** São Paulo/SP: Cortez, Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 109-162. (1ª edição);
- ALVES, Giovanni “A globalização como perversidade planetária do capital” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 3, Outubro de 1997, p. 165-175;
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital** Londrina/PR: Práxis, 1999;
- ALVES, Giovanni **O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo** São Paulo/SP: Boitempo, 2000 (1ª edição).
- ALVES, Giovanni (a) “Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI” In: **Outubro** São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, n. 5, 2001, p. 47-58.
- ALVES, Giovanni (b) **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições** Londrina/PR: Práxis, 2001. (1ª edição);
- ALVES, Giovanni **Limites do sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política**. Bauru/SP: Práxis, 2003. (1ª edição);
- AMARAL, Ângela Santana do “Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo” In: **Outubro** São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, n. 5, 2001, p. 29-46;

- ANTUNES, Ricardo **A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980)** São Paulo/SP: Ensaio, Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. (1ª edição);
- ANTUNES, Ricardo **O novo sindicalismo** São Paulo/SP: Scritta, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo/SP: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão (orgs.) **Lukács. Um galileu no século XX** São Paulo/SP: Boitempo, 1996 (2ª edição);
- ANTUNES, Ricardo “Aonde vai o mundo do trabalho?” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e socialismo** São Paulo/SP: Xamã, 1997, p. 61-72. (1ª edição);
- ANTUNES, Ricardo “Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90” In: **Crítica Marxista**, São Paulo/SP: Xamã, nº 07, Novembro de 1998, p. 89-110;
- ANTUNES, Ricardo **Os sentidos do trabalho** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);
- ANTUNES, Ricardo “Trabalho e superfluidade” In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e SANFELICE, J.L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação** Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 35-44. (1ª edição);
- ANTUNES, Ricardo [2003a] “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas” In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M.A. **Além da fábrica.** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p.213-224;
- ANTUNES, Ricardo “A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo” In: **Margem Esquerda**, São Paulo/SP: Boitempo, nº 01, Maio de 2003, p. 30-36;
- APPLE, Michel W. “O que os pós-modernistas esquecem: capital cultura e conhecimento oficial” In: GENTILI, Pablo. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 179-204. (10ª edição);
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro “Estado e trabalhadores, a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil” In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra** São Paulo/SP: Boitempo, 2002;
- ARAÚJO, Renan “O ABC da concertação social e sindical” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 223-242;

- ARBIX, Glauco **Uma aposta no futuro. Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística** São Paulo/SP: Scrittta, 1996. (1ª edição);
- ARBIX, Glauco “Os descaminhos do governo e a precarização das relações de trabalho” In: CARLEIAL, L e VALLE, R. (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: HUCITEC, 1997, p. 480-502. (1ª edição);
- ARRIGHI, Giovanni **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo** Rio de Janeiro/RJ: Contraponto; São Paulo/SP: Editora da UNESP, 1996;
- ARRIGHI, Giovanni **A ilusão do desenvolvimento** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. (5ª edição);
- ARROYO, Miguel G. “As relações sociais na escola e a formação do trabalhador” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 13-42. (1ª edição);
- ARROYO, Miguel G. “Trabalho-educação e teoria pedagógica” In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 138-165. (5ª edição);
- ARRUDA, Gerardo Clesio Maia “Qualificação profissional nos tempos presentes: decifra-me ou te devoro” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.103-121;
- ASSIS, Marisa “A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 185-199. (7ª edição);
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e PRONI, Marcelo Weishaupt “Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 55-86. (1ª edição);
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, DEDECCA, Cláudio Salvadori e HENRIQUE, Wilnês. “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil.**

- Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 87-108. (1ª edição);
- BATISTA, Paulo Nogueira **O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos** São Paulo/SP: PEDEX, 1994. (1ª. edição);
- BATISTA, Roberto Leme “Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 143-172;
- BEINSTEIN, Jorge **Capitalismo senil. A grande crise da economia global** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001. (1ª edição);
- BENJAMIN, Cesar *et.al.* **A opção brasileira** Rio de Janeiro/RJ: Contraponto, 1998. (1ª edição);
- BERNARDO, João “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?” In: **Crítica Marxista**, São Paulo/SP: Xamã, nº 04, Maio de 1997, p. 123-139;
- BERNARDO, João **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores** São Paulo/SP: Boitempo, 2000. (1ª edição);
- BEYNON, H. **Trabalhando para a Ford** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1995.
- BEYNON, H. “As práticas do trabalho em mutação” In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil** São Paulo/SP: Boitempo, 1997, p. 9-38. (1ª edição);
- BEYNON, H. “O sindicalismo tem futuro no Século XXI?” In: SANTANA, M A e RAMALHO, J R **Além da Fábrica**. São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p. 44-71;
- BIANCHI, Álvaro “Neoliberalismo e resistência operária contra FHC” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **A crise brasileira e o governo FHC** São Paulo/SP: Xamã, 1997. (1ª edição);
- BIHR, Alain **Da grande noite à alternativa** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (2ª edição);
- BIHR, Alain “A problemática da reprodução do capital em O Capital” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 9/10, Abril de 2003, p. 117-124;
- BLASS, Leila Maria da Silva “Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade” In: RODRIGUES, Iram J. **O novo sindicalismo, vinte anos depois** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999, p.33-50;

- BOITO Jr., Armando.(a) **O sindicalismo de Estado no Brasil.** Campinas/SP:Ed.da Unicamp. São Paulo/SP: Hucitec, 1991.
- BOITO Jr., Armando (org.) (b) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1991.
- BOITO Jr., Armando [1996 a] “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil” In: **Crítica Marxista**, São Paulo/SP: Xamã, nº 3, 1996, p. 80-105
- BOITO Jr., Armando [1996b] “A questão do refluxo do movimento operário” In: **Debate Sindical** São Paulo/SP: Centro de Estudos Sindicais, ano 10, no. 23, out/nov/dez 1996; BOITO Jr., Armando **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil** São Paulo/SP: Xamã, 1999. (1ª edição);
- BOITO Jr., Armando “A crise do sindicalismo” In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M.A. **Além da fábrica** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p.319-333;
- BORGES, Altamiro “FAT: formação ou atrelamento ao Estado?” In: **Quinzena**, São Paulo/SP: CPV, nº 284, 20/01/00.
- BORGES, Célia Regina Congilio “A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 6, Setembro de 1999, p.69-82;
- BORGES, Célia Regina Congilio “Reestruturações produtivas nos tempos de crise: reflexões sobre a nova (des)ordem” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 9/10, Abril de 2003, p. 149-158;
- BRAGA, Ruy “Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia” In: KATZ, Cláudio, BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo **Novas tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva** São Paulo/SP: Xamã, 1995, p. 45-136. (1ª edição);
- BRAGA, Ruy **A restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea** São Paulo/SP: Xamã, 1996. (1ª edição);
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **Habilidades, questão de competências?** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 1996;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 1998;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a) **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 1999;

- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (b) **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Avaliação gerencial 1995/98: balanço de um projeto pra o desenvolvimento sustentado.** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 1999;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Relatório de avaliação gerencial 1999** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 2000;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (a)**PLANFOR 2000. Relatório gerencial** Brasília/DF: FAT, 2001;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (b) **Guia do PLANFOR 2001 – Parte 1** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 2001;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (c) **Guia do PLANFOR 2001 – Parte 2** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 2001;
- BRASIL.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (d) **PLANFOR 2002. Diretrizes de planejamento** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 2001;
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **Avaliação Planfor 2000. Síntese dos resultados das avaliações dos Planos Estaduais de Qualificação e das Parcerias Nacionais do PLANFOR** Brasília/DF:MTE/SEFOR, 2002;
- BRAVERMAN, Harry **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro/RJ:Guanabara, 1987;
- BRENNER, Roberto “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 3, Maio de 1999, p.7-18
- BRESCIANI, Luis Paulo **Da resistência à contratação. Tecnologia, trabalho e ação sindical** São Paulo/SP: CNI/SESI/DN, 1994.
- BRUNHOFF, Suzanne de **A hora do mercado. Crítica do liberalismo** São Paulo/SP: Editora da UNESP, 1991;
- CARDOSO, Adalberto Moreira “Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil” In: SANTANA, M.A. e RAMALHO, J. R. **Além da fábrica** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p. 227-270 (1ª edição);
- CARNOY, Martin e LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no Estado capitalista** São Paulo/SP: Cortez, 1987;

- CARVALHAL, Marcelo Dornelis **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica** Dissertação de Mestrado Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 2000;
- CARVALHAL, Terezinha Brumatti **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente/SP: Projeto Editorial Centelha, 1994. 9 (1^a edição);
- CARVALHO Neto, Antonio **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio: estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira** Belo Horizonte/MG: Vozes: IRT, PUC Minas, 2001. (1^a edição);
- CARVALHO, Ruy de Quadros “Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 93-123. (7^a edição);
- CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. (1^a edição);
- CASTELLS, Manuel **A sociedade em rede** São Paulo/SP: Paz e Terra, 2000. (4^a edição);
- CATAPAN, Araci H. e THOMÉ, Zeina R.C. **Trabalho & Consumo. Para além dos parâmetros curriculares** Florianópolis/SC:Insular, 1999. (1^a edição);
- CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira e DOURADO, Luiz Fernandes “Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil” In: **Educação e Sociedade**. Campinas: UNICAMP, v. 22, n. 75, 2001
- CATTANI, Antonio Davi **Trabalho & Autonomia** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. (1^a edição);
- CATTANI, Antonio Davi “Formação profissional” In: CATTANI, Antonio David (org.) **Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico**. Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1997, p.95-99. (1^a edição);
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Avaliação externa da política nacional de formação da CUT**. São Paulo/SP: Xamã, 1997.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. (a) **Educação integral dos trabalhadores: práticas em construção** São Paulo/SP: CUT, 2003. (1^a edição) [organizado por Maristela Miranda Barbara, Rosana Miyashiro e Sandra Regina de Oliveira]

- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. (b) **A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego, renda e educação dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas.** São Paulo/SP: CUT/UNITRABALHO, 2003. (1ª edição)
- CHESNAIS, François **A mundialização do capital** São Paulo/SP: Xamã, 1996. (1ª edição);
- CHESNAIS, François “Capitalismo de fim de século” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e socialismo** São Paulo/SP: Xamã, 1997, p. 7-34. (1ª edição);
- CHESNAIS, François “Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 1, Maio de 1998, p. 7-32;
- CHESNAIS, François “Mundialização: o capital financeiro no comando” In: **Outubro** São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, n. 5, 2001, p. 7-28;
- CHOSSUDOVSKY, Michel **A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial** São Paulo/SP: Moderna, 1999. (1ª edição);
- CIAVATTA, Maria “A educação profissional do cidadão produtivo à luz de uma análise de contexto” In: **Proposta**, Rio de Janeiro/RJ: Fase, Set-Nov/2000 nº 86, p. 76-89;
- COCCO, Giuseppe **Trabalho e cidadania. Produção e direitos na era da globalização** São Paulo/SP: Cortez, 2000. (1ª edição);
- COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Claudio (orgs.) **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo/SP: Xamã, 1995;
- COGGIOLA, Osvaldo “Fordismo, toyotismo e novas tecnologias” In: SECCO, Lincoln e SANTIAGO, Carlos (orgs.) **Um olhar que persiste** São Paulo/SP: Anita Garibaldi, 1997, p. 200-226. (1ª edição);
- COGGIOLA, Osvaldo “A crise estrutural do capital” In: **Quinzena**, São Paulo/SP: CPV, n. 262, Janeiro de 1998, p.2;
- COLLI, Juliana **A trama da terceirização** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2002. (1ª edição);
- COMIN, Álvaro Augusto “A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil” In: OLIVEIRA, Carlos A.B. *et.alli.* **O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século** São Paulo/SP: Scritta, 1994;

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS/REDE UNITRABALHO
Diagnóstico da formação profissional – ramo metalúrgico. São Paulo/SP:CNM/UNITRABALHO, 1999;
- CORIAT, Benjamin **Pensar pelo avesso. O modelo japonês de trabalho e organização** Rio de Janeiro/RJ: Revan: UFRJ, 1994. (1ª edição);
- COSTA, Silvio **Tendências e centrais sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994.** São Paulo/SP: Editora Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995. (1ª edição);
- CUNHA, Luiz Antônio **O ensino profissional na irradiação do industrialismo** São Paulo/SP: Editora UNESP; Brasília/DF: Flacso, 2000. (1ª edição);
- DE DECCA, Edgar **1930: O silêncio dos vencidos** São Paulo/SP: Brasiliense, 1997.(6ª edição, 1ª reimpressão);
- DE MASI, Domenico **A sociedade pós-industrial.** São Paulo/SP: SENAC, 1999. (1ª edição);
- DEDECCA, Claudio Salvadori “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 55-86. (1ª edição);
- DEDECCA, Cláudio Salvadori “Anos 1990: a estabilidade com desigualdade” In: SANTANA, M.A. e RAMALHO, J. R. **Além da fábrica** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p. 109-138 (1ª edição);
- DEL ROIO, Marcos “Política operária: há futuro?” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 7,2002, p. 37-48;
- DIAS, Edmundo Fernandes “Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 1, Maio de 1998, p. 45-52;
- DIAS, Edmundo Fernandes **A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização.** Campinas/SP: UNICAMP, 1999 (Textos didáticos n. 29) (2ª edição revista e ampliada);
- DIAS, Edmundo Fernandes **Gramsci em Turim** São Paulo/SP: Xamã, 2000.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil** São Paulo/SP: DIEESE, 2002.

- DOIMO, Ana Maria **A vez e a voz do popular** Rio de Janeiro/RJ: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995. (1ª edição);
- DREIFUSS, René Armand **A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. (2ª edição);
- DRUCK, Maria da Graça **Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);
- ENGUITA, Mariano Fernández “O discurso da qualidade e a qualidade do discurso” In: GENTILI, Pablo. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 93-110. (10ª edição);
- FERREIRA, Maria Nazareth (org.) **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens.** São Paulo/SP: CEBELA, 1995; (1ª edição);
- FERRETI, Celso J., SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria R.N.S. (orgs.) **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999;
- FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucília Regina de Souza **Controle da qualidade total, uma nova pedagogia do capital** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996 (2ª edição);
- FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- FIDALGO, Fernando Selmar **A formação profissional negociada. França e Brasil, anos 90** São Paulo/SP: Anita Garibaldi, 1999. (1ª edição);
- FIDALGO, Fernando “Gestão da educação profissional e paritarismo no Brasil” In: **Trabalho & Educação** Belo Horizonte/MG: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, nº 9, Julho/Dezembro de 2001, p.78-92;
- FINKEL, Sara Morgenstern de “Crise de acumulação e resposta educacional da nova direita” In: **Teoria e Educação** Porto Alegre, n. 2, 1990;
- FIORI, José Luis **Os moedeiros falsos** Petrópolis/RJ:Vozes, 1998 (5ª edição);
- FIORI, José Luis **60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001. (1ª edição);
- FIORI, José Luis **Brasil no espaço** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001 (1ª edição);

- FLEURY, Maria Tereza Leme “A cultura da qualidade ou a qualidade da mudança” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 21-35. (7ª edição);
- FOGAÇA, Azuete “Modernização industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro” In: DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA CUT (DNTE)/DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA CUT (DESEP) **A educação e os trabalhadores** São Paulo/SP: Página Aberta/DNTE/DESEP, 1992, 13-46. (1ª edição);
- FOLADORI, Guillermo “O capitalismo e a crise ambiental” In: **Outubro** São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, n. 5, 2001, p. 117-126;
- FORÇA SINDICAL – Relatório da Pesquisa “Acompanhamento de Egressos”, Brasília, 2001.
- FORÇA SINDICAL – Avaliação Externa do Programa de Educação Profissional-PARC/FS 2001: Brasília, 2001.
- FORRESTER, Viviane **O horror econômico** São Paulo/SP: Editora da UNESP, 1997. (1ª edição);
- FRANCO, Maria Ciavatta “Formação profissional nos anos 90; uma questão fora de foco” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.177-213; (1ª edição);
- FRANCO, Maria Ciavatta “Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália” In: FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p.100-137.(5ª edição);
- FRIGOTTO, Gaudêncio **A produtividade da escola improdutiva** São Paulo/SP: Cortez, São Paulo/SP: Autores Associados, 1986 (2ª edição);
- FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e a crise do capitalismo real** São Paulo/SP: Cortez, 1996 (2ª edição);
- FRIGOTTO, Gaudêncio (a) “Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito” In: FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p.25-54 .(5ª edição);

- FRIGOTTO, Gaudêncio (b) “Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação” In: **Trabalho & Educação** Belo Horizonte/MG: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, n° 9, Julho/Dezembro de 2001, p.15-26;
- FRIGOTTO, Gaudêncio (c) “Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática” In: GENTILI, Pablo. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 31-92. (10ª edição);
- FUENTES, Maritzel Ríos “Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90?” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.357-374;
- FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO – UNITRABALHO **Pesquisa para avaliação do Plano Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional do Estado de São Paulo e construção do cadastro de instituições de formação profissional** São Paulo/SP:UNITRABALHO, 1998;
- FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO – UNITRABALHO (a) **Relatório de avaliação de avaliação das parcerias Versão Preliminar. Parte I** São Carlos/SP:UFSCAR/UNITRABALHO, 1999;
- FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO – UNITRABALHO (b) **Relatório de avaliação comparativa dos PEQs – 1996 a 1998. Versão Preliminar. Parte II** São Carlos/SP:UFSCAR/UNITRABALHO, 1999;
- GALVÃO, Andréia “Do coletivo ao Setor, do Setor à empresa: a trajetória do ‘novo sindicalismo’ Metalúrgico nos anos 90” In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.) **O novo sindicalismo. Vinte anos depois** Petrópolis/RJ: Vozes, São Paulo/SP: EDUC, São Paulo/SP:UNITRABALHO, 1999, p. 113-132. (1ª edição);
- GALVÃO, Andréia “O debate sobre a grande greve francesa de 1995” In: **Crítica Marxista**, São Paulo/SP: Boitempo, n° 13, Outubro de 2001, p. 95-107;
- GAMBINO, Ferruccio “Crítica ao fordismo da escola regulacionista” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, n° 4, 2000, p. 25-44;

- GARCIA, Maria Franco “Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território” In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, jul-dez/2002.
- GENNARI, Emilio **Automação, terceirização e programas de qualidade total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho** São Paulo/SP: CPV, 1997. (1ª edição);
- GENNARI, Emilio **Sindicato e organização de base. Passos e tropeços de ontem e de hoje.** São Paulo/SP: CPV, 1999. (1ª edição);
- GENTILI, Pablo (a) “Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora” In: FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p.76-99.(5ª edição);
- GENTILI, Pablo (b) “O discurso da ‘qualidade’ como nova retórica conservadora no campo educacional” In: GENTILI, Pablo. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 111-178. (10ª edição);
- GONÇALVES, Marcelino Andrade **Territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente/SP** Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente/SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP, 2000;
- GONÇALVES, Reinaldo **Vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2002. (1ª edição);
- GONÇALVES, Renata “Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 9/10, Abril de 2003, p. 125-132;
- GONZAGA, Sonia “Formação profissional: tradição de demandas e novas propostas do movimento sindical” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.225-236; (1ª edição);
- GORZ, André **Adeus ao proletariado** Rio de Janeiro/RJ: Forense, 1982.
- GORZ, André (org.) **Crítica da divisão do trabalho** São Paulo/SP: Martins Fontes, 1996.
- GOUNET, Thomas **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história** 5ª edição, Rio de Janeiro/RJ: Civ. Brasileira, 1984.
- GRAMSCI. **Obras escolhidas** Lisboa/Portugal: Editorial Stampa, 1974
- GRUPPI, Luciano **O conceito de hegemonia em Gramsci** Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1978.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo **Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetória de trabalhadores** São Paulo: Editora 34, 2004. (1ª edição).
- HALL, Michael H. “Corporativismo e fascismo” In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2002, p. 13-28;
- HARVEY, David **Condição pós-moderna** São Paulo/SP: Loyola, 1999. (8ª edição);
- HIRATA, Helena “Da polarização das qualificações ao modelo da competência” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 124-138. (7ª edição);
- HIRATA, Helena **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo/SP: Boitempo, 2002.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame **Globalização em questão** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. (3ª edição);
- HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987. (2ª edição);
- HOLLOWAY, John e PELÁEZ, Eloína “Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 2, 1998, p.21-30;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS **Sindicatos: indicadores sociais 2001.** Rio de Janeiro/RJ: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002. (1ª edição);
- INVERNIZI, Neola “Teoria da competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho” In: **Trabalho & Educação** Belo Horizonte/MG: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, nº 9, Julho/Dezembro de 2001, p.114-131;
- JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs.) **Mapa do trabalho informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo** São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo: CUT, 2000. (1ª edição);
- JAMESON, Fredric **A cultura do dinheiro.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. (3ª edição);

- JANNUZZI, Paulo de Martino **Migração e mobilidade social. Migrantes no mercado de trabalho paulista**, Campinas: Autores Associados, 2000. (1ª edição).
- JESUS, Antonio Tavares **Educação e hegemonia** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, São Paulo/SP: Cortez, 1989.
- JINKINGS, Nise **O mister de fazer dinheiro. Automatização e subjetividade no trabalho bancário** São Paulo/SP: Boitempo, 1995. (1ª edição);
- JULIO, Marcelo “Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 115-142;
- KAMMER, Marcos **A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx** Porto Alegre/RS: Edipucrs, 1998 (1ª edição)
- KATZ, Cláudio e COGGIOLA, Osvaldo **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo/SP: Xamã, 1995. (1ª edição);
- KATZ, Cláudio “Produção e crise do processo de trabalho” In: KATZ, Cláudio, BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo **Novas tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva** São Paulo/SP: Xamã, 1995, p. 9-44. (1ª edição);
- KATZ, Cláudio “Tecnologia e socialismo” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e socialismo** São Paulo/SP: Xamã, 1997, p. 35-60. (1ª edição);
- KOBER, Cláudia Mattos **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo** Campinas/SP: Autores Associados, 2004. (1ª edição)
- KON, Anita **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil** São Paulo/SP: ABET, 1998. (1ª edição);
- KREIN, José Dari “Reestruturação produtiva e sindicalismo” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.439-479;
- KREIN, José Dari “Balanço da reforma trabalhista do governo FHC” In: PRONI, Marcelo Weishaupt e HENRIQUE, Wilnês (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90** São Paulo/SP: Editora UNESP; Campinas/SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 279-322. (1ª edição).
- KRISIS **Manifesto contra o trabalho** (mimeo).
- KUENZER, Acácia Zeneida **Ensino de 2º grau. O trabalho como princípio educativo** São Paulo/SP: Cortez, 1992;

- KUENZER, Acácia Zeneida “A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 121-140. (1ª edição);
- KUENZER, Acácia Zeneida “Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola” In: FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p.55-75.(5ª edição);
- KURZ, Robert **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1993. (3ª edição);
- LARANGEIRA, Sonia M.G. “Qualificação” In: CATTANI, Antonio David (org.) **Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico.** Petrópolis/RJ: Vozes, Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1997, p.190-195. (1ª edição);
- LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio **Trabalho imaterial, formas de vida e produção de subjetividade** Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2001. (1ª edição);
- LEHER, Roberto **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”** São Paulo: FFLCH/USP, 1998. Tese de doutorado.
- LEHER, Roberto “Um novo senhor da educação? A política educacional do banco mundial para a periferia do capitalismo” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 3, 1999, p.19-30;
- LEITE, Elenice M. “Reestruturação industrial, cadeias produtivas e qualificação” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.140-168;
- LEITE, Márcia de Paula **O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária** São Paulo/SP: Scritta, 1994.
- LEITE, Márcia de Paula **O trabalho em movimento. Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil** São Paulo/SP: Papyrus, 1997.
- LEITE, Marcia de Paula e RIZEK, Cibele S. “Cadeias, complexos e qualificações” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.45-76; (1ª edição);

- LEITE, Márcia de Paula “Modernização tecnológica e relações de trabalho” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 36-53. (7ª edição);
- LESSA, Sérgio **A ontologia de Lukács** Maceió/AL: EDUFAL, 1996. (1ª edição);
- LESSA, Sérgio **Trabalho e ser social** Maceió/AL: EUFC/EDUFAL, 1997;
- LIMA, Francisco P.A. “Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo?” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.109-130. (1ª edição);
- LIPIETZ, Alain **O capital e seu espaço** São Paulo/SP: Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean **A classe operária em mutações** São Paulo; Oficina de livros, 1990.
- LOPES, Maria Izabel de Souza “Educação, qualificação e o mundo do trabalho: danos e ganhos” In: PRIORI, Angelo (org.) **O mundo do trabalho e a política: ensaios interdisciplinares** Maringá/PR: EDUEM, 2000, p. 139-152. (1ª edição);
- LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical** São Paulo/SP: Anita Garibaldi, 1989.
- LUKÁCS, Georg “A reprodução da sociedade como totalidade”, tradução de Sérgio Lessa, (mimeo).
- LUKÁCS, Georg “O trabalho”, tradução de Ivo Tonet, (mimeo).
- LUKÁCS, Georg “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1978, p. 1-18.
- MACHADO, Lucília R. de Souza **Educação e divisão social do trabalho** São Paulo/SP: Cortez; São Paulo/SP: Autores Associados, 1989 (2ª edição);
- MACHADO, Lucília R. de Souza “Qualificação do trabalho e relações sociais” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.13-40. (1ª edição);
- MACHADO, Lucília R. de Souza “A educação e os desafios das novas tecnologias” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 165-184. (7ª edição);
- MAIA, Marco Aurélio Spall (org.) **Trabalho, educação e cidadania: reflexões sobre o Programa Integrar** Porto Alegre/RS: CNM/CUT, 1999

- MALAGUTI, Manoel Luiz **Crítica à razão informal. A imaterialidade do salariado** São Paulo/SP: Boitempo; Vitória/ES: EDUFES, 2000. (1ª edição);
- MANFREDI, Sílvia Maria **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural** São Paulo/SP: Editora Escrituras, 1996. (1ª edição);
- MANFREDI, Sílvia Maria **Avaliação externa da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores** São Paulo/SP: Xamã, 1997. (1ª edição);
- MANFREDI, Sílvia Maria “A formação profissional na ótica dos trabalhadores” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.215-224; (1ª edição);
- MANFREDI, Sílvia Maria **Educação profissional no Brasil** São Paulo/SP: Cortez, 2002. (1ª edição);
- MARINHO, Maria Regina Novaes “As reflexões do movimento sindical sobre educação” In: DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA CUT (DNTE)/DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS E POLITICOS DA CUT (DESEP) **A educação e os trabalhadores** São Paulo/SP: Página Aberta/DNTE/DESEP, 1992, 115-135. (1ª edição);
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec, 1989. (2ª edição);
- MARTINS, Heloisa de S. e RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho** São Paulo/SP: Hucitec/CEDI/NETS, 1994.
- MARTINS, José Antonio **A riqueza do capital e a miséria das nações** São Paulo/SP: Página Aberta, 1994;
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich **Sindicalismo** São Paulo/SP: CHED, 1980
- MARX, Karl **O Capital** São Paulo/SP: Abril, 1984
- MARX, Karl. **O Capital, vol. VI inédito** São Paulo/SP: Moraes, 1985
- MATTOS, Marcelo Badaró (a) “Entregando a mão para não perder os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 1, Maio de 1998, p. 53-64;
- MATTOS, Marcelo Badaró (b) **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)** Rio de Janeiro/RJ: Vício de Leitura, 1998. (1ª edição);

- MATTOSO, Jorge *et.alli.* (orgs.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século** São Paulo/SP: Scritta, 1994.
- MATTOSO, Jorge **A desordem do trabalho** São Paulo/SP: Scritta, 1995. (1ª edição);
- MATTOSO, Jorge “Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios” In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J. (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Scritta, 1996.
- MATTOSO, Jorge **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90** São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo: CUT, 1999. (2ª edição);
- McILROY, John “O inverno do sindicalismo” In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil** São Paulo/SP: Boitempo, 1997, p. 39-70. (1ª edição);
- MENELEU Neto, José “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva” In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e , Manfredo Araújo de (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho** São Paulo/SP: Cortez, Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 75-108. (1ª edição);
- MÉSZÁROS, István **A necessidade do controle social** São Paulo/SP: Ensaio, 1987
- MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista** São Paulo/SP: Ensaio, 1989;
- MÉSZÁROS, István “Ir além do capital” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e socialismo** São Paulo/SP: Xamã, 1997, p. 143-154. (1ª edição);
- MÉSZÁROS, István “A ordem do capital no metabolismo social da reprodução, In: **Ad Hominen**, São Paulo/SP: Edições Ad Hominen, 1999, nº 1
- MÉSZÁROS, István “A crise estrutural do capital” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 4, 2000, p. 7-16;
- MÉSZÁROS, István **Para além do capital** São Paulo/SP: Boitempo, 2002. (1ª edição);
- MÉSZÁROS, István **O século XXI – socialismo ou barbárie** São Paulo/SP: Boitempo, 2003 (1ª edição);
- MORAIS, Jorge Ventura “Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** São Paulo/SP: ANPOCS, ano 9, n. 25, Junho de 1994, p. 65-81;

- MOREIRA, Rui. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1985.
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral** Rio de Janeiro/RJ:Cooautor, 1993;
- MOREIRA, Ruy. “Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo)” In: **Ciência Geográfica** Bauru/SP: AGB, 1997, v. III, n. 6, p.01-11, 1997;
- MOREIRA, Ruy “A diferença e a geografia (o ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia)” In: **Geographia**. Rio de Janeiro/RJ: UFF, n. 1, 1999.
- MOREIRA, Ruy. “Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho” In: **Programa Integrar – Trabalho e tecnologia**. São Paulo/SP:CUT/CNM, 1998.
- MOREIRA, Ruy. “O paradigma e a ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista)” In: **Ciência Geográfica**, ano V, n.13, Bauru/SP: AGB/Bauru, 1999
- MOREIRA, Ruy. “As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho” In: **Ciência Geográfica**, ano VII, n. 20, Bauru/SP: AGB/Bauru, 2001.
- MOURA, Gustavo A.P. “A teoria da regulação e as demandas de uma educação politécnica” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.87-108. (1ª edição);
- NEDER , Ricardo Toledo “Sindicatos e novas tecnologias no Brasil – o caso dos metalúrgicos de São Paulo” In: NEDER, Ricardo Toledo e outros **Automação e movimento sindical no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec, 1988, p. 87-132. (1ª edição);
- NEVES, Lúcia Maria W. **Brasil 2000. Nova divisão de trabalho na educação** São Paulo/SP: Xamã, 2000. (2ª edição);
- NEVES, Magda de A. e LEITE, Márcia de Paula “Qualificação e formação profissional: um novo desafio” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.9-20; (1ª edição);
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei **A feminização do mundo do trabalho** Campinas/SP: Autores Associados, 2004;
- NOGUEROL, Ana Cristina de Araújo **A educação sob a ótica da CUT e da Força Sindical: tensões e ambiguidades** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro/RJ: UFF/FE, 1994;

- NOSELLA, Paolo “A escola brasileira no final de século: um balanço” In: FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e crise do trabalho. Perspectivas de final de século** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p.166-188.(5ª edição);
- NOVAES, Regina Reyes “Continuidade e rupturas no sindicalismo rural” In: BOITO Jr., Armando **O sindicalismo brasileiro nos anos 80** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1991, p. 171-195;
- NOVY, Andreas **A des-ordem da periferia. 500 anos de espaço e poder no Brasil** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. (1ª edição);
- ODA, Nilson Tadashi “Educação, formação profissional e ação sindical: da teoria à prática” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.237-250; (1ª edição);
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **A agricultura camponesa no Brasil** São Paulo/SP: Contexto, 1991. (1ª edição);
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de “A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial” In: ROSS, Jurandy L.Sanches **Geografia do Brasil** São Paulo/SP: EDUSP, 1998, p. 289-325. (2ª edição);
- OLIVEIRA, Francisco de **Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita** Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. (1ª edição);
- OLIVEIRA, Francisco (a) **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco** São Paulo/SP: Boitempo, 2003. (1ª edição);
- OLIVEIRA, Francisco de (b) “O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?” In: **Margem Esquerda**, nº 01, Maio de 2003, p. 37-41;
- OLIVEIRA, Marco Antonio “Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil” In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M A **Além da fábrica** São Paulo: Boitempo, 2003, p. 271-297, (1ª edição).
- OLIVEIRA, Marta Tathy de **Trabalhar em casa na era do fim do emprego** São Paulo/SP: Olho d’água, 2001. (1ª edição);
- PADILHA, Valquiria **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito** Campinas/SP: Editora Alínea, 2000;
- PAIVA, Vanilda, POTENGY, Gisélia e GUARANÁ, Elisa “Qualificação, consumo e estilos de vida” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho,**

- qualificação e formação profissional** São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.31-43; (1ª edição);
- PARO, Vitor Henrique “Parem de preparar para o trabalho! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 101-120. (1ª edição);
- PAULINO, Roseli A. Figaro **Comunicação e trabalho: estudo de recepção. O mundo do trabalho como mediação da comunicação** São Paulo/SP: Anita Garibaldi, 2001. (1ª edição);
- PEREIRA, Diamantino Alves Correia **Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford Motor Company na escalar do Brasil e do mundo**, (Tese de Doutorado), São Paulo:PUC, 2001;
- PINASSI, Maria Orlanda e LESSA, Sérgio (orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo** São Paulo/SP: Boitempo, 2002. (1ª edição);
- PINO, Ivany R. e PINO, Angel “Educação escolar, desigualdade social e cidadania” In: DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA CUT (DNTE)/DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS E POLITICOS DA CUT (DESEP) **A educação e os trabalhadores** São Paulo/SP: Página Aberta/DNTE/DESEP, 1992, 47-78. (1ª edição);
- PIRES, Elson L.S. “Espaço de reprodução do trabalho informal, Estado e classes sociais” In: **Travessia**, São Paulo: CEM, ano VI, n. 16, Mai-Ago/93.
- POCHMANN, Marcio “Mudança e continuidade na organização sindical brasileira n período recente” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 55-86. (1ª edição);
- POCHMANN, Marcio (a) **A batalha pelo primeiro emprego** São Paulo/SP: Publisher Brasil, 2000. (1ª edição);
- POCHMANN, Marcio (b) **O trabalho sob fogo cruzado** São Paulo/SP: Contexto, 2000. (1ª edição);
- POCHMANN, Marcio **A década dos mitos** São Paulo/SP: Contexto, 2001;
- POCHMANN, Marcio e BORGES, Altamiro (a) **“Era FHC” – A regressão do trabalho**. São Paulo/SP: Anita Garibaldi: CES, 2002. (1ª edição);

- POCHMANN, Marcio **E-trabalho** (b) São Paulo/SP: Publisher Brasil, 2002. (1ª edição);
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil** São Paulo/SP: Cortez, 2003. (2ª edição);
- PORTUGAL, Marcelo S. e GARCIA, Lúcia S. “Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.55-70;
- QUAINI, Massimo **A construção da geografia humana** São Paulo/SP: Paz e Terra, 1992. (2ª edição);
- QUAINI, Massimo **Marxismo e geografia** São Paulo/SP: Paz e Terra, 2002. (3ª edição);
- RAFFESTIN, Claude **Por uma geografia do poder** São Paulo/SP: Ática, 1993. (1ª edição);
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social” In: SANTANA, M A e RAMALHO, J R **Além da Fábrica.** São Paulo/SP: Boitempo, 2003, p. 11-43;
- RANIEIRI, Jesus **A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx** São Paulo/SP: Boitempo, 2001, (1ª edição);
- ROBERTSON, Roland **Globalização. Teoria social e cultura global** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. (1ª edição);
- ROSAR, Maria de Fátima Felix “As políticas de gestão educacional sob a ótica da racionalidade capitalista: a reprodução de uma similaridade forjada entre indústria e escola” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 85-100. (1ª edição);
- RUAS, Roberto e ANTUNES, Elaine “Estruturação, programas de qualidade e práticas de benefícios e incentivos: a questão do ‘comprometimento’ In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.169-188;
- RUMMERT, Sonia Maria **Educação e identidade dos trabalhadores. As concepções do capital e do trabalho** São Paulo/SP: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

- SADER, Eder **Quando novos personagens entraram em cena**, Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra, 1988;
- SADER, Emir **O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda** São Paulo/SP: Boitempo, 1997. (1ª edição)
- SALAMA, Pierre “A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas” In: CHESNAIS, François (org.) **A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos** São Paulo/SP: Xamã, 1998. (1ª edição);
- SALAMA, Pierre **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);
- SALERNO, Mário Sérgio “Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível” In: FERRETTI, Celso João *et.al.* (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 54-76. (7ª edição);
- SALM, Cláudio L. **Escola e trabalho** São Paulo/SP: Brasiliense, 1980;
- SANTANA, Marco Aurélio **Homens e partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil** São Paulo/SP: Boitempo, Rio de Janeiro/RJ: UNIRIO, 2001. (1ª edição);
- SANTOS, Anselmo Luis dos e POCHMANN, Marcio “O custo do trabalho e a competitividade internacional” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 55-86. (1ª edição);
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira “O ‘novo modelo americano’: dos empregos *Mc Donald’s* à greve dos *teamsters* (UPS)” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 6, Setembro de 1999, p.43-52;
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira **Trabalho e globalização. A crise do sindicalismo propositivo**. Londrina/PR: Práxis, 2001. (1ª edição).
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira (a) “Redução de jornada de trabalho e sindicalismo: nos limites do propositivo” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 203-222;
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira (b) “Unicidade sindical: uma questão tática para os trabalhadores” In: **Cadernos sindicais**, Londrina/PR: Coletivo sindical de debates, SINTTROL/SINTERC/SINDEL, n. 1, Outubro de 2003.

- SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. “Saberes escolares e o mundo do trabalho” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 63-74. (1ª edição);
- SANTOS, Milton **Espaço e método** São Paulo/SP: Nobel, 1985
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** São Paulo/SP: Hucitec, 1996;
- SANTOS, Milton **Por uma outra globalização. Do pensamento único a consciência universal** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2000. (1ª edição);
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001 (1ª edição);
- SANTOS, Oder José dos “Fundamentos da relação trabalho e educação” In: **Trabalho & Educação** Belo Horizonte/MG: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, nº 9, Julho/Dezembro de 2001, p.27-35;
- SÃO PAULO. FUNDAÇÃO SEADE. **Estudos de mercado de trabalho como subsídio para a reforma da educação profissional – reestruturação produtiva e requisitos para a formação profissional no estado de São Paulo.** São Paulo: Fundação SEADE, 2000;
- SENNETT, Richard **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo** Rio de Janeiro/RJ: Record, 1999. (1ª edição);
- SHIROMA, Eneida Oto “A formação do trabalhador disciplinado” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.131-144. (1ª edição);
- SHIVA, Vandana **Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. (1ª edição);
- SILVA Jr. João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano **Formação e trabalho. Uma abordagem ontológica da sociabilidade** São Paulo/SP: Xamã, 2001.
- SILVA Jr., João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano “Reformas educacionais, competências e prática social” In: **Trabalho & Educação** Belo Horizonte/MG: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, nº 9, Julho/Dezembro de 2001, p.36-77;

- SILVA, Elizabeth Bortolaia **Refazendo a fábrica fordista** São Paulo/SP: Hucitec, 1991. (1ª edição);
- SILVA, Luiz Antonio Machado da “Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento” In: SANTANA, M A e RAMALHO, J R **Além da Fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 140-178. (1ª edição)
- SILVA, Maria Abadia **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**, São Paulo/SP, Campinas: Autores Associados, 2002.
- SILVA, Silvio Cesar da “Experiências das comissões de fábrica na reestruturação produtiva da Autolatina” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 2, Junho de 1997, p. 141-170;
- SILVA, Tomaz Tadeu da “Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política” In: FERRETTI, Celso João, SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo/SP: Xamã, 1999, p. 75-84. (1ª edição);
- SILVA, Tomaz Tadeu da “A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia” In: GENTILI, Pablo. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação** Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 9-30 (10ª edição);
- SILVEIRA, Maria Lídia Souza da **A formação dos trabalhadores a partir do campo do trabalho: subjetividade e classe** Tese de Doutorado. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH, 1998
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu **Exclusão digital. A miséria na era da informação** São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo, 2001. (1ª edição);
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo/SP: Atual, 1988.
- SINGER, Paul **Globalização e desemprego** São Paulo/SP: Contexto, 1998. (1ª edição);
- SIQUEIRA Neto, José Francisco “Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil” In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo/SP: Página Aberta, 1996, p. 55-86. (1ª edição);
- SMITH, Neil **Desenvolvimento desigual** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1988. (1ª edição);

- SMITH, Neil “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica” In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença** Campinas/SP: Papirus, 2000. (1ª edição);
- SOARES, José de Lima “Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical” In: DIAS, Edmundo Fernandes **A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes**. Brasília/sem editora, 1996, p. 141-169.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas** Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 1993;
- SOSA, Ruth **Crise do fordismo ou crise do capital? Para uma análise gramsciana dos aparelhos de hegemonia no capitalismo contemporâneo** Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH, 1998
- SOUZA, Donaldo Bello de, SANTANA, Marco Aurélio e DELUIZ, Neise **Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil** Rio de Janeiro/RJ: Quartet, 1999. (1ª edição);
- SOUZA, José dos Santos **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil. Anos 90** Campinas/SP: Autores Associados, 2002. (1ª edição);
- SOUZA, José dos Santos “A ‘nova’ cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 173-201;
- SOUZA, Nair Heloisa Bicalho de “Os efeitos sociais da nova tecnologia nas fábricas” In: NEDER, Ricardo Toledo e outros **Automação e movimento sindical no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec, 1988, p. 87-132. (1ª edição);
- SOUZA-LOBO, Elisabeth **A classe operária tem dois sexos** São Paulo/SP: Brasiliense, 1991.
- TAVARES, Maria Augusta “Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 7, 2002, p.49-60;
- TEIXEIRA, Francisco José Soares “Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho” In: **Universidade & Sociedade**. Ano V, n. 8, Fev/1995;
- TEIXEIRA, Francisco José Soares “Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?” In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações**

do mundo do trabalho São Paulo/SP: Cortez, Fortaleza/CE: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 15-74. (1ª edição);

THOMAZ Jr., Antonio “A terceirização no contrapasso da ação sindical” In: **Caderno Prudentino de Geografia** Presidente Prudente/SP: AGB, nº 16, Setembro de 1994, p. 168-186;

THOMAZ Jr., Antonio “A presença das centrais na agroindústria paulista” In: **Debate Sindical**, São Paulo/SP: CES, n. 24, Fev-Abr/97;

THOMAZ JR., Antonio “Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século”. **Ciência Geográfica**, n.16. Bauru/SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000.

THOMAZ JR., Antonio “Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. - **Revista Eletrônica** do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 - 9788 <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>

THOMAZ JR., Antonio “A Trama Societária da Reestruturação Produtiva e Territorial do Capital na Agricultura e os Desdobramentos para o Trabalho. (Noções Introdutórias). In: **O Pensamento de Milton Santos e a construção da Cidadania em Tempos de Globalização**. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Bauru). Bauru, 2000.

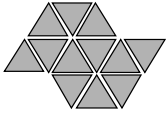
THOMAZ JR., Antonio **Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo/SP: AnnaBlume/FAPESP, 2002. (1ª edição);

THOMAZ Jr, Antonio “O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo/SP: fragmentação e alienação do trabalho” In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (orgs.) **Desafios do Trabalho** Londrina/PR: Praxis; Maringá/PR: Massoni, 2003, p. 83-114;

THOMAZ Jr., Antonio “A (des)ordem societária e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica)”. 2003. (mimeo)

TUMOLO, Paulo Sérgio “Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs” In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do**

- trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte/MG: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p.61-86. (1ª edição);
- TUMOLO, Paulo Sérgio **Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2002. (1ª edição);
- UNIEMP - FORUM PERMANENTE DAS RELAÇÕES UNIVERSIDADE EMPRESA. **Programa de Qualificação e Requalificação Profissional do Estado de São Paulo. Relatório final da avaliação externa.** São Paulo/SP: UNIEMP, 2001;
- VAKALOULIS, Michel “Acumulação flexível e regulação do capitalismo” In: **Outubro**, São Paulo/SP: Instituto de Estudos Socialistas, nº 4, 2000, p. 45-54;
- VASAPOLLO, Luciano “O conflito capital-trabalho na competição global” In: **Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 9/10, Abril de 2003, p. 133-142;
- WOOD, Ellen Meiksins **Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico** São Paulo/SP: Boitempo, 1995. (1ª edição);
- ZARIFIAN , Philippe “Eventos, autonomia e ‘enjeux’ na organização industrial” In: LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda de A. **Trabalho, qualificação e formação profissional** São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ:ALAST, 1998, p.21-30; (1ª edição);
- ZIBAS, Dagmar M. L. “O reverso da medalha: os limites da administração industrial participativa” In: CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (orgs.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil** São Paulo/SP: Hucitec/ABET, 1997, p.122-139;



Pesquisa: A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos.

Autor: Marcelo Dornelis Carvalho

Roteiro de questões

Nome do sindicato:

Responsável pelas informações:

Cargo:

Há quantos anos o presidente está no cargo:

Central Sindical:

Base territorial:

1) O sindicato participou do Planfor entre 1995 e 2002?

2) Em quais anos participou?

3) Por que participou ou não participou?

4) Quais os cursos oferecidos?

5) Como foram definidos os cursos?

6) Qual era o público alvo?

6a) Como era definido o público alvo?

7) Como era definido o conteúdo programático dos cursos?

7a) Quem elaborou os conteúdos?

8) O sindicato participa do PNQ?

9) O que mudou para o sindicato o PNQ?

10) Além do PLANFOR/PNQ o sindicato desenvolve alguma outra atividade relacionada à educação profissional?

10a) Qual?

11) E em relação à educação de uma forma geral?

11a) Qual?

12) Tem intenção de desenvolver alguma atividade sobre educação para os trabalhadores?

12a) Qual?

13) Qual a importância de participar de programas como o PLANFOR, ou o PNQ?

14) O quê você considera importante para a educação profissional dos trabalhadores?

15) Levando em conta a formação profissional, qual a avaliação sobre a migração das empresas?

16) Quais são os pontos relevantes da conjuntura atual do mercado de trabalho para a categoria e para o conjunto dos trabalhadores?

17) Qual a pauta atual de lutas do sindicato?

18) Trabalhadores na base em 1995:

19) Trabalhadores na base em 2003:

20) Associados em 1995:

21) Associados em 2003:

Obs: Em negrito estão as questões que foram privilegiadas na análise dada a consistência das respostas dos sindicalistas.